Amazonas
Com perspectiva de nova seca de grandes proporções, navios de carga devem começar a ter restrições B5 e B10

Acidente aéreo
Órgão da FAB deve encerrar hoje os trabalhos no local da queda de aeronave da Voepass A2

Memória
Carlos Fernando de Carvalho, dono da construtora Carvalho Hosken, morre aos 100 anos no Rio B6

Sábado, domingo e segunda-feira, 10, 11 e 12 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6063 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

REUTERS/SARAH MEYSSONNIER

Com acrobatas, aparição do ator Tom Cruise e fogos de artifício, festa final dos jogos recebeu 71, 5 mil pessoas no Stade de France ontem

Paris passa tocha olímpica para LA

PARIS 2024

De São Paulo e Paris

Paris encerrou ontem a Olimpíada em uma cerimônia oficial que reuniu 71,5 mil pessoas no Stade de France. A festa marcou a passagem da bandeira olímpica para o próximo anfitrião dos jogos, a cidade de Los Angeles (EUA), que receberá em julho de 2028 sua terceira Olimpíada. Apenas a própria Paris já atingiu esse número.

Após um início controverso — com crise política, risco de atentados, ruas e estradas fechadas, sabotagem no sistema de trens no dia da abertura e muita chuva nos primeiros dias —, o evento contagiou franceses e turistas e a avaliação final, de uma forma geral, foi positiva. O apoio do público ao esporte também teve desdobramentos favoráveis para as marcas que, ao longo de duas semanas, incentivaram os atletas.

O Brasil encerrou sua participação nos jogos com um total de 20 medalhas olímpicas conquistadas. Foram três ouros, sete pratas e dez bronzes. O país ficou na 20ª posição do ranking.

Ainda que os Jogos Olímpicos tenham chegado ao fim, a programação esportiva continuará intensa em Paris. A capital francesa receberá dos dias 28 de agosto a 8 de setembro, 4,4 mil atletas paralímpicos que competirão em 22 modalidades diferentes. O Brasil contará com 254 esportistas. **Páginas A12 a A14, B6 e B7**

Recuperação extrajudicial cresce com a adesão de grandes empresas

Reestruturação Com o instrumento, dívidas negociadas até julho somam R$ 8,9 bi, 19% mais do que em todo 2023

Fernanda Guimarães e Adriana Mattos
De São Paulo

Os acordos de reestruturação extrajudicial têm ganhado fôlego no país e atraído grandes credores que buscam negociações diretas com devedores como forma de se resguardarem de uma crise mais severa nas empresas. Isso ocorre, principalmente, após o duro baque que marcou os negócios em 2023, com Americanas e Light buscando proteção judicial. Até julho, o valor da dívida negociada em recuperações extrajudiciais (RE) avançou 19% no ano, para R$ 8,9 bilhões, em relação a todo o ano passado.

Foram 23 operações no período, segundo o Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (Obre). O destaque são os grandes casos que representam cerca de 85% dos pedidos.

Para especialistas, parte do interesse dos credores pela negociação extrajudicial ocorre após mudanças na Lei de Recuperação Judicial, que tornaram o mecanismo mais ágil e seguro. Um exemplo é a possibilidade de suspensão das cobranças judiciais por 60 dias, enquanto credores e devedores negociam. Pelo instrumento, a empresa também pode fechar acordos apenas com os principais credores, com mais de 50% do valor da dívida. Antes, era preciso ter mais de 60% de apoio.

Advogados lembram que essa também é uma forma de os credores liderarem os processos para tentar reduzir perdas. E elas têm se tornado negociações mais duras com a piora do cenário econômico após 2020, que fragilizou muitos negócios. "Se você olhar os casos, a RE que tem funcionado é aquela com credores concentrados numa única classe. Se ela é muito pulverizada, é mais difícil fechar um acordo", diz o advogado e professor Ronaldo Vasconcelos.

Juliana Biolchi, coordenadora do Obre, diz que, apesar de menos comum se comparada à recuperação judicial, há grandes companhias optando pelo instrumento. "Há um despertar de que na extrajudicial, o desgaste ainda é menor que na RJ. O caso das Casas Bahia foi importante, uma dívida de R$ 4 bilhões que se resolveu com apoio dos credores." Dentre os casos recentes, estão a RE da Superbac, investida do private equity da XP, e a Unimed-Rio.

Mesmo com a alta das extrajudiciais, as recuperações judiciais continuam crescendo. O 1º semestre teve o maior volume em 20 anos, com 1.014 pedidos, 71% a mais que igual período de 2023, segundo a Serasa Experian. **Página B1**

Crédito rural tem forte recuo em julho

Rafael Walendorff
De Brasília

As contratações de financiamentos no primeiro mês do Plano Safra 2024/25 encolheram. A manutenção das taxas de juros do crédito rural em relação à temporada passada, o cenário de ajuste nos níveis de rentabilidade no campo, a situação no Rio Grande do Sul e o menor apetite por investimentos afetaram o segmento. Em julho, pequenos, médios e grandes produtores acessaram R$ 23,1 bilhões em crédito rural, quase a metade do concedido no mesmo mês de 2023, segundo dados do Banco Central compilados pelo **Valor**. **Página B9**

'Nata' do varejo vende R$ 1,1 tri ao ano

Adriana Mattos
De São Paulo

O Brasil é o país dos atacarejos e das farmácias, negócios menos afetados pelas últimas crises do setor. Apesar da resiliência, o mercado brasileiro está cada vez menos integrado ao varejo mundial. Na lista das dez maiores varejistas brasileiras, em 2023, apenas duas eram controladas por capital estrangeiro — Carrefour (francês) e Cencosud (chileno). Em 2015, o ranking incluía seis redes ligadas a empresas francesas e americanas.

Os dados são do ranking "Cielo-SBVC 300 Maiores Empresas do Varejo Brasileiro", que deve ser apresentado ao mercado em evento na noite de hoje, em São Paulo. O material levanta histórico com dados desde 2015. Essas companhias formam a "nata" do setor no país, com vendas brutas de R$ 1,13 trilhão em 2023. A expansão nominal nas vendas foi de 11,4%, considerando-se a base comparável — 216 redes com dados divulgados em 2022 e 2023.

Pelos dados, as dez maiores cadeias do país detêm quase um quinto (18,8%) do varejo nacional. Em 2015, essa taxa era de 15,7%. Ao mesmo tempo, as 100 maiores passaram de 33,4% para 41,3% do mercado. **Página B3**

Dólar cai mais, mas alívio vai só até R$ 5,40

Gabriel Caldeira, Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Pesquisa do **Valor** com 102 instituições financeiras e consultorias aponta que o dólar deve recuar ainda um pouco mais, mas o alívio será bastante limitado devido à instabilidade nos mercados globais e a dúvidas em relação ao ajuste fiscal do governo Lula e à composição do novo Banco Central. A moeda americana deve voltar para R$ 5,40 em dezembro, segundo a mediana dos entrevistados. É uma mudança relevante se considerar que, na virada do ano, o mercado previa o dólar a R$ 5,00 no fim de 2024. Na semana passada, o dólar bateu em R$ 5,86 e recuou até R$ 5,49 na sexta-feira. **Páginas C1 e C2**

Biodiversidade

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Veto a patentes de organismos vivos divide entidades e especialistas. "O registro também de microrganismos traria mais segurança para o lançamento de novos bioinsumos", diz Simone Tsuneda, da Embrapa. Página A18

Câmbio melhora rentabilidade de exportação

Marcelo Osakabe
De São Paulo

A forte depreciação do real, especialmente a partir de junho, mudou o cenário de rentabilidade para vários setores exportadores neste 2º semestre do ano. De janeiro a maio, a queda dos preços de produtos de exportação afetou o segmento, superando os efeitos da baixa dos custos de produção e a desvalorização do câmbio no período. De acordo com a Funcex, o índice de rentabilidade das exportações recuou 2,3% no acumulado até maio. Já em junho, o índice subiu 4,4%. "O cenário positivo de junho deve se estender e contaminar a análise para o acumulado do ano", afirma Daiane Santos, da Funcex. **Página A3**

Indicadores

Ibovespa	9/ago/24	1,52 % R$ 27,5 bi
Selic (meta)	9/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	9/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	9/ago/24	5,5109/5,5115
Dólar comercial (mercado)	9/ago/24	5,5140/5,5146
Dólar turismo (mercado)	9/ago/24	5,5425/5,7225
Euro comercial (BC)	9/ago/24	6,0190/6,0208
Euro comercial (mercado)	9/ago/24	6,0202/6,0208
Euro turismo (mercado)	9/ago/24	6,0842/6,2642

7 898937 880054

Destaque

Justiça bloqueia perfis de devedores
O Judiciário passou a bloquear perfis de devedores em redes sociais e a penhorar recursos obtidos com a monetização nessas plataformas. Há decisões de 1ª e 2ª instâncias, nas esferas estadual e trabalhista, contra influenciadores digitais, pessoas que têm a internet como fonte de renda ou que exibem padrão de vida luxuoso em suas publicações. **E1**

Qual é a chance de o BC subir o juro?

Alex Ribeiro

O diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, foi porta-voz da mensagem mais conservadora do Comitê de Política Monetária (Copom) que coloca sobre a mesa a possibilidade de subir os juros na reunião de setembro. Qual é a chance de essa ameaça ser levada a cabo?

Como o Copom não assumiu antecipadamente nenhum compromisso firme — vai depender de como os dados evoluem até lá — não é possível afirmar com certeza. O que dá para dizer é que, se o comitê se confrontar com a mesma situação do último encontro, o cenário provável é a Selic subir acima dos atuais 10,5% ao ano.

Há dez dias, quando saiu o comunicado da última reunião, a leitura predominante foi de que o comitê foi "dovish", ou pouco inclinado a aperto nos juros. Participantes do mercado sentiram falta de uma sinalização firme e direta de alta da Selic, ou um "forward guidance".

O Copom não está disposto a fazer sinalizações num ambiente de grande incerteza, mas quer mostrar que não está leniente. Ao longo do tempo, vem transmitindo um grau crescente de desconforto, que vai apertando o torniquete monetário. Antes de maio, havia a possibilidade de cortes de juros. Em junho, o cenário passou a ser a estabilidade da Selic num patamar mais restritivo por mais tempo. Na última reunião, subscreveu a precificação de chances maiores de uma alta de juro. Apesar de não ser nenhuma promessa, as condições financeiras já estão refletindo de fato essa possibilidade.

Galípolo, em um discurso na última quinta, notou que o mercado financeiro passou a entender o balanço de riscos para a inflação como uma indicação futura para a taxa de juros. "A mudança do balanço de riscos para assimétrico assumiu a função quase de um 'guidance' sobre o que seria feito na próxima reunião", disse o diretor do BC. "Não me parece o mais adequado."

E, realmente, não é. O que o balanço de riscos da reunião de julho informa é o grau de ceticismo com que os membros do Copom enxergavam o cenário econômico central — e as projeções de inflação dele derivadas — na própria reunião de julho. O que influencia a decisão de setembro é o balanço de riscos vigente em setembro.

As projeções de inflação e balanço de riscos de julho são importantes não porque indicam a decisão sobre os juros na próxima reunião, mas porque são o ponto de partida para a análise do cenário econômico que será feita até lá. Para Galípolo, essa largada é "desconfortável".

Pelo que tudo indica, se o Copom encontrar em setembro as mesmas condições que encontrou em julho, deve ter alta da Selic. Galípolo disse que o cenário precisa melhorar, e não serve qualquer melhora, como uma queda do dólar que não represente mudança na dinâmica da inflação.

O Copom reconheceu, disse, que a inflação projetada para março de 2026, de 3,2%, estava acima da meta, de 3%. Para ele, isso responde a uma controvérsia que havia no mercado: será que Banco Central entendia que, com uma projeção de 3,2%, "o cenário atual estava OK e aguardava não ter uma deterioração"?; ou será que considerava o cenário atual "desconfortável" e precisava de uma melhora?

"As coisas como estão hoje colocam um cenário desconfortável", disse o diretor do BC. Ele também colocou sua opinião de que o balanço de riscos para a inflação pende mais para o lado negativo, enquanto o comitê como um todo considerou que havia pesos iguais entre fatores positivos e negativos.

O que falta esclarecer é por que, em julho, o Copom já não caminhou para o aperto, fazendo algo sobre esse desconforto. Em tese, poderia ser porque a incerteza é grande e há chance de o quadro melhorar. Ou então havia o desejo de esperar mais tempo para formar um consenso dentro do comitê.

Qual seria a melhora necessária para dispensar uma alta de juros? Alguns participantes de mercado têm depositado alguma esperança de que, se o banco central americano der algum refresco, baixando os juros de forma mais acelerada, o ambiente inflacionário para o Banco Central brasileiro vai se desanuviar — dispensando não apenas apertos por aqui, mas abrindo a possibilidade de retomar o afrouxamento.

Galípolo colocou requisitos relativamente altos para desarmar o seu estado de desconforto, ao dizer que movimentos na cotação do dólar não se refletem, de forma mecânica, na inflação e, portanto, na condução da política monetária.

A princípio, parece uma daquelas frases vazias que o Banco Central repete. Mas a mensagem parece ser que o Copom não vai usar o dólar como desculpa para deixar de fazer o que é preciso para controlar a inflação.

Galípolo lembrou que o efeito do dólar na inflação não é linear, ou seja, sempre igual a despeito das circunstâncias. E não é: o ganho com a queda do dólar pode ser menor se a expectativa de inflação está desancorada, se os riscos fiscais alimentam dúvidas sobre se a valorização do real será permanente e se a economia está aquecida demais.

Ele colocou o foco na inflação causada pela demanda, minimizando ganhos que possam ocorrer por choques positivos de oferta, por mais que tenham alguns efeitos secundários duradouros. Para lidar com esse tipo de inflação, não tem truque: é preciso a política monetária apertada.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

Acidente aéreo Investigação entra na fase de busca pelas causas do desastre que matou 62 pessoas

Órgão da FAB deve encerrar trabalhos no local da queda

ANDRE PENNER/AP

Equipes de resgate durante a remoção dos corpos das vítimas do voo 2283 da Voepass, que caiu em um condomínio de casas em Vinhedo, São Paulo

De Brasília, Vinhedo e São Paulo

O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), da Força Aérea Brasileira (FAB), informou em nota, no fim da tarde deste domingo (11), que tem a previsão de encerrar nesta segunda-feira (12) os trabalhos no local da queda da aeronave operada pela Voepass Linhas Aéreas, em Vinhedo, São Paulo. O avião caiu na tarde de sexta-feira (9) e matou 62 pessoas.

O Cenipa iniciou no domingo a remoção dos motores da aeronave. As agências francesa e canadense de segurança aérea — equivalentes ao Cenipa — participam do trabalho de remoção e análise dos motores e destroços. O avião é fabricado na França e os motores provêem do Canadá.

Apesar da expectativa de liberação nesta segunda, até que todos os órgãos concluam as respectivas atribuições, o local seguirá interditado. O receio do órgão da FAB é de que a remoção rápida dos destroços traga prejuízos à investigação.

De acordo com a nota divulgada pela FAB, os motores da aeronave serão inicialmente armazenados em São Paulo (SP), nas instalações do Quarto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa IV), para continuidade das investigações técnicas. Os motores foram desenvolvidos e fabricados pela Pratt & Whitney Canada e certificados pela agência de aviação canadense. A aeronave foi produzida pela marca franco-italiana Avions de Transport Régional (ATR).

Caixas pretas

No sábado, os gravadores de voz da cabine e de dados do voo 2283, armazenados nas chamadas caixas-pretas, foram abertos por profissionais do Cenipa.

O centro de investigação já extraiu todos os dados das duas caixa-pretas, mas estima que a análise dos conteúdos deve ser concluída em 30 dias, quando será divulgado o Relatório Preliminar de Acidente Aeronáutico.

O órgão destacou que não há a possibilidade de concluir esse documento em tempo menor, uma vez que é necessário cumprir protocolos internacionais de investigação de acidentes aéreos. "Seguindo esses protocolos, temos por dever convidar os países envolvidos na fabricação dessa aeronave", afirmou o brigadeiro do ar Marcelo Moreno, chefe do Cenipa.

Com o fim do resgate dos corpos na noite de sábado (10), o trabalho agora está concentrado na busca pelas causas do acidente.

O Cenipa confirmou que não houve comunicação entre o comandante da aeronave e a torre de controle, informação que já vinha sendo emitida pelas autoridades. As investigações tentarão a partir de agora entender se isso se deu por falha técnica no sistema de comunicação do avião.

De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e com as normas do Sistema do Comando da Aeronáutica, após a liberação por parte do investigador-encarregado do Cenipa e do responsável pela investigação policial, a retirada da aeronave do local será de responsabilidade da empresa aérea.

A Voepass deverá providenciar e custear a higienização do local, dos bens e dos destroços de modo a evitar prejuízos à natureza, à segurança, à saúde ou à propriedade privada no condomínio residencial Recanto Florido, onde caiu o avião, ou danos à coletividade.

Análise dos dados

Em entrevista coletiva neste domingo, Moreno informou que após a conclusão da ação inicial a investigação avançará para a fase de análise de dados. Nesse estágio serão examinadas as atividades relacionadas ao voo, ao ambiente operacional e a fatores humanos, bem como um estudo de componentes, equipamentos, sistemas e infraestrutura.

> "Temos por dever convidar os países envolvidos na fabricação dessa aeronave"
> *Brigadeiro do ar Marcelo Moreno*

Até a noite deste domingo, o Instituto Médico Legal (IML) do Estado de São Paulo havia identificado 12 corpos das 62 vítimas do voo 2283. O IML Central foi direcionado para o atendimento exclusivo à queda do avião e segue trabalhando na identificação dos corpos das vítimas. Cerca de 40 profissionais atuam no caso, entre médicos, equipes de odontologia legal, antropologia e radiologia.

O Instituto Oscar Freire, localizado próximo à unidade do IML Central, tem acolhido, com apoio das equipes da Defesa Civil estadual, as mais de 40 famílias das vítimas fatais do voo.

Familiares podem fornecer informações para subsidiar o trabalho dos peritos do IML. Os parentes diretos das vítimas forneceram também material biológico e deixaram contatos para posterior comunicação da identificação.

O governo de São Paulo reservou acomodações em um hotel para os familiares das vítimas que chegam à capital para o reconhecimento dos corpos. A Secretaria de Desenvolvimento Social monitora os atendimentos. Os familiares também recebem acompanhamento psicológico no local.

A Delegacia de Vinhedo instaurou inquérito policial para investigar o acidente. Desde sábado (10) a Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo tem preservado o local do acidente com equipamentos antidrone, operados por agentes penitenciários da região de Campinas, para impedir que aeronaves não autorizadas sobrevoem a área.

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), informou que vai encaminhar esta segunda-feira (12) uma notificação à Voepass Linhas Aéreas determinando a ampliação dos canais de comunicação com as famílias das vítimas.

De acordo com a Senacon, relatos dão conta de que a empresa disponibilizou só um canal de atendimento, que não foi suficiente para atender às solicitações daqueles que buscam informações.

A Voepass Linhas Aéreas colocou equipes para atuar no atendimento às famílias 24 horas por dia em São Paulo, onde reservou quartos em hotéis próximos ao IML Central, no bairro de Cerqueira César, região da avenida Paulista.

A Prefeitura de Cascavel disponibilizou o centro de convenções e eventos da cidade para o velório coletivo das vítimas que moravam na cidade ou em cidades próximas. A definição de como será a cerimônia ainda depende do reconhecimento dos corpos e da decisão das famílias. Ocupado até o fim da tarde deste domingo pela festa do morango, o centro de eventos será preparado para a cerimônia a partir desta segunda-feira.

"Vou deixar tudo preparado para fazer o velório caso elas queiram, mas começamos agora o contato com as famílias para saber se elas querem ou não", disse o prefeito, Leonardo Paranhos (Podemos).

O transporte dos corpos será feito pela própria Voepass, após acordo firmado entre as Defensorias Públicas e os Ministérios Públicos de São Paulo e do Paraná no sábado.

A empresa será responsável por entrar em contato com os familiares para obter as informações de liberação e entrega dos corpos. Não haverá necessidade da presença de um parente em São Paulo para fazer os trâmites, conforme padrão de atendimento do IML.

Uma força-tarefa da Polícia Científica do Paraná foi montada em um hotel em Cascavel para receber a coleta de material de DNA de parentes de primeiro grau das vítimas. Ao menos 26 famílias foram atendidas e 15 se submeteram à coleta de amostra de material genético. O material foi enviado para São Paulo onde ocorre o processo de identificação dos corpos no IML Central. *(Agência Brasil e Folhapress)*

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Depreciação do real no 1º semestre volta a aproximar o indicador do azul, aponta Funcex

Câmbio melhora rentabilidade das exportações

Marcelo Osakabe
De São Paulo

A forte depreciação do real na reta final do primeiro semestre mudou o cenário da rentabilidade para vários ramos exportadores brasileiros para o restante 2024. De janeiro até maio, a forte queda dos preços de importantes produtos da pauta exportadora imprimiu grande perda de atratividade da atividade exportadora, superando com alguma folga a queda dos custos de produção e a desvalorização do câmbio no mesmo período.

De acordo com acompanhamento feito pela Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), o índice de rentabilidade das exportações tem queda de 0,9% no acumulado de janeiro a junho, na comparação com o mesmo período de 2023. Até maio, esse recuo era maior, de 2,3%.

O câmbio é o principal fator que tem feito a balança da rentabilidade voltar a se aproximar do azul. No primeiro semestre, a moeda americana acumulou valorização de 15,2% — apenas em junho, alta foi de 6,5%.

A depreciação cambial ajuda a compensar a queda dos preços de embarque, que foi de 3,7% no primeiro semestre. Até então, o comportamento dos preços superava a redução dos custos dos produtos importados no período, de 2,6%, que foi disseminado entre insumos nacionais (2,6%) e importados (11,2%).

Em um sinal de que o cenário mudou rapidamente, a rentabilidade das exportações subiu 4,4% de maio a junho, sendo que o câmbio teve influência preponderante, com alta de 5%. Naquele mês, o índice de preços das exportações se manteve estável, e o índice de custo subiu 0,6%.

"O cenário positivo de junho deve se estender e contaminar a análise para o acumulado do ano. Acredito que nos dados de julho já veremos o índice passar ao positivo", diz Daiane Santos, economista da Funcex e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Ela avalia que os custos do exportador já tiveram forte reajuste no primeiro semestre e não devem se movimentar tanto no restante do ano. Em especial, a queda de 11,2% dos preços de insumos importados dá certa gordura para amenizar os efeitos prejudiciais da depreciação cambial sobre a rentabilidade, diz.

"O único custo que se elevou no período foi o de salários e serviços (0,5%), então o panorama parece tranquilo. Acredito que somente um novo choque de preços pode manter no negativo a margem do exportador em 2024, já que não esperamos que o real vá se valorizar novamente a ponto de apagar o movimento recente", complementa.

LEO PINHEIRO/VALOR
Daiane Santos, economista da Funcex: "Acredito que nos dados de julho já veremos o índice passar ao positivo"

Entre os setores com participação mais importante na pauta brasileira, a agricultura e pecuária, que responde por aproximadamente um quarto (23,9% em 2023) das exportações, acumula queda de 14,2% na rentabilidade no primeiro semestre, sempre na comparação com igual período de 2023. O preço das exportações desses produtos foi o fator que mais pesou nesse sentido, com tombo de 15,5%.

"É ruim para a economia brasileira que alguns setores importantes continuem sem rentabilidade mesmo com a desvalorização cambial. Provavelmente, porque houve queda da demanda de mercados importantes", diz Welber Barral, sócio da consultoria BMK e ex-secretário de Comércio Exterior. "A verdade é que o crescimento menor que o esperado da China está afetando um pouco aquilo que foi uma bonança das commodities brasileiras em anos recentes."

> "É ruim para a economia que setores importantes continuem sem rentabilidade"
> *Welber Barral*

Ele nota que as projeções de crescimento global do FMI e do Banco Mundial apontam uma média de crescimento ao redor de 3% no futuro próximo, abaixo da observada em anos anteriores. "Isso significa que preços, especialmente de commodities, não devem ajudar em uma perspectiva de médio prazo."

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a balança comercial registrou superávit de 6,1% entre janeiro e julho, na comparação com igual período de 2023. A Secex projeta superávit de US$ 79,2 bilhões neste ano, contra US$ 98,8 bilhões de 2023.

Para Barral, as diferenças de rentabilidade entre os diversos setores ressaltam os problemas de se ter uma pauta concentrada em commodities. "Embora a maior parte dos manufaturados mostre comportamento positivo quando olhamos os preços de embarque, o total exportado não cresce tanto. Este é o risco de vender produtos em que o país não controla o preço", diz. "A não ser que a desvalorização do câmbio se intensifique no restante do ano, a tendência é não ter aumento de rentabilidade nem ganho extra para a balança comercial — cujo resultado não será ruim, mas menor que o de 2023."

Entre indústrias de transformação, que sofreu menos com o tombo dos preços de embarque, apenas seis dos 23 ramos apresentam recuo da rentabilidade no período — produtos têxteis (1,4%), de madeira (1,1%), derivados de petróleo, biocombustíveis e coque (1,1%) químicos (4,4%), máquinas e equipamentos (1,3%) e móveis (0,2%).

Por outro lado, equipamentos de informática (16,7%), máquinas, aparelhos e material elétrico (15,9%) e produtos de fumo (22,0%) apresentam o melhor desempenho da rentabilidade no período.

Retomada
Variação do índice de rentabilidade e seus componentes no primeiro semestre*, em %

	Índice de rentabilidade	Preços de exportações	Câmbio nominal	Custos
Total	-0,9	-3,7	0,2	-2,6
Agricultura e pecuária	-14,2	-15,5	0,2	-1,4
Produtos Alimentícios	2,6	-2,2	0,2	-4,5
Extração de petróleo e gás natural	0,8	-0,7	0,2	-1,3
Extração de minerais metálicos	8,1	5,8	0,2	-2,0

Fonte: Funcex, a partir de dados da Secex. *Comparado ao mesmo período de 2023

Conjuntura "Curva de Beveridge" no Brasil não tem alta do desemprego no horizonte como nos EUA

'Match' no emprego muda e indica mercado aquecido

Anaïs Fernandes
De São Paulo

As relações entre demissões voluntárias, taxa de desemprego e os preços da economia no Brasil mudaram com a pandemia, principalmente desde o ano passado, o que ajuda a explicar por que o fluxo no mercado de trabalho aumentou, a desocupação não cresceu e, ainda assim, a inflação desacelerou. É o que aponta estudo do Santander.

Se as relações econômicas que prevaleceram no Brasil até 2019 tivessem se mantido, a atual taxa de demissões voluntárias sugeriria, segundo o banco, desemprego ainda menor e inflação mais alta. Desde 2023, no entanto, o Brasil parece ter se beneficiado de algum ganho de produtividade, provavelmente, associado a um "novo equilíbrio" no mercado de trabalho, diz o Santander. Essa produtividade, por sua vez, possibilitou ao mercado seguir aquecido sem a esperada aceleração nos preços.

A dúvida é se esse "novo equilíbrio" e ganho de produtividade serão permanentes ou temporários.

O estudo do Santander calcula uma espécie de "curva de Beveridge adaptada" para o Brasil. Nas últimas semanas, economistas têm falado muito sobre essa curva (homenagem ao economista britânico William Beveridge), mas para se referir aos Estados Unidos.

A curva de Beveridge mede a relação entre as vagas de emprego disponíveis e a taxa de desemprego. É uma medida de "eficiência" do mercado de trabalho, dadas correspondências ou incompatibilidades na procura de emprego, e também de sua temperatura.

"A taxa de desemprego traz uma informação parcial do mercado, sobre a 'folga' de trabalhadores disponíveis. Claro que a vontade do empresário de contratar está refletida nela, mas são coisas separadas. A curva de Beveridge tenta olhar as duas pontas do mercado ao mesmo tempo: a oferta de trabalhadores, que são os desempregados, e a demanda por eles, que é o número de vagas abertas", afirma Rafael Cardoso, economista-chefe do Banco Daycoval.

Combinadas, diz, uma baixa taxa de desemprego e uma alta taxa de vagas abertas sugerem um mercado de trabalho apertado, em que a demanda por funcionários excede a oferta de trabalhadores disponíveis. Esse cenário pode resultar em pressões salariais (e para a inflação em geral), já que empregadores competem por um número limitado de candidatos qualificados. Por outro lado, uma alta taxa de desemprego e uma baixa taxa de vagas indicam um mercado de trabalho frouxo, em que a oferta de trabalho excede a demanda.

O Brasil não possui dados sobre vagas abertas como os EUA, mas os economistas do Santander dizem que as demissões a pedido podem servir como alternativa à medida de vacância (vagas por desempregados) usada na curva de Beveridge tradicional. "Em países em que ambas as informações estão disponíveis, as séries costumam andar muito próximas", diz Henrique Danyi, autor do estudo junto com Felipe Kotinda. Tanto a relação entre vagas e desempregados quanto as demissões voluntárias refletem, segundo eles, quão fácil ou difícil é para empresários encontrarem e contratarem novos funcionários.

Utilizando uma taxa de demissões voluntárias ajustada, os economistas do Santander observaram que, entre 2007 e 2019, para taxas de desemprego entre 6% e 10%, as taxas de demissão voluntária variavam de ao redor de 1% a 0,5% e ficavam estáveis um pouco acima de 0,5% se o desemprego fosse superior a 10%. São resultados esperados para o padrão brasileiro, segundo eles.

GABRIEL REIS/VALOR

"Vemos é um mercado marcado por fluxo e dinâmica altos"
Henrique Danyi

Entre 2020 e 2024, as mesmas taxas de desemprego do período anterior, porém, eram acompanhadas por taxas de demissões voluntárias ainda maiores. "O que vemos é um mercado de trabalho marcado por um fluxo e uma dinâmica altos, indicando que ele pode estar superaquecido", diz Danyi.

Para o Santander, é possível que esse aumento no fluxo do mercado de trabalho seja explicado pela disseminação do trabalho remoto, que gerou mais buscas por vagas "on-the-job". "Funcionários trabalhando remotamente encontram facilidade para procurar outras ocupações sem deixar seus empregos atuais, aumentando a oferta de trabalhadores", diz o estudo do Santander. Outra hipótese é que mudanças introduzidas pela reforma trabalhista de 2017 tenham aparecido na recuperação pós-pandemia e possibilitado um mercado de trabalho mais dinâmico.

Ainda é incerto para os economistas do Santander se esse "novo equilíbrio" da curva de Beveridge no Brasil, com fluxo maior no emprego, será transitório ou não.

Nos EUA, até pouco tempo, a percepção era que, como havia muitas vagas disponíveis, ainda que a economia americana desacelerasse e as empresas perdessem demanda, era possível fazer o "ajuste" nas margens dos negócios sem aumentar o desemprego — em vez de demitir alguém, a companhia fecha uma vaga que ainda não tinha sido preenchida. Agora, o país entrou em um "cenário muito mais crítico", em que não há mais tanta "vaga excessiva", afirma André Diniz, economista da Kinea.

Em um estudo sobre a curva de Beveridge nos EUA, a equipe do Daycoval aponta que o atual patamar de vagas no país parece estar, historicamente, no limiar que desencadeia uma alta na taxa de desemprego. "Em outras palavras, uma menor demanda de trabalho adicional por parte dos empresários, a partir desse momento, também deve levar a aumentos mais expressivos na taxa de desemprego", escrevem Rafael Cardoso, Julio Cesar Barros e Antonio Castro.

É uma situação completamente diferente da brasileira. "A taxa de demissão voluntária nos EUA estava no máximo da série e voltou para o pré-pandemia. No Brasil, ela ainda está no máximo. Nos EUA, temos um mercado de trabalho forte com sinais de desaceleração que podem ganhar ímpeto à frente. No Brasil, é um mercado de trabalho aquecido sem sinais de desaceleração", afirma Cardoso.

Isso, no entanto, não gerou a pressão sobre os preços que se poderia antecipar, segundo o Santander. Para os economistas do banco, é possível que a realocação de trabalhadores entre empresas e os salários elevados estejam promovendo ganho de produtividade e impedindo que o mercado de trabalho muito aquecido gere reflexos ainda maiores sobre a inflação.

"Entre 2013 e 2022, vemos que o crescimento da produtividade por hora habitualmente trabalhada foi, na média, zero. No período entre o primeiro trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2024, esse crescimento médio foi de 1,7%", diz o estudo do banco.

Olhando à frente, Danyi e Kotinda ainda acham ser mais provável um retorno ao equilíbrio no mercado de trabalho, representado pela curva de Beveridge, que vigorava até 2019, com fluxo e demissão voluntárias menores.

O grau de confiança nesse cenário é baixo, admite Kotinda. "Mas, se a gente se espelhar no que estamos vendo nos Estados Unidos, que estão um pouco mais adiantados no ciclo, é o que está acontecendo", afirma.

Diniz, da Kinea, pondera que os EUA são referência em flexibilidade do mercado de trabalho, o que permite ajustes mais rápidos entre oferta e demanda. "Além disso, o estado das economias também é diferente. Os EUA ainda não começaram a cortar juros."

Análises como as da curva de Beveridge são importantes exatamente porque ajudam a complementar a condução da política monetária. "O Fed [Federal Reserve, banco central dos EUA] tem um mandato dual e, até então, estava mais preocupado com a inflação do que com o emprego. Agora, a inflação está mais perto da meta e as vagas fecharam. Se o próximo passo do mercado de trabalho for um aumento do desemprego, reforça no Fed o pensamento de ter de cortar juros", afirma Diniz.

Já para o Banco Central do Brasil, o dilema é o contrário. Com informações como a curva de Beveridge indicando um mercado de trabalho superaquecido, a dúvida crescente entre agentes do mercado é se o BC não precisará voltar a subir os juros.

Leia mais na página C1

INÊS 249

Políticas públicas Levantamento analisa impacto do Minha Casa, Minha Vida no ingresso no mercado de trabalho em três bairros da cidade do Rio

Local de moradia afeta acesso a emprego formal, aponta estudo

Lucianne Carneiro
Do Rio

Um estudo mostra que o local de moradia afeta de forma sensível o acesso ao mercado de trabalho formal e pode reduzir a dependência financeira de programas de transferência de renda. A partir da análise de beneficiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida chegou-se à conclusão de que as moradias mais bem localizadas contavam com moradores com maior acesso a empregos formais. O trabalho foi feito por três economistas a partir de informações de conjuntos habitacionais do programa em três bairros da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Entre os moradores mais vulneráveis desses locais — que faziam parte do Cadastro Único, o CadÚnico —, há uma redução de 6% da participação no Bolsa Família dos moradores dos bairros de Cosmos e Paciência ao fim de seis anos. Em Santa Cruz — mais bem posicionado no ranking de conexão com o trabalho formal, ainda que com piores indicadores em pobreza e escolaridade —, o recuo é de 12%.

Na publicação, o acesso ao mercado de trabalho formal é medido pela presença ou proximidade de empregos formais em toda cidade e em municípios vizinhos dos conjuntos habitacionais.

Para isso, é feito um cruzamento entre a relação de endereços das empresas com vagas formais (por seus CEPs, a partir de dados do Ministério do Trabalho) em diferentes setores da economia, como indústria e comércio, e os endereços residenciais. A distância entre os locais é usada para construir um ranking dos bairros.

Os três bairros do artigo estão no terço inferior do ranking da cidade do Rio e de vizinhas no que se refere à proximidade com o mercado formal, mas a posição de Santa Cruz é a melhor entre todos.

Na análise do ponto de vista do emprego formal, o artigo indica efeito negativo para os moradores vulneráveis de Cosmos e Paciência, mas aumento de 5,9% da probabilidade de emprego formal em Santa Cruz. As hipóteses para o efeito negativo são por serem locais mais remotos ou pelo impacto nos vínculos sociais pré-existentes, segundo os pesquisadores.

Resultados do MCMV pelo estudo
Em grupo mais vulnerável, relação entre local de moradia e trabalho

Efeito no Bolsa Família
Na média dos três bairros, há uma redução de 6% da participação no Bolsa Família ao fim de 6 anos
Em Santa Cruz, onde há mais acesso ao mercado de trabalho, recuo de 12% da participação no Bolsa Família

Efeito no mercado de trabalho
Em Cosmos e Paciência, efeito zero no acesso ao mercado de trabalho
Em Santa Cruz, aumento de 5,9% da probabilidade de emprego formal

Fonte: Estudo dos economistas Carlos Belchior, Gabriel Ulyssea e Gustavo Gonzaga

Na amostra geral do estudo — que inclui o grupo vulnerável, mas também quem não está no CadÚnico —, os beneficiários do MCMV têm efeitos negativos de curto prazo no trabalho formal, possivelmente pela distância maior ante empregos anteriores, embora esse impacto se dissipe a médio prazo.

"Se há preocupação sobre impacto na presença das pessoas no mercado formal, o mais importante é tentar mantê-las geograficamente perto de locais de trabalho", afirma o doutorando em Economia na Universidade de Stanford Carlos Belchior, um dos autores do estudo, ao lado do professor da University College London (UCL) Gabriel Ulyssea e do professor da PUC-Rio Gustavo Gonzaga.

"Mesmo em regiões de periferia, com custo de terreno menor, dá para escolher a melhor localização de acordo com o acesso ao mercado formal", defende Belchior.

Ele pondera que, o principal objetivo do Minha Casa, Minha Vida, que é um lugar para as pessoas morarem, cumpre seu papel, mas seria possível ampliar seu alcance com melhor planejamento dessa política.

"O programa constrói casas e as pessoas estão indo morar. Só que foca apenas no elemento de habitação, muitas vezes em detrimento de outras dimensões da vida dos beneficiários. Os resultados do estudo mostram que isso poderia ser feito de forma integrada, até porque é um programa caro", diz ele.

De acordo com cada faixa de renda dentro do público-alvo, o programa subsidia até 95% do valor do imóvel ou oferece as taxas de juros mais baixas do financiamento habitacional. Para participar do Minha Casa, Minha Vida, há limite de renda familiar: R$ 8 mil por mês em área urbana e R$ 96 mil por ano em áreas rurais, o que na média dá os mesmos R$ 8 mil mensais.

Após o cumprimento de todas as exigências, a escolha de quem receberá a moradia é feita por sorteio. Foi esse formato de escolha aleatória que permitiu ao experimento comparar a situação dos moradores e os efeitos da moradia sobre o trabalho, explica Ulyssea.

A base é a literatura econômica que indica a importância do local de moradia para o desempenho das pessoas no mercado de trabalho. Nos projetos estudados pelo trio de economistas, houve sorteio também para os bairros nos quais as pessoas iriam morar.

"Projetos de moradia popular em países de rendas baixa e média costumam ser na periferia pelo custo do terreno. Para 'qualificar' a vizinhança, geralmente se usa indicadores como renda; escolaridade; e existência de escolas, hospitais e parques. A novidade é olhar o acesso ao mercado de trabalho, desmembrar isso em características objetivas ", afirma o professor da University College London.

> "Mesmo na periferia dá para escolher a localização pelo acesso ao trabalho"
> *Carlos Belchior*

No entendimento de Ulyssea, os resultados apontam para diferentes nuances que devem ser levadas em consideração para o redesenho do Minha Casa, Minha Vida, como a prioridade na baixa renda.

"O artigo identificou ganhos maiores para os mais vulneráveis. É preciso melhorar o foco da elegibilidade da renda, para concentrar nos mais pobres. Não significa que as pessoas de renda média não passam dificuldades de moradia, mas é entre os mais pobres que os benefícios do programa são maiores", diz o economista.

No ano passado, o governo considerou ampliar a abrangência do programa. "Precisamos fazer não apenas o Minha Casa, Minha Vida para as pessoas mais pobres. Precisamos fazer o Minha Casa, Minha Vida para a classe média. O cara que ganha R$ 10 mil, R$ 12 mil, R$ 8 mil. Esse cara também quer ter uma casa e quer ter uma casa melhor", disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 2023.

"Aumentar o limite do Minha Casa, Minha Vida é um equívoco. O estudo mostra exatamente o impacto maior da medida entre os mais pobres", afirma Ulyssea.

Apesar da afirmação de Lula, o Ministério das Cidades anunciou, na semana passada, reajuste das faixas 1 e 2 do programa, mas manteve o teto da renda para ser elegível, que é R$ 8 mil por mês na faixa 3, nas áreas urbanas.

Para o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães, que foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e secretário de Habitação do Rio de Janeiro, o estudo dos economistas evidencia a necessidade de revisão do Minha

DIVULGAÇÃO

Gabriel Ulyssea: "É preciso melhorar o foco da elegibilidade da renda"

Casa, Minha Vida. Ele considera interessante a abordagem sobre os efeitos no mercado de trabalho e lembra que o debate sobre a localização de unidades habitacionais populares vem de décadas, quando houve remoção de população das favelas do Rio para áreas mais afastadas.

"O estudo mostra a questão da localização do emprego e da moradia. E trata também do fato de que, quando as famílias são transferidas para locais distantes, isso faz com que vínculos sociais, afetivos e até econômicos sejam rompidos. Uma família perde o apoio para deixar os filhos e poder trabalhar, por exemplo", nota.

Se o custo dos terrenos é maior em áreas mais bem localizadas, com infraestrutura estabelecida, Magalhães defende a redução da proporção do valor do imóvel que é subsidiado pelo Estado, que hoje é de até 95% para a faixa 1. "Se uma parte do subsídio é para comprar o terreno, a população pode pagar uma parcela maior [em %], com mais satisfação, para ser em uma área melhor localizada", diz.

Outro aspecto a se considerar, nota Magalhães, são outras alternativas para se reduzir o déficit habitacional, com custo menor, como o aluguel social e a urbanização de favelas e loteamentos, onde as pessoas já têm vínculos familiares e de emprego.

"Está mais do que comprovado que os empreendimentos em áreas distantes e periféricas afetam o acesso a infraestrutura e transportes. Mas a questão do mercado de trabalho é menos desenvolvida na literatura", afirma o urbanista Adauto Lucio Cardoso, coordenador do Grupo Habitação e Cidade do Observatório das Metrópoles.

Na sua avaliação, o estudo é "consistente, criativo e cuidadoso na forma de trabalhar os dados". "É importante porque estabelece alguns parâmetros. A comparação entre os três bairros traz diferenças significativas no acesso ao mercado de trabalho do grupo mais vulnerável", diz Cardoso, ao defender que essa questão possa ser considerada em um redesenho do Minha Casa, Minha Vida.

Procurada, a assessoria de imprensa do Ministério das Cidades não respondeu ao pedido do **Valor** por posicionamento sobre o estudo até o fechamento desta edição.

Meta do MCMV é de 600 mil novas moradias em 2024

Do Rio

Lançado inicialmente em 2009, no segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o programa Minha Casa, Minha Vida tem como meta para 2024 a contratação de 600 mil novas moradias. Se confirmada a expectativa, será um aumento de 22% frente às 491 mil unidades de 2023.

Para 2024, estão previstos R$ 127,6 bilhões para habitação. O valor inclui os R$ 22 bilhões aprovados na última semana pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a pedido do Ministério das Cidades.

A iniciativa tinha sido extinta pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2020 e substituída pela Casa Verde e Amarela, mas foi retomada em janeiro de 2023, início da nova gestão do governo Lula.

Nessa nova versão, o governo anunciou a intenção de "avançar em termos da melhor localização dos empreendimentos habitacionais, garantindo a proximidade ao comércio, a equipamentos públicos e acesso ao transporte público", uma das principais críticas de especialistas ao programa.

O público-alvo é formado por famílias com renda bruta mensal de até R$ 8 mil, em áreas urbanas, ou de até R$ 96 mil de renda anual, em áreas rurais, divididas em três faixas de renda. Na última semana, o governo reajustou os limites para a faixa 1 (de R$ 2.640 para R$ 2.850) e faixa 2 (de R$ 4.400 para R$ 4.700). Há também uma série de critérios de prioridade de atendimento, como famílias lideradas por mulheres e com presença de idosos ou crianças, por exemplo.

O déficit habitacional no Brasil é estimado em 6,2 milhões de domicílios pela Fundação João Pinheiro. O número inclui ônus excessivo com aluguel urbano — despesa acima de 30% da renda, entre os que ganham até três salários mínimos —, que respondem por 52,2% do déficit, situações de habitação precária (27,1% do déficit) e coabitação (20,8%).

Após a tragédia no Rio Grande do Sul, foi lançada iniciativa para contratar 11.500 novas unidades em dez municípios do Estado, que estejam com situação de emergência ou estado de calamidade reconhecidos pelo governo federal.

Para o urbanista Adauto Lucio Cardoso, a decisão sobre o local dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida deveria ser o início do planejamento, considerando acesso a infraestrutura e transporte e também à proximidade com o mercado de trabalho, tratada no estudo dos economistas. "No modelo tradicional, a iniciativa é das construtoras, que montam projetos e escolhem terrenos para ampliar lucro", diz. *(LC)*

Fundos soberanos regionais são saída em crise climática

Victoria Netto
Do Rio

Os fundos soberanos regionais e municipais devem ganhar cada vez mais protagonismo na agenda brasileira de financiamento climático e adaptação, mas, para isso, precisam de maior segurança jurídica e institucional, avaliam especialistas. Este é o pleito prioritário do Fórum de Fundos Soberanos do Brasil, que busca uma proposta junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para a emissão de uma resolução específica.

No Brasil, há oito iniciativas de fundos soberanos subnacionais que administram mais de R$ 7 bilhões juntos. Os recursos vêm de royalties do petróleo e de mineração nessas regiões, com parte dos ganhos destinada aos fundos, cada um com uma finalidade específica. São eles: o Fundo Soberano do estado do Espírito Santo; o Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro; e os fundos municipais de Niterói (RJ), Maricá (RJ), Ilhabela (SP), Congonhas (MG), Itabira (MG) e Conceição do Mato Dentro (MG).

DIVULGAÇÃO

Maria Netto: suplementar necessidades

O diretor do Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros (FBSB), Leandro Ferreira, explica que cada fundo soberano responde ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) do respectivo ente federativo. Porém, ressalta que esses fundos precisam maior segurança jurídica e institucional. "Ter um ambiente regulatório unificado vai permitir o melhor desenvolvimento dessas ferramentas".

Segundo ele, esse percurso acompanha a criação das letras de crédito no desenvolvimento (LCD), cuja lei foi sancionada pelo presidente Lula no final de julho. Trata-se de um título de renda fixa isento de imposto de renda voltado ao financiamento mais barato à indústria.

"A ideia é abrir um diálogo com o Ministério de Planejamento, da Fazenda e com o Banco Central, órgãos que compõem o CMN. A nossa expectativa é criar uma câmara técnica que discuta esses temas e que o CMN, que tem expertise para isso por conta dos fundos de pensão, aprove a resolução voltada aos fundos soberanos".

Alguns dos fundos municipais e estaduais brasileiros existem desde 2017, mas o Fórum que reúne eles foi criado em 2022. Hoje, também é associado ao Fórum Internacional de Fundos Soberanos (IFSWF), que reúne mais de 50 fundos internacionais — entre eles, os árabes e chineses.

"Os fundos internacionais geram quase US$ 10 trilhões em recursos e estão atentos à agenda climática, muito interessados em Brasil e América Latina, só que eles precisam de parceiros de longo prazo para que se sintam confortáveis", diz o gerente do Fórum brasileiros, Fernando Teixeira.

Com isso em vista, o Fórum trabalha em uma trilha de atividades com foco na COP30, que acontecerá no próximo ano em Belém (PA). O grupo planeja chamar a atenção dos fundos internacionais para o Brasil e posicionar os fundos subnacionais como âncoras de investimentos dessa rede.

A secretária de mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ana Toni, avalia que os fundos subnacionais têm um papel fundamental na adaptação climática. "Os fundos soberanos, com visão de longo prazo, é que vão dar suporte para os municípios enfrentarem os desafios climáticos", disse no último dia 9 em seminário na Casa G20, no Rio.

Também no evento, a diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Maria Netto, destacou que os fundos podem suplementar necessidades que o orçamento público não alcança e que entes privados não têm interesse.

Para ela, o desafio é encontrar formas de catalisar investimentos. "Temos que pensar em novos produtos e novos mercados e olhar para as boas iniciativas em termos de 'clusters'. Ou seja, como olhar para elas como um projeto de desenvolvimento?".

INÊS 249

E agora, quem poderá nos defender?

Bruno Carazza

Na semana passada, o economista André Lara Resende, um dos idealizadores do Plano Real, publicou aqui no **Valor** um texto criticando o "sequestro da imaginação" a que a política econômica brasileira está submetida.

Na sua visão, estamos presos a uma armadilha ditada por um receituário conservador que prescreve arrocho fiscal e juros altos, enquanto o tratamento alternativo proposto pela esquerda tem como efeitos colaterais a captura do orçamento público pelo patrimonialismo e pelo corporativismo.

André Lara Resende chega a propor um roteiro de quatro dimensões para nos libertar dessa arapuca econômica: 1) melhoria da governança pública para blindar o orçamento da captura de grupos de interesse; 2) regulamentação inteligente da economia, voltada para ganhos de produtividade; 3) desenvolvimento de um plano de investimentos de longo prazo e 4) criação de um conselho para a coordenação das políticas monetária e fiscal.

Sintetizado assim, o trabalho parece simples. Mas, quando se pensa nas muitas medidas necessárias para dar concretude a esses objetivos, a tarefa se revela hercúlea até mesmo para quem foi capaz de acabar a hiperinflação com um mecanismo engenhoso como a URV e todas as medidas complementares adotadas pelo Plano Real. (A quem interessar, cometi a ousadia de sugerir uma lista de dilemas envolvidos com o desdobramento das propostas de ALR no meu espaço no site do **Valor**).

Para além da complexidade requerida para estruturar uma transformação econômica guiada por boa governança, produtividade, planejamento de longo prazo e coordenação de políticas, temos a questão central de quem seria capaz de liderar esse processo. Com a política brasileira polarizada entre uma direita aferrada a uma ortodoxia suicida e uma esquerda seduzida por uma heterodoxia complacente com a captura do Estado (as expressões são do amigo Sérgio Léo, no X), é difícil imaginar um "Plano Real 2" voltado para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Perguntas relativas ao "como" e ao "quem" também têm sido frequentes nas conversas que tenho tido nas últimas semanas, desde que lancei meu livro "O país dos privilégios – Volume 1: os novos e velhos donos do poder". Quando confrontadas com os estratagemas da elite de servidores nos três Poderes da República e nos três níveis federativos para obter rendimentos muito superiores à realidade brasileira, as pessoas, frequentemente indignadas, me questionam se nosso país teria solução.

Buscando combater o pessimismo que os dados e os relatos do livro transmitem, procuro elencar uma série de medidas que poderiam corrigir parte das distorções que beneficiam os privilegiados do setor público: restaurar a autoridade do teto do funcionalismo, coibir verbas indenizatórias, rever competências dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público de dispor sobre remunerações de seus membros, rediscutir a autonomia financeira entre os Poderes, racionalizar carreiras, instituir um regime de avaliação individual de desempenho, entre outras medidas.

Respondido o "como", mais complicado ainda é tentar demover o ceticismo dos interlocutores em relação a "quem" poderia mudar o atual estado de coisas. Afinal, o cidadão brasileiro se encontra anestesiado pela falta de vontade política de seus governantes, além de não vislumbrar no quadro partidário ou mesmo nas instituições de controle (principalmente após os erros da Lava Jato) o interesse e a coragem de romper esse círculo vicioso.

Para rebater esse negativismo incrédulo, tenho recorrido a dois exemplos positivos que estão ocorrendo atualmente.

Contra todos os prognósticos contrários, estamos próximos de aprovar a regulamentação de uma reforma que reduzirá drasticamente privilégios do sistema de tributação sobre o consumo de bens e serviços. Além disso, o Supremo Tribunal Federal está prestes a colocar freios e condições à apropriação de nacos bilionários do orçamento público por meio de emendas pix, de relator, de comissão e outras formas pouco transparentes de aplicar dinheiro público com objetivos meramente eleitoreiros e privados.

Em ambos os casos, a solução não veio de cima para baixo e nem partiu de lideranças político-partidárias ou instituições públicas.

A reforma tributária só aconteceu porque Bernard Appy reuniu economistas, tributaristas e contadores no Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), elaborou uma minuta de projeto de lei e o submeteu a amplo debate com representantes de diversos setores, antes de submetê-lo ao Congresso.

Da mesma forma, se não fosse o trabalho incansável de organizações como Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Transparência Brasil, Associação Contas Abertas e Transparência Internacional, entre outras, políticos continuariam a nadar de braçada nos bilhões do orçamento secreto, se beneficiando da falta de transparência e de controle sobre a aplicação dos recursos.

Lideranças empresariais, da sociedade civil e acadêmicos precisamos nos conscientizar que a mudança que queremos depende de cada um de nós, e não deste ou daquele político.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Congresso Projeto que cria o comitê-gestor do IBS é prioridade, mas governo também quer aprovar programa que busca fomentar o microcrédito

Câmara fará esforço concentrado para regulamentar reforma

Raphael Di Cunto
De Brasília

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 10/7/2024

Benevides: relator disse que conversará com líderes para saber se precisará fazer mais alterações na proposta

A Câmara dos Deputados voltará aos trabalhos após três semanas de recesso informal com a meta de aprovar a segunda etapa da regulamentação da reforma tributária, o projeto de lei que disciplina a distribuição de recursos entre os Estados e municípios e cria o comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Além disso, deve tratar de mudanças na Lei Geral do Turismo e de propostas para ajudar a população do Rio Grande do Sul por causa das enchentes que destruíram parte do Estado.

A Câmara fará três semanas de esforço concentrado durante o período de campanha nas eleições municipais: 12, 13 e 14 de agosto; 26, 27 e 28 do mesmo mês; e 9, 10 e 11 de setembro. Nas demais semanas até 6 de outubro, os deputados devem ficar em seus Estados e não haverá sessões deliberativas em Brasília.

O projeto da reforma tributária deve ser o mais importante a ser votado nesse período. O texto foi apresentado pelo grupo de trabalho e pelo relator, o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), ainda em julho, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), preferiu deixar a votação para agosto para que não contaminasse o projeto principal, e bem mais complexo, que estabeleceu as regras de funcionamento do novo sistema tributário.

Benevides afirmou que não recebeu novas demandas por mudanças no projeto após a apresentação do relatório, mas que conversará com os líderes dos partidos e Lira na terça-feira para saber se precisará fazer mais alterações na proposta. A expectativa é de que o projeto seja votado já na noite de terça-feira.

Um dos impasses, segundo o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que também participou do grupo de trabalho, é o marco temporal para quitação do Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI). Hoje a cobrança ocorre na hora do registro do imóvel no cartório pelo novo proprietário, mas os municípios querem que o pagamento seja feito no momento de assinatura do contrato de compra e venda, para evitar os "contratos de gaveta". O valor da alíquota continuará a ser decidido em lei municipal.

O governo Lula (PT) também tenta aprovar o programa Acredita, que cria linhas de financiamento a pequenos empreendedores e busca fomentar o microcrédito. Além disso, amplia o papel da Empresa Gestora de Ativos, que passa atuar como securitizadora no mercado imobiliário, e institui o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial (Eco Invest Brasil), para "oferecer soluções de proteção cambial aos investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis" no Brasil.

O Acredita está em uma medida provisória (MP) enviada em abril pelo governo, mas que pouco avançou até agora. A MP está travada diante do impasse entre Câmara e Senado sobre o rito de tramitação e perderá a validade no dia 20 de agosto. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), reapresentou o texto como um projeto de lei em maio e um requerimento de urgência foi aprovado em junho. Mas Lira até hoje não nomeou um relator para permitir a votação em plenário.

Outro projeto que pode ser votado é o que promove mudanças na Lei Geral do Turismo, para acabar com a responsabilidade solidária das agências de viagem em caso de cancelamento e limitar as indenizações por danos morais a passageiros por conta de problemas em voos ou com bagagens. O projeto foi aprovado pelo Senado em junho e o relator na Câmara, deputado Paulo Azi (União-BA), prometeu entregar o parecer rapidamente para que seja votado em agosto.

Estão no radar também propostas de auxílio ao Rio Grande do Sul — cinco projetos de lei ganharam urgência antes do recesso, como um Refis para as empresas gaúchas e medidas para o setor agropecuário, mas ainda dependem de acordo com o governo para serem votados. Outro assunto que pode entrar em pauta é o projeto de lei que concede isenção de Imposto de Renda para o prêmio recebido pelos medalhistas olímpicos. O governo enviou uma medida provisória com esse objetivo, mas que valerá apenas para os atletas de 2024.

Candidatos à sucessão de Lira já negociam cargos

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 11/7/2024

Lira: atual presidente continua a tentar união em torno de candidatura única

Andrea Jubé, Raphael Di Cunto e Rafael Bitencourt
De Brasília

Em meio a uma das disputas mais acirradas à presidência da Câmara dos Deputados, a articulação de bastidores contempla a distribuição de espaços de poder como moedas de troca pelo apoio aos pré-candidatos ou pela desistência das candidaturas. Os cargos mais cobiçados são vagas na Mesa Diretora e, até mesmo, assentos no Tribunal de Contas da União (TCU).

Como o **Valor** revelou, diante da fragmentação das bancadas e do ritmo acelerado da pré-campanha, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), entrou em campo para tentar convencer os postulantes à sua cadeira a desistirem do pleito e unirem-se em torno de uma candidatura única. A eleição ocorrerá somente no início de fevereiro de 2025.

Já colocaram seus nomes na disputa os líderes do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), do PSD, Antonio Brito (BA), e o primeiro vice-presidente da Casa e presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP). Lira gostaria que o trio se unisse em torno de uma candidatura única, facilitando, inclusive, o diálogo com o governo visando o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O **Valor** apurou, entretanto, que nenhum dos três pré-candidatos considera desistir da disputa. Na hipótese de uma reviravolta, contudo, não se cogita um recuo de qualquer um dos três antes das eleições municipais de outubro. Até lá, as conversas evoluem nos bastidores em ritmo acelerado.

Uma percepção é de que o PL, com 93 deputados, maior bancada da Casa, será o fiel da balança da eleição se votar unido. O ex-presidente Jair Bolsonaro e o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, estão atuando fortemente nesse sentido, mas um terço da bancada é formada por dissidentes que votam com o governo.

Se Bolsonaro e Valdemar unificarem a bancada, o PL se fortalece para reivindicar a primeira vice-presidência da Casa, o cargo mais importante da Mesa Diretora depois da presidência. Deputados do PL afirmam que, em qualquer circunstância, o partido tem direito ao cargo por ser a maior bancada. Mas essa regra não é automática: na atual legislatura, a legenda ocupa a segunda vice-presidência.

Depois do PL, o voto mais cobiçado é o do PT, que tem a segunda maior bancada, com 68 deputados. Assim como o PL, os petistas miram a primeira vice-presidência, até porque o Palácio do Planalto não quer a oposição no cargo. A segunda opção seria a primeira secretaria, espécie de "secretaria-geral" da Casa. Atualmente o partido ocupa a segunda secretaria, da qual é titular a deputada Maria do Rosário (PT-RS). O posto é responsável, por exemplo, pelo auxílio na emissão de passaportes diplomáticos pedidos pelos deputados.

Oficialmente, PL e PT negam discussão sobre vagas na Mesa Diretora ou oferta dos candidatos nesse sentido e indicam que não têm pressa para definir apoio a qualquer um dos nomes. O líder do PT, Odair Cunha (MG), disse ao **Valor** que criará um comitê de negociação para conversar com Lira e com os candidatos.

De igual forma, o PL também criou uma comissão, liderada pelo deputado Luiz Philippe (PL-SP), para debater com Lira e os candidatos a sucessão na Casa.

Em uma articulação paralela, duas vagas a serem abertas no TCU somente a partir de 2026 entraram nas negociações, e os novos titulares serão escolhidos pelos deputados. As cadeiras cobiçadas são dos ministros Aroldo Cedraz e Augusto Nardes, que se aposentam em 2026 e 2027, respectivamente.

O primeiro empecilho, todavia, é que nem Cedraz nem Nardes dão sinais de disposição de se aposentarem antes do tempo. De toda forma, a articulação tem precedentes. Em 2023, quando Lira formou uma ampla coalizão de apoio à sua recondução à presidência, a vaga foi oferecida ao Republicanos. Meses depois, o então líder do partido, Jhonatan de Jesus, foi eleito pelo plenário para a vaga na Corte de Contas.

O **Valor** procurou Elmar, Pereira e Brito, mas até o fechamento desta reportagem nenhum deles havia retornado.

Judiciário Corporação quer evitar acusações de interferência na campanha eleitoral deste ano

PF trabalha para terminar investigação sobre Bolsonaro até o fim do mês

ANTONIO AUGUSTO/MPF — 1/8/2024

Gonet: relatórios da PF sobre falsificação dos certificados de vacinação e venda de joias ao exterior estão nas mãos do procurador-geral da República

Isadora Peron
De Brasília

A Polícia Federal (PF) ainda trabalha para concluir uma das principais investigações abertas contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL): a da tentativa de golpe de Estado. A expectativa é que, se o relatório do caso não for enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) até o fim do mês, isso ocorrerá somente depois das eleições de outubro, para que a corporação não seja acusada de interferência no jogo político.

A mesma lógica deve ser aplicada ao inquérito sobre supostos abusos na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O caso vem sendo chamado de "Abin paralela" e tem como um dos principais investigados o ex-diretor do órgão Alexandre Ramagem (PL), deputado federal e candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Nos últimos meses, a PF concluiu duas investigações que miram o ex-presidente e seus aliados: a da falsificação do certificado das vacinas contra a covid-19 e a da venda de joias no exterior. Esses relatórios estão nas mãos do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que precisa decidir se apresenta ou não denúncia. O PGR também está de olho no calendário eleitoral e já sinalizou que pode deixar para se manifestar nos casos somente depois do pleito.

A investigação mais robusta que atinge Bolsonaro é a sobre a existência de uma suposta trama golpista para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que venceu as eleições de 2022. Assim como outros casos, essa apuração avançou após o tenente-coronel Mauro Cid, que foi ajudante de ordens de Bolsonaro na Presidência, decidir fechar um acordo de delação premiada.

Segundo a investigação da PF, após ser derrotado nas urnas, Bolsonaro chegou a consultar os comandantes militares para saber se eles apoiariam uma ruptura institucional que o mantivesse no poder. Com a ajuda de auxiliares, foram elaborados rascunhos de decretos que previam a intervenção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para anular o resultado da eleição. Os documentos ficaram conhecidos como "minutas do golpe".

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, chegou a afirmar que a conclusão desse inquérito iria ocorrer em julho, o que não se concretizou. Segundo fontes a par da investigação, ainda há diligências em andamento.

Os investigadores também redobraram a atenção depois de o relatório sobre o caso das joias conter um erro material sobre o valor dos presentes oficiais que haviam sido mantidos por Bolsonaro. Inicialmente, o texto falava em R$ 25 milhões, mas depois esse montante foi corrigido para R$ 6,8 milhões.

A intenção é que não fique nenhuma ponta solta na investigação ou qualquer inconsistência que possa dar munição para questionar o trabalho realizado pela Polícia Federal. Apoiadores de Bolsonaro costumam afirmar que o ex-presidente sofre perseguição, por ser o principal adversário do atual governo.

A investigação sobre o uso indevido da Abin também segue em andamento. Em julho, uma nova fase da Operação Última Milha foi deflagrada. Na última semana, o ex-corregedor da Receita Federal José Pereira Barros Neto prestou depoimento sobre o caso das "rachadinhas" que envolve o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Uma das linhas de investigação é que a agência tenha sido usada para blindar os filhos do ex-presidente. A oitiva foi considerada "promissora" por nomes que acompanham o caso.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5957	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,50**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,81**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	mar/24 Valor	mar/24 Var. %*	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	mar/23 Valor	mar/23 Var. %*
INSS	**50,9**	**6,25**	**47,9**	**-7,38**	**45,4**	**3,05**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	0,38	0,21	2,87	4,62	4,50	6.967,89	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	0,26	0,25	2,95	3,71	4,06	7.159,57	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	0,83	0,50	1,95	-3,30	4,16	1.127,10	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	0,32	0,34	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	0,93	0,55	1,43	-5,92	4,10	1.312,82	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	0,72	1,52	2,17	-11,34	4,04	1.824,08	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	1,01	0,19	1,15	-3,77	4,12	1.107,16	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	0,54	0,22	3,01	3,55	4,12	755,73	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	0,72	0,71	3,55	3,49	4,67	1.126,92	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia ago/24 0,33% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana ago/24 0,14%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024		2,70%	
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

INÊS 249

Balanço Em duas semanas, os parisienses foram do ceticismo à euforia com realização do evento

Olimpíada de Paris celebra a diversidade

PARIS 2024

Paloma Varón
Para o **Valor**, de Paris

Após um início controverso — com crise política, risco de atentados, ruas e estradas fechadas para circulação, sabotagem no sistema de trens no dia da abertura e muita chuva nos dois primeiros dias —, os Jogos Olímpicos de Paris 2024 logo se tornaram unanimidade entre franceses e turistas. Os sorrisos de satisfação eram visíveis nas ruas da capital francesa e seus arredores e cada entrevistado fazia questão de ressaltar o balanço positivo da 33ª edição das Olimpíadas da Era Moderna.

Para o produtor cultural Gustavo Schettino, a marca dos Jogos foi a da diversidade: "Da incrível e inovadora abertura no rio Sena e com várias cenas que enalteceram as diversas comunidades da sociedade contemporânea francesa. Em especial, uma valorização das mulheres, sobretudo mulheres pretas, não só na abertura, mas também nas competições".

Schettino destacou também a melhora visível no sistema de transporte público: "Ficou muito evidente a diferença. Quando há investimento, a circulação do transporte melhora no fluxo. Transporte mais rápido e menos cheio colabora na melhoria de vida e na saúde das pessoas", continua, afirmando que "a alegria voltou a Paris".

Para Regina Tikles, que mora em Paris e está acompanhando a sua sexta Olimpíada de verão, a presença do mesmo número de atletas mulheres e homens em geral e de uma porcentagem ainda maior de mulheres no que diz respeito à delegação brasileira foi a marca destes Jogos: "Para mim, especialmente como brasileira, esses Jogos foram marcados pela igualdade de gênero e pela superação das mulheres, que conquistaram muitas medalhas, levando o país ao alto do pódio mais vezes do que os homens".

A ativista e criadora da associação Femmes de la Résistance Nellma Barreto também destacou a representatividade das mulheres na delegação brasileira e a paridade entre atletas no total. "Isso é tão importante para as mulheres que lutam tanto para ocuparem esses espaços", ressalta ela, lembrando o caso da velocista Flavia Maria de Lima, que corre o risco de perder a guarda da filha por ter vindo competir nos Jogos. "Algo que nunca aconteceu com um homem", lembra Barreto.

Para Tikles, o balanço geral foi "muito positivo": "As arenas foram o ponto alto desta Olimpíada. Que vista! Os franceses conseguiram conectar o esporte aos pontos mais emblemáticos da capital. Ir aos eventos e ao mesmo tempo admirar a torre Eiffel, a Ponte Alexandre III, o Grand Palais, os Invalides, a place de la Concorde, os monumentos ao longo do rio Sena... foi excepcional", elogia, destacando que "os parisienses, normalmente sisudos, estão sorridentes, felizes e demonstram sua alegria nas ruas da cidade".

Além disso, ela acrescenta: "Acho que o principal legado de Paris 2024 será para a região de Saint Denis, uma região ao norte de Paris, muito carente, com uma população estigmatizada, com muitos imigrantes".

Uma nova França. Moradora e parlamentar do departamento de Seine-Saint-Denis, Silvia Capanema, afirma que o entusiasmo com os Jogos "foi uma grande surpresa, pois passamos de uma situação de crítica e indiferença da população, para um tempo de festa, de participação jovem e relativamente popular, onde tudo está funcionando bem. Um momento de alegria, muito similar com o que foi no Rio, onde as críticas deram lugar também a um tempo de festa e onde tudo funcionou bem".

> "As Olimpíadas também marcam uma vitória contra a extrema direita. Tudo que apareceu foi antifascista"
> *Silvia Capanema*

"As fan zones estão muito alegres, os estádios cheios, os franceses vibrando. As ruas estão muito policiadas, mas a polícia tem sido cordial, e os serviços também. Uma surpresa, que, para mim, começou com a belíssima cerimônia de abertura, que mostrou bem a diversidade francesa de hoje. Está sendo um momento especial", comenta.

"Acho que as Olimpíadas marcaram também a vitória contra a ameaça da extrema direita racista. Todos os valores e tudo que apareceu foi antifascista neste momento. Uma outra forma de nacionalismo, uma outra imagem da França, que eu costumo chamar de 'nova França'", aponta Capanema.

Karim Bouamrane, prefeito de Saint-Ouen, cidade vizinha a Paris escolhida como base de apoio pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), diz que a sua cidade "é a campeã dos Jogos Olímpicos". Ele destaca a parceria que fez com o Brasil para acolher os Jogos e que foi sendo ampliada para outras áreas, como economia, educação, cultura, saúde pública e meio ambiente. "Esta parceria com o Brasil tem sido excepcional para a nossa cidade. O Brasil é uma das maiores nações do mundo nos planos esportivo, cultural, humano e politico", elogia.

Bouamrane sublinha que em Saint-Ouen, assim como na vizinha Saint-Denis, os ganhos concretos são visíveis, tendo a Olimpíada como um verdadeiro fator de aceleração de investimentos em infraestrutura, moradia, transportes e segurança pública.

O chefe da delegação brasileira de ginástica rítmica, Leonardo Palilot, foi um dos que se encantaram com a Vila Olímpica, em Saint-Denis, e a base montada pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) em Saint-Ouen. "Meu balanço é muito positivo. Eu, ao contrário de muitas pessoas, encontrei uma Vila Olímpica muito adequada às nossas necessidades. E acho que isso tem uma relação com cada comitê olímpico. E a gente tem de tirar o chapéu para o COB e para o Time Brasil pela estrutura proporcionada. A gente tem tudo o que a gente precisa aqui e nas instalações próximas, como o centro de treinamento e também o château de Saint-Ouen com restaurante brasileiro especialmente para nós e um espaço para recebermos amigos e familiares", relata.

"É claro que como todo evento de grandes proporções, é possível que algo não saia como esperado, mas eu não vi nada de mais. Eu só tenho coisas positivas a falar, especialmente em relação à estrutura proporcionada pelo COB fiquei muito bem impressionado", conta Palilot, sobre sua experiência em Paris.

Para o parisiense Gustavo Puerari, a marca destes Jogos foi o desenvolvimento econômico e ambiental: "Acredito que os Jogos tenham contribuído para acelerar investimentos em infraestrutura em boa parte da região parisiense, especialmente no que toca ao transporte e a projetos ambientais. Paris é extremamente cimentada e tinha um tráfego pesado de carros e caminhões em todo seu perímetro, contribuindo para poluir ainda mais a cidade. Mudanças como fechamento de ruas para tráfego e a instalação de praças e áreas verdes melhoram a qualidade de vida, do ar, do solo, de tudo", constata.

"Ainda há muito o que fazer para reverter os últimos séculos de devastação da natureza nesta cidade, mas os Jogos, seguramente, impulsionam essa mudança. Os Jogos aceleraram também o investimento na despoluição do rio Sena. Para os que moram aqui, a cidade ficará melhor, mais verde, menos cinza, menos poluída. A visita de milhares de pessoas durante os jogos trouxe um ambiente renovado e motivante — pena que muitos locais tenham decidido partir. Os atletas trouxeram alegria com suas presenças e conquistas aqui", completa Puerari.

Espírito olímpico toma Paris. Segundo o setor de turismo da Prefeitura de Paris, 1,73 milhão de turistas (aumento de 18,9% em relação a 2023) foram recebidos na metrópole da Grande Paris durante a primeira semana dos Jogos (de 26 de julho a 2 de agosto). Entre os visitantes internacionais, os cinco mercados mais presentes são Estados Unidos, representando 14,7% dos visitantes estrangeiros (136 mil turistas), Alemanha, com 6,6% (61 mil turistas), Brasil, com 5,5% (51 mil turistas), Reino Unido, com 5,1% (47 mil turistas) e Espanha, com 3,1% (28 mil turistas).

Em seu comunicado à imprensa, a Prefeitura de Paris destacou uma frase de Pierre de Coubertin, o francês que criou os Jogos Olímpicos da Era Moderna, publicada na Gazeta de Lausanne em 1918: "Se alguém me perguntar o segredo para se 'olimpizar', eu diria: 'A primeira condição é de ser alegre'".

Esta definição traduz o sentimento experimentado pela parisiense Andréia Delassus, que ficou em Paris apenas durante a primeira semana dos Jogos, antes de viajar de férias. "O balanço foi bastante positivo. Saímos de um ambiente de hostilidade, com o final das eleições legislativas, e de medo de ataques terroristas durante a Olimpíada para uma sensação de ajuda mútua, de partilha de momentos felizes e de muita celebração. A questão que fica é quanto tempo esse ambiente de tranquilidade vai durar?", disse, acrescentando que, se soubesse que Paris estaria tão alegre e agradável e que o clima olímpico seria tão bom, teria adiado a viagem. "Foi a primeira vez que viajei para a praia com uma certa tristeza por não ter aproveitado mais de Paris."

> "Previam um cenário de horror, da organização e dos transportes públicos, mas tudo saiu muito bem"
> *Florian Marlin*

Jean-Luc Delassus sentiu que "a cerimônia de abertura e a presença maciça de turistas e atletas estrangeiros fizeram com que eu descobrisse uma nova cidade, me reencantando com monumentos tão comuns para um parisiense".

O também parisiense Florian Marlin, que foi um dos 45 mil voluntários desta Olimpíada, descreveu o estado de espírito dos parisienses antes e durante os Jogos: "As pessoas previam um cenário de horror sobre as questões da organização e dos transportes públicos e, na verdade, tudo se passou muito bem. É impressionante o número de voluntários e de agentes da RATP nos transportes, ajudando, orientando, tudo isso ajudou bastante o fluxo de passageiros. Eu ando pelas ruas e vejo todo mundo sorridente, feliz, é muito bom viver neste clima", disse ele, que comandou um time de voluntários e sentiu igualmente a alegria destes por participarem dos Jogos.

Christelle Le Roux conta que, como a maioria dos parisienses, estava cética antes de os Jogos começarem, "mas foi uma experiência incrível e inesquecível receber os Jogos em casa". Ela justifica o mau humor inicial de seus conterrâneos com a frase: "Paris é como um filho para a gente, só a gente pode falar mal". "Agora, a gente está feliz demais que o resto do mundo pôde ver e vivenciar tudo o que esta cidade tem de bom", diz ela, admitindo que, se reclamar fosse um esporte, os parisienses ganhariam a medalha de ouro.

Economia Sediar um evento como a Olimpíada exige investimento cada vez mais alto e retorno para anfitrião nem sempre é evidente

Custos altos e legado incerto marcam os Jogos Olímpicos

Luiza Palermo
De São Paulo

Sediar uma Olimpíada é um marco histórico para uma cidade, colocada no foco mundial com uma série de promessas de legados duradouros e positivos. Mas especialistas alertam que a realidade pode ser mais complexa do que o cenário prometido, com custos para sediar o evento cada vez mais exorbitantes, enquanto os benefícios econômicos para a cidade anfitriã não são tão evidentes.

Nas últimas duas semanas, Paris sediou uma Olimpíada inteiramente planejada para mudar esse destino, prometendo uma abordagem mais sustentável e econômica, com ênfase no uso de instalações existentes e temporárias para evitar o fantasma das "elefantes brancos" — estruturas caras e subutilizadas que assombraram edições anteriores.

Mas um estudo da Universidade de Oxford contesta essa promessa, apontando que, apesar dos esforços de corte de custos, Paris está gastando mais de US$ 1 bilhão acima do custo médio histórico dos Jogos. A estimativa é que o custo de Paris 2024 será de US$ 8,87 bilhões. Inicialmente, o Comitê Olímpico Internacional (COI) havia estimado um orçamento de US$ 4 bilhões.

"Esse não é o evento econômico que foi prometido. Estamos vendo custos em torno de US$ 10 bilhões para sediar os Jogos de Verão, o que ainda é muito caro", afirma Alexander Budzier, membro da Said Business School de Oxford que coescreveu o estudo.

Além disso, especialistas ressaltam que os Jogos ficaram cada vez mais caros ao longo dos anos, muitas vezes não compensando o retorno econômico e legado deixado após o evento para a região. No final, muitas vezes a conta para mensurar o que foi gasto e o retorno econômico obtido pode parecer um mau negócio.

"Quando uma cidade sedia uma Olimpíada, são arrecadados cerca de US$ 5 bilhões em receita total", explica Andrew Zimbalist, professor de economia no Smith College e autor de três livros sobre a economia das Olimpíadas. "Mas no lado dos custos, que variam dependendo do país e do que ele já possui de infraestrutura, eles excedem os US$ 15 bilhões. É uma matemática econômica muito ruim".

As Olimpíadas mais caras até o momento foram as do Rio em 2016, com um custo de US$ 23,6 bilhões, e as de Londres em 2012, com US$ 16,8 bilhões, seguidos por Tóquio em 2021, com custo estimado em US$ 13,7 bilhões.

Segundo Zimbalist, um dos motivos que explicam o aumento acentuado dos custos na última década é a crescente expansão das Olimpíadas, com cada vez mais novas modalidades, eventos esportivos e atletas. Tudo isso cria custos adicionais, combinado com uma inflação crescente que aumenta mais os valores.

As cidades-sede também têm enfrentado cada vez mais dificuldades em se manter dentro do orçamento, como todos os Jogos dos últimos anos registrando estouros nos custos. Os maiores foram Montreal 1976, com um estouro de 720% em termos reais, seguido por Rio 2016, que custou 352% a mais que o planejado inicialmente.

Esse excedente pode ter implicações fiscais por décadas na cidade-sede. Segundo Budzier, o tamanho do impacto desses custos nas economias locais deve ser avaliado considerando dois pontos. O primeiro sendo o custo de oportunidade, ou seja, se o dinheiro gasto para sediar a Olimpíada não deveria estar sendo melhor aproveitado em outras necessidades.

"Budapeste, por exemplo, estava concorrendo para sediar as Olimpíadas de 2024, mas desistiu após um grande debate nacional sobre se esse dinheiro deveria ser mais bem gasto em hospitais e escolas", afirma Budzier. "Mas quando o governo não tem essa consciência há um impacto. É dinheiro direto que poderia ser investido em outros lugares onde pode haver necessidade", completa.

> "Budapeste desistiu de sediar os Jogos de 2024 após um grande debate nacional"
> *Alexander Budzier*

O segundo ponto recai sobre a capacidade financeira da cidade sede, principalmente se os gastos forem financiados publicamente.

"Frequentemente vemos um ciclo em que os governos, ao se candidatarem para sediar o evento, estavam relativamente bem financeiramente. Mas, então, oito anos depois, quando o ciclo econômico se inverte, eles de repente têm que arcar com grande parte dos custos e, tendo se comprometido a fazer esses pagamentos, obviamente não podem se desvincular deles", afirma Budzier.

A pesquisa cita os Jogos do Rio de Janeiro, em que a economia brasileira estava indo bem em 2009 quando a cidade foi escolhida para sediar os Jogos de 2016, mas dois meses antes da cerimônia de abertura, essa situação já não era mais a mesma. A cidade estava em uma situação tão grave que o governo declarou estado de emergência para garantir financiamento adicional para os Jogos.

"Onde vemos os benefícios mais positivos em sediar uma Olimpíada é nos efeitos de regeneração urbana que se pode obter. O Rio tinha um bom plano e uma boa visão para isso, mas várias crises ocorreram e a política entrou em jogo. Muitos desses programas de legado foram cancelados ou adiados, o prefeito da cidade mudou e todo o ciclo para a extração de benefícios econômicos se perdeu", diz Budzier.

Custo das Olimpíadas

Expansão dos Jogos ameaça sua viabilidade financeira

Ano	Cidade	Custo Final (US$ bilhões)	Estouro de custos (%)	Atletas	Eventos
1960	Roma	–	–	5.338	150
1964	Tóquio	0,3	–	5.152	163
1968	Cidade do México	–	–	5.516	172
1972	Munique	1,1	–	7.234	195
1976	Montreal	7,1	720	6.048	198
1980	Moscou	7,7	–	5.179	203
1984	Los Angeles	0,8	–	6.829	221
1988	Seul	–	–	8.397	237
1992	Barcelona	11,6	266	9.356	257
1996	Atlanta	4,7	151	10.318	271
2000	Sydney	5,2	90	10.651	300
2004	Atenas	3,1	49	10.625	301
2008	Pequim	8,3	2	10.942	302
2012	Londres	16,8	76	10.568	302
2016	Rio	23,6	352	10.500	306
2020	Tóquio	13,7	128	11.420	339
2024	Paris	8,7	115	10.500	329

Fonte: Universidade de Oxford

Por outro lado, um novo estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) sobre o legado olímpico no Rio aponta que os projetos realizados para os Jogos geram impacto sobre o município, até hoje, de R$ 99 bilhões sobre produção bruta e de R$ 51,2 bilhões sobre o PIB, defendendo que os investimentos feitos tiveram um impacto econômico positivo e significativo.

"O que foi deixado como parte do legado foram aqueles equipamentos que estavam na candidatura do Rio, assim como outras intervenções cuja viabilidade econômica e política foram possibilitadas por conta das Olimpíadas, demandas históricas da população que já estavam muito tempo para ocorrer e que não ocorriam", diz Daniel da Mata, economista e um dos coautores do estudo da FGV.

Esse cenário de altos custos e retorno financeiro incerto resultou em cada vez menos cidades interessadas em sediar os Jogos, ameaçando a viabilidade futura das Olimpíadas. Em 2017, após Budapeste, Hamburgo e Roma retirarem suas candidaturas, Paris e Los Angeles foram designadas para sediar as edições de 2024 e 2028, sem um processo de candidatura adequado para 2028 pela simples razão de que o COI estava ficando sem cidades-sede.

"O argumento que diz que sediar a Olimpíada é um ótimo investimento e que se pagará sozinho é implausível na maioria dos lugares, e as cidades estão percebendo isso", afirma Scott Holladay, professor de economia na Universidade do Tennessee (EUA) e pesquisador sobre os impactos de longo prazo das Olimpíadas.

Ainda assim, o COI afirma que sediar pode elevar o perfil global de uma cidade e gerar benefícios econômicos por meio do turismo e investimentos em infraestrutura. A organização estima que nas próximas edições os benefícios econômicos para a cidade, região e país superam em muito os investimentos relacionados aos Jogos. Em Paris, por exemplo, o benefício econômico seria de US$ 12,2 bilhões.

"É um evento esportivo de duas semanas que custa bilhões de dólares, mas, com esses bilhões, você obtém a alavancagem para fazer algo que você poderia ter dificuldades em fazer sem os Jogos. Você pode criar um legado positivo se souber aproveitar a oportunidade", diz Budzier.

Esporte Cerimônia no Stade de France teve pódio da maratona e passagem de bastão para Los Angeles

Olimpíadas terminam com discurso pacifista do COI e aparição de Tom Cruise

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

AP PHOTO/DAVID GOLDMAN

A Olimpíada de Paris terminou ontem com uma festa no Stade de France. Diferentemente da abertura, feita nas ruas de Paris e no rio Sena, o encerramento do evento ocorreu no estádio que recebeu as disputas de rugby e atletismo.

A cerimônia também marcou a passagem de anfitriã dos jogos para Los Angeles, que vai receber uma Olimpíada pela terceira vez, em 2028. Só Paris tem essa marca.

A festa projetada pelo diretor artístico Thomas Jolly trouxe acrobatas e dançarinos de branco reconstruindo e içando ao centro do estádio os anéis que formam o símbolo dos jogos, instigados por um "viajante dourado", que viria do futuro e do espaço para retomar os jogos na Terra. O personagem, interpretado por um artista de break dance, modalidade estreante na Olimpíada, desceu do teto do Stade de France, diante de um público de 71,5 mil pessoas.

Também foi do teto do estádio que desceu Tom Cruise, ator que deu início à parte americana da cerimônia com toques cinematográficos. Após pegar com a ginasta Simone Biles a bandeira dos jogos, passada a ela pela prefeita de Paris, Anne Hidalgo, pelo presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, e pela prefeita de Los Angeles, Karen Bass, Cruise passou de moto pelos atletas.

> "Os jogos não podem criar a paz, mas podem criar uma cultura de paz"
> *Thomas Bach*

Um filme gravado em Los Angeles incluiu apresentações da banda Red Hot Chilli Peppers, da cantora Billie Eilish e dos rappers Dr. Dre e Snoop Dogg, que já vinha promovendo Los Angeles-2028 em Paris.

De fora do planejado na festa de encerramento houve apenas um aviso da organização para que atletas deixassem o palco, em formato de mapa-múndi, para a apresentação da banda francesa Phoenix. Os músicos tocaram a primeira canção, Lisztomania, cercados pelos atletas.

Na abertura dos jogos, o mesmo diretor artístico Thomas Jolly passou por apuros quando o cantor francês Philippe Katerine apareceu pintado de azul para representar o deus Dionísio, em frente à uma cena que espectadores associaram à Santa Ceia. Segundo Jolly era, na verdade, uma festa pagã. Ele pediu desculpas "a quem se sentiu ofendido".

Na abertura, as delegações chegaram pelo rio Sena, que foi o centro das atenções negativas nos jogos. Hidalgo e o presidente francês Emmanuel Macron garantiram que seria possível realizar algumas provas de natação ali, como a maratona aquática. Atletas de Portugal, Bélgica e Suíça relataram problemas gastrointestinais após competirem nas águas do rio.

A festa de encerramento teve uma inovação: a premiação da maratona feminina, prova disputada na manhã do domingo, ocorreu durante o evento. O ouro foi para Sifan Hassan, atleta holandesa de origem etíope, que subiu ao pódio vestindo um véu — atletas muçulmanas francesas foram proibidas de usar véu nos jogos.

Paris decidiu encerrar sua Olimpíada com a maratona feminina, em vez da masculina, como ocorre tradicionalmente. Em seu discurso de encerramento, o presidente do COI ressaltou que os jogos de 2024 foram os primeiros com "paridade total entre gêneros". Sua fala também trouxe um apelo pacificador. "Os jogos olímpicos não podem criar a paz, mas podem criar uma cultura de paz que inspire o mundo".

A chama olímpica foi levada ao estádio em uma lanterna, carregada pelo nadador francês Léon Marchand, sensação dos jogos com quatro medalhas de ouro e uma de bronze. Ele apagou a chama juntamente com Bach e outros atletas de destaque na história dos jogos.

A delegação brasileira, que levou um número reduzido de atletas na cerimônia de encerramento, teve a dupla do vôlei de praia Ana Patrícia e Duda como porta-bandeira. Elas ganharam um dos três ouros do país na edição deste ano da Olimpíada.

O Brasil encerrou a disputa em Paris com a 20ª colocação no quadro de medalhas, ante um 12º lugar na edição anterior, em Tóquio. Além dos três ouros, conquistados também pela ginasta Rebeca Andrade e pela judoca Beatriz Souza, o país levou 7 medalhas de prata e 10 de bronze.

Apesar do encerramento, os jogos seguem em Paris. No próximo dia 28 começa a Paralimpíada, disputada até 8 de setembro.

Leia mais sobre Olimpíada na B7 e B8

América do Sul País vinha ensaiando melhora após EUA terem decidido flexibilizar no ano passado sanções ao setor do petróleo

Crise na Venezuela freia início de recuperação econômica

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

A crise aberta após a eleição presidencial do dia 28 na Venezuela — da qual governo e oposição reivindicam a vitória — compromete a tímida recuperação econômica do país nos últimos anos. Após meses de negociações, os EUA tinham flexibilizado as sanções impostas ao setor de petróleo em 2023, em troca justamente do compromisso do governo de Nicolás Maduro de realizar eleições limpas e justas.

Aliada ao que analistas do país descrevem como uma dolarização informal, a Venezuela vinha conseguindo manter a inflação — que chegou a incríveis 6.537.408% em 2018, segundo estimativa do serviço de dados Statista — em torno de 100%. A lenta retomada, agora, depende de fatores imponderáveis, sobretudo a obtenção ou não de uma solução para o impasse político e a retomada das sanções por EUA e aliados.

"Estamos entrando agora em um mundo desconhecido e precisamos rapidamente de uma processo que leve a um acordo político que seja transparente e avalizado por todas as alas políticas e pela comunidade internacional", disse ao **Valor**, Adán Celis, presidente da Fedecámaras, que congrega associações de 14 setores da economia do país, do agronegócio aos serviços bancários, em 19 regiões. "Por isso estamos à frente de um movimento que busca, no menor tempo possível, o estabelecimento de um acordo político mínimo, para reduzir os danos à economia."

Ele lembra que o país vem de um período e duas décadas nas quais a capacidade de produção geral do país se reduziu em mais de 80%. "O que temos dito sempre entre empresários venezuelanos é que precisamos trabalhar na realidade que vivemos. Ou seja, a Venezuela precisa de condições favoráveis para o desenvolvimento de um ambiente econômico dinâmico. A economia anterior, dependente unicamente das receitas de petróleo já não existe porque não existem os 3 milhões de barris por dia [que eram produzidos nos anos 90]", disse o dirigente. "Temos de criar condições para que a política deixe de ser um fardo para esse desenvolvimento."

Para Michael Shifter, presidente do centro de estudos de Washington Inter-American Dialogue, porém, "há sinais de que o processo de recuperação da economia — caso se considere que ele estava mesmo em curso — já foi paralisado" durante o processo eleitoral. "Qualquer percepção de confiança em um regime que agia para cometer fraude maciça entrou em colapso", diz Shifter, um dos principais especialistas em América Latina do mundo acadêmico dos EUA. "A percepção de ligeira recuperação da atividade econômica atual se deve principalmente à inércia após o relaxamento das sanções ao petróleo", disse.

"Está claro que a normalização com a qual muitos contavam para trazer novo capital para a Venezuela não se materializará", afirmou Shifter. "A crise é profunda e a situação atual, que já não era boa, não é sustentável."

Um papel fundamental no futuro econômico de curto prazo no país, com Maduro permanecendo no poder, está na decisão dos EUA de manter o atual alívio ou retomar as sanções econômicas ao setor de petróleo. O aperto na punição a Caracas seria o caminho natural em resposta à violação do Tratado de Barbados, de outubro de 2023 — ante a suposta fraude que estaria impedindo o opositor Edmundo González de ser reconhecido como vencedor da eleição. Washington estuda essa decisão com cautela.

"Está claro que as sanções são o fator-chave para o caminho que a economia venezuelana seguirá daqui por diante", diz o analista venezuelano Daniel Lansberg-Rodríguez, professor da Gestão Econômica da Kellogg School of Management, da Universidade Northwestern, de Illinois, e cofundador da consultoria Aurora.

"Mas os EUA estão revendo cautelosamente a estratégia. Pelo que entendi, já estão em curso sanções individuais, mas sanções econômicas mais amplas ainda estão em avaliação", disse Lansberg. "O governo de Joe Biden tem sido cauteloso para não desencadear tensões econômicas que possam aumentar fluxos migratórios", afirmou.

Lansberg prevê que diante da cautela externa, o impacto imediato no fluxo de divisas deve ser uma queda nas receitas de 10%. Uma desvalorização de 10% a 15% no valor do bolívar em relação ao dólar ainda poderá ser necessária para as próximas semanas.

Ele projeta que a produção de petróleo "pode até aumentar, desde que os EUA não comecem a cancelar licenças [de empresas estrangeiras que voltaram a atuar no setor de energia da Venezuela]".

"Além disso, as tensões crescentes nas relações internacionais da Venezuela poderão frear o tímido crescimento econômico, após os dois trimestres deste ano terem registrado crescimento moderadamente positivo", afirmou o professor. "Este nível de incerteza política só pode complicar as decisões de investimento, dada a crescente cautela dos investidores — seja pelo risco de sanções ou pela dificuldade geral dos mercados de avaliar o potencial explosivo de mudanças sociais súbitas", disse.

Adán Celis: "acordo político mínimo para reduzir os danos à economia"

Dúvidas sobre a resiliência dos EUA

Jon Kamp, Rachel Wolfe, Ruth Simon e Justin Baer
Dow Jones

Até recentemente, os EUA pareciam caminhar para um "pouso suave" — com a inflação em queda, enquanto o emprego se mantinha elevado e o crescimento, estável. Nas últimas semanas, no entanto, este cenário perdeu força, com alguns economistas apontando para um aumento da probabilidade de recessão. Outros insistem que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) precisa acelerar o corte as taxas de juros se quiser evitar uma recessão. A incerteza pesa sobre consumidores e empresas que tentam tomar decisões sobre planos e gastos.

A Disney disse nesta semana que a receita de seus parques temáticos caiu, em parte devido à redução da demanda. A empresa apontou para a "incerteza econômica que afeta os consumidores" e disse esperar que a demanda mais fraca dos consumidores por seus parques temáticos persista.

Várias outras empresas, incluindo Airbnb e McDonald's, sinalizaram uma redução na demanda dos consumidores.

As más notícias das empresas americanas surgem em um momento em que os economistas avaliam se o recente abrandamento das contratações e o aumento do desemprego, que abalaram temporariamente os mercados, poderão ser um passo em direção a uma recessão ou se apenas um breve susto.

Somando-se aos sinais confusos, as taxas hipotecárias caíram para o nível mais baixo em mais de um ano e os pedidos de seguro desemprego diminuíram, aliviando algumas preocupações sobre o mercado de trabalho.

Os economistas esperam que o Fed inicie os cortes da taxa de juros na sua próxima reunião, em setembro. Entretanto, as empresas e os consumidores tomarão inúmeras decisões — seja reservar viagens, reformar as cozinhas, aprovar viagens de negócios ou contratar mais trabalhadores — que poderão ajudar a impulsionar o país de uma forma ou de outra.

"Devíamos estar em um ponto de inflexão", disse Vineer Bhansali, fundador do LongTail Alpha, um fundo de hedge em Newport Beach, Califórnia. É difícil ver o que está por vir, afirmou.

Para muitos americanos, as preocupações com uma desaceleração e a ansiedade em relação aos seus empregos podem superar os benefícios dos juros mais baixos, acrescentou Bhansali.

Os gastos dos consumidores representam cerca de dois terços da economia dos EUA. Quando os consumidores recuam, podem haver efeitos importantes nas empresas, que podem agir no sentido de cortar custos, muitas vezes através da demissão de trabalhadores.

As Pesquisas aos Consumidores da Universidade de Michigan mostraram que o sentimento do consumidor, embora muito acima de um mínimo histórico de meados de 2022, permanece cauteloso. Os preços altos colocam um freio nas compras, especialmente entre as famílias de baixa renda, disse Joanne Hsu, diretora das pesquisas, após o relatório de julho.

> "Economia americana deveria estar em um ponto de inflexão"
> *Vineer Bhansali*

Nancy Lazar, economista-chefe global da Piper Sandler, um banco de investimento e empresa de serviços financeiros, disse que a confiança dos consumidores de rendimento médio também está abalada. A questão agora, diz ela, é: "O que as empresas podem fazer para apoiar o consumidor?"

A resposta, disse, é "permitir que suas margens de lucro caiam" para evitar demissões. "Há uma opinião de que, dada a dificuldade de contratar pessoas, as empresas demorarão a despedir".

Sinais de consumidores instáveis pipocaram nos recentes relatórios de lucros corporativos. A Monster Beverage culpou as fracas vendas de suas bebidas energéticas pelas pressões sentidas por seus clientes operários. As ações de ambas as empresas caíram acentuadamente após os últimos resultados.

"As pessoas ainda estão fazendo coisas", disse Lucas White, presidente do Fountain Trust Co., um banco comunitário centenário com sede na pequena Covington, Indiana.

"Ouvimos queixas regularmente sobre quanto custam os produtos básicos. Mas os consumidores continuam a comprar e as empresas continuam a fazer o que fazem e a expandir-se."

"No limite", disse ele, que também é presidente do Independent Community Bankers of America, descrevendo o sentimento dos consumidores. "A ansiedade deve estar muito forte. Eles estão cientes disso, mas a maioria ainda não parou de gastar."

Juan Hernandez Ariano, planejador financeiro e diretor da WealthCreate em Houston, disse que vários de seus clientes apresentaram a ideia de trabalhar um pouco mais, em vez de se aposentar nos próximos cinco anos, conforme planejado.

O sentimento, segundo ele, está longe do pânico, como o que eclodiu durante a recessão de 2007-2009, a pandemia ou o colapso do Silicon Valley Bank em 2023. Mas há muitas dúvidas por parte dos clientes.

A indústria de construção civil conta com taxas hipotecárias mais baixas para atrair potenciais compradores que foram dissuadidos pelas taxas elevadas e pelos preços recordes.

Taxas mais baixas também ajudaram um setor imobiliário em franca expansão, que depende fortemente de empréstimos. Para outros, o emprego e a renda são as principais preocupações.

Confiança do consumidor em queda
Índice - em pontos *

Fonte: Universidade de Michigan. Elaboração: Valor Data. * Base = 100 em 1996

Kamala começa a despontar como favorita na disputa com Trump

Análise

Humberto Saccomandi
Para o Valor, de São Paulo

A democrata Kamala Harris está avançando sobre o republicano Donald Trump nas pesquisas de intenção de voto e começa a surgir como possível favorita, a pouco menos de três meses das eleições presidenciais nos EUA. Uma série de fatores devem impulsionar a sua candidatura nas próximas semanas e podem consolidar esse favoritismo. A situação da economia americana parece ser hoje o maior risco para a democrata.

Praticamente todas das recentes pesquisas de intenção de voto nos EUA indicam situação de empate técnico entre Kamala e Trump. Mas, na última semana, a democrata aparece numericamente à frente do republicano na maioria das sondagens. Isso é uma reviravolta na disputa, já que Trump sempre apareceu à frente ao longo deste ano.

Segundo o agregador de pesquisas RealClearPolitics, Kamala superou Trump em 5 de agosto na média das pesquisas e ontem aparecia com 45,3%, contra 44,5% de Trump e 5,5% do independente Robert Kennedy Jr. Já o agregador FiveThirtyEight coloca Kamala mais de dois pontos à frente de Trump, com 45,7% x 43,4% (Kennedy aparece com 5,1%).

Essas diferenças não bastam para garantir uma vitória de Kamala. A eleição americana não é definida pela soma do voto popular, como no Brasil, mas por um complexo sistema de votação num Colégio Eleitoral. Nas últimas oito eleições presidenciais nos EUA, o candidato democrata obteve a maior votação popular em sete, mas venceu em apenas cinco delas. Em 2000, com George W. Bush, e em 2016, com Trump, os republicanos ganharam no Colégio Eleitoral, mesmo ficando atrás no voto popular. Isso significa que Kamala precisa de uma margem de segurança no voto popular para obter a vitória no Colégio Eleitoral. Analistas estimam essa margem em cerca de 3 pontos. Biden, por exemplo, venceu com 4,5 % de votos a mais do que Trump em 2020.

Tão ou mais importante que a vantagem nas pesquisas nacionais é a situação nos sete Estados considerados decisivos para a vitória na eleição. As pesquisas mais recentes indicam empate técnico entre Kamala e Trump em todos esses Estados, numa melhora em relação a Biden, que aparecia atrás em todos eles. Pesquisa NYTimes/Siena do sábado, dia 10, aponta Kamala 5 pontos à frente em Michigan, 6 pontos em Wisconsin e 2 pontos na Pensilvânia. Essas diferenças continuam dentro da margem de erro, o que indica empate técnico, mas a democrata parece estar ganhando terreno.

É provável que a dianteira numérica de Kamala nas pesquisas se amplie nas próximas semanas. Desde 21 de julho, quando se tornou a virtual candidata democrata, após a desistência do presidente Joe Biden, ela vem se beneficiando do entusiasmo inicial com a sua candidatura e da ampla exposição que vem tendo na mídia e nas redes sociais. A escolha do candidato a vice, Tim Walz, manteve alta essa exposição. Daqui a uma semana começa a convenção nacional do Partido Democrata, que irá formalizar a candidatura de Kamala. As convenções partidárias são um show mediático e costumam gerar um impulso nas pesquisas para o candidato do partido.

> Maior risco para a democrata parece ser o crescente temor de uma recessão

Kamala vai se beneficiar ainda de uma arrecadação recorde de verba para a sua campanha eleitoral. Em julho, a campanha democrata levantou US$ 310 milhões em doações, a maior parte após a desistência de Biden. Isso é mais do que o dobro da verba arrecadada por Trump (US$ 138,7 milhões) no mês. E 66% dessas doações vieram de novos doadores, sinal de que a entrada de Kamala na disputa energizou a base democrata. Essa verba deve dar a ela poder de fogo elevado na propaganda eleitoral.

Outro fator que joga a favor da democrata é a dificuldade da campanha republicana de responder à entrada de Kamala na disputa. Trump ainda não conseguiu encontrar um discurso eficiente contra a sua nova adversária. A principal aposta foi culpá-la pela entrada recorde de imigrantes ilegais em 2023, mas isso teve pouco efeito até agora, até porque a entrada de imigrantes caiu bastante desde o início deste ano.

A nova situação vem fazendo Trump cometer seguidos erros. Nesta semana ele tuitou que Kamala roubou ilegalmente a candidatura de Biden e que o presidente iria tentar retomá-la na convenção democrata, o que é um absurdo. Em 31 de julho, num encontro com jornalistas negros, Trump questionou a identificação de Kamala como negra e sugeriu que ela estaria enganando os eleitores. "Eu nem sabia que ele era negra até alguns anos atrás, quando ela se subitamente se tornou negra e agora ela quer ser conhecida como negra." Kamala é filha de pai jamaicano e mãe indiana, ambos imigrantes nos EUA. Ela participa de movimentos negros desde a juventude.

Trump também teve de recuar em relação ao segundo e último debate presidencial. Inicialmente ele disse que não compareceria, pois acertou debate com Biden, não com Kamala. Depois tentou levar o debate da TV ABC, onde estava programado, para a Fox, que o apoia. Por fim, anunciou que participará do debate na ABC, num provável reconhecimento de que está ficando para trás nas pesquisas.

Trump nem conseguiu ainda encontrar um apelido jocoso eficiente para Kamala. No caso de Biden, o republicano costumava se referir a ele como Sleppy Joe (algo como Joe Soneca).

Aparentemente está acontecendo algo que analistas já previam: que o republicano teria dificuldade de contra um novo nome do Partido Democrata. Biden e Trump eram os candidatos mais rejeitados da história política americana, segundo pesquisas. Os problemas de idade de Biden vinham, porém, ofuscando a rejeição a Trump. Agora o republicano passou a ser o candidato problema.

É impossível saber se a recente ascensão de Kamala nas pesquisas é algo temporário ou se vai continuar. Nem se há um teto para essa subida. Ela e seu vice sofrerão um escrutínio maior até a eleição e podem também cometer erros. Mas, por ora, o maior risco para a candidata democrata parece ser o crescente temor de uma recessão nos EUA ou de uma queda acentuada dos mercados, que poderia azedar o humor dos eleitores americanos em relação ao atual governo democrata, do qual Kamala faz parte.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

IPCA sobe mais que previsto, mas alimentos têm deflação

A inflação em julho subiu 0,38%, mais do que o esperado pelos 41 analistas ouvidos pelo Valor e bem mais que a projeção do Banco Central para o mês (0,12%). O IPCA está sendo puxado no ano por serviços e pelos preços monitorados. Em 12 meses, o índice encostou no teto da meta de inflação, 4,5%. Paradoxalmente, no acumulado do ano até julho, 2,87% é a menor taxa desde 1998, quando foi de 1,65%.

A alta do IPCA não chegou exatamente a surpreender. A inflação foi bem baixa no mesmo mês do ano passado (0,12%) e, na comparação anual com agosto, setembro e outubro, as leituras serão pequenas, entre 0,23% e 0,26%. A média mensal do IPCA ao longo de 2024 tem sido mais alta, mas não é difícil que a inflação em 12 meses caia em agosto, se os preços dos alimentos se comportarem bem.

Há dados positivos no índice. Os preços de alimentos e bebidas tiveram deflação (-1%) em julho, a maior para o mês desde 1999. Esses itens têm o maior peso no IPCA, e foram puxados para baixo pela queda de 1,51% na alimentação no domicílio. Tiveram impacto de -0,22 ponto percentual, o suficiente para anular altas observados em seis dos nove grupos que compõem o IPCA, com exceção de transportes, que contribuiu com 0,37 ponto percentual.

A elevação dos preços dos alimentos em Porto Alegre contribuiu para inflar o IPCA de junho, colocando um ponto de interrogação sobre a evolução dos preços no resto do ano. Porto Alegre puxou agora a variação para baixo dos preços dessa categoria, com uma deflação superior à média, de -1,62%, só inferior à contribuição no mesmo sentido de Vitória (-1,95%). A inflação, por outro lado, está também menos espalhada. O índice de difusão geral, que mede a porcentagem do número de itens que aumentaram em relação ao total, recuou de 53,5% em junho para 46,9%.

Mas as advertências da ata do Copom parecem estar sendo confirmadas, o que não é bom sinal. Segundo o IBGE, a inflação de serviços voltou a subir e chegou a 0,75% no mês e 5,01% em 12 meses. Serviços, segundo o BC, assumiram papel preponderante no processo inflacionário, mas, por outro lado, a alimentação no domicílio, sobre a qual a ata afirmara que deixara de contribuir para derrubar a inflação, surpreendeu positivamente. O setor de serviços está sendo puxado pelo aumento do emprego e da renda, de forma que não é de se esperar que deixem de oferecer alguma resistência à queda do IPCA, a menos que a economia desaqueça significativamente, o que não vai acontecer.

A inflação de julho teve dois fatores de pressão preponderantes. O item que individualmente mais colaborou para elevar o IPCA do mês foi a gasolina, com 0,16 ponto percentual. A variação de transportes, com 0,37 ponto percentual, teve influência marcante dos preços de passagens aéreas (julho é mês de férias), um indicador que vem variando na casa dos dois dígitos para cima ou para baixo nos últimos meses. Os combustíveis, em 12 meses, estão com altas fortes, somando 9,08%. O óleo diesel foi majorado em 18,14% no período.

Isso faz com que a variação em 12 meses dos preços administrados, como combustíveis e energia, tenha sido maior do que a de serviços. Com peso perto de um terço no índice, avançaram 7,04% no acumulado até julho. A energia residencial aumentou 1,93% em julho. A projeção para os preços monitorados no cenário de referência utilizado pelo BC é de 5% em 2024. Ela parece subestimada, mas pode estar correta se não houver surpresas no resto do ano. A bandeira de energia, que se tornou amarela no mês passado e elevou a conta de luz, voltou a ser verde em agosto. Quanto ao petróleo, rondam grandes incertezas, diante da possibilidade de aumento da tensão no Oriente Médio a partir do temor de um enfrentamento mais amplo entre Irã e Israel, que jogaria as cotações para o alto.

Determinante para o efeito doméstico das commodities em geral, o dólar deverá perder fôlego depois da escalada de junho-julho, quando chegou a R$ 5,75. A valorização da moeda americana inverteu seu rumo nos últimos dias — na sexta-feira sua cotação fechou em R$ 5,51. Em agosto, o dólar recua 2,53%, em um movimento que pode afastar o pior cenário: sua permanência nos níveis de fim de julho, o que teria efeito certo altista nos preços domésticos, um dos riscos apontados pela ata do Copom. O esperado início do corte de juros pelo Fed (o banco central americano), em agosto ou setembro, deverá retirar um pouco mais de fôlego do dólar ante o real.

A média dos cinco núcleos de inflação acompanhados pelo BC subiu em julho, alcançando 3,83% em 12 meses. A inflação cheia, porém, vai fechar o ano abaixo de 4,5%, como preveem a maioria dos analistas — 4,12% de acordo com a mais recente pesquisa do Focus. O IPCA ficará então distante da meta, como é consenso entre analistas e BC, mas não a ponto de justificar uma elevação dos juros no curto prazo, que seguem no terreno contracionista. A perspectiva mais otimista, por enquanto, não é boa. Para a inflação se aproximar dos 3% será preciso manter a Selic em 10,5% por seis trimestres. O governo poderá melhorar muito esse cenário superar a enorme descrença e cumprir a meta fiscal.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Empregos nesse setor são melhores que informais existentes. Por **João Saboia e outros**

Trabalhadores de plataformas digitais e geração de vagas

Desde meados da década de 2010, as plataformas digitais entraram com força no Brasil, que se transformou em um dos países mais conectados do mundo em termos de aplicativos e redes sociais. Embora ainda representando um número relativamente pequeno dentro do mercado de trabalho brasileiro, os empregos gerados pelas plataformas cresceram de forma impressionante nos últimos anos. Esta nova geração de empregos faz parte de uma reconfiguração do mercado de trabalho do país em que as fronteiras entre formalidade e informalidade se tornaram confusas no atual contexto de crise econômica que a pandemia de covid-19 exacerbou.

Estudo recente realizada no Instituto de Economia da UFRJ por François Roubaud e Mireille Razafidrakoto (IRD- França), Valéria Pero (IE/UFRJ), João Hallak Neto, André Simões e Paulo Dick (IBGE) aborda várias questões sobre os trabalhadores de plataformas. A partir de dados da PNAD Contínua do IBGE no período 2012/2023, é examinada a situação de uma parcela dos trabalhadores de plataformas digitais no setor de transporte (motoristas e entregadores) procurando entender como o mercado de trabalho teria se modificado com a chegada desses trabalhadores.

A concentração do estudo nos trabalhadores do setor de transporte se deve à sua grande visibilidade, ao elevado número desses dois grupos de trabalhadores e à maior facilidade de identificação daqueles que estão trabalhando em plataformas digitais a partir dos dados da PNAD Contínua.

As questões que o estudo procura responder são: as plataformas no setor dos transportes têm sido uma fonte dinâmica de criação de empregos? Os empregos de motoristas e entregadores de plataforma são de boa qualidade ou apenas precários e de baixa remuneração? Eles são mais semelhantes aos empregos formais ou informais? De onde vêm e como se integram ao mercado de trabalho? Será este novo tipo de trabalho um trampolim para a formalização de trabalhadores informais, para os desempregados ou para jovens que procuram entrar no mercado de trabalho, como muitas vezes se supõe, ou seria um estado permanente do qual há pouca saída? São apenas empregos secundários que geram um rendimento adicional, ou representam a fonte principal para as famílias que os utilizam? Esses empregos são um refúgio para os grupos sociais mais vulneráveis?

Tais questões são abordadas no estudo em duas linhas transversais: por um lado, a evolução das características dos motoristas e entregadores de mercadorias ao longo do tempo e, por outro, a heterogeneidade interna do universo dos trabalhadores de plataformas de transporte.

Alguns números poderiam ser destacados para ilustrar os resultados do estudo. Estimativas do total de motoristas de plataformas digitais apontam para um crescimento de cerca de 1500% entre 2015 e 2022. Para os entregadores de plataformas digitais, 1600%. Em 2022, havia cerca de 1,1 milhão de motoristas e 400 mil entregadores de plataforma, cujos rendimentos médios eram R$ 2.346 e R$ 1.896, respectivamente.

O grande crescimento do emprego de motoristas e entregadores de plataformas veio acompanhado de queda em seus rendimentos horários desde 2015. Tal queda atingiu 24% entre 2015 e 2022. Dados deste último ano mostram que os motoristas e entregadores de plataformas são basicamente homens (93%), não brancos (61%) e chefes de família (48%). Seus ganhos representam pouco mais da metade do total sua renda familiar.

O estudo destaca que o trabalho em plataformas digitais tem sido um importante gerador de empregos no mercado de trabalho brasileiro. Tais empregos tendem a ser melhores do que os empregos informais existentes.

GUITO MORETO/AGÊNCIA O GLOBO

Ao contrário dos países desenvolvidos, onde os empregos em plataformas são frequentemente ocupados por uma força de trabalho não branca e pouco qualificada, à margem do mercado de trabalho e, portanto, potencialmente sujeitos à segmentação e à discriminação, no Brasil eles afetam todos os tipos de pessoas, muitas delas relativamente integradas no mercado de trabalho e no tecido produtivo. Nessas condições, a promoção deste tipo de emprego pode revelar-se uma estratégia favorável em termos de políticas públicas.

Os trabalhadores de plataforma do setor de transporte são mal pagos, têm jornadas de trabalho longas e cansativas, estão em grande parte desprotegidos da legislação e assumem todos os riscos associados ao trabalho. Além disso, à medida que o emprego cresceu no período analisado, as condições de trabalho tenderam a se deteriorar em relação a outros segmentos do mercado de trabalho.

Deste ponto de vista, é imperativo que a qualidade de tais empregos seja melhorada. Isto significa reconhecer o estatuto jurídico deste tipo de emprego — entre o trabalho assalariado e o trabalho por conta própria — e seus direitos. A tarefa se mostra complexa, não apenas no Brasil, pois envolve combinar a manutenção de uma certa forma de autonomia e flexibilidade no emprego com a proteção dos trabalhadores.

O governo está atualmente considerando esta questão. Mas o objetivo deve ser claro: aproximar os empregos das plataformas digitais da qualidade dos empregos formais, em vez de contribuir para sua informalização do mercado de trabalho, tendência que está em curso desde a introdução das plataformas digitais no país. A questão do nível de remuneração, que tem se tornado cada vez menos atraente, também está no centro do debate. Deve ser promovida uma melhor divisão dos ganhos entre os lucros das plataformas digitais e a remuneração dos trabalhadores.

É necessário um maior equilíbrio entre os trabalhadores das plataformas digitais, por um lado, e as empresas, por outro, que atualmente tem sido prejudicial aos primeiros. Tal equilíbrio poderia ser obtido através da legislação e/ou da negociação. A organização dos trabalhadores das plataformas digitais, atualmente fragmentados, em sindicatos ou associações, seria uma das alavancas que poderiam ser ativadas para melhorar as suas condições de trabalho no futuro.

João Saboia é professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ.
François Roubaud e Mireille Razafindrakoto são pesquisadores do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IRD) da França. Maiores informações sobre o estudo podem ser obtidas com os autores do estudo através do e-mail francois.roubaud@ird.fr.

Setor elétrico e suas tomadas de 3 pinos

Edvaldo Santana

Há na história econômica alguns eventos interessantes de "lock-in" - quando você ou uma atividade fica subordinada a uma tecnologia ou estrutura que não necessariamente é a melhor. O caso mais estudado é o do teclado das antigas máquinas de datilografar, cujo layout é, desde sempre, também utilizado nos computadores.

O formato QWERTY existe comercialmente desde 1874, quando a Remington começou a produzir sua primeira máquina de escrever. São várias as explicações para o layout que parece tão pouco amigável. Para digitar a palavra "mar" é necessário percorrer três linhas do teclado, e as letras não estão próximas umas das outras.

Uma explicação é bem convincente, apesar de questionada por 150 anos. Como as primeiras máquinas eram mecânicas, se o(a) datilógrafo(a) fosse muito rápido(a), e teclasse o "m", o "a" e o "r" ao mesmo tempo, as hastes entre essas letras e a fita com tinta ficariam presas. O espaço, na fita, só cabia uma letra. Perdia-se muito tempo para "desgrudar" as hastes. Assim, o layout utilizado, prudentemente, desacelerava o(a) datilógrafo(a).

O layout QWERTY, por oportunidade ou acaso, prevaleceu. Criou uma dependência, ou o que os evolucionistas chamam de path-dependent (dependente da trajetória). O estranho layout é, por isso, um caso de feedbacks positivos, também conhecido como "economia do QWERTY". É uma tecnologia dominante. Mesmo que se conhecesse um formato mais amigável, com o passar do tempo sairia caro a troca e adaptação à nova tecnologia.

No Brasil, não faz muito, a população foi obrigada a trocar as tomadas de suas instalações elétricas por outras no formato de três pinos. No entanto, a arrogância tecnológica (e não o acaso ou a oportunidade) forçou a dependência. Exigiu um layout único no mundo. Foi muito custosa e constrangedora a adaptação.

É uma tecnologia que, mesmo não sendo dominante, prevaleceu compulsoriamente. Qualquer usuário de eletricidade que venha ao Brasil precisa trazer seu adaptador. O mesmo acontece com o brasileiro que vai para qualquer país do mundo e necessita carregar seu celular. É a isso que denomino de "economia da tomada de três pinos".

O setor elétrico brasileiro (SEB) possui várias "tomadas de três pinos". Entre 2006 e 2007, ainda no meu primeiro mandato como diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), tinha uma missão: para minimizar os efeitos das crises periódicas de escassez de recursos hídricos, queria estimular a premiação do usuário de eletricidade caso ele reduzisse o consumo.

Na época, para o governo, era uma agressão falar em reduzir o consumo de energia. Seria visto como um racionamento. Para quem não lembra, uma das principais "armas" da campanha de eleição do primeiro governo Lula foi o racionamento de 2001-2002. Era também uma "herança maldita" — uma artimanha.

Em 2007, com a perspectiva de nova escassez de água, a Aneel descobriu que a Petrobras teria vendido duas vezes a mesma molécula de gás natural. Como as termelétricas quase não eram acionadas, a petroleira, oportunisticamente, vendeu o gás para a indústria. Foi uma batalha das mais penosas para o regulador comprovar a irregularidade. Mas foi também o período de sua maior grandeza. Mostrou o valor da independência. Ficou evidente a relação direta entre independência do regulador e a performance do SEB.

Como, naquele cenário, a perspectiva era de que a demanda superaria a oferta, fui ao governo, mais precisamente à Casa Civil, explicar que uma opção para equacionar o potencial problema seria premiar o consumidor que, voluntariamente, reduzisse o uso da eletricidade. Para surpresa, a ideia foi bem recebida.

Mas, no passo seguinte, era necessário convencer as distribuidoras, os grandes consumidores, o Ministério de Minas e Energia e meus colegas da Aneel. Mas vou contar logo o resultado, para não cansar o leitor: depois de anos de discussão, foram aprovadas e implantadas as bandeiras tarifárias, que pune o consumidor, mesmo que ele reduza o uso da eletricidade. Felizmente, eu já não era um regulador.

A bandeira tarifária é uma das 'tomadas de três pinos': pune o consumidor mesmo que ele reduza o consumo

A bandeira tarifária é uma das "tomadas de três pinos" do SEB — quando a dependência de um caminho resulta em feedbacks negativos. Para evitar ou minimizar os efeitos de uma crise de oferta, a única opção, desde 2014, é aumentar a receita das distribuidoras, para que paguem os expressivos custos da geração das termelétricas. Como, por causa disso, a conta de luz aumenta muito, o truque seguinte consiste em articular um empréstimo em nome do consumidor.

Como essa estratégia também eleva a tarifa, aciona-se outro truque, que é antecipar a liquidação do empréstimo, mas com dinheiro do próprio consumidor. Essa etapa, nos nossos dias, ganhou o pomposo nome de "securitização", que nada mais é que outra "tomada de três pinos". Percebeu como surge a figura da "dependência criada pela mediocridade"?

Mas há boas notícias. No começo deste mês o Operador Nacional do Sistema resolveu que é a hora de atuar com mais razoabilidade econômica e, ao mesmo tempo, no bom caminho da redução das emissões de CO_2.

Na perspectiva de aumento da dificuldade para manter a segurança e a confiabilidade da oferta de eletricidade, neste e nos próximos anos, nada melhor que estimular a redução da demanda dos grandes consumidores. É uma prática usual, mundialmente conhecida como "resposta da demanda". E aprovada no Brasil desde 2017.

Em lugar de acionar uma térmica de R$ 500/MWh, faz todo sentido pagar R$ 400/MWh para que alguns usuários da rede reduzam a demanda. Cada 2.000 MW daria, para o pequeno consumidor, uma economia mensal de quase R$ 150 milhões — apenas com o custo direto de evitar o uso de termelétricas. Seria uma típica "economia do QWERTY", com feedbacks positivos, e não a "economia da tomada de três pinos", com seus feedbacks negativos. Tomara que a prática prevaleça.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

Frase do dia

"O mais importante é tentar manter as pessoas geograficamente perto de locais de trabalho"

Do economista Carlos Belchior, um dos autores de estudo sobre a relação entre sobre emprego formal e o Minha Casa Minha Vida

Ganho de emprego de baixos salários nos EUA não foi bem distribuídos. Por **Soumaya Keynes**

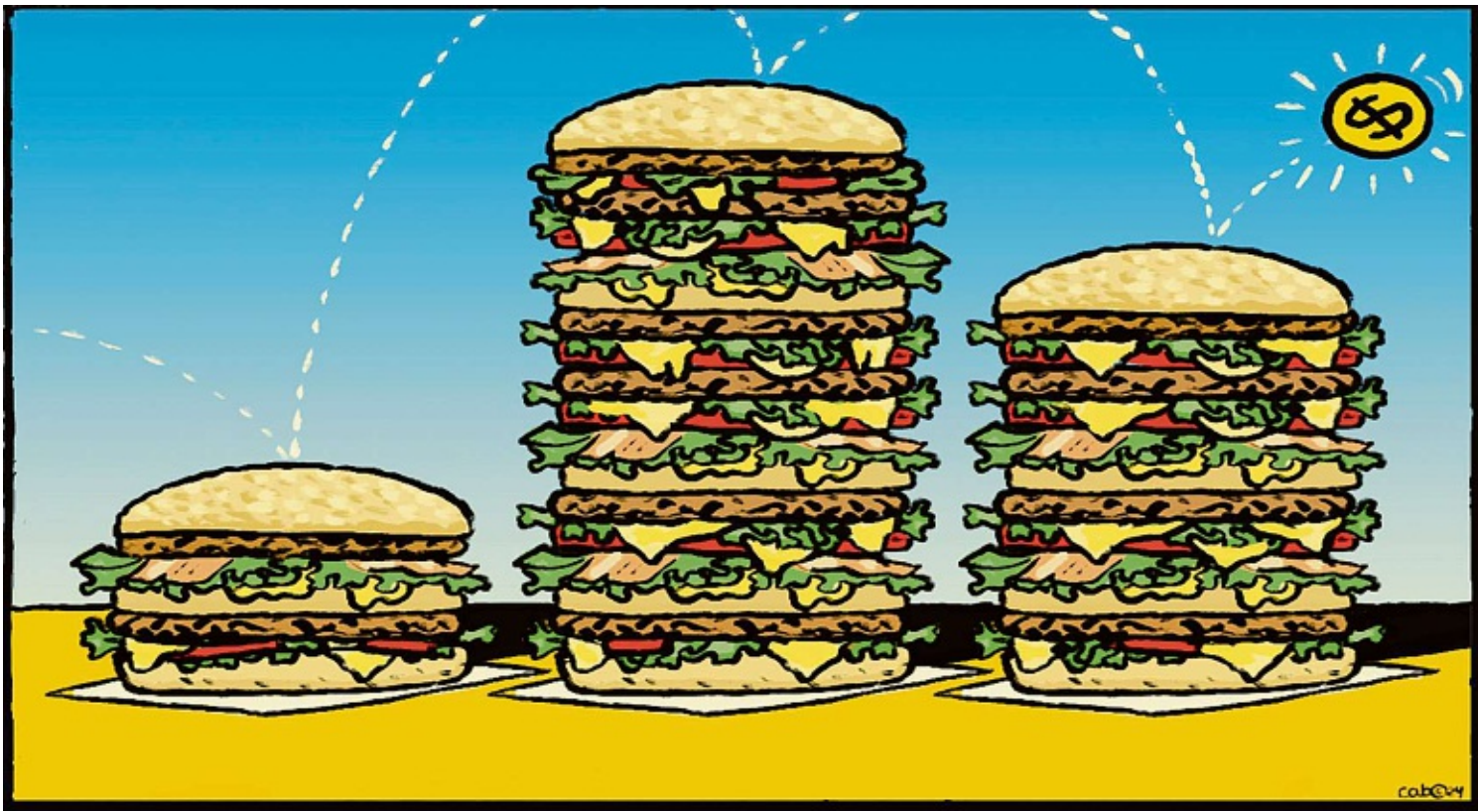
O que fritar hambúrguer diz da economia

O processo de preparar um hambúrguer no McDonald's não é exatamente carregado de talento criativo. Para começar, grelhas de dois lados significam que não é preciso virar. A equipe então usa pistolas de água para dispensar a quantidade certa de molho em um pão aquecido por um número certo de segundos.

Mas o que para muitos parece monótono, é uma área propícia para pesquisas econômicas. Um novo estudo usa o McDonald's para lançar uma luz sobre a economia dos Estados Unidos.

Orley Ashenfelter, da Universidade Princeton, e Stepan Jurajda, do Centro de Pesquisa Econômica e Educação de Pós-Graduação de Praga — instituto de Economia— , pesquisaram os salários nos restaurantes do McDonald's ("McWages", ou McSalários") todos os anos desde 2016. Este é apenas um empregador, mas um importante, do setor de "fast-food" que em 2023 empregava cerca de 4 milhões de americanos. Naquele ano, o salário médio de "membros da equipe" em nível inicial era de pouco mais de US$ 13 por hora, comparado a cerca de US$ 34 entre todos os empregados do setor privado.

Ao longo da última década, os salários médios dos trabalhadores de baixa renda saíram-se relativamente bem, como mostram David Autor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e Arindrajit Dube e Annie McGrew da Universidade de Massachusetts Amherst. Eles enfatizam o papel das pessoas que mudam para empregos melhores como um mecanismo para aumentar a remuneração. Mas o que aconteceu com o pagamento pelo mesmo trabalho?

Mais recentemente, Ernie Tedeschi da Yale Law School, encontrou uma tendência parecida ao construir um Índice de Salários Baixos, que tenta eliminar os efeitos das mudanças nas indústrias, ocupação, sexo e educação nos números. Mesmo assim, será sempre difícil garantir que os números realmente descrevem a remuneração pelo mesmo trabalho, e não apenas diferenças em tarefas ou até mesmo habilidades.

A crescente dispersão dos salários reais na base da pirâmide pode ser um sinal de que o mercado de trabalho está ficando cada vez mais fragmentado. Ele pode ter tornado mais difícil buscar melhores remunerações por meio da mudança de emprego

Ashenfelter e Jurajda argumentam que a padronização dos empregos de nível de entrada no McDonald's significa que eles podem oferecer respostas claras, especialmente quando se compara salários em diferentes partes do país. Se os moradores de Washington ganham McSalários mais altos do que os moradores do Mississipi, isso provavelmente é por causa de onde eles vivem, e não porque eles são particularmente habilidosos em esguichar molhos. Além de coletar salários, os acadêmicos coletam os preços locais do Big Mac, como um indicador simplificado dos custos de vida locais.

Sua medida de "Big Macs (ganhos) por hora" cresceu cerca de 1% ao ano no final da década de 2010 e então disparou para 14% entre 2020 e 2021. (Isso é mais dramático do que qualquer coisa vista por pesquisadores anteriores). Mas desde então, ela estagnou e em 2023 até mesmo caiu um pouco, pois os salários não acompanharam os preços do Big Mac.

Os ganhos não foram sentidos igualmente. Enquanto no Maine a média Big Mac por hora dos funcionários em nível de entrada cresceu 45% entre 2016 e 2023, no Mississippi a medida aumentou parcos 3% no mesmo período. No geral, a desigualdade entre os lugares aumentou muito de 2016 para 2021 e só caiu um pouco nos dois anos seguintes.

Por quê? Uma explicação óbvia são as mudanças no salário mínimo. Entre 2016 e 2023, enquanto o salário mínimo no Estado do Maine subiu de US$ 7,50 para US$ 13,80 por hora, por exemplo, o Mississipi permaneceu na taxa horária federal de US$ 7,50. E, de forma mais geral, antes da pandemia os McSalários subiram mais nos Estados que elevaram seus salários mínimos. (Autor, Dube e McGrew constataram a mesma coisa.)

Mas Ashenfelter e Jurajda afirmam que essa não é toda a história. A dinâmica de um mercado aquecido para os trabalhadores também contribuiu, de modo que entre 2020 e 2021 a parcela dos restaurantes que pagavam o salário mínimo localmente vinculativo foi reduzida pela metade, para apenas um em cada seis. Eles estimam que na ausência de salários mínimos, a desigualdade entre os lugares ainda teria aumentado. Seus resultados também sugerem que antes da pandemia, os salários mínimos cresceram mais rapidamente em lugares onde os McSalários vinham aumentando de qualquer forma.

Os autores observam que a crescente dispersão dos salários reais na base da pirâmide pode ser um sinal de que o mercado de trabalho está ficando cada vez mais fragmentado. Ashenfelter sugere que pode ter tornado mais difícil buscar salários melhores mudando de emprego, ou então a distribuição de choques vem crescendo. Enquanto antes os choques na demanda por trabalhadores podem ter sido bem semelhantes em todos os lugares, talvez recentemente os habitantes do Maine tenham sido afetados por um aumento muito mais forte nesses choques do que os moradores do Mississipi.

Para a maioria das pessoas, a conclusão é que a pandemia foi um período extraordinário para os trabalhadores de baixa remuneração, embora um período desigual. E com o tempo, os salários mínimos em todo o país tiveram cada vez menos impacto. Para os economistas, o detalhe mais interessante pode ser que eles agora têm uma medida muito precisa dos salários que corrobora resultados obtidos com medidas muito mais complicadas. Isso é algo para se alegrar. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

Soumaya Keynes é colunista de economia do Financial Times.

Cartas de Leitores

Lula e Ortega

Lula da Silva e Daniel Ortega rompidos! A deterioração das relações se intensificou recentemente, por uma série de motivos, um dos quais envolveu até o Papa Francisco, ao qual o mandatário brasileiro solicitou que interferisse junto ao ditador amigo para libertar o bispo opositor Rolando Alvarez.

A Nicarágua vive uma ditadura há mais de 45 anos sob o tacão de Daniel Ortega. Apesar disso, seu sistema de governo costuma ser periodicamente elogiado por Lula, que se notabilizou, via ardor ideológico anacrônico, por se solidarizar com governos despóticos da América Latina, fato que vem motivando atualmente alguns constrangimentos na área de relações exteriores. A Nicarágua também se magoou quando, em 2023, o governo brasileiro apoiou o protesto conduzido pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU contra o ditador, pela retirada dos direitos de nacionalidade de mais de 300 opositores, entre os quais estão vários jornalistas, escritores e intelectuais.

As duas lideranças chegaram às vias de fato no âmbito diplomático com as expulsões mútuas de embaixadores. Trata-se de uma situação patética, pois há pouco mais de um ano os dois chefes de Estado trocavam juras de amor e enaltecimento. Tudo parece indicar que, na atmosfera reinante na esquerda latino-americana, nem tudo são flores e que os interesses são mais mesquinhos e dissimulados do que os caciques poderiam imaginar.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Reunião ministerial

A reunião do governo com seus ministros frustrou as expectativas de quem esperava que o foco seriam os problemas do país. Lula, para variar, priorizou as eleições municipais e convocou seus "ajudantes " a bater nos opositores, poupando aqueles que fazem parte da base aliada. De verdade, os problemas que afetam o Brasil foram ignorados. Importante mesmo é fazer o maior numero de prefeitos, visando a reeleição de Lula.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Oriente Médio

As constantes intimidações enunciadas por Israel e seus opositores prometem graves represálias nas próximas semanas. Drones, mísseis e outros artefatos de guerra estão sendo lançados contra os inimigos diariamente, provocando reações cada vez mais sombrias.

Proteger a população civil é o grande desafio das nações envolvidas nos conflitos entre Israel, Hamas, Hezbollah, Irã, Iêmen, entre outros. Depois das angustiantes guerras envolvendo vários países, é inacreditável que estejamos impelindo novos embates nos dias de hoje. Contamos com a diminuta lucidez das autoridades dos países envolvidos para que uma pacífica solução seja alcançada o mais rápido possível.

José Carlos Saraiva da Costa

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Ciência Embrapa, INPI e entidades empresariais defendem flexibilização da lei; ministérios são contrários e falam em risco de 'privatização do patrimônio genético'

Patente de organismos vivos aumenta debate sobre biodiversidade do Brasil

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Para conseguir chegar a uma fórmula eficiente, a equipe de quase 50 agrônomos, biólogos e químicos de uma empresa do interior de São Paulo precisa de alguns anos de análises e testes em laboratório. O trabalho também envolve exploração de campo. Os pesquisadores viajam por regiões do país em busca de bactérias e fungos e outros microrganismos poderão servir de base para novos produtos biológicos para o combate de pragas agrícolas.

"Um processo de prospecção de microrganismos leva pelo menos três anos. A média do mercado é até mais alta, de cinco a sete anos", conta Jonas Hipólito, de 35 anos, diretor de inovação e estratégia da Biotrop, empresa de bioinsumos para a agropecuária com sede em Vinhedo (SP). A empresa tem fábricas em São Paulo e Paraná.

Os bioinsumos — que podem ser defensivos ou fertilizantes — estão em alta no agronegócio. Em vez de componentes químicos, esses produtos têm como base organismos vivos, solução apresentada como mais sustentável. "O desenvolvimento de um produto desse tipo demanda muitos milhões de reais", diz Hipólito. E aí começa o que para muitas empresas no Brasil é um sério problema.

Depois de anos de trabalho e investimento na identificação de, por exemplo, uma bactéria que se torna elemento principal de um biodefensivo, o que fazer para proteger a descoberta e evitar que outras empresas peguem carona na pesquisa e façam produtos semelhantes? O produto final e o processo produtivo podem ser patenteados, mas não o elemento central: o organismo vivo.

Hipólito e muitos no setor de biotecnologia entendem que se houvesse a possibilidade de patentear no Brasil determinados organismos ou parte deles em novos processos produtivos haveria mais segurança para investimentos em inovação, sem o risco de que outros replicassem produtos usando a base cujas funcionalidade foram identificados por outros.

Mas patentear microrganismos, como bactérias, vírus, fungos; sequências de DNA; plantas; partes de plantas; animais ou material genético de animais, como células sanguíneas ou veneno, por exemplo; é proibido no Brasil.

A lei 9.279 de 1996 excluiu organismos vivos ou partes deles dos itens patenteáveis. O texto abre brecha apenas para microrganismos geneticamente modificados.

A ideia de flexibilizar essa regra tem sido há anos um tema de interesse de multinacionais do setor farmacêutico e químico e cada vez mais das empresas de biotecnologia voltados ao agronegócio. É um assunto que alimenta divergências acirradas e que está agora em uma nova fase.

Com o aumento do interesse por bioinsumos no agro, a Embrapa tem reforçado sua posição em defesa de permissão de patentes de seres vivos.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pelas patentes no país, também é favorável à mudança das regras, sob o argumento de que seria convergente com a nova política industrial defendida pelo governo e com a intenção de fortalecer empresas da bioeconomia.

Mas a ideia de uma revisão da legislação enfrenta forte oposição em alguns ministérios. "O monopólio jurídico conferido pela patente sempre gera uma ineficiência de mercado. Em alguns casos, no entanto, isso é aceitável para que a gente possa dar incentivos à inovação para a criação de algo que beneficie a sociedade. É um incentivo à inovação em troca do monopólio", diz Rafael Marques, coordenador-geral de Patrimônio Genético da Secretaria de Secretaria de Economia Verde do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Quando se trata de patentes, diz Marques, três critérios básicos precisam ser preenchidos: ser uma novidade, ser fruto de atividade inventiva e ter aplicação industrial.

No caso de um vírus, do óleo de um planta ou de uma célula animal, ao menos um desses critérios fica de fora. "O pesquisador pode encontrar uma substância, mas ele não a inventou", diz Marques.

Há outro senão. Algumas espécies são objeto de estudos feitos por diferentes pesquisadores. Concedida a patente a um desenvolvedor, outras pesquisas seriam desincentivadas, porque o produto final teria de ser autorizado pelo dono da patente, que direito a receber royalties.

Henry Novion, diretor de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente, também vê com reservas a tese da patenteabilidade de plantas e animais.

"O patrimônio genético do país tem que ser usado em benefício da sociedade, e conceder patentes desse tipo seria privatizar algo que é um bem comum", diz Novion.

O Ministério da Ciência e Tecnologia diz que está reunindo um grupo de especialistas para contribuir com subsídios em alguns temas. Entre eles esse. A Casa Civil diz que a discussão está no âmbito técnico. No Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (Gipi), que reúne representantes de ministérios e entidades empresariais não há consenso sobre o assunto.

Um dos temores diz respeito a quem teria condições de sair na frente e requerer um grande número de patentes na Amazônia, por exemplo. Com grande capacidade de investimento e com extensas equipes de pesquisadores, empresas ou centros de pesquisas dos EUA, Europa, China e Japão teriam, em tese, condições de solicitar e obter patentes sobre um grande número de plantas, venenos, seivas, extratos e outros materiais genéticos típicos do Brasil.

Entre críticos, a possibilidade de que organismos vivos passem a ser protegidos em favor de multinacionais — comprometendo o acesso por parte de universidades ou de empresas brasileiras de menor porte — é uma ideia incômoda.

No entanto, esse não é um embate que envolve apenas interesses de grandes grupos estrangeiros e de pesquisadores brasileiros que se equilibram em recursos limitados. A Embrapa, empresa pública referência em pesquisa agropecuária, é uma das defensoras da ideia de rever a legislação brasileira de patentes. A empresa tem feito parcerias com companhias privadas do Brasil e do exterior no desenvolvimento de produtos. O carro-chefe são insumos biológicos com base em bactérias, fungos e outros microrganismos.

"O grande trunfo da Embrapa no desenvolvimento dessas tecnologias é exatamente o microrganismo e todo o trabalho que foi feito durante décadas de conservação, identificação caracterização desses microrganismos, um trabalho de ciência com um custo gigantesco que temos desenvolvido como instituição pública. E que agora a gente tem a oportunidade de entregar isso [na forma de produto final] surge essa questão de limitação na segurança jurídica por causa da lei de propriedade industrial", diz Simone Tsuneda, gerente geral de Estratégias para o Mercado da empresa.

"Se a gente tivesse a possibilidade de proteger [por meio de patentes, não só o produto final e sua formulação mas] também microrganismos que são de interesse, a gente teria muito mais segurança jurídica para lançar esses produtos no mercado." Entre os organismos em estudo pela Embrapa, estão as bactérias *bacillus sp*, *bacillus thuringiensis*, *bacillus subtillis* e uma espécie de fungo, o *trichoderma harzianum*. São organismos que podem ser usados em produtos para ajudar nos plantios de milho, cana, soja, feijão, algodão, entre outros.

No momento, a empresa centra sua defesa na possibilidade de patentear microrganismos.

Julio Moreira, presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, vai além. "Para nós está muito claro. Temos que proteger [ou seja, oferecer a possibilidade de conceder patente de] microrganismos, do todo ou de parte de plantas e animais com alguma restrição, pelo menos o trabalho com células animais nós deveríamos analisar e discutir no Legislativo e no Executivo porque muitas pesquisas estão sendo feitas e não estamos garantindo a proteção adequada. Temos de reanalisar a lei de propriedade industrial", disse ele em entrevista ao **Valor**.

Ele argumenta que isso ajudaria empresas nacionais e que não considera um problema que uma eventual mudança da lei venha a atrair muitos grupos estrangeiros interessados em obter patentes de organismos vivos no Brasil. "Queremos incentivar que eles venham para o Brasil para fazerem mais pesquisas de forma clara e transparente e quando desenvolverem novos produtos a partir da nossa biodiversidade que eles façam a repartição dos benefícios no país."

Com uma biodiversidade tão rica e dificilmente comparável a de outros países, o Brasil já tem um histórico de presença de pesquisas na fauna e flora feitas por empresas e insrtituições de pesquisas do Brasil e do exterior. Moreira entende que a ampliação das patentes tornaria o Brasil mais atraente para pesquisas em biotecnologia.

Um estudo publicado no ano passado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o "Estudo comparativo sobre normas e critérios de patenteabilidade de invenções biotecnológicas", apontou que entre 42 países analisados, microrganismos são patenteáveis em 25 deles. Nos outros 17, entre os quais o Brasil, a patente não é permitida. A possibilidade de patentear variedades vegetais é menos usual: permitida apenas — entre os 42 — na Coreia do Sul, EUA, Guatemala, Japão e República Democrática do Congo. Os mesmos países também permitem patentes de variedades de animais. Já as células, tecidos e órgãos de animais são patenteáveis nos países da União Europeia e em outros 12 países, entre eles EUA, China, Japão e Suíça.

O estudo aponta também que em termos de matérias de biotecnologia patenteáveis, o Brasil figura no meio do ranking, com 22 matérias patenteáveis e 19 não patenteáveis. O Japão tem 39 patentáveis e 1 não; os EUA, 37 patenteáveis e 4 não; A China, 27 e 14, respectivamente. Austrália, Canadá, Indonésia são alguns que adotam regras mais restritivas que a do Brasil.

Na tentativa de buscar uma proteção contra a concorrência que não conseguem no Brasil, o caminho trilhado por algumas empresas tem sido o de patentear no exterior organismos vivos — ou partes deles — encontrados no país.

Jonas Hipólito, da Biotrop, empresa cujo controle está hoje nas mãos da belga Biofirst, está montando um laboratório na Flórida e uma possibilidade é que parte das pesquisas com material do Brasil seja feita lá e os produtos, patenteadas nos EUA.

"As multinacionais já depositam essa patente [com elementos do Brasil] nos EUA, na Europa, no Japão, entre outros países. Grandes empresas brasileiras também fazem isso. Embora elas não fiquem protegidas no Brasil, numa situação de disputa judicial elas já têm alguma proteção A matéria patenteada pode ser um microrganismo, o extrato de uma planta, uma resina. O problema é que empresas menores ou universidades muitas vezes não conseguem fazer esse processo no exterior, é um processo caro", diz Ana Cláudia Oliveira, especialista em propriedade intelectual e biodiversidade da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina (Abifina).

O debate segue em aberto. "No âmbito do grupo interministerial essa discussão não vai ser fluida como alguns gostariam", diz Henry Novion, do Ministério do Meio Ambiente. Para Rafael Marques, do Ministério do Desenvolvimento, é um tema que não se circunscreve à ciência. "Há muitos interesses econômicos fortes atrás desse debate, e por isso essa questão sempre volta."

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Simone Tsuneda: "Se tivéssemos a possibilidade de proteger também microrganismos, teríamos muito mais segurança jurídica para lançar produtos"

Biodiversidade tem dono?
Argumentos sobre patentes de organismos vivos

Pró
Incentivo a investimentos em pesquisa
Obtenção de exclusividade por 20 anos
Ampliação do potencial para novos medicamentos

Contra
Risco de concentração de patentes em multinacionais
Desincentivo a pesquisas de outras instituições
Necessidade de aval do dono da patente para pesquisas

Fonte: INPI, MME, MMA

> "O patrimônio genético do país tem que ser usado em benefício da sociedade, e conceder patentes desse tipo seria privatizar um bem comum"
> *Henry Novion*

Finanças
Emissões ajudam a reconstruir agricultura familiar no RS
C6

Imóveis
Expectativa é que fundo para MCMV mude em setembro, diz Gontijo, da Direcional B6

Consumo
Dez maiores varejistas detêm quase um quinto das vendas totais B3

Marketing
Olimpíada aumenta engajamento do público com as marcas B7

Reestruturação Com este formato, dívidas negociadas até julho somam R$ 8,9 bi, 19% mais que em 2023

Mais empresas optam por recuperação extrajudicial

Fernanda Guimarães e Adriana Mattos
De São Paulo

Depois do "combo" de crise corporativa que marcou o início do ano passado, com Americanas e Light buscando proteção judicial, credores vêm tomando a dianteira das negociações na tentativa de buscar uma solução para as empresas com necessidade de reestruturação financeira.

Ao mesmo tempo, é uma forma de os credores, especialmente os bancos, liderarem os processos para tentar limitar as suas perdas financeiras, que são maiores quando os casos se transformam em recuperações judiciais, que sempre levam a elevados descontos nas dívidas.

Além disso, a mudança recente da lei de falências no Brasil criou um arcabouço de regras que permite, como consequência, um crescimento do número de empresas que optam pela recuperação extrajudicial, explicam especialistas.

Com o suporte de casos recentes como o da varejista Casas Bahia, o valor da dívida negociada nos pedidos de recuperação extrajudicial no Brasil avançou 19% no ano, até julho, para um montante de R$ 8,9 bilhões, em comparação com todo o ano passado. Foram 23 operações no período, segundo o Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (Obre), entidade criada em 2022 com o objetivo de reunir dados desse mercado. O número ainda não conta o pedido feito pela Tok&Stok , que também anunciou fusão com a Mobly, demonstrando a tendência desse modelo de reestruturação.

O destaque é que os grandes casos já representam cerca de 85% desses pedidos, com valores representativos, o que exige das partes maior capacidade de negociação para alinhar um acordo, muitas vezes complexo, entre devedor e credores.

Altamente alavancada, a cimenteira InterCement, segundo fontes, também é uma candidata a entrar com pedido de recuperação extrajudicial, e o caso deve ajudar, em breve, a engrossar essa lista. Procurada, a empresa preferiu não comentar. A petroquímica Unigel é outro exemplo de peso entre as recuperações extrajudiciais no país, com processo iniciado em 2023, quando o grupo deu o primeiro passo rumo à reestruturação. O caso segue em curso neste ano.

Segundo especialistas consultados pelo **Valor**, bancos e gestoras de fundos de crédito tentam ser mais proativos nas negociações, algo que amadureceu após o duro aprendizado depois das crises em Americanas e Light.

Conforme fontes, no momento atual, grupos de credores preferem se sentar com as empresas assim que começam a prever no horizonte um problema financeiro mais grave, para buscar rapidamente um acordo fora das varas judiciais, o que tende a elevar mais o número de recuperações extrajudiciais no país.

Advogados reforçam que têm sido negociações duras, especialmente depois dos recordes de recuperações no país após 2020, reduzindo a tolerância dos credores a novas perdas. Ainda pesa o fato de que, muitas vezes, os credores lideram o processo para reduzir seu risco dentro de uma recuperação judicial.

"É o que a gente chama de 'RE' com a caneta do credor. Ele toma a frente e chega a impor certas condições, que acabam passando porque o devedor não quer chegar numa 'RJ' ", diz um administrador judicial com 30 anos de atuação na área. "Houve um caso em que um

CRÉDITO

> Casos como o da Casas Bahia, com credores concentrados em uma única classe, facilitam o acordo

banco exigiu que uma varejista passasse a criar um FDIC, fundo de direitos creditórios para o braço de crediário, e a condição foi aceita".

O aumento na busca desse modelo, que se baseia na negociação direta entre devedores e credores, vem na esteira da mudança da lei de falências. Uma das alterações, por exemplo, foi a introdução da ação da tutela cautelar antecedente, que na prática protege as companhias de pedidos de execução por 60 dias, abrindo a possibilidade de se sentarem com credores em busca de uma negociação.

Por esse instrumento, a empresa pode negociar apenas com seus principais credores, com mais de 50% do valor da dívida. No passado, era preciso ter mais de 60%, a chamada "maioria qualificada". Agora, com o acordo em mãos, o restante dos credores é dragado para o acordo que foi firmado.

Já na recuperação judicial, a companhia toma a decisão, no geral, de forma isolada, num momento em que já está pressionada por pedidos de execução e, muitas vezes, de falência. Sua evolução costuma ser mais lenta, visto que é comum em grandes processos uma queda de braço com credores, a fim de diminuir o corte da dívida — o "haircut".

De todo modo, com a taxa de juros básica (Selic) de dois dígitos pressionando as empresas, os números de recuperações não param de crescer no ano, atingindo no primeiro semestre o maior volume em 20 anos. Foram 1.014 pedidos no intervalo, alta de 71% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo a Serasa Experian.

O varejo tem se destacado: apenas no último trimestre, nomes de peso como Sidewalk (marca de vestuário), Novo Mundo (varejista de eletrônicos) e Coteminas (dona de Mmartan e Artex) pediram proteção judicial contra cobranças.

Em todos os casos, houve uma negociação prévia com credores, que poderia levar, eventualmente, para uma recuperação extrajudicial, apurou o **Valor** com duas fontes. Mas não houve acordo.

A Coteminas esbarrou em divergências com o fundo Odernes FIP, da gestora Farallon, e a Sidewalk até começou a alinhar um plano extrajudicial neste ano, mas perfis diferentes de credores impediram um entendimento, diz uma fonte.

Apesar do grande número de transações de "RJs" no país, a tendência é que as "REs", ganhem fôlego maior. Outra mudança recente na lei — que pode ter impacto nesses números — é a possibilidade de uma modalidade provisória.

Nela, a companhia pode fazer a entrada do pedido após aprovar um acordo com 33% dos créditos. Assim, ganha 90 dias para alcançar o quórum necessário, de mais de 50%. Essa alternativa tende a beneficiar casos em que a empresa possui, além de bancos credores, uma base relevante de detentores de dívida externa ("bondholders") e debêntures.

O advogado da área Ronaldo Vasconcelos, professor de direito processual Civil e comercial da Universidade Mackenzie, cita três tipos de recuperação judicial: aquela que ocorre completamente fora das varas judiciais, e o mercado muitas vezes nem toma conhecimento; aquela em que há homologação da Justiça, com apoio de ampla maioria ou 100% dos credores; e a chamada "impositiva".

Esta terceira, em que o apoio dos credores pode ficar perto de 50% mais um, é a mais tensa por "empurrar" os outros credores para dentro do processo. A recuperação extrajudicial da Ricardo Eletro, de 2019, começou dessa forma.

"Na prática, se você olhar os casos, a 'RE' que tem funcionado é aquela em que os credores estão concentrados numa única classe, como foi com a da Casas Bahia. Porque se é muito pulverizada, é mais difícil um acordo. E chega ao ponto em que a empresa tem que correr para a RJ, pelo risco de alguém pedir falência", diz Vasconcelos.

A advogada Juliana Biolchi, coordenadora do Obre, aponta que a iniciativa de criar a entidade se deu ao identificar um vácuo informativo nesse mercado. Biolchi afirma que, apesar de os números serem pequenos, principalmente quando se compara com os dados de recuperação judicial, a representatividade entre as grandes companhias, ou seja, se analisado o valor das dívidas, deixa mais evidente o crescimento. "Hoje existe um despertar de todos os players de que, com o pedido de recuperação extrajudicial, o desgaste é menor. O caso das Casas Bahia foi muito importante, uma dívida de R$ 4 bilhão que se resolveu com apoio dos credores e todo mundo começa a perceber o valor", afirma.

Não foi algo rápido ou indolor, como ocorre em boa parte dos casos envolvendo recuperações extrajudiciais. A Casas Bahia vinha desde 2023 em renegociações com os bancos Bradesco e Banco do Brasil, principalmente, e já havia um entendimento prévio do que era preciso fazer, o que facilita no desenho de um plano. Os demais credores, com esse acerto, foram incluídos nos mesmos termos.

"Conseguimos um reperfilamento com 100% de adesão, porque percebeu-se que o plano [de retomada] que montamos era viável", disse a analistas Renato Franklin, presidente da Casas Bahia. Também pesou nessa negociação o fato de a rede ter se comprometido a entregar resultados no curto prazo, inclusive com credores fazendo certas exigências para apoiar o projeto, diz uma fonte a par do tema.

Dentre outras empresas que entraram com pedido de recuperação extrajudicial recentemente, aparecem ainda a Superbac, uma investida do private equity da XP e a Unimed-Rio. Procuradas, as empresas não comentaram.

Por ser um modelo mais sofisticado e envolver equipes especializadas em mediação, a recuperação extrajudicial deverá seguir mais concentrada entre grandes casos, opina Biolchi.

No entanto, segundo a especialista, com o amadurecimento desse instrumento no mundo corporativo, essa concentração tende a diminuir. "Mas como se trata de um instrumento mais sofisticado, não terá a mesma envergadura para pequenos negócios, já que há falta de acesso aos grandes escritórios", comenta.

O sócio do escritório Lefosse, responsável pela área de reestruturação, Roberto Zarour, diz que o ritmo de crescimento dos pedidos se deve à maior disposição de um grupo de credores de ter uma postura mais proativa frente à situação financeira das empresas.

"Se tem o entendimento de que é melhor se estar na mesa de negociação. Tanto a companhia quanto credores preferem uma solução negociada e que não gera um litígio eterno. Os credores estão dispostos a buscar um acordo, desde que consigam termos razoáveis."

Segundo Zarour, com o pedido de recuperação extrajudicial, as dívidas com fornecedores podem ficar fora do acordo, ajudando a preservar a relação comercial, algo relevante especialmente para alguns setores, como varejo e agronegócio. "Assim, uma empresa que tem boa relação com seus fornecedores consegue manter", diz.

O sócio do escritório Pinheiro Neto da área de reestruturação, Giuliano Colombo, afirma que, no mundo, se trata de uma tendência nos processos de reestruturação e que "no Brasil não deveria ser diferente". "Com a 'RE', o processo é abreviado e se evita custos e outros efeitos de segunda ordem de uma recuperação judicial", afirma.

O especialista afirma que o processo é abreviado especialmente porque ele já nasce "costurado, negociado e documentado". E, com isso, se consegue vincular os credores divergentes ou ausentes ao acordo.

No processo de recuperação judicial, na contramão, o pontapé inicial das negociações se dá após a entrada do pedido.

"Até hoje as extrajudiciais foram pouco usadas no Brasil por dois fatores predominantes. O primeiro por uma questão cultural e menos familiaridade com o instituto. O segundo porque as companhias que iam para uma RJ já estavam sendo atacadas e precisavam de uma proteção imediata", diz o especialista.

CBN Professional Patrícia Muratori, líder no Brasil e diretora regional para a América Latina do YouTube, é entrevistada do podcast desta semana

'Desafio atual na gestão é sempre pensar no futuro, antecipar e acelerar'

Stela Campos
De São Paulo

Quando foi mãe pela primeira vez, Patrícia Muratori conta que teve um estalo. Decidiu que era o momento de deixar a "montanha-russa de emoções" da publicidade, onde atuava há 15 anos, para tentar algo novo. Na época, era diretora geral de mídia na DM9DDB e tinha recebido, inclusive, um prêmio Caboré, o Oscar da publicidade. Ela não sabia ao certo o que faria, cogitou até abrir uma loja de roupas de bebê, mas ao colocar no papel algumas palavras que representavam aquele momento da sua vida profissional, acabou percebendo que queria mesmo era experimentar um novo mercado. Foi assim que migrou para a tecnologia. Onze anos depois de ingressar no Google, hoje ela é líder no Brasil e diretora regional para a América Latina do YouTube.

Muratori é a entrevistada do podcast CBN Professional desta semana, produzido em parceria pelo **Valor** e a rádio "CBN". A executiva conta que quando entrou no Google, após passar por um processo seletivo que incluía oito entrevistas, ela ainda tinha medo do que poderia encontrar pela frente. Uma diretora da companhia então lhe disse: "Patrícia, pensa que se der tudo errado, você vai fazer um MBA remunerado, vai aprender muito", lembra.

Seu primeiro cargo na "big tech" foi na área de vendas. "Isso me ajudou a desenvolver habilidades que eu definitivamente não tinha", diz.

Seis anos depois, começou a olhar para outras oportunidades dentro do Google, especificamente no YouTube, plataforma adquirida pela empresa em 2006. "Uma líder que cuidava do YouTube no Brasil estava de mudança para o Japão para atuar nas Olimpíadas e numa conversa ela sugeriu que eu tentasse me candidatar para a sua vaga", lembra. Ela diz que era uma oportunidade de se reportar para fora, o que trazia um grande desconforto. "Mas eu falei: agora vou desbravar isso um pouco mais sozinha", explica. Buscou uma janela na agenda da pessoa que comandava o YouTube de Nova York e que estava de passagem pelo Brasil e acabou conseguindo o cargo.

Depois de cinco anos como líder do YouTube no Brasil e, desde 2019 também na região da América Latina, ela conta que muita coisa mudou na plataforma. A chegada de novos players, como o Tik Tok em 2018, aumentou a competição pelos produtores de conteúdo e a atenção para vídeos curtos. O YouTube Shorts, com vídeos de menor duração, até 60 segundos, foi lançado em 2021. "O momento de consumo é completamente diferente", conta. "O YouTube é um ecossistema que se alimenta num tripé do que é importante para quem consome, para quem cria e produz e para as marcas que investem", diz.

Muratori explica que o YouTube hoje é "um jovem adulto que amadureceu rápido". A plataforma vai completar 20 anos em 2025. "Hoje temos uma grande responsabilidade, alcançando mais de 120 milhões de pessoas no Brasil", afirma. Ela diz que o desafio é fazer com que o conteúdo oferecido seja relevante para diferentes públicos. "Nos últimos anos, ganhamos uma camada a mais de responsabilidade", ressalta. Ganhar escala, diz, é importante, mas "temos que ser uma plataforma saudável para todos".

Na gestão, Muratori diz que o desafio atual é estar sempre pensando no futuro, antecipando e acelerando. "Nosso papel é fomentar o ecossistema criativo", diz. Ela ressalta que o YouTube é a única plataforma onde existe o compartilhamento de receita com o criador de conteúdo, 50% fica com quem produz. "Nos últimos três anos, foram mais de US$ 70 bilhões compartilhados globalmente", conta. O Brasil é, segundo ela, um dos maiores mercados para o YouTube. A plataforma é acessada por 75 milhões de dispositivos, todos os meses, na televisão ou no celular. "É uma mudança de comportamento."

GABRIEL REIS/VALOR

> "Nos últimos anos, ganhamos mais responsabilidade. Subimos 500 horas de vídeo por minuto"
> *Patrícia Muratori*

Por ser uma plataforma multi formato, ela diz que é preciso atenção redobrada no que sobe. Para combater a desinformação, há anos investe em inteligência artificial, revisores e machine learning, que apontam o que deve ou não estar no YouTube. Mas não é uma tarefa simples. "Como fazer isso em uma plataforma que recebe mais de 500 horas de vídeo por minuto?", questiona.

Como consumidora, ela diz que prefere vídeos educativos e mais longos. Como mãe de dois filhos, de 11 e 12 anos de idade, ela diz que é chata, no bom sentido. "Eles não têm redes sociais", conta. "Eu não acho que as crianças têm maturidade digital para fazer o que querem". Para ela, é importante conversar com os filhos, porque não é possível para os pais controlarem tudo.

No podcast, Muratori fala ainda sobre sua experiência como conselheira da Unicef, Porto Seguro e do Instituto Capitalismo Consciente e o que a fez optar por uma pós-graduação em direitos humanos. Para ouvir o episódio completo é só acessar o site da "CBN", as principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcast, ou assistir pelo YouTube do **Valor** e da "CBN".

Dono de startup no Brasil é homem e tem mais de 35 anos

Pesquisa

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Mais de 60% dos donos de startups no Brasil têm entre 35 e 54 anos. É o que mostra o levantamento Founders Overview 2024, realizado pela investidora de empresas em estágio inicial ACE Ventures em conjunto com o Sebrae Startups. A pesquisa entrevistou cerca de 900 empreendedores com faturamento anual partindo de R$ 360 mil até receitas acima dos R$ 300 milhões.

Essa faixa etária pode surpreender quem está fora do ecossistema e imagina um dono de startup muito jovem, mas não espanta Pedro Carneiro, sócio e diretor de investimentos da ACE Ventures. "Não surpreende", diz ele. "No Brasil, o desafio é diferente dos Estados Unidos e Europa. O desafio deles é mais tecnológico, e faz sentido os empreendedores lá serem mais jovens, porque conseguem trabalhar com o que está na ponta e é mais inovador. No Brasil, o desafio é mais de distribuição, de [fazer a solução] chegar ao mercado. Tem o desafio tecnológico, mas é muito mais de aplicar essa tecnologia. E quem aplica melhor essa tecnologia é quem já tem essa experiência, essa rodagem", explica.

Segundo o mapeamento, a faixa etária mais comum dos respondentes é entre 35 e 44 anos (35,3%), seguida da faixa entre 45 e 54 anos (25,9%). Os empreendedores entre 18 e 24 anos são menos de 4% dos pesquisados.

Ainda em sinergia com o que explica Carneiro, o perfil dos fundadores de startups no Brasil é cada vez mais composto por pessoas bem qualificadas e experientes, sejam executivos do mercado corporativo ou empreendedores de segunda viagem. Entre os entrevistados, 44,5% apostaram na jornada empreendedora após terem trabalhado no mercado corporativo; 17,5% já haviam empreendido em outro setor; 12,3% haviam atuado como profissionais autônomos; 8,4% são ex-funcionários de startups; 6,3% vieram do funcionalismo público; e somente 4,2% não tiveram experiência profissional prévia.

Para Carneiro, as habilidades adquiridas em experiências prévias no mundo corporativo das grandes empresas são transponíveis para o universo das startups. "Como uma das maiores dificuldades é aplicar a tecnologia, as habilidades de mobilização de pessoas, de gestão de projetos e de priorização são muito importantes para uma startup", detalha.

Além disso, ele pontua que como no Brasil há menos capital disponível para investimento em startups — na comparação com mercados mais maduros —, as conexões que o empreendedor construiu ao longo da carreira também ajudam. "Ele tem acesso a potenciais investidores anjos e potenciais clientes, e isso faz toda diferença para o negócio."

A pesquisa mostrou também que as mulheres ainda são sub-representadas no ecossistema das startups. O levantamento de 2023 apontou 23,6% de mulheres como fundadoras de startups, número que subiu para cerca de 28% em 2024. Isso significa que a cada 10 fundadores respondentes, 7 se declaram homens (71,4%). "O mercado de startups e tecnologia sofre das mesmas barreiras que o mercado tradicional [corporativo], onde a gente também vê uma penetração menor de mulheres", compara Carneiro. Para ele, os obstáculos são similares.

> **44,5%**
> **empreenderam após passagem pelo mercado corporativo**

Em relação aos principais motivadores para empreender, os respondentes mencionaram o propósito de mudar o mundo de alguma forma (77,6%); a ambição por maior retorno financeiro (35,3%), a oportunidade de liderar (17,9%); e o desejo por maior flexibilidade no trabalho (15,7%).

A maior parte dos entrevistados têm startups na região Sudeste (55%), mas esse número diminuiu em relação ao levantamento anterior (66,7%). Para Carneiro, essa pulverização reflete a normalização do trabalho remoto e o fortalecimento de outros "hubs" no Brasil. "Dez anos atrás, os principais 'hubs' para levantar investimentos eram São Paulo e Rio de Janeiro)", diz. "Agora, os investidores estão sendo mais flexíveis para olhar empresas de qualquer região e isso acaba incentivando os empreendedores a não saírem de seus ecossistemas nativos". Ele acredita que essa é uma tendência que deve se ampliar ainda mais daqui para frente.

Segundo o levantamento, as regiões Sul e Nordeste demonstram crescimento. No caso do Sul, de 16,4% para 22,5%, enquanto o Nordeste cresceu de 10,8% para 12,5% entre as duas edições da pesquisa. Já as regiões Centro-Oeste e Norte ficam com 5,12% e 4,15%, respectivamente.

No que se refere ao trabalho, idade não é apenas um número

Banda executiva

Emma Jacobs

Aos 91 anos, Alf Dubs tem dois critérios para decidir se deve continuar como membro da Câmara dos Lordes do Reino Unido pelo Partido Trabalhista. O primeiro é pessoal: se ele é capaz de continuar contribuindo, em particular na questão dos refugiados, área na qual tem certa experiência, inclusive por ter escapado em 1939 da então Tchecoslováquia graças ao Kindertransport [iniciativa para tirar crianças de áreas controladas por nazistas antes da Segunda Guerra Mundial] e chegado ao Reino Unido.

O segundo é se a família e os colegas o consideram com aptidão mental. A qualquer sinal de que ele esteja "perdendo a capacidade", eles devem, "por favor, por favor", avisá-lo, diz ele. O ex-deputado não quer ter o mesmo destino de colegas idosos que testemunhou "vagando pela Câmara dos Lordes parecendo totalmente perdidos".

Acredita-se que o novo governo trabalhista, em algum momento, force os membros da Câmara dos Lordes a se aposentar no fim do mandato parlamentar quando completarem 80 anos.

Recentemente, como parte de planos delineados no Discurso do Rei, o Partido Trabalhista acabou com a hereditariedade na Câmara dos Lordes. Dubs quer ir mais longe e apoia uma segunda câmara eleita. Ele acredita que a idade é um critério "muito torpe [...] é preciso ter cuidado para não discriminar". Existem membros da Câmara dos Lordes, como Neil Kinnock (82) e Michael Heseltine (91) "que fazem contribuições importantes". Em vez da idade, o tempo de mandato poderia ser um indicador mais útil.

O debate sobre se alguém pode ser velho demais para algum trabalho tornou-se uma questão premente nos Estados Unidos após gafes do presidente do país, Joe Biden. A questão acabou levando Biden, 81, a desistir de tentar um segundo mandato como presidente, após pressão de parlamentares e doadores democratas.

A discussão sobre a idade do presidente se soma a um debate maior, articulado pelo escritor irlandês Fintan O'Toole: "Biden, de forma justa ou não, é o para-raios para descontentamentos geracionais profundos". Em outras palavras, para a raiva quanto ao acúmulo de riquezas e empregos pelas gerações mais velhas.

Em termos mundiais, Biden e Trump — que tem 78 anos — fazem parte de uma minoria. Segundo o centro de estudos Pew Research, a idade média dos líderes nacionais em maio de 2024 era de 62 anos. A maior parte (34%) estava na faixa dos 60 anos. Cerca de um quinto (22%) estava na dos 50; 19%, na dos 70; e 16%, na dos 40. Biden estava entre os 5% que tinham 80 anos ou mais. O atual primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, tem 61, e seu antecessor Rishi Sunak, 44.

Trabalhar até idades mais avançadas vem se tornando uma perspectiva real para mais pessoas, à medida que as idades de aposentadoria aumentam, acompanhando a expectativa de vida. Além disso, como destaca Andrew Scott em seu livro "The Longevity Imperative" (o imperativo da longevidade, em inglês), "tendo em vista as tendências de fertilidade, as empresas se verão competindo entre si por um número menor de trabalhadores mais jovens e, cada vez mais, recorrendo a trabalhadores mais velhos".

Para isso, serão obrigadas a superar o etarismo. O problema foi exacerbado por Biden e pela Câmara dos Lordes, mas é antigo. Em seu livro de 1974, "Working" (trabalhando), Studs Terkel escreveu que, embora "a medicina tenha aumentado a expectativa de vida", os empregadores não acompanharam isso. "A ciência das empresas desaprova os idosos."

Terkel cita o economista John Coleman, que assumiu (e perdeu) uma série de empregos braçais como parte de suas pesquisas, o que o fez se sentir "desmoralizado". "Tive uma noção de como profissionais da minha idade se sentem quando perdem seu emprego e sua confiança começa a diminuir", disse Coleman. Ele tinha 51 anos.

A vice-diretora de trabalho da instituição beneficente Centre for Ageing Better, Emily Andrews, diz que, em vez de ver os funcionários apenas "através de uma lente etária", seria mais importante avaliar "se as pessoas são capazes de fazer seu trabalho". Scott concorda que é razoável exigir dos eleitos para postos de alto escalão que provem a capacidade cognitiva e estar aptos para o cargo. "O problema é exigir isso apenas daqueles com, digamos, mais de 80 anos. Pensamos na idade apenas em termos de declínio — saúde, cognição —, mas algumas coisas melhoram, como a experiência", diz.

Para abrir espaço a novos talentos e a equipes dinâmicas, Scott diz que os empregadores precisam permanecer inovadores, ao mesmo tempo em que evitam negar oportunidades e direitos aos idosos.

Isso não é uma questão de defender vantagens especiais — os jovens podem não acreditar, mas também envelhecem.

(Tradução Sabino Ahumada)

Emma Jacobs é colunista do "Financial Times"

Consumo Dez maiores redes detêm quase um quinto da venda; mais de um terço cortou funcionários

‘Nata’ do varejo vende R$ 1,13 trilhão ao ano

Adriana Mattos
De São Paulo

O Brasil é o país dos atacarejos e das farmácias, negócios menos afetados pelas últimas crises no setor, mas apesar dessa resiliência, o mercado brasileiro parece estar cada vez menos integrado ao varejo mundial.

Na lista das 10 maiores varejistas brasileiras em 2023, apenas duas são controladas pelo capital estrangeiro — Carrefour (francês) e Cencosud (chileno). Em 2015, eram seis ligadas a grupos franceses ou americanos nesse ranking.

Além disso, as varejistas líderes foram avançando sobre um naco maior de mercado na última década, mas quem acelerou mesmo o ritmo foram as redes regionais, especialmente de alimentos, focadas nos mercadinhos de bairro e nos atacados de baixo preço.

Os dados fazem parte do ranking “Cielo-SBVC 300 Maiores Empresas do Varejo Brasileiro”, que deve ser apresentado ao mercado na noite desta segunda-feira (12) em São Paulo. O estudo apresenta dados a partir de 2015, quando começou a ser elaborado, e tem sido publicado com exclusividade pelo **Valor** desde então.

As 300 companhias formam a “nata” do setor no país, com vendas brutas de R$ 1,13 trilhão no ano passado. Ao se considerar a base comparável — de 216 redes com dados divulgados em 2022 e 2023 — a expansão nominal nas vendas foi de 11,4%. Em termos reais, a alta é de 6,8%, a maior da história do levantamento, realizado pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) em conjunto com a Cielo.

No ano passado, em relação a 2015, considerando 250 redes com base de dados comparáveis, as vendas brutas passaram de R$ 457 bilhões para R$ 1 trilhão. Trata-se de uma expansão de 140%, ante uma inflação de 67% e um avanço de 70%, do varejo em geral, segundo o indicador ICVA-Cielo.

Hoje as 10 maiores cadeias detêm quase um quinto (18,8%) do varejo nacional — tinham 15,7% em 2015. A fatia das 100 maiores passou de 33,4% para 41,3%.

As dez maiores redes são: Grupo Carrefour Brasil, Assaí, Magazine Luiza, Grupo Casas Bahia, Raia Drogasil, Grupo Boticário, Grupo Mateus, GPA, Natura e Americanas (esta última, em crise financeira, caiu cinco posições no ranking).

“De 2015 para cá, tivemos dois anos catastróficos, da recessão no governo Dilma Rousseff, e depois, só anos bem mornos”, afirma Alberto Serrentino, vice-presidente da SBVC e fundador da consultoria Varese Retail. “Então, essa alta real de 7% em 2023 é o melhor desempenho histórico, e acreditamos que 2024 vamos ter um ano de um crescimento ‘ok’, mas não a ponto de soltar rojão”, diz.

Apesar dos ganhos de renda e geração de emprego em 2024, o patamar de juros ainda alto, estacionado num nível acima de 10% ao ano, continua a pressionar o endividamento das famílias.

Eduardo Terra, presidente da SBVC, faz a ressalva de que o ritmo de fechamento de lojas e demissões, que disparou em 2020 (75 mil pontos foram encerrados naquele ano) não voltou ao nível do passado. “Apenas 88 das 300 varejistas reduziram o número de funcionários no ano passado e 31 diminuíram o número de lojas”, diz.

Em quase 36% das empresas houve corte de funcionários frente ao ano anterior, só 6% delas mantiveram o quadro, e o restante aumentou. A redução superior a um terço reforça a agenda de austeridade das cadeias passada a pandemia. Isso num ambiente de defesa de rentabilidade e de produtividade para tentar gerar lucro maior.

Grupos em recuperação judicial entre 2022 e 2024 têm reduzido o número de lojas (como Americanas, rede Dia, Polishop, Artex e MMartan, Sidewalk e Novo Mundo), reflexo de alta alavancagem e dificuldade de renegociação de dívidas com bancos.

O estudo mostra ainda que o varejo alimentar, suportado basicamente pela expansão mais acelerada do atacarejo, representou 52,8% do faturamento das 300 maiores em 2023. Entre 2015 e 2023, o número de lojas de atacarejo saltou de 291 para 1.591. Já as farmácias e perfumarias responderam por 13,2%. Somados, ambos equivalem a dois terços (66%) do total.

Em 2015, supermercados, hipermercados e atacarejos eram pouco mais de 60% do total, e as drogarias, menos de 9%.

Os segmentos de vestuário, eletrônicos e móveis perderam um terço do peso, caindo de 24% para cerca de 16% das vendas do setor, apesar da recuperação gradual de demanda por crédito após 2023.

O levantamento inclui as novas entrantes de marketplace asiático Shein, AliExpress e Shopee. Para a Shopee, foram projetados R$ 30 bilhões em venda bruta total de mercadorias, que envolve venda de produtos dela e de lojistas parceiros, e para a Shein, R$ 15 bilhões.

O Brasil vem perdendo a referência como destino de investimentos estrangeiros em operações físicas na América Latina. “Se olharmos as 10 maiores redes quase uma década atrás, tínhamos Carrefour, Multivarejo, Walmart, Via Varejo, Cencosud e Cnova. Com a saída do Casino do controle de seus negócios aqui, sobraram só Carrefour e Cencosud”, diz Terra, que também é sócio da BTR Consultoria. Crises financeiras, necessidade de deixar países não estratégicos e instabilidades políticas e econômicas, são fatores que ajudam a afugentar investidores.

Desempenho de vendas das 300 maiores
Em %

Fonte: Ranking das 300 maiores empresas do varejo 2024 da Cielo/SBVC. (*)Dados da Pesquisa Mensal

Balanço Fluxo de caixa é importante para novos projetos e pagamento de dividendos, mas perda no 2º tri traz sinais a mercado, dizem especialistas

Investimentos da Petrobras ganham atenção após prejuízo

Fábio Couto e Kariny Leal
Do Rio

O prejuízo de R$ 2,6 bilhões apurado pela Petrobras no segundo trimestre de 2024, o primeiro em quase quatro anos, joga luz sobre os desafios que a estatal terá que enfrentar a curto e médio prazos. Um deles é a necessidade de realizar investimentos que sejam sustentáveis do ponto de vista financeiro ante a pressão do governo para que a empresa acelere desembolsos, incluindo áreas consideradas pouco rentáveis por especialistas. Para investir mais, a empresa precisa ter um balanço saudável, apoiado em forte geração de caixa, e um portfólio com projetos que garantam retorno aos acionistas.

O resultado negativo da Petrobras, divulgado na quinta-feira (8), foi motivado por fatores extraordinários, caso da valorização do dólar e de um acordo tributário com o Ministério da Fazenda. A administração da Petrobras se preocupou em alinhar discurso segundo o qual o prejuízo não tinha efeito no caixa da companhia. Do ponto de vista operacional, porém, houve quem considerasse que o resultado poderia ter sido melhor.

Foi o primeiro resultado da Petrobras sob a gestão de Magda Chambriard, que chegou à empresa em maio com a missão de acelerar investimentos em áreas como refino, gás natural, fertilizantes e petroquímica.

Marcelo de Assis, consultor do mercado de óleo e gás, diz que ainda existem incógnitas sobre investimentos, como a volta à refinaria de Mataripe (BA), o reingresso no mercado de fertilizantes e a compra da fatia da Braskem detida pela Novonor. Essas intenções devem ficar mais claras perto do fim do ano, quando será divulgado o plano estratégico 2025-2029.

Acionistas da estatal, diz Assis, temem a reedição de medidas de governos petistas anteriores, as quais levaram a empresa a se alavancar muito, chegando a ser considerada a empresa mais endividada do mundo. O movimento ocorreu em cenário de represamento dos preços dos combustíveis. Na atual gestão, a Petrobras tem demorado para aumentar a gasolina e o diesel, argumentando que procura não repassar volatilidades de curto prazo aos preços.

> "Ainda existem incógnitas sobre investimentos, como a refinaria de Mataripe"
> *Marcelo de Assis*

Na sexta-feira (9), Chambriard disse que o foco da empresa "foi e continuará sendo" exploração e produção de petróleo e gás, mas a empresa vai buscar investir em energia limpa, de olho na descarbonização e diversificação de fontes. Vai também apostar em projetos de fertilizantes e de refinarias.

Em meio às dúvidas, a Petrobras reduziu a projeção de investimentos para este ano. O plano estratégico 2024-2028 prevê US$ 18,5 bilhões, mas a estatal anunciou agora meta de US$ 13,5 bilhões a US$ 14,5 bilhões. Segundo Renata Baruzzi, diretora de engenharia, tecnologia e inovação da estatal, uma mudança nos contratos com fornecedores causou descasamento entre o pagamento financeiro e marcos físicos em alguns projetos. A empresa pagava as obras de acordo com o avanço físico, mas agora estabeleceu nos contratos o cumprimento de marcos que garantam a entrega dos produtos em questão.

"Antigamente, ficavam muitas pendências. Agora temos certeza que estamos pagando por algo acabado. Se eles [os fornecedores] não concluírem os marcos, não conseguimos pagar. Então existe esse descasamento", disse Baruzzi.

Outro foco de atenção é a remuneração aos acionistas. Fonte a par do tema disse que o critério principal para que os dividendos sejam pagos é o fluxo de caixa livre e não o lucro. O fluxo de caixa, disse a fonte, é medida financeira, utilizada com mais frequência por empresas de commodities para calcular os dividendos, pois não considera fatores como depreciação de ativos e amortização de dívidas.

Já o lucro líquido é um resultado contábil, obtido após diversas deduções. Por essa razão, explicou, se a Petrobras calculasse o dividendo com base no lucro líquido, ao registrar prejuízo, não pagaria dividendos mesmo com dinheiro em caixa para pagar os acionistas. Parte dos dividendos anunciados na semana passada foi garantida com o uso de uma reserva de capital criada pela Petrobras em 2023.

Ilan Arbetman, analista da Ativa, ressalta que havia inquietude no mercado por um possível não pagamento de dividendos extraordinários no futuro ao se usar a reserva de capital agora no segundo trimestre. A medida foi descartada pela estatal, que alegou questões pontuais para uso da reserva.

DIVULGAÇÃO

Instalações da Petrobras: estatal diz que itens exclusivos, sem impacto no caixa, causaram prejuízo de R$ 2,6 bilhões

Justiça decreta fim de recuperação judicial da Eternit

Reestruturação

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A recuperação judicial da fabricante de telhas Eternit foi encerrada na sexta-feira (9), por decisão do Tribunal de Justiça paulista. A companhia iniciou o processo em 2018, após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir a venda do mineral crisotila (amianto) no país.

O material era usado em telhas e vem de uma mina da empresa, em Goiás — hoje, a Eternit só pode explorá-la para exportação. "A companhia entendeu [na época] que passaria por processo difícil de adaptação do seu parque fabril", diz o diretor-financeiro Vitor Mallmann. Desde então, a Eternit deixou de usar amianto e reforçou a produção de telhas de fibrocimento, com fibras de polipropileno.

A empresa iniciou a RJ com dívida de R$ 250 milhões, e encerra o processo com R$ 37,3 milhões.

O presidente Paulo Roberto Andrade conta que Eternit esperou conseguir incluir no plano um acordo que a protegesse de possíveis processos trabalhistas futuros. Créditos decorrentes de ações fundamentadas em fatos anteriores a 2018 serão pagos nas condições da RJ. "Como temos exposição ao amianto, podemos ter surpresas desagradáveis", diz. A exploração da crisotila respondeu por 56% do lucro bruto no segundo trimestre.

Para Mallmann, a empresa sai da RJ "mais robusta". Nesses seis anos, a Eternit vendeu imóveis e a sua divisão de louças sanitárias. Também comprou uma fabricante de telhas de fibrocimento, construiu uma nova fábrica no Ceará e ampliou outra em Manaus.

Agora, o objetivo é rentabilizar os ativos que a Eternit já tem. Segundo Andrade, a empresa tem vendido 60% do que pode produzir. Há ainda planos para fabricar pisos e itens relacionados à construção industrializada, além de telhas com células fotovoltaicas embutidas. A companhia já vende o produto, fabricado em uma planta-piloto.

Curtas

M. Dias Branco recua

Após um período prolongado sendo beneficiada pela queda no preço do trigo, a fabricante de massas e biscoitos M. Dias Branco, dona das marcas Piraquê, Adria e Vitarella, sentiu os efeitos da inversão nos preços do cereal e, especialmente, da volatilidade do câmbio, no segundo trimestre deste ano. A receita líquida recuou 7,7%, para R$ 2,6 bilhões, com o preço médio de R$ 5,19 por quilo, 0,27 pontos percentuais abaixo em relação ao mesmo período do ano anterior. Em consequência, o lucro líquido caiu 12,8% de abril a junho, para R$ 190 milhões. O volume de vendas aumentou 11,6%.

Perdas da PDG Realty

A PDG Realty registrou um prejuízo de R$ 68,7 milhões no segundo trimestre, uma redução de 47,5% sobre as perdas de um ano antes. As receitas caíram 23,9%, para R$ 27,1 milhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda na sigla em inglês) ficou negativo em R$ 25,1 milhões.

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	Cotações 09/08/24	Há uma semana	Fim de julho	2023	Há um ano	Var. até a última data indicada - em % Semana	Mês	Ano	12 meses	Cotação em 12 meses Menor	Maior
Alumínio high grade											
Disponível	2.263,0	2.214,5	2.252,0	2.335,5	2.153,0	2,19	0,49	-3,10	5,11	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.318,5	2.272,5	2.297,0	2.382,0	2.205,0	2,02	0,94	-2,67	5,15	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.495,0	2.511,0	2.527,0	1.550,0	1.650,0	-0,64	-1,27	60,97	51,21	1.450,0	2.755,0
Três meses	2.370,0	2.370,0	2.380,0	1.550,0	1.704,0	0,00	-0,42	52,90	39,08	1.503,0	2.560,0
Chumbo											
Disponível	1.990,0	2.000,0	2.024,0	2.031,0	2.119,0	-0,50	-1,68	-2,02	-6,09	1.905,0	2.314,0
Três meses	2.030,0	2.040,0	2.060,0	2.068,0	2.128,0	-0,49	-1,46	-1,84	-4,61	1.959,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	8.805,0	8.977,0	9.014,5	8.476,0	8.395,0	-1,92	-2,32	3,88	4,88	7.812,5	10.857,0
Três meses	8.922,0	9.111,0	9.152,0	8.580,0	8.428,0	-2,07	-2,51	3,99	5,86	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	31.900,0	30.200,0	29.610,0	25.175,0	27.080,0	5,63	7,73	26,71	17,80	22.910,0	35.685,0
Três meses	31.800,0	30.350,0	30.025,0	25.500,0	27.325,0	4,78	5,91	24,71	16,38	23.275,0	35.350,0
Níquel											
Disponível	16.085,0	16.155,0	16.255,0	16.300,0	20.450,0	-0,43	-1,05	-1,32	-21,34	15.470,0	21.275,0
Três meses	16.360,0	16.380,0	16.505,0	16.570,0	20.640,0	-0,12	-0,88	-1,27	-20,74	15.825,0	21.650,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.697,0	2.628,0	2.634,5	2.640,5	2.500,0	2,63	2,37	2,14	7,88	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.738,0	2.687,0	2.687,0	2.654,0	2.464,0	1,90	1,90	3,17	11,12	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**09/08/24**	**Há uma semana**	**Fim de julho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	75,61	72,59	76,84	71,84	83,69	4,16	-1,60	5,25	-9,65	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	78,92	76,27	80,84	76,91	86,92	3,47	-2,38	2,61	-9,20	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Condomínio Residencial Way Petrópolis Incorporação Spe Ltda. -** CNPJ: 15.777.385/0001-75 - Endereço: Av. Pereira Barreto, 1395, 4º Andar, Sala 47, Bairro Paraíso - Requerente: Valebeton Concreto Ltda. - Vara/Comarca: 6a Vara de Santo André/SP

Requerido: **Draceaço Comércio de Ferro e Aço Ltda. Epp -** CNPJ: 08.869.179/0001-20 - Endereço: Rua Ipiranga, 2590, Centro - Requerente: Br Steel Indústria e Comércio de Aço Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Dracena/SP

Requerido: **Gespar Administração de Bens Eireli -** CNPJ: 35.121.354/0001-79 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 628, 10º Andar, Cjto. 101, Bairro Pinheiros - Requerente: L&e Capital Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Lubrisint Lubrificantes Sintéticos Especiais Ltda. -** CNPJ: 50.484.476/0001-13 - Endereço: Rua Serra da Borborema, 126, Bairro Campanário, Diadema/sp - Requerente: Energis 8 Agroquímica Ltda., Anteriormente Denominada Packblend Indústria e Comércio de Lubrificantes Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **M6 Locações e Serviços de Engenharia Ltda. -** CNPJ: 28.418.714/0001-33 - Endereço: Av. Silvio Sciumbata, 431, Bairro Interlagos - Requerente: Pintia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Matheus Victor Ervolino Garcia Construção -** CNPJ: 26.577.111/0001-59 - Endereço: Av. Pires do Rio, 826, Bairro Vila Americana - Requerente: Matheus Victor Ervolino Garcia Construção - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Mind Travel Agência de Viagens Ltda. -** CNPJ: 51.910.747/0001-18 - Endereço: Rua John Harrison, 299, 7º Andar, Cjto. 702, Bairro da Lapa - Requerente: Mind Travel Agência de Viagens Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Cível do Foro Regional da Lapa, São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Plasbras Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 15.616.173/0001-06 - Endereço: Rua Albertina Cassaro Galli, 230, Bairro Cascalho - Requerente: Sul Brasil Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto Multissetorial - Vara/Comarca: 2a Vara de Pedreira/SP

Requerido: **Potencial Comércio de Metais Ltda. -** CNPJ: 20.995.175/0001-93 - Endereço: Av. Gastão Vidigal Neto, 548, Bairro Cidade Nova - Requerente: Labor Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Pindamonhangaba/SP

Requerido: **Top Blue Distribuição e Comércio Ltda. -** CNPJ: 26.289.794/0001-49 - Endereço: Rua Eldoro Lincoln Berlinck, S/nº, Bairro Jardim Arpoador - Requerente: Adega Alentejana Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Top Blue Distribuição e Comércio Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 26.289.794/0002-20 - Endereço: Rodovia Raposo Tavares, 7883, Bairro Jardim Arpoador, São Paulo/sp - Requerente: Adega Alentejana Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Top Blue Distribuição e Comércio Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 26.289.794/0003-00 - Endereço: Av. Inocêncio Seráfico, 4150, Cjto. 13, Bairro Vila Dirce, Carapicuíba/sp - Requerente: Adega Alentejana Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Nossa Senhora de Fátima Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 48.657.027/0001-88 - Endereço: Rua Clark, 250, Sala 04, Bairro Macuco, Valinhos/sp - Administrador Judicial: Excelia Consultoria Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Shelf Resinas Ltda. -** CNPJ: 46.570.102/0001-43 - Endereço: Rua Afonso Pena, 327, Sala 05, Bairro Jardim Niero, Louveira/sp - Administrador Judicial: Action Administração Judicial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Mr Pack Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 34.036.495/0001-20 - Endereço: Rua Clélia, 2208, Sala 311, Bairro Água Branca - Requerente: Wks Comércio Atacadista de Resinas Plásticas Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **S Motors Comércio, Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 00.944.145/0001-40 - Requerente: Erb Mármores e Granitos Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Prime Fundição de Alumínio S/A -** CNPJ: 31.252.898/0001-19 - Endereço: Rua Raphael Andreolli, 1260, Distrito Empresarial Prefeito Luiz Roberto Jabali, Ribeirão Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Benival Nicolau Fleury, Produtor Rural -** CNPJ: 53.956.418/0001-33 - Endereço: Av. Mississipi, S/nº, Quadra 02, Lote 21, Residencial Califórnia - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: Vara Cível de São Luís de Montes Belos/GO

Empresa: **Laticínios Montes Belos Ltda. -** CNPJ: 37.022.845/0001-98 - Endereço: Rodovia Go 164, Km 01, Chácaras Santana - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: Vara Cível de São Luís de Montes Belos/GO

Empresa: **Maxilenny do Carmo Vieira Fleury, Produtora Rural -** Endereço: Av. Mississipi, S/nº, Quadra 02, Lote 21, Residencial Califórnia - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: Vara Cível de São Luís de Montes Belos/GO

Empresa: **Maxx Limp Serviços de Limpeza e Conservação Ltda. ME -** CNPJ: 04.095.806/0001-61 - Endereço: Rua Flamboyant, 286, Sala A, Distrito Industrial I - Administrador Judicial: Contadora Sra. Carmiana Antunes Bastos - Vara/Comarca: 12a Vara de Manaus/AM

Empresa: **Slmb Transportadora Ltda. -** CNPJ: 37.959.240/0001-28 - Endereço: Rodovia Go 164, Km 01, Chácaras Santana - Administrador Judicial: Vw Advogados, Representada Pelo Dr. Victor Rodrigo de Elias - Vara/Comarca: Vara Cível de São Luís de Montes Belos/GO

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Nova Radar Motos Ltda. -** CNPJ: 10.235.895/0001-05 - Endereço: Av. Novo Osasco, 1010, Térreo e Subsolo, Bairro Jardim Novo Osasco - Vara/Comarca: 1a Vara de Osasco/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Empresas

Logística Para operadores, embarcações de carga não conseguirão passar pelos trechos críticos da hidrovia em meados de setembro

Nova seca histórica deve interromper fluxo no rio Amazonas e elevar custos

Taís Hirata
De São Paulo

Com uma nova seca histórica no rio Amazonas, a passagem de navios de carga deverá começar a ter restrições nas próximas semanas. A expectativa de operadores logísticos é que, em meados de setembro, as embarcações não passem pelos trechos críticos da hidrovia, e a indústria já estima um custo adicional com transporte de pelo menos R$ 500 milhões até o fim do ano.

Hoje, o nível dos rios na região de Manaus está abaixo do patamar observado no mesmo período de 2023, quando a estiagem atingiu seu maior patamar histórico. Com isso, a expectativa é que a situação drástica vista no ano passado se repita.

“A relevância dessa rota entre Manaus e o Nordeste e o Sul é enorme. 47% de todo volume de cabotagem no Brasil de contêineres está nessa rota, e 80% da carga que entra e sai do polo industrial de Manaus também usa esse modal. O impacto que a estiagem traz para a região economicamente é muito grande e socialmente também, porque a grande maioria da carga que entra em Manaus, de consumo básico, vem pelo modal marítimo”, afirma Gustavo Paschoa, presidente da Norcoast, empresa de cabotagem formada pela Hapag-Lloyd e pela Norsul.

As rotas de cabotagem que percorrem a hidrovia conectam Manaus a portos como Pecém (CE), Suape (PE), Salvador, Rio de Janeiro, Santos (SP) e Itapoá (SC).

A indústria trabalha com um cenário inicial de interrupção da passagem dos navios no rio por pelo menos 60 dias, mas como em 2023 o período se estendeu até o fim do ano, a previsão é que esse prazo possa novamente se estender e ser mais longo, de acordo com Augusto Rocha, diretor do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam).

Diante desse cenário, as companhias que atuam na região já estão colocando em prática seus planos de emergência. O principal deles é a instalação de terminais portuários provisórios no rio Amazonas, na região de Itacoatiara (AM), onde deverão ser instalados píeres flutuantes.

A ideia é que os navios maiores parem nesse ponto e façam o transbordo da carga para balsas, que conseguem trafegar mesmo com uma profundidade menor, e assim transportar os contêineres até a capital Manaus.

A SuperTerminais e a Norcoast, que firmaram parceria para a implantação de um terminal flutuante em Itacoatiara, já começaram a levar os equipamentos à base provisória, e planejam enviar os píeres flutuantes no fim deste mês, para que no início de setembro a estrutura esteja preparada, segundo Paschoa. Para o executivo, a expectativa é que a operação temporária seja necessária até dezembro, com base no cenário de 2023.

“Não é uma solução, mas é uma mitigação do problema diante da restrição do rio. Mas a estrutura tem uma limitação operacional e deve trazer um adicional de trânsito de 48 horas a mais de viagem da carga”, diz ele.

Com a iminência de restrições no rio, as empresas de navegação já anunciaram as “taxas de seca” deste ano, ou seja, as cobranças adicionais para cobrir os gastos decorrentes da crise. Segundo Rocha, os valores neste ano ficaram acima do dobro da cobrança de 2023.

Considerando a interrupção no tráfego na hidrovia apenas em setembro e em outubro, o custo logístico adicional estimado pela Cieam é de R$ 500 milhões, mas pode subir a depender da extensão da crise. No ano passado, a entidade calculou em R$ 1,4 bilhão o impacto para a indústria.

Luis Resano, diretor-executivo da Abac (Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem), afirma que as sobretaxas mais elevadas neste ano servirão para custear a operação temporária que está sendo montada em Itacoatiara. “Comparado com o ano passado, o custo ficou bem mais caro. Em 2023 estava se cobrando uma taxa pela falta de capacidade de carregamento dos navios, que por um período não podiam carregar em sua capacidade máxima. Este ano, está se cobrando também pelo custo de se passar carga do navio para a balsa e fazer o desembarque no terminal. A diferença é que se está oferecendo a solução logística completa”, afirma.

Além dos terminais provisórios no Amazonas, os terminais em Vila do Conde (PA) também se preparam para a seca. Em 2023, o porto foi o principal centro de transbordo para o escoamento da carga e ficou congestionado pela alta demanda.

Neste ano, a Santos Brasil, que opera um terminal de contêineres no local, já está estruturando uma operação para fazer o transbordo da carga para barcaças e capturar parte do fluxo de Manaus. “Em 2023, fomos pegos mais de surpresa. Agora, já com seis meses de antecedência temos conversado com os clientes para que possamos, dentro da capacidade, desafogar o sistema”, afirma Daniel Dorea, diretor financeiro da empresa.

No período da seca, o terminal deverá ampliar sua capacidade em 30%, de 8,5 mil TEUs (contêineres de 20 pés) para 11 mil TEUs mensais no período. Para isso, a companhia vai deslocar uma área usada para manutenção de contêineres vazios para fora do terminal, e assim abrir espaço para a movimentação de carga.

A estrutura deverá estar pronta na segunda quinzena de setembro, quando se espera que o tráfego no rio seja interrompido.

Ver mais na página B10

> “47% do volume de cabotagem no país de contêineres está nessa rota e 80% da carga de Manaus”
> *Gustavo Paschoa*

Nível do rio

Estiagem gera menor patamar de rios para essa época do ano

Profundidade em Manaus, no dia 8 de agosto, em metros

Fonte: Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia
*Sem informações, mas dias seguintes indicam que patamar estava acima do atual

Curta

Obras da Sabesp

Com a privatização concluída, a Sabesp deverá migrar a contratação dos próximos R$ 27 bilhões de obras para o ambiente privado. Esses investimentos estavam sendo contratados por licitação pública, mas serão concluídos por processo competitivo privado. A Sabesp já tem em curso R$ 14 bilhões de investimentos, referentes a obrigações de 2024 e 2025. Os projetos em contratação, de R$ 27 bilhões, incluem obras previstas no plano de investimento entre 2025 e 2027.

Neoenergia Coelba

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

CNPJ/MF Nº 15.139.629/0001-94 - NIRE Nº 29.300.003.816
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 1.452-4

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 15 (quinze) do mês de abril de 2024, às 13:00 horas, na sede social da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA (“Companhia”), localizada na Avenida Edgard Santos, nº 300, Cabula VI, Salvador, Bahia (“Assembleia”). **2. CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado, de acordo com o artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), no jornal Valor Econômico, impresso e digital, nos dias 16, 17, 18, 19 e 20 de março de 2024; e encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, através do Sistema IPE, no dia 15 de março de 2024. **3. PUBLICAÇÕES:** Efetuadas em obediência ao artigo 133 da Lei das S.A., no jornal Valor Econômico, impresso e digital. O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, foram publicados no Jornal Valor Econômico, no dia 08 de fevereiro de 2024. Tais documentos foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM e da Companhia com mais de 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. Os demais documentos e informações relativos à ordem do dia, nos termos da Resolução da CVM nº 81 (“Resolução CVM 81”) e da Resolução da CVM nº 80 (“Resolução CVM 80”), ambas de 29 de março de 2022, foram divulgados aos acionistas da Companhia, mediante a apresentação à CVM nos termos da regulamentação aplicável. **4. PRESENÇAS:** Participaram da Assembleia acionistas representando 98,83% do capital social votante da Companhia, 99,13% das ações preferenciais Classe A e 100% das ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas e pelos Boletins de Voto a Distância recebidos nos termos da Resolução CVM 81. Em atendimento ao disposto no artigo 134, § 1º da Lei das S.A., participaram, ainda, o Sr. **Kevin Marruaz**, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, e o Sr. **Thiago Freire Guth**, Diretor Presidente e representante da Administração da Companhia, que ficaram à disposição para prestar esclarecimentos a respeito das matérias objeto da Assembleia. **5. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Verificado o quórum legal, foi instalada a Assembleia, tendo a Sra. **Juliana Turchetto Pimentel** assumido a presidência e o Sr. **Maurício de Melo Santos** a secretaria dos trabalhos, os quais foram escolhidos na forma prevista no artigo 11, parágrafo primeiro, do Estatuto Social da Companhia. **6. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: **(1)** Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; **(2)** Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023 e a distribuição de dividendos; **(3)** Definição do número de membros que irá compor o Conselho de Administração e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes; **(4)** Definição do número de membros que irá compor o Conselho Fiscal e eleição dos seus membros titulares e respectivos suplentes; e **(5)** Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal. **7. LAVRATURA DA ATA:** Foi dispensada, pela unanimidade dos acionistas, a leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de Boletins de Voto a Distância, consoante o artigo 48, §4º da Resolução CVM 81, uma vez que tal documento foi divulgado ao mercado pela Companhia em 12 de março de 2024. Além disso, por proposta da Presidente da Mesa, foi dispensada, por unanimidade dos acionistas, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que foram previamente disponibilizados e são de inteiro conhecimento dos acionistas. Os acionistas também autorizaram, por unanimidade, a lavratura da presente ata na forma de sumário e a publicação da ata desta Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º da Lei das S.A. **8. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão dos assuntos constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o seguinte: **1)** Por 149.640.415 votos favoráveis, 571.588 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar integralmente e sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **2)** Por 149.640.415 votos favoráveis, 571.588 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2023, no valor de R$ 1.838.839.560,19 (um bilhão, oitocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais e dezenove centavos), da seguinte forma: **(i)** Destinar 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, no montante de R$ 75.488.693,28 (setenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos) para a Reserva Legal, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei das S.A.; **(ii)** Destinar o montante de R$ 329.065.694,51 (trezentos e vinte e nove milhões, sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos) para a Reserva de Incentivo Fiscal Sudene; **(iii)** Ratificar a declaração intermediária de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante total bruto de R$ 445.363.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil reais), tendo sido (i) o montante de R$ 114.743.000,00 (cento e quatorze milhões, setecentos e quarenta e três mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 07 de março de 2023, (ii) o montante de R$ 117.641.000,00 (cento e dezessete milhões, seiscentos e quarenta e um mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de junho de 2023, (iii) o montante de R$ 108.658.000,00 (cento e oito milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de setembro de 2023, e (iv) o montante de R$ 104.321.000,00 (cento e quatro milhões, trezentos e vinte e um mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2023; sendo que os montantes indicados nos itens (i), (ii) e (iii) já foram integramente pagos e o montante indicado no item (iv) será pago até 31 de dezembro de 2024, sem qualquer correção ou atualização monetária, líquido de impostos, com base na posição acionária de 4 de janeiro de 2024. **(iv)** Ratificar a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 567.000.000,00 (quinhentos e sessenta e sete milhões de reais), declarado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de julho de 2023, os quais já foram integralmente pagos em dezembro de 2023; e **(v)** Aprovar a distribuição adicional de dividendos no montante de R$ 421.922.172,40 (quatrocentos e vinte e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, cento e setenta e dois reais e quarenta centavos), a serem pagos pela Companhia até 31 de dezembro de 2024.

Descrição	2023
Lucro líquido do exercício	**1.838.839.560,19**
Reserva Legal	(75.488.693,28)
Reserva de incentivo Sudene	(329.065.694,51)
Lucro líquido do exercício ajustado	**1.434.285.172,40**
Juros sobre capital próprio	445.363.000,00
Dividendos intermediários	567.000.000,00
Dividendos adicionais propostos	421.922.172,40
Total de remuneração distribuída	**1.434.285.172,40**

3) Por 149.640.415 votos favoráveis, 571.588 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a fixação de 6 (seis) membros para o Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato, e eleger para compor o Conselho de Administração da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar acerca das contas do exercício social de 2025, os seguintes membros titulares (efetivos): **(1) Ana Teresa Lafuente González**, espanhola, engenheira, portadora do passaporte espanhol nº PA 0677835, com endereço na Calle Tomás Redondo, 1, 28033, Madri, Espanha - para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **(2) Fulvio da Silva Marcondes Machado**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de Identidade RG nº 24.154.003-3 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 262.953.468-55, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ; **(3) Solange Maria Pinto Ribeiro**, brasileira, solteira, engenheira elétrica, portadora da cédula de identidade nº 1.486.537 IITB/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº 304.753.094-72, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ; **(4) Leonardo Pimenta Gadelha**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 08815379-6 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 025.987.667-41, com endereço na Praia do Flamengo, 78 - 2º Andar - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ; **(5) Edison Antônio Costa Britto Garcia**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 535141 - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.991.489-88, com endereço na SIA Área de Serviços Públicos Lote C, Brasília, Distrito Federal, CEP 71215-902, para o cargo de membro titular e conselheiro independente; e **(6) Dailton Pedreira Cerqueira**, brasileiro, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº 1.953.332-25 e inscrito no CPF/MF sob o nº 234.104.185-04, com endereço na Avenida Paulo VI, 2240 – Edifício Pedra Nova – apto 104 – Itaigara – Salvador/BA, para o cargo de membro titular representante dos empregados da Companhia, e como seu suplente, **Esdras Mamona dos Santos**, brasileiro, eletrotécnico, portador da carteira de identidade nº 0875381804 e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.254.665-66, com endereço na Rua Antonio da Silva Lima, 03 – Parque Ipê - Feira de Santana/BA , eleitos em 13 de março de 2024, nos termos do artigo 17, § 2º do Estatuto Social da Companhia. Para fins do §2º do artigo 146 da Lei das S.A., registra-se que a conselheira **Ana Teresa Lafuente González**, não residente, é representada pelo Sr. **Eduardo Capelastegui Saiz**, espanhol, casado, administrador de empresas, portador do RNE nº V293179-X, inscrito no CPF/MF sob nº 819.863.865-20, domiciliado na Praia do Flamengo 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, conforme procuração arquivada na sede da Companhia. O Sr. **Edison Antônio Costa Britto Garcia** apresentou previamente à Companhia declaração atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado da B3. O Conselho de Administração da Companhia entendeu que o Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia satisfaz os critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses indicadas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse, nos termos da Lei das S.A., mediante a assinatura do respectivo termo de posse, ocasião na qual declararão à Companhia o preenchimento dos requisitos de elegibilidade previstos na Lei das S.A. e o seu desimpedimento para o exercício dos respectivos cargos. Em razão da eleição ora realizada, o Conselho de Administração da Companhia passa a ter a seguinte composição:

Nome	Cargo	Suplente	Eleição	Mandato
Ana Teresa Lafuente González	Membro Titular – Presidente do Conselho	N/A	AGO de 15/04/2024	2 (dois) anos, até a AGO que se realizará em 2026
Fulvio da Silva Marcondes Machado	Membro Titular	N/A	AGO de 15/04/2024	2 (dois) anos, até a AGO que se realizará em 2026
Solange Maria Pinto Ribeiro	Membro Titular	N/A	AGO de 15/04/2024	2 (dois) anos, até a AGO que se realizará em 2026
Leonardo Pimenta Gadelha	Membro Titular	N/A	AGO de 15/04/2024	2 (dois) anos, até a AGO que se realizará em 2026
Edison Antônio Costa Britto Garcia	Membro Titular - Independente	N/A	AGO de 15/04/2024	2 (dois) anos, até a AGO que se realizará em 2026
Dailton Pedreira Cerqueira	Membro Titular – Representante dos Empregados	Esdras Mamona dos Santos	AGO de 15/04/2024	2 (dois) anos, até a AGO que se realizará em 2026

4) Por 149.640.415 votos favoráveis, 571.588 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a fixação de 4 (quatro) membros titulares (efetivos) e igual número de suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia para o próximo mandato. Ainda, por 149.640.415 votos favoráveis, 571.588 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, **eleger para compor o Conselho Fiscal**, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, os seguintes membros: **Como membros titulares – (1) Francesco Gaudio,** italiano naturalizado brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade RG nº 2.041.880 expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 128.804.777-00, domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Sá Viana, nº 99/ 201, Grajaú; **(2) Eduardo Valdés Sanchez,** espanhol, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RNE nº V284913W, inscrito no CPF/MF sob nº 055.017.167-39, domiciliado na cidade de Salvador, estado da Bahia, no Largo da Vitória, nº 36, apt. 900; **(3) João Guilherme Lamenza,** brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº 062643309, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 835.606.707-30, domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas, 463/6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ; e **(4) Giselle Cilaine Ilchechen Coelho**, brasileira, bancária, casada, portadora da cédula de identidade nº 3300159, inscrita no CPF/MF sob o nº 032.395.219-46, domiciliada na Avenida Rui Barbosa, 170 - Bloco A - 1301 - Rio de Janeiro/RJ. **Como membros suplentes, respectivamente – (1) José Antonio Lamenza**, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, portador da cédula de identidade nº 054037-0 expedida pela CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 708.961.787-49, domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Itacuruça, 19/405, Tijuca; **(2) Glaucia Janice Nitsche**, brasileira, casada, graduada em ciências contábeis, portadora da Carteira de Identidade nº 29.976.677-4 expedida pelo Detran/RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº 629.348.210-72, domiciliada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, andar Térreo, sala C, Jd. Nova América; **(3) Antônio Carlos Lopes**, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade 10.202657-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 898.205.508-82, domiciliado na cidade e estado de São Paulo, com endereço na Rua Boa Vista, 254,10° Andar, Cj.1001, Centro; e **(4) Maria da Glória Guimarães dos Santos**, brasileira, aposentada, casada, portadora da cédula de identidade nº 571667, inscrita no CPF/MF sob o nº 214.103.561-91, domiciliada na SQSW 301 Bloco D, apto. 504, Setor Sudoeste - Brasília – DF. Em votação em separado, por 71.532 votos favoráveis, 5.576 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, a maioria dos acionistas titulares de ações preferenciais participantes desta Assembleia elegeram, como membro titular, o Sr. **Luiz Carlos Faria Ribeiro**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 2.738.624-48 - SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.838.165-91, com endereço na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Irmã Dulce, 217 – apto. 904, Ed. Horto Residence, Brotas, CEP 40286-030. Considerando a eleição em separado de membro do Conselho Fiscal realizada, fica consignada a fixação de **5 (cinco)** membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse, nos termos da Lei das S.A., mediante a assinatura do respectivo termo de posse, ocasião na qual declararão à Companhia o preenchimento dos requisitos de elegibilidade previstos na Lei das S.A. e o seu desimpedimento para o exercício dos respectivos cargos. Em razão do resultado da eleição dos membros do Conselho Fiscal ora deliberada, o Conselho Fiscal passa a apresentar a seguinte composição:

Membros eleitos pela votação majoritária		
Membro titular (efetivo)	**Membro Suplente**	**Mandato**
Francesco Gaudio	José Antonio Lamenza	Até a primeira Assembleia Geral Ordinária que vier a se realizar após a sua eleição
Eduardo Valdés Sanches	Glaucia Janice Nitsche	
João Guilherme Lamenza	Antonio Carlos Lopes	
Giselle Cilaine Ilchechen Coelho	Maria da Glória Guimarães dos Santos	
Membros eleitos pela votação em separado (preferencialistas)		
Membro titular (efetivo)	**Membro Suplente**	**Mandato**
Luiz Carlos Faria Ribeiro	N/A	Até a primeira Assembleia Geral Ordinária que vier a se realizar após a sua eleição

5) Por 149.640.415 votos favoráveis, 571.588 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a fixação da remuneração anual global dos administradores e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024, líquida de encargos sociais, sendo a remuneração do Conselho Fiscal fixada nos termos no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A, no valor de até R$ 10.757.066,36 (dez milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, sessenta e seis reais e trinta e seis centavos), da seguinte forma: (i) Remuneração da Diretoria Executiva Estatutária: até R$ 10.186.334,55 (dez milhões, cento e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos); (ii) Remuneração dos membros do Conselho de Administração: até R$ 192.099,60 (cento e noventa e dois mil, noventa e nove reais e sessenta centavos); e (iii) Remuneração dos membros do Conselho Fiscal: até R$ 378.632,21 (trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos). **ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente considerou encerrados os trabalhos da Assembleia, determinando que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes. Mesa: Presidente, **Juliana Turchetto Pimentel**; Secretário, **Maurício de Melo Santos**. Acionistas: Neoenergia S.A. - representada através do Boletim de Voto a Distância por Fulvio Silva Marcondes Machado e Juliano Pansanato de Souza; Amauri Braz – representado por Luiz Carlos Faria Ribeiro; Luiz Carlos Faria Ribeiro; e Argucia Income Fundo de Investimento em Ações, Argucia Quark Fundo de Investimento Multimercado, Argucia Endowment Fundo de Investimento Multimercado e Sparta Fundo de Investimento em Ações BDR Nível I – representados por Raphael Manhães Martins. Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio. Mesa: **Juliana Turchetto Pimentel** - Presidente da Mesa; **Maurício de Melo Santos** - Secretário. JUCEB. Certifico o Registro sob o nº 98536797 em 25/07/2024. Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Bruno Mota Passos - Secretário Geral.

Neoenergia Elektro

ELEKTRO REDES S.A.

CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97 - NIRE 35.300.153.570
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ELEKTRO REDES S.A., REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 12h00min, por escrito e sem sessão. **PRESENÇA:** Presente os Conselheiros da Companhia, os senhores(as) Ana Teresa Lafuente González, Fulvio da Silva Marcondes Machado, Solange Maria Pinto Ribeiro, Leonardo Pimenta Gadelha, Edison Antonio Costa Britto Garcia e Claudecir da Silva (Conselheiro Representante dos Empregados). **CONVOCAÇÃO:** Convocações endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia por meio de correio eletrônico nos termos do Estatuto Social. **ORDEM DO DIA:** Informações e deliberações acerca do seguinte assunto: **(1)** Captação de Recursos. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade: **(I)** a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais as quais serão detalhadas e reguladas por meio do *“Instrumento Particular de Escritura da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Elektro Redes S.A.”* (“Escritura de Emissão”) a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, sociedade inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (“Agente Fiduciário”), e a **NEOENERGIA S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.083.200/0001-18, na qualidade de fiadora (“Fiadora”): (a) *Destinação de Recursos*. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para a gestão ordinária dos negócios e composição de capital de giro da Emissora (“Destinação de Recursos”). (b) *Séries*. A Emissão será realizada em série única. (c) *Número da Emissão*. A Emissão objeto da Escritura de Emissão constitui a 14ª (décima quarta) emissão de debêntures da Emissora. (d) *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Total da Emissão”). A Emissora e a Oferta não poderão ter seu valor e quantidade iniciais de Debêntures aumentados. (e) *Quantidade de Debêntures*. Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures. (f) *Espécie*. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações. (g) *Valor Nominal Unitário*. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”). (h) *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão (“Data de Emissão”). (i) *Data de Início da Rentabilidade*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização das Debêntures (“Data de Início da Rentabilidade”). (j) *Prazo e Datas de Vencimento*. [illegible]

[illegible]

ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA: Fica registrado que o material pertinente aos itens da **Ordem do Dia** encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Campinas, 05 de agosto de 2024. Confere com original lavrado em livro competente. **Marcela Veras** - Secretária.

INÊS 249

Imóveis Programa habitacional teve faixas de renda atualizadas, o que também ajuda construtoras

Revisão no MCMV eleva poder de compra

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Portaria do Ministério das Cidades, publicada na sexta-feira (9), reajustou os valores das faixas de renda do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Uma atualização como essa já era esperada pelo setor imobiliário desde o ano passado.

A lei que instituiu a volta do programa, que durante a gestão federal anterior passou a se chamar Casa Verde e Amarela, é de julho de 2022, e prevê uma atualização anual do valor. Desde então, no entanto, os valores das faixas de renda eram os mesmos.

A partir de agora, o limite de renda para a faixa inicial sobe de R$ 2.640 para R$ 2.850. A segunda faixa chega a até R$ 4.700 de renda familiar, ante um limite de R$ 4.400 na classificação anterior. O aumento acompanha a valorização do salário mínimo.

A terceira e última faixa do programa, para renda de R$ 8 mil, não foi alterada.

Em nota, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) ressalta que a mudança se aplica inicialmente aos financiamentos do MCMV feitos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), mas que está prevista uma extensão também aos financiamentos com recursos do FGTS. O programa opera com as duas origens de recurso. "Esperamos que seja rapidamente aprovada pelo Conselho Curador do fundo", afirma a entidade.

Ricardo Gontijo, presidente da incorporadora Direcional, diz que a perspectiva é que o conselho do fundo aprove a medida na próxima reunião, em setembro.

A mudança na faixa faz com que mais pessoas acessem condições melhores de financiamento para a casa própria. Na faixa 1 do MCMV, a taxa de juros fica entre 4% e 4,5% ao ano, e o comprador consegue incluir um subsídio de até R$ 55 mil. Para a faixa 2, o subsídio é o mesmo, mas os juros vão de 5% a 7,66%. A faixa 3 não tem subsídio. Sua taxa de juros é de até 8,66% ao ano.

13% chega o incremento de poder de compra

Como comparação, bancos públicos têm cobrado algo próximo de 10% ao ano no financiamento imobiliário. Nos privados, a taxa fica em torno de 11%.

Gontijo aponta que a mudança nas faixas faz com que uma família que ganha R$ 2.700, logo acima do novo corte, possa adquirir um imóvel até 6% mais caro do que antes. É um ganho de R$ 8.700 na sua capacidade de compra. Na faixa 2, o incremento para uma família com renda de R$ 4.500 é ainda maior, de 13%, ou R$ 22.500.

Ygor Altero, analista de mercado imobiliário da XP, afirma que todas as incorporadoras listadas que atuam no MCMV serão beneficiadas pela alteração. A Cury e a Direcional são menos beneficiadas do que outras, no entanto, por terem maior exposição à faixa 3 do que suas concorrentes.

As incorporadoras podem optar por elevar o preço das unidades, dado o ganho de poder de compra do consumidor, e por reduzir sua carteira de pró-soluto, o financiamento feito diretamente pela empresa ao cliente, para complementar sua capacidade de compra. Gontijo afirma que a Direcional deve seguir outra linha, apostando em aumentar a velocidade de vendas.

Mesmo com quase 40% de suas vendas fora das faixas 1 e 2 do programa, o executivo não apoia uma elevação futura para a terceira faixa de renda do MCMV. "É importante ser lúcido, sabemos que o volume de recursos do FGTS destinado para habitação é limitado", diz.

Na quinta-feira (8), o Conselho Curador do fundo aprovou um suplemento de R$ 22 bilhões para o orçamento destinado à habitação neste ano, que agora será de R$ 140 bilhões. Do total disponível anteriormente, 74% já estava comprometido.

Para Altero, a necessidade de um suplemento mostra que o segmento de baixa renda continua "bem aquecido", embora ressalte que é difícil pensar em manter o orçamento nesse patamar no longo prazo.

Empresário transformou Barra em 'nova Miami'

Memória

Agência O Globo
Do Rio

O empresário Carlos Fernando de Carvalho, dono da construtora Carvalho Hosken, morreu de causas naturais no sábado (10), aos 100 anos, deixando um legado imobiliário na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

Foi ele o responsável pelo desenvolvimento de bairros planejados como Península, Rio2, Ilha Pura, Centro Metropolitano, entre tantos outros espalhados por regiões nobres da cidade do Rio, como o Quintas e Quintais e o Village São Conrado. O velório ocorrerá nesta segunda-feira, das 10h às 13h, no Crematório da Penitência, na zona portuária da cidade. O empresário ficou conhecido por transformar a região árida da Barra em uma "nova Miami" para os cariocas após investir na área como reduto de moradores das classes média e alta.

Carlos de Carvalho ou "Dr. Carlos", como era chamado entre parceiros de negócio, fundou a empresa em 1951 e logo assumiu a posição de pioneiro no investimento da zona oeste ao comprar terras a baixo custo para levantar projetos residenciais e comerciais.

Durante os anos 70 foram cerca de 10 milhões de m² adquiridos na região da Baixada de Jacarepaguá. O movimento mudou o foco da empresa, que antes tinha como eixo empreendimentos na zona sul do Rio e no entorno de Brasília. Foi então que surgiram projetos como o Hotel Hilton, o Ilha Pura, que funcionou como vila olímpica para os atletas durante a Rio 2016, o Atlântico Sul, condomínio onde o empresário morou com a família, em uma cobertura, e outros sucessos, como o Península.

A Carvalho Hosken lançou cerca de 20 mil unidades habitacionais onde moram 80 mil pessoas. Em 2015, o empresário foi apontado pela agência Bloomberg como o 13º homem mais rico do Brasil, com uma fortuna de US$ 4,2 bilhões. Em 2021, Carvalho deixou a presidência, sendo sucedido por Carlos Felipe, de 46 anos, o caçula de seus quatro filhos. Mesmo após sua aposentadoria, o empresário frequentava a sede da empresa e continuou presidindo o conselho de duas a três vezes por semana. O engenheiro deixa esposa, filhos, netos e bisnetos.

Em nota, o governador do Rio, Cláudio Castro, disse que o empresário foi um dos maiores empreendedores da cidade. "Homem visionário, dedicou seus 100 anos de vida, completados recentemente, a desenvolver e valorizar a zona oeste do Rio", afirmou. "Deixa um legado de realizações que, sem dúvida, impactaram positivamente a vida de milhares de pessoas."

O prefeito Eduardo Paes disse, em nota, que Carvalho era "ousado e polêmico", e que ele criou na Barra da Tijuca "um novo estilo de vida e associação comunitária". "Foi peça fundamental para que o Rio conseguisse com sucesso receber as Olimpíadas! Acima de tudo um apaixonado por nossa cidade."

LEO PINHEIRO/VALOR

Carlos Fernando de Carvalho liderou o desenvolvimento da zona oeste do Rio

Marketing Estudo da Ponto MAP e V-Tracker indica que a adoção de patrocínio é aprovada por 60% dos brasileiros, com destaque para a geração Z

Com a Olimpíada, cresce o engajamento das marcas no Brasil

Luana Dandara e Natália Flach
De São Paulo

A máxima olímpica “o importante é participar”, criada em 1908, nunca fez tanto sentido quanto na edição deste ano em Paris. Cerca de 82% dos brasileiros aprovaram a participação dos atletas que vestiram verde e amarelo nos Jogos, independentemente de conquistarem medalha ou não.

O apoio do público ao esporte também teve desdobramentos positivos para as marcas que, ao longo de duas semanas, incentivaram nadadores, ginastas, skatistas, judocas, jogadores de vôlei, entre outros. É o caso da Nike, Coca-Cola e Adidas que se destacaram como as empresas mais associadas à Olimpíada.

Essa conexão pode suscitar, inclusive, aumento de vendas, pois 58% dos brasileiros reconhecem que o patrocínio influencia na decisão de compra. Essas conclusões integram um estudo realizado pela Ponto MAP em parceria com a V-Tracker, e obtido com exclusividade pelo **Valor**. Foram ouvidas quase 4,3 mil pessoas entre os dias 10 de julho e 7 de agosto.

Segundo a CEO da Ponto MAP, Giovanna Masullo, a presença dos patrocinadores é aprovada por 60% dos brasileiros, com destaque para a geração Z — nascidos entre meados da década de 1990 e início da década de 2010. Na edição de Paris, o número de marcas que apoiam o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) chegou a 21, ante 13 nos Jogos de Tóquio. Com dinheiro em caixa, a organização elevou em até 10% o investimento em marketing neste ano. Com isso, os seguidores nas redes sociais do COB passou de 1,7 milhão para 3 milhões.

“A marca do COB sai fortalecida de uma maneira única dessa Olimpíada. Superamos todas as metas traçadas no marketing. O brasileiro, pela primeira vez, entendeu o que é o Time Brasil. O público torceu e engajou muito. Não somos só o país do futebol”, disse o diretor de marketing do COB, Gustavo Herbetta.

Para o copresidente e cofundador da agência Africa Creative, Márcio Santoro, essa foi a primeira Olimpíada em que os canais de mídia se integraram de forma efetiva, e as marcas precisaram se adaptar a esse novo momento.

“Se a marca não está preparada para ativar o patrocínio e a campanha, ela está fora do jogo. A comunicação está mais interativa do que nunca, as marcas precisam gerar conteúdo a todo momento e participar das conversas”, diz Santoro.

Quem entendeu bem isso foi a Corona, da Ambev. Apenas 48 horas após a divulgação da foto icônica do surfista Gabriel Medina nas competições no Taiti, a marca promoveu outdoors digitais com a imagem em mais de 60 locais do mundo. A ação fez sucesso e se estendeu, com o lançamento de um “museu a céu aberto” no Rio de Janeiro, na última semana. Os painéis, que vão da praia do Leblon até o Arpoador, contam também com fotos da judoca Beatriz Souza e da surfista Tatiana Weston-Webb. No Brasil, a criação é da agência Grey.

“Inovamos criando uma campanha de ‘real time’ em OOH [mídia out-of-home ou mídia externa], através de momentos de ouro da Olimpíada. Os espaços sequenciais viraram uma linda exposição ao ar livre”, diz o diretor-executivo de criação da Grey Brasil, André Gola. “A velocidade é fundamental para fazer parte da cultura”, acrescentou o CEO e diretor de comunicação da agência, Manir Fadel.

A Tilibra foi outra marca a “surfar na onda” de Medina e, após pedidos de consumidores, anunciou que lançará uma coleção de cadernos com a imagem histórica na capa.

Patrocinadora do COB e de atletas brasileiros, a Vivo, da Telefônica, registrou uma saudabilidade (soma de menções positivas e neutras, dividida pelo total de menções) de marca no período olímpico de 98%, além de aumento de 145% no número de seguidores nas redes e em 70% no engajamento do público. A campanha “Ouro é inspirar novos tempos”, criada pela VML e lançada em julho, chegou a 40 milhões de visualizações.

Os resultados de investimento das marcas também se refletem no comercial. A Visa registrou um aumento de quase 35% nas transações realizadas por brasileiros em Paris no primeiro fim de semana de abertura do evento, em comparação a um ano antes. A empresa é patrocinadora dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, e apoia mais de 140 atletas no mundo. “Estamos falando em quase quatro décadas desse investimento global, o que também colabora com a construção e o posicionamento da marca”, disse a vice-presidente de marketing da Visa no Brasil, Carla Mita.

Uma grande inovação em marketing nesta edição dos Jogos veio da Samsung. A multinacional sul-coreana distribuiu mais de 15 mil celulares aos atletas e, pela primeira vez, os vencedores puderam documentar uma “selfie da vitória” no pódio, após receberem as medalhas, promovendo o lançamento do celular dobrável da marca, o Galaxy Z Flip6. A empresa também instalou smartphones na proa e nas laterais dos 85 barcos dos atletas que passaram pelo rio Sena na cerimônia de abertura.

“O patrocínio à competição e as iniciativas – tanto as do Brasil quanto as realizadas em Paris – contribuem para um crescimento perceptível na curiosidade dos consumidores em conhecer melhor nosso produto, como o Galaxy Z Flip6, que está em foco com a iniciativa pioneira da selfie da vitória. Uma ação desta magnitude busca produzir resultados no curto-prazo, refletida nas vendas e também no longo, com o fortalecimento da marca”, diz a diretora de marketing de Mobile Experience da Samsung Brasil, Lucia Bittar.

Como patrocínio não é sinônimo de sucesso, a Riachuelo sofreu uma crise de imagem com uma explosão de críticas sobre o uniforme oficial dos atletas brasileiros desenvolvido pela “fast fashion”. A polêmica dominou 98% das menções à marca. Levantamento da Ponto MAP com a V-Tracker indica que apenas 26% das impressões foram positivas. Em contrapartida, a varejista de moda Dendezeiro, que criou uma coleção não oficial para a delegação brasileira, conquistou 91% no índice de positividade nas redes sociais, mostra a pesquisa.

“Como marca, estamos sempre abertos a ouvir e acolher os pontos que os nossos consumidores nos trazem. Por isso, adotamos uma postura ainda mais próxima nas redes sociais: aumentamos nosso time de SAC, já que o volume de interações cresceu muito durante a semana de cerimônia de abertura”, conta a diretora de marketing da Riachuelo (CMO), Cathyelle Schroeder.

A executiva acrescenta que a empresa apresentou aos seus parceiros e formadores de opinião o trabalho feito para a construção da história em torno do uniforme e tudo que ele representa.

Esta foi a segunda Olimpíada com patrocínio da Riachuelo ao COB. Ainda não há confirmação na renovação do investimento”.

Ver mais sobre Olimpíada às páginas B8 e A12, A13 e A14

MATHEUS HERINGER/AG NOZY/AMBEV

Ambev promoveu outdoors digitais 48 horas após divulgação da foto de Gabriel Medina

Marcas mais lembradas
Percentual das empresas mais citadas pelos entrevistados*

	Marca	%
1	Nike	16
2	Coca-Cola	15
3	Adidas	9
4	Samsung	5
5	Vivo	4
6	Olympikus	4
7	Banco do Brasil	3
8	Visa	3
9	Havaianas	3
10	Itaú	3
11	Riachuelo	2
12	Airbnb	2
13	Toyota	2
14	Corona	2
15	Puma	1

Fonte: Ponto MAP e V-Ask. * Pesquisa ouviu 4.268 pessoas entre os dias 10 de julho e 7 de agosto

Vem aí a Paralimpíada, com 6 patrocinadores

Natália Flach
De São Paulo

Ainda que os Jogos Olímpicos tenham chegado ao fim, a programação esportiva continuará intensa em Paris. A cidade-luz receberá, entre os dias 28 de agosto e 8 de setembro, 4,4 mil atletas paralímpicos que competirão pelo lugar mais alto do pódio em 22 modalidades diferentes. Desse total, o Brasil contará com 254 esportistas com deficiência, além de 19 atletas-guia, três calheiros de bocha, dois goleiros do futebol de cegos e um timoneiro do remo.

Essa é a maior delegação brasileira convocada para uma edição fora do país, e a equipe levará na ‘bagagem’ um quadro de 373 medalhas conquistadas ao longo de sua trajetória, sendo 109 de ouro, 132 de prata e 132 de bronze.

Neste ano, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) conta com seis patrocinadores, um a mais do que em 2020. São eles: Loterias Caixa, Braskem, Toyota, Ajinomoto, Havaianas e a estreante Asics. Além deles, o CPB tem parceria com o Sesi, Sebrae, KPMG, Aliança Francesa, The Adecco Group, EY Institute, Cambridge e Estácio.

“Ano de Jogos é o momento de maior visibilidade do CPB e do movimento paralímpico”, diz o presidente do comitê, Mizael Conrado, que também é bicampeão paralímpico no futebol de cegos. “Para se ter ideia, em Tóquio, em 2021, tivemos um retorno de aproximadamente R$ 900 milhões em valorização de mídia, sendo que, no ano seguinte, quando não tivemos uma grande competição internacional, o valor foi de R$ 227 milhões.”

Não à toa, a organização aproveitou o momento para lançar uma campanha institucional. O objetivo é atrair público para acompanhar as competições. Os patrocinadores Braskem, Havaianas, Asics e Loterias Caixa também levarão ao ar campanhas para divulgar a parceria, o esporte paralímpico e seus atletas.

Segundo o presidente da Asics, Alexandre Fiorati, o patrocínio ao CPB é o único fora do Japão, onde fica a sede da marca esportiva. “Nossos propósitos se encaixaram muito bem, o que explica o apoio”, afirma. Assim, a Asics desenvolveu vestimentas de passeio e de pódio dos atletas, além dos uniformes do vôlei sentado e paratletismo.

“Existem necessidades distintas, por isso fizemos algumas adaptações importantes, como escrever em braile o nome do Brasil, a logo do CPB e da marca. Também colocamos zíper com puxador para ajudar a fechar os casacos”, explica Fiorati.

DIVULGAÇÃO

Ymanitu Geon, ex-aluno da Estácio, vai lutar pelo ouro em Paris no tênis de cadeira de rodas

A Toyota, por sua vez, vai entregar nesta segunda-feira (12) 550 kits, com bolsas e pochetes, feitas com resíduos de produção da companhia. “O que a gente espera é promover a inclusão. Isso ajuda a quebrar barreiras e dá motivação em prol de uma causa”, diz o diretor-executivo do Instituto Toyota e gerente de comunicação da montadora, Otacilio Nascimento.

A Braskem lançará no fim do mês o hino gravado no parque do Ibirapuera com 70 pessoas com deficiência, algumas das quais são atletas, para divulgar os Jogos. “Escolhemos esse número pois o parque está fazendo 70 anos e vai transmitir as competições ao vivo no primeiro fim de semana da Paralimpíada”, conta o vice-presidente de pessoas, comunicação, marketing e desenvolvimento sustentável da petroquímica, Marcelo Arantes.

A Loterias Caixa atua não apenas no fomento das modalidades paralímpicas, mas também no investimento em 67 centros de referência em todas as regiões do país, onde treinam 17 mil atletas. “Isso resulta na constante revelação de novos talentos do esporte”, afirma o presidente da instituição financeira, Carlos Vieira, acrescentando que, entre setembro de 2023 e dezembro de 2024, o patrocínio ao CPB alcançou R$ 35 milhões em investimento.

A presidente do Instituto Yduqs e vice-presidente da Yduqs, Cláudia Romano, diz que a rede de ensino oferece, além do apoio aos atletas de alto rendimento, uma preparação para mudança de carreira, após a aposentadoria das quadras. A delegação que vai a Paris conta com 42 alunos e egressos da Estácio — marca da Yduqs. É o caso de Ymanitu Geon, ex-aluno da Estácio, que vai buscar o ouro no tênis de cadeira de rodas. Ele tem 56 títulos na carreira e é o único brasileiro a disputar todos os Grand Slams da modalidade. Conquistou os vice-campeonatos de duplas em Roland Garros 2022 e no Australian Open 2023.

A EY também apoia a capacitação com foco em empregabilidade para todos paratletas do Programa Atleta Cidadão do CPB. Segundo o CEO da consultoria, Luiz Sergio Vieira, a empresa contratou dois atletas por meio desse programa: o remador Jairo Klug, que recentemente foi promovido a consultor, e o paratleta de futebol de 5 (para cegos), Itamar Oliveira. Já a KPMG contribuiu com o CPB com conhecimento técnico de auditoria, planejamento técnico e governança.

Após a Segunda Guerra Mundial surgem os Jogos Paralímpicos

De São Paulo

A história dos Jogos Paralímpicos é bem mais recente do que a da Olimpíada, que remonta à Grécia antiga. As primeiras competições entre atletas com deficiência ocorreram em 1888, quando foram criados clubes esportivos para surdos em Berlim, na Alemanha. Entretanto, foi somente depois da Segunda Guerra Mundial que as disputas se tornaram populares. Isso porque o esporte passou a ser usado na reabilitação de militares e civis feridos no conflito armado, que terminou em 1945 com 60 milhões de mortos, de acordo com a Organização das Nações Unidas.

Um dos principais expoentes do fomento esportivo foi o médico Ludwig Guttmann que, a pedido do governo britânico, abriu um centro para tratar lesões na coluna no Hospital Stoke Mandeville, em 1944.

Guttmann promovia competições recreativas entre os pacientes. Com o tempo, as competições ganharam um caráter mais profissional — a tal ponto que tiveram destaque na Olimpíada de Londres em 1948. Na ocasião, foi realizado o primeiro torneio de arco e flecha (Jogos Stoke Mandeville) para atletas em cadeira de rodas. Ao todo, participaram 16 ex-combatentes — homens e mulheres.

Quatro anos depois, veteranos de guerra da Holanda se juntaram ao movimento, e os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville foram formalmente criados. Em 1960, ganharam o nome de Paralimpíada com a realização do torneio em Roma, na Itália, que contou com 400 atletas de 23 países. A palavra deriva da preposição grega “para” (ao lado) e do termo “olímpico”, o que significa que a Paralimpíada é paralela à Olimpíada. Demonstra também que os dois eventos esportivos estão lado a lado, ou seja, têm a mesma importância. *(NF)*

INÊS 249

Jogos Olímpicos Evento não escapou de críticas — das águas do Sena à comida dos atletas e algumas decisões da arbitragem —, mas o saldo é positivo

Em Paris, o ouro do Brasil é conquistado por quatro mulheres

Natália Flach
De São Paulo

A Olimpíada de Paris chegou ao fim na tarde de ontem da mesma forma que começou — promovendo a diversidade e o espírito esportivo. A decisão de realizar as competições em diferentes partes da capital francesa, inclusive em locais icônicos, como em frente à Torre Eiffel, suscitou um engajamento ainda maior do público, que, na última edição, teve que acompanhar as competições apenas pela TV, enquanto o mundo ainda atravessava a pandemia de covid-19.

A Olimpíada, entretanto, não saiu ilesa a críticas. Houve polêmica em torno da realização das competições aquáticas no rio Sena, que, segundo a organização e autoridades locais passou por um processo de despoluição para receber os nadadores de forma segura. Alguns atletas, no entanto, relataram que se sentiram mal após as competições. Além disso, foi criticada a decisão do comitê organizador de oferecer poucas opções de proteína animal na vila olímpica, de modo a tornar o evento mais sustentável. O motivo é que esportistas de alto rendimento precisam desse tipo de alimento para ter um desempenho melhor nas disputas.

A arbitragem também teve o seu grau de desaprovação. O caso mais emblemático foi o da ginasta romena Ana Babosu, que perdeu a medalha de bronze no solo para a americana Jordan Chiles, após revisão de nota. Logo em seguida, a equipe da Romênia entrou com pedido para rever a pontuação, e, no sábado (10), ficou decidido que Babosu é quem deveria ter subido ao pódio dias antes.

Ainda que tenha havido avaliações negativas ao longo das duas semanas de jogos – além de muito calor –, o saldo final é positivo. Foi uma Olimpíada diversa e segura, lembrando que antes do início da edição houve ameaça de bomba no metrô de Paris. Com esse resultado, não apenas os medalhistas saíram agraciados, mas também o presidente francês, Emmanuel Macron. Isso porque havia dúvidas se o político conseguiria contornar a crise gerada após o levante da extrema direita no país, que o levou a dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. Nas urnas, o partido da rival Marine Le Pen perdeu após uma aliança dos demais partidos. Mas ainda assim havia um mal-estar em relação ao comando do país, e a Olimpíada era a grande chance para reverter esse sentimento.

> “Todos que acompanharam as competições se sentiram inspirados”
> *Rogério Sampaio*

Já os atletas brasileiros voltaram para casa com menos medalhas de ouro na bagagem do que na edição anterior. Em Tóquio foram sete ouros. Em Paris, três — para a judoca Beatriz Souza, para a ginasta Rebeca Andrade e para as jogadoras de vôlei de praia Ana Patrícia e Duda. Todas mulheres, o que confirma que a Olimpíada foi delas.

Das 20 medalhas conquistadas pelo Brasil (contando com as 7 pratas e os 10 bronzes), 12 foram entregues para mulheres, 7 para os homens e uma para uma equipe mista (no judô). Ainda assim, foi a segunda melhor campanha em termos de pódio, perdendo apenas para o evento de Tóquio, quando os brasileiros conquistaram 21 títulos.

“Queremos sempre ultrapassar barreiras, vencer sempre. Conseguimos quebrar recordes, principalmente quanto ao esporte feminino. Isso nos deixa bastante satisfeitos. Com a apresentação dos nossos atletas, inspiramos a sociedade. Todos que acompanharam as competições se sentiram inspirados. Mesmo aqueles que não conseguiram conquistar uma medalha, tiveram seus melhores desempenhos, também inspiraram nossos torcedores e a população brasileira”, disse o diretor-geral do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Rogério Sampaio.

As mulheres também conquistaram a prata no futebol feminino e no surfe, com Tatiana Weston-Webb, e o bronze com Rayssa Leal no skate, Larissa Pimenta no judô, e Bia Ferreira no boxe.

Até mesmo quem ficou sem medalha, como a canoísta Ana Sátila, com o quarto lugar no caiaque (K1) e quinto na canoa (C1), ganhou o carinho da torcida.

“O que vimos aqui em Paris no esporte também reflete o que está acontecendo na sociedade: a mulher cada vez mais se fortalecendo”, comentou a gerente de planejamento e desempenho esportivo do COB, Mariana Mello.

Os homens também conquistaram seu lugar no Olimpo. Nomes pouco conhecidos como William Lima, do judô; Caio Bonfim, da marcha atlética; Edival Pontes (Netinho), do taekwondo; e Augusto Akio, do skate park, levaram medalhas para casa, assim como outros mais conhecidos como o surfista Gabriel Medina, o canoísta Isaquias Queiroz e o atleta especialista em 400 metros com barreira Alison dos Santos “Piu”.

Uma pesquisa realizada pela agência de inteligência de dados Ecglobal, a pedido do **Valor**, mostra que 62% dos brasileiros assistiram às competições todos os dias. Isso mostra que a Olimpíada é um fenômeno que combina sentimento de conexão e pertencimento nacional com momentos de superação e inspiração que envolvem disputas esportivas. Ao todo, foram ouvidas 458 pessoas de todo o país.

Ver mais sobre a Olimpíada nas páginas A12, A13 e A14

Medalhas do Brasil
Jogos Olímpicos Paris 2024

Quadro de medalhas do Brasil

Ouro Prata Bronze

Total de medalhas

Ouro	Modalidade
Judô / +78kg	Beatriz Souza
Ginástica artística/Solo feminino	Rebeca Andrade
Vôlei de praia	Eduarda (Duda) dos Santos e Ana Patrícia Ramos

Prata	Modalidade
Atletismo / Marcha atlética 20 km	Caio Bonfim
Judô / -66kg	Willian Lima
Ginástica artística / individual geral	Rebeca Andrade
Ginástica artística / Salto	Rebeca Andrade
Surfe	Tatiana Weston-Webb
Canoagem de velocidade	Isaquias Queiroz
Futebol feminino	Lorena, Luciana, Tainá, Antonia, Lauren, Tarciane, Thais Ferreira, Rafaelle, Tamires, Yasmin, Ana Vitória, Angelina, Duda Sampaio, Vitoria Yayá, Adriana, Gabi Nunes, Gabi Portilho, Jheniffer, Kerolin, Ludmila, Marta, Priscila

Bronze	Modalidade
Judô / -52kg	Larissa Pimenta
Skate Street	Rayssa Leal
Ginástica artística / disputa por equipes	Rebeca Andrade, Flávia Saraiva, Jade Barbosa, Júlia Soares e Lorrane Oliveira
Judô (Equipes mistas)	Beatriz Souza, Rafaela Silva, Larissa Pimenta, Ketleyn Quadros, Daniel Cargnin, Rafael Macedo, Léo Gonçalves, Guilherme Schimidt, Rafael Silva e Willian Lima
Boxe / 60kg	Bia Ferreira
Surfe	Gabriel Medina
Skate Park	Augusto Akio
Taekwondo de 68 kg	Edival Ponte (Netinho)
Atletismo / 400 m com barreiras	Alison dos Santos
Vôlei de quadra feminino	Gabi Guimarães, Carolana, Nyeme Costa, Thaisa Daher, Diana Duarte, Ana Cristina Menezes, Julia Bergmann, Lorenne Teixeira, Macris Carneiro, Roberta Ratzke, Rosamaria Montibeller, Tainara Santos

Fonte: Comitê Olimpico Internacional (COI)

Olimpíada estreia cerimônia para atletas injustiçados

Sara Germano
Financial Times, de Paris

Em uma noite agradável em Paris, diante de 13 mil torcedores, atletas dos Estados Unidos e Japão derramaram lágrimas ao receberem suas medalhas olímpicas diante do cenário da Torre Eiffel do outro lado do Sena.

A cerimônia não foi para homenagear os competidores que se destacaram este ano, e sim para um pequeno grupo de patinadores artísticos dos Jogos Olímpicos de Pequim em 2022 que esperaram dois anos e meio por seu momento de reconhecimento.

As autoridades olímpicas esperam que o lançamento de um novo evento de premiação acabe se mostrando um fórum para atletas derrotados por competidores que depois foram pegos em exames antidoping.

“Esperamos que nossa situação lance muita luz sobre essa batalha que os esportes olímpicos enfrentam há anos, e que ela continue sendo relevante pelos anos que virão”, disse Brandon Frazier, um patinador artístico dos EUA que agora possui uma medalha de ouro, depois do evento de quarta-feira. “Nossa equipe está feliz que as medalhas corretas foram entregues e nos sentimos gratos por compartilhar essa oportunidade com todos que competiram de forma limpa.”

“As cerimônias de repremiação” são a mais recente tentativa dos Jogos Olímpicos de enfrentar os escândalos de doping que assolam os eventos esportivos de alto nível. Tais acusações atingiram os jogos deste ano, com autoridades dos EUA levantando questionamentos sobre uma série de nadadores chineses – incluindo os vencedores do revezamento em Paris, que não passaram nos testes antidoping antes dos Jogos Olímpicos de Tóquio em 2021.

Alguns dos atletas que receberam medalhas com atraso esta semana já se aposentaram há vários anos, destacando o contraste com os atletas que sobem ao pódio logo após vencerem as competições.

Os homenageados de quarta-feira haviam competido na prova de patinação artística em equipe em Pequim, para a qual nunca houve uma cerimônia de entrega de medalhas devido à incerteza sobre a desclassificação de um adversário.

Na sexta-feira, dez atletas foram homenageados com medalhas conquistadas em competições que remontam à Olimpíada de 2000. Entre eles estava Lashinda Demus, uma americana que disputou os 400 metros com barreiras, ganhou a medalha de prata na Olimpíada de Londres em 2012, mas agora recebeu a medalha de ouro, depois que a russa Natalya Antyukh foi desclassificada em 2022 pelo uso de uma substância proibida. Antyukh não recorreu da decisão, segundo a Athletics Integrity Unit, um órgão de combate do doping criado pela World Athletics.

“Desde que aceitei a medalha de prata... eu vinha lutando pela de ouro, que era minha por direito. Como uma mulher casada e mãe de quatro filhos, trabalhei incansavelmente com o Comitê Olímpico Internacional desde outubro de 2022 por este momento de glória”, escreveu Demus em uma arrecadação de fundos on-line para ajudar sua família, incluindo sua mãe, que a treinou em 2012, a comparecer à cerimônia.

THE YOMIURI SHIMBUN VIA AP IMAGES

Patinadores dos EUA recebem medalha de ouro em Paris em 7 de agosto, corrigindo erro por doping de 2022

Derek Drouin, atleta canadense de salto em altura cujo bronze na Olimpíada de 2012 foi transformado em prata em 2021, após a desclassificação do russo Ivan Okhov, também recebeu medalha na sexta-feira. Drouin diz que as cerimônias foram “um passo na direção certa para garantir um futuro em que menos atletas que se dopam passem despercebidos, para que momentos não continuem sendo roubados de atletas merecedores”.

As celebrações foram feitas no Parque dos Campeões de Trocadéro — um evento gratuito para os torcedores brindarem os medalhistas, ouvirem músicas tocadas por DJs e assistir eventos ao vivo em telões. Muitos vencedores tiraram “selfies da vitória” com celulares Samsung, refletindo os níveis sem precedentes de colocação de produtos nos jogos deste ano.

A realocação de medalhas olímpicas após desclassificações por doping por vezes ocorreu em cenários menos grandiosos. Adam Nelson, um arremessador de peso americano cujo desempenho na Olimpíada de Atenas em 2004 foi posteriormente ajustado para medalha de ouro, recebeu sua medalha na praça de alimentação de um aeroporto de Atlanta em 2013.

Para os patinadores artísticos, a cerimônia de quarta-feira encerrou uma longa controvérsia. Em fevereiro de 2022, dias depois da final por equipes em Pequim, as autoridades antidoping do COI revelaram que a adolescente prodígio russa Kamila Valieva havia testado positivo dois meses antes para um medicamento cardíaco proibido, levando ao cancelamento da cerimônia de entrega de medalhas. Valieva fazia parte de uma equipe que competiu sob a bandeira do Comitê Olímpico Russo (ROC, em inglês), em vez da própria Rússia, porque o país foi proibido de participar dos jogos por causa de alegações de doping.

Após vários recursos legais, o COI decidiu em janeiro deste ano conceder a medalha de ouro e prata para as equipes dos EUA e Japão.

Este ano, nadadores do Reino Unido, EUA e outros países levantaram preocupações sobre ter de competir com chineses que em 2020 testaram positivo para o medicamento cardíaco usado por Valieva. Na ocasião, as autoridades chinesas culparam uma exposição em massa acidental causada por uma cozinha de hotel, e desde então passaram a classificar como infundadas as preocupações.

As apelações envolvendo medalhas de patinação artística continuam. O bronze foi concedido aos outros membros da equipe do ROC – mas a Rússia continua banida dos Jogos tanto pelo doping patrocinado pelo Estado em 2014, como pela invasão da Ucrânia há dois anos e meio. Os patinadores, então, não foram convidados à cerimônia em Paris.

A agência de notícias estatal russa Tass informou esta semana que os patinadores recorreram contra sua exclusão ao Tribunal Arbitral do Esporte.

Vincent Zhou, um membro da equipe de patinação artística dos EUA que recebeu a medalha de ouro na quarta-feira, disse que ele e seus colegas estavam determinados a celebrar seu momento juntos, apesar da logística complicada do comparecimento à cerimônia em Paris para aqueles hoje ocupados com seus empregos e suas famílias.

“Saí do meu estágio de verão uma semana antes, mas terminei todo o meu trabalho”, disse Zhou, agora em seu último ano de graduação em economia na Universidade Brown. Ele disse orgulhosamente aos colegas de uma firma de serviços financeiros de Nova York: “Vou a Paris para ganhar uma medalha de ouro na Olimpíada”. ***(Tradução de Mario Zamarian)***

Cenários Em julho, produtores contrataram R$ 23,1 bi; um ano antes, foram R$ 44,6 bi

Demanda por crédito cai quase à metade no primeiro mês do Plano Safra 2024/25

Rafael Walendorff
De Brasília

A manutenção das taxas de juros do crédito rural em relação à temporada passada, o cenário de ajuste nos níveis de rentabilidade no campo e o menor apetite por investimentos por parte de produtores derrubaram as contratações de financiamentos no primeiro mês do Plano Safra 2024/25. A situação no Rio Grande do Sul, um dos principais demandantes de empréstimos bancários do país, também influenciou o desempenho, dizem analistas.

Em julho, pequenos, médios e grandes produtores brasileiros acessaram R$ 23,1 bilhões de crédito rural, quase a metade dos R$ 44,6 bilhões concedidos no mesmo mês de 2023. O número de contratos também retraiu, de 183,2 mil para 82,8 mil, de acordo com dados do Banco Central acessados em 7 de agosto e compilados pelo **Valor**.

O recuo mais acentuado foi nos investimentos, que saíram de R$ 6,4 bilhões no início da safra passada para R$ 1,9 bilhão agora. No custeio, o desembolso caiu de R$ 29,9 bilhões em julho do ano passado para R$ 17,8 bilhões no primeiro mês desta temporada. As operações de comercialização e industrialização também tiveram contratações em ritmo mais lento, para R$ 2 bilhões e R$ 1,3 bilhão, respectivamente.

Agentes financeiros relataram erros no sistema de registro das operações de crédito rural do Banco Central no período, o que teria atrasado algumas contratações. Consultado, o Banco Central não respondeu até o fechamento desta edição.

Fonte: Banco Central

Divisão por porte - em R$ bilhões

	2023/24	2024/25
Agricultura empresarial	30,0	13,4
Pronamp	8,2	6,6
Pronaf	6,4	3,1

Fonte: Banco Central

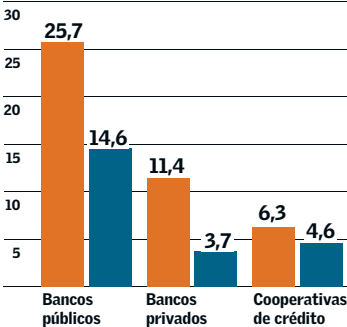
> "Investimentos estão deprimidos após boom"
> *José Carlos Vaz*

Na visão de José Carlos Vaz, consultor jurídico do agronegócio, o financiamento da safra 2024/25, principalmente o custeio, vai ganhar tração ao longo dos meses e atingir patamares históricos. O custo financeiro ainda alto para os produtores deve puxar esse desempenho. Por outro lado, o cenário de investimentos no campo está deprimido, após o "boom" observado em anos anteriores, disse ele.

"O primeiro mês do ano-safra é sempre devagar por questões de calendário agronômico, e porque as normas e sistemas ainda estão sendo atualizados. A diferença é que neste ano não tem tanta operação de investimento represada como nos anos anteriores", afirmou. Segundo Vaz, algumas contratações podem ficar represadas por questões operacionais.

Mesmo assim, Vaz analisa que, em 2023, a cadeia do agronegócio já percebia o encolhimento das margens e percebia o crescimento da inadimplência. Agora, há uma percepção mais clara de que haverá um período de ajustamento dos fluxos de despesas e receitas, com taxas de juros altas.

"As propostas de 2024 já refletem a menor disposição de investimento por parte dos produtores e o recuo no apetite ao risco por parte dos financiadores, que já perceberam que as margens voltaram ao normal pré-pandemia", completou Vaz.

Ivan Wedekin, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e consultor em crédito rural, ressaltou que a situação do Rio Grande do Sul pode ter influenciado o desempenho geral na arrancada deste Plano Safra. Ele lembrou que a falta de vigência plena de regras para renegociação de débitos de produtores rurais gaúchos afetados pelas enchentes freia a contratação no Estado. A cobrança das parcelas com vencimento desde maio está suspensa até 15 de agosto.

Dados do Banco Central mostram que foram contratados R$ 3,7 bilhões pelos gaúchos em julho contra R$ 7,1 bilhões no mesmo mês de 2023. Mesmo assim, o Rio Grande do Sul lidera o ranking do crédito rural concedido nesse início de ano-safra. Na temporada 2023/24, produtores do Estado acessaram R$ 51,7 bilhões em financiamentos de custeio, investimento, comercialização e industrialização.

Os bancos públicos seguem na liderança dos desembolsos, puxados pelo Banco do Brasil, que emprestou R$ 13,3 bilhões em crédito rural em julho deste ano ante os R$ 21,6 bilhões liberados no mesmo mês de 2023.

De acordo com a instituição, o desempenho atual permitiu ampliar sua participação de mercado de crédito concedido de 48,4% para 57,3% no período comparado. Somados os outros instrumentos, como títulos do agronegócio, o BB financiou o campo com R$ 18,4 bilhões no mês passado.

No primeiro mês do novo Plano Safra, os recursos equalizados lideram os desembolsos. A poupança rural com subvenção foi a principal fonte dos empréstimos concedidos em julho deste ano, com R$ 5,6 bilhões liberados. No ano passado, essa modalidade havia alcançado R$ 3,9 bilhões em crédito concedido em julho.

Na sequência das fontes mais acessadas neste ano, aparecem os recursos obrigatórios (R$ 4,8 bilhões), que também têm juros controlados, mas não recebem equalização federal. Em terceiro lugar na lista estão os recursos livres equalizáveis (R$ 4,7 bilhões).

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), com taxas livres, que foram a principal fonte dos financiamentos em julho de 2023 (R$ 16,4 bilhões) e de todo o Plano Safra 2023/24 (R$ 158,9 bilhões), ficou apenas na quarta posição no mês passado, com R$ 3,4 bilhões concedidos.

Chefe do Cade recomenda aval a acordo Minerva/Marfrig

Frigoríficos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, assinou despacho, na sexta (9) em que recomenda a aprovação da venda de ativos do frigorífico Marfrig para a Minerva.

Na avaliação de Souza, para que o negócio seja efetivamente aprovado, as empresas deverão firmar um Acordo em Controle de Concentração (ACC) junto ao Cade no intuito de rever uma cláusula de não competição em carne bovina, que constava do contrato entre as companhias.

"Considera-se que as preocupações identificadas nas cláusulas restritivas à concorrência são mitigadas por meio dos ajustes realizados no contrato de compra e venda e da celebração de ACC, nos termos da minuta proposta pelas Requerentes", disse o superintendente no documento. "Conclui-se pela impugnação do presente Ato de Concentração com sugestão de aprovação mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações", acrescentou.

Após a recomendação do superintendente, a transação entre as empresas tem chances de ser aprovada em sessão ordinária ou extraordinária do Cade, sem data definida ainda.

O acordo para venda de 16 plantas da Marfrig para a Minerva na América no Sul, sendo 11 no Brasil, foi anunciado em agosto do ano passado, uma transação de R$ 7,5 bilhões.

Por
Clima Com queda no nível dos rios da região, deve haver restrição a cargas em breve

Seca deve afetar movimentação de grãos pelos portos amazônicos

Cleyton Vilarino
De São Paulo

Com a perspectiva de mais um ano de seca severa na Amazônia, a Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport) já dá como certa uma queda na movimentação de granéis vegetais nos portos da região em 2024.

“Nós não conseguimos embarcar um volume igual ao de 2023 por conta dos problemas climáticos enfrentados no Mato Grosso. Ou seja, mesmo no período de cheias, com as operações em 100%, não tivemos a mesma quantidade de carga que tivemos em 2023”, afirma o presidente da associação, Flávio Acatauassú.

Com a seca no Centro-Oeste, que atrasou o calendário de plantio da região este ano, o volume de milho enviado para os portos da região amazônica tiveram queda de 11,5% no primeiro semestre deste ano, somando 3 milhões de toneladas, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Considerando todos os granéis vegetais sólidos, foram 26 milhões de toneladas movimentadas nos portos amazônicos de janeiro a junho deste ano, abaixo das 26,5 milhões de toneladas de igual intervalo de 2023, conforme a agência.

Em todo o ano passado, o volume movimentado superou 53 milhões de toneladas, alta de 19% em relação a 2022.

A região amazônica concentra os principais terminais do Arco Norte e tem se consolidado como importante via de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste do país justamente pelos rios que, hoje, se encontram em piores condições: Tapajós e Madeira.

Segundo medição do Serviço Geológico Brasileiro, o Madeira atingiu a marca de histórica de 2,07 metros em Porto Velho, em Rondônia, em 6 de agosto, abaixo dos 3,86 metros observados em igual momento do ano passado e da média histórica para o período, de 5,8 metros.

Já no rio Tapajós, o acompanhamento feito pela Agência Nacional de Águas (ANA) apontou profundidade de 4,74 metros na estação de Santarém na mesma data, abaixo dos 5,79 metros registrados em igual período do ano passado.

Nos cálculos de Flávio Acatauassú, da Amport, a julgar pela taxa média de descida do nível da água dos dois rios este ano, será necessário começar a restringir o volume de carga nessas hidrovias já a partir da segunda metade deste mês. A esperança, diz ele, é que as condições climáticas mais favoráveis na margem esquerda do Amazonas permitam mitigar os efeitos da seca na margem direita da bacia.

“Os antigos falam que o rio Amazonas funciona como se fosse um tampão do rio Tapajós. Se o rio Amazonas baixar, ele suga e seca o Tapajós”, afirma.

Diante das perspectivas negativas, a Amport entregou um plano de dragagem para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em maio, que deve permitir dragar as passagens mais críticas do Tapajós. “O edital está pronto, estamos aguardando somente a licença prévia para ser lançado ainda em agosto. Por isso estamos ansiosos e otimistas de que até setembro teremos a dragagem dessas passagens críticas para mitigar um possível efeito da seca na navegação”, diz o dirigente.

Além do impacto na navegação, a falta de chuvas também impacta a produção de grãos no Norte. Segundo a Aprosoja-Pará, há relatos de queda na produtividade das lavouras no Estado.

“Temos muitas lavouras de milho que não vão dar nem palhada. Não choveu, o milho pendoou com meio metro de altura e as lavouras que sobraram onde choveu um pouco mais é uma produtividade abaixo de 80 sacas por hectare, podendo terminar abaixo de 30”, diz o presidente da associação, Vanderlei Ataídes.

Em Rondônia, o diretor-executivo da Aprosoja local, Victor Paiva, afirma que a produtividade média da soja no Estado na safra 2023/24 caiu 13%, para 52 sacas por hectare. E as perspectivas para a safra 2024/25 também são negativas. “O que se espera do clima para Rondônia é seca mesmo. Provavelmente se repita o que aconteceu na safra passada, podendo ser até um pouco pior”, avalia.

Mais sobre seca na Amazônia à página B5

LALO DE ALMEIDA/FOLHAPRESS

Ribeirinhos em lagoa quase seca em Maués (AM), em registro do fim de 2023; seca volta a penalizar região este ano

Falta de chuva no Cerrado impacta rios do Norte

De São Paulo

A falta de chuvas no Cerrado brasileiro ao longo deste ano tem impacto direto nas cheias dos rios da Amazônia, floresta tropical que caminha para o seu segundo ano consecutivo de seca severa, segundo as previsões meteorológicas.

Reflexo de um El Niño forte, a seca observada no ano passado chegou a interromper a navegação fluvial, isolando comunidades inteiras e prejudicando o transporte de cargas em hidrovias. Este ano, vinte municípios do Amazonas já foram classificados como em situação de emergência pelo Governo do Estado.

“No ano passado, a seca foi mais generalizada, abrangendo tanto os afluentes da margem esquerda quanto da margem direita do rio Amazonas. Este ano, a situação é mais crítica nos rios da margem direita, que possuem suas nascentes na região central do Brasil”, explica a diretora de hidrologia e gestão territorial do Serviço Geológico do Brasil (SGB), Alice Silva de Castilho.

Ligado ao Ministério de Minas e Energia, o SGB é responsável pelo monitoramento hidrológico dos principais rios brasileiros. Na bacia amazônica, o órgão tem reportado níveis abaixo da média nos rios Madeira, Tapajós e Xingu — o primeiro com sua nascente em Rondônia e os dois últimos com suas nascentes em Mato Grosso.

Maior produtor de grãos do país, Mato Grosso enfrentou seca na safra 2023/24 e deve colher 2 milhões de toneladas de grãos a menos do que o previsto inicialmente, segundo a Conab. “As coisas estão completamente relacionadas porque as nascentes desses rios estão na região central. O mesmo ocorre com o Pantanal”, observa Castilho.

Considerando que o período seco na região vai até setembro e a importância desses rios para a bacia amazônica, ela avalia que a seca deste ano é preocupante, podendo tomar dimensões semelhantes à do ano passado. “Embora a situação não seja tão crítica nos rios da margem esquerda, há uma área de drenagem bem maior na margem direita, onde está seco, o que indica uma estiagem mais severa”, resume a diretora.

Na avaliação do pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e integrante da equipe Amazônia do MapBiomas, Bruno Ferreira, as perspectivas são ainda piores. Ele ressalta que as chuvas na região Norte, previstas para começar no início de março, só chegaram em abril, o que aumenta a vulnerabilidade do bioma a outros problemas, como incêndios florestais.

20
municípios estão em emergência no AM

“Temos acompanhado nos nossos estudos que durante o período mais úmido, quando deveria chover mais, não houve chuva suficiente. E quando isso ocorre, existe uma perspectiva de um período seco mais severo”, afirma.

Considerando que a seca é reflexo de um El Niño mais forte em 2023, Alice Castilho diz que seria necessário um La Niña tão intenso quanto o El Niño este ano — algo que está longe de se confirmar — para aumentar a umidade na região.

A previsão é de que o fenômeno La Niña seja de fraca intensidade este ano e, portanto, incapaz de causar chuvas relevantes na Amazônia até novembro. A partir do cenário observado no ano passado, Bruno Ferreira avalia que as regiões mais afetadas pela seca sejam comunidades ribeirinhas localizadas ao longo do Rio Negro e do Amazonas. “É um cenário devastador porque essa seca vai trazer prejuízo para as pessoas que menos contribuem para as mudanças climáticas”, lamenta.

O presidente da Associação dos Moradores e Produtores Agroextrativistas da Floresta Nacional de Tefé e Entorno (APAFE), Adrimar dos Santos Vidal, é um desses milhares de ribeirinhos impactados pela seca do ano passado.

“Se passa muito tempo sem chover, as flores caem, gerando queda na produção de frutos”, diz Vidal. Ele estima uma redução de 25% no volume total de frutos obtidos da floresta, incluindo açaí, castanha e andiroba.

“Desde o mês passado já estamos bastante dias sem chuva tanto na cidade quanto na zona rural, então este ano já estamos esperando uma seca, o que deve atingir muito a produção”, relata o extrativista. *(CV)*

PIB da ‘bioeconomia’ avançou 1,03% em 2023, afirma FGV

Conjuntura

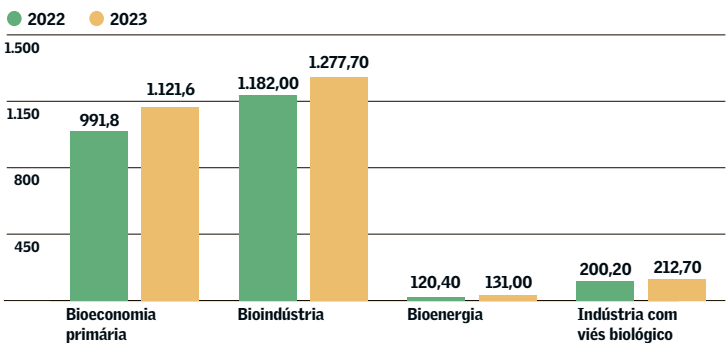
Camila Souza Ramos
De São Paulo

Os setores produtivos baseados em recursos biológicos e em biotecnologia cresceram no ano passado, após uma retração em 2022. Calculado pelo Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (FGV), o Produto Interno Bruto da Bioeconomia (PIB-Bio) teve um incremento de 1,03% em 2023 em termos reais. Esse recorte do PIB chegou a R$ 2,7 trilhões, ou a 25,3% do PIB nacional.

O cálculo não está relacionado a setores com produção ambientalmente sustentável, conforme conceito mais conhecido de “bioeconomia”. Na metodologia da FGV , entra no cálculo o desempenho de agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, pesca e aquicultura, alimentos e bebidas, celulose e papel, têxteis, biocombustíveis, produtos do fumo, bem como partes das indústrias de vestuário, calçados, madeira, farmoquímicos, borracha e plástico, móveis e energia elétrica.

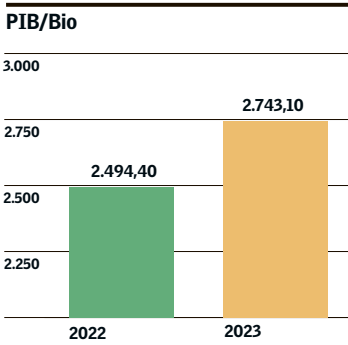
Em 2023, o destaque foi para os setores de “bioeconomia primária”, que incluem as cadeias de valor da agricultura, pecuária, serviços florestais, pesca e aquicultura. Nesse recorte, o crescimento foi de 5,9%. Apenas a agropecuária, por exemplo, cresceu mais de 15% devido aos ganhos de produção e produtividade.

Cícero Lima, pesquisador do Observatório de Bioeconomia da FGV, observa que “o avanço da biotecnologia, com pesquisa de novos cultivares (sementes) e adaptações às mudanças climáticas, fazem parte da bioeconomia”. “Investimento em pesquisa e inovação se reflete em produtividade e maior produção e crescimento econômico”, diz.

Os demais segmentos do cálculo do PIB-Bio registraram queda em 2023. A mais acentuada foi a do setor de bioenergia, que recuou 15,1%, devido ao impacto da pressão dos custos de produção, afirma o pesquisador. “Embora a produção de cana e moagem tenham batido recordes em 2023, o aumento de custos na cadeia, como insumos e serviços, prejudicou o crescimento de toda a cadeia de produção”.

O segmento também inclui o desempenho das cadeias de biodiesel e de geração de energia elétrica com origem em biomassa, como a partir de cana e lenha.

“Investimento em pesquisa e inovação se reflete em produtividade”
Cícero Lima

No segmento de bioindústria — que abrange as indústrias que processam os produtos primários da bioeconomia em produtos de valores agregado e sua cadeia, com forte peso das cadeias de alimentos e bebidas —, o resultado foi negativo em 1,3% no ano. Segundo Lima, “embora o setor industrial de alimentos e bebidas tenha crescido, as margens de distribuição, comércio e serviços ficaram mais caras, o que fez a cadeia toda reduzir em relação a 2022”.

Já o segmento classificado como “indústria com viés biológico”, e que reúne todas as cadeias que têm em seu mix de produção insumos biológicos, teve um recuo de 0,1%. Nesse segmento estão incluídos, por exemplo, a indústria de fármacos e medicamentos. Segundo o pesquisador, essa indústria experimentou no ano passado margens de distribuição e comercialização mais favoráveis, o que resultou em um desempenho praticamente equivalente ao do ano anterior.

Segundo Lima, a expectativa para 2024 é de crescimento real. A bioeconomia primária, que registrou avanço no primeiro trimestre, deve desacelerar no restante do ano, conforme comportamento sazonal, enquanto a bioindústria e a indústria com viés-biológico devem acelerar agora “justamente pelo crescimento da demanda interna e recuperação da economia brasileira, mesmo que devagar”, observa.

PIB da Bioeconomia
Evolução por segmento - em R$ bilhões

Fonte: Observatório de Bioeconomia da FGV

Financiamento
Demanda por crédito caiu quase à metade no primeiro mês do Plano Safra 2024/25
B9

Renda fixa
Pacifico, da Gaia, se junta ao Greenpeace, de Pasquali, para recuperar agricultura familiar no RS C6

Investimentos
Gestora do Nubank agora vai buscar o bolso de fundos de previdência C6

Pagamentos
Bancos e fintechs antecipam lançamento do Pix por aproximação C3

Ativos digitais
Mercado Bitcoin cria produto de crédito com garantia em criptomoeda C2

Conjuntura Mediana de pesquisa do **Valor** com 102 instituições financeiras e consultorias aponta para o dólar negociado a R$ 5,40 em dezembro

Mercado prevê alívio limitado no câmbio até o fim deste ano

Gabriel Caldeira, Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

O aumento da instabilidade nos mercados financeiros globais atingiu em cheio a dinâmica da taxa de câmbio doméstica nos últimos dias. Em apenas cinco pregões, o dólar oscilou mais de R$ 0,30, ao passar de R$ 5,86 no início da semana passada para R$ 5,49 na sexta-feira. Os ventos externos têm ditado o comportamento do câmbio, em um ambiente que ainda abarca os riscos locais, sobretudo em relação às contas públicas.

Nesse sentido, a incerteza em torno dos rumos da moeda brasileira segue em níveis elevados. A sensação mediana no mercado, porém, é de que o câmbio não deve voltar aos níveis bem mais apreciados vistos no ano passado e que o alívio no real tende a ser limitado. Na pesquisa extraordinária conduzida pelo **Valor** com 102 instituições financeiras e consultorias entre os dias 7 e 9 de agosto, a mediana das estimativas para o dólar no fim deste ano ficou em R$ 5,40.

Houve, portanto, uma forte deterioração nas expectativas para o câmbio. No levantamento realizado pelo **Valor** no fim do ano passado, o ponto médio das projeções para a cotação do dólar em dezembro de 2024 ficou em R$ 5,00.

A piora no câmbio doméstico desde abril — e o descolamento do real na comparação com outras moedas de mercados emergentes — se acentuou em junho, em um ambiente dominado pela aversão a risco interna, diante da preocupação de investidores com a questão fiscal. Nas últimas semanas, embora os riscos internos tenham diminuído, mesmo momentaneamente, fatores externos falaram mais alto diante dos temores relacionados a uma recessão nos Estados Unidos e ao desmonte de operações de "carry-trade" envolvendo o iene, que ganham com a diferença de juros entre países, em meio a sinais de aperto monetário no Japão.

O aumento do riscos levou algumas casas a revisarem as projeções do câmbio para um nível mais depreciado do real. Foi o caso da Buysidebrazil, que passou a estimar o dólar a R$ 5,50 no fim deste ano. "Indicativos das contas externas e o cenário internacional (com destaque para a queda de preços das commodities) apontam para um câmbio mais depreciado que o anteriormente previsto por nós", dizem os profissionais da consultoria, que, antes, projetavam o dólar a R$ 5,40 no fim deste ano.

Na pesquisa, as estimativas coletadas para a taxa de câmbio vão de R$ 5,00 a R$ 5,70 por dólar no fim do ano, de 102 projeções no total.

No campo mais otimista da coleta, o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, projeta o dólar a R$ 5,00 em dezembro, ao esperar uma redução das incertezas à frente. "Estamos olhando para os fundamentos macro, para aquilo que achamos que seja importante para a dinâmica do mercado de câmbio no Brasil. E acreditamos, inclusive, na continuidade da valorização do real em 2025", diz.

"Há três ou quatro meses, a expectativa do mercado era de um dólar em torno de R$ 5,00 no fim do ano, mas, desde então, vimos um aumento da quantidade de incertezas globais e domésticas com impacto no real. Acreditamos que, ao longo dos próximos meses, grande parte dessas incertezas irá diminuir", afirma Oliveira.

Ele nota que esse processo já começou, ao observar o movimento do câmbio na semana passada, em que o dólar abandonou as máximas desde 2021 para fechar em torno de R$ 5,50 na sexta-feira. "E isso irá continuar. Uma das principais incertezas é em relação ao ciclo de afrouxamento monetário nos Estados Unidos, mas, mais importante que o ritmo de cortes será o 'orçamento' total do ciclo. Pela curva de juros, teremos pelo menos 1,5 ponto percentual de corte nos juros, o que me parece adequado, em um contexto de 'pouso suave' da economia", aponta.

> "Achamos que, no fim das contas, o dólar aponta para baixo [contra o real], mas a convicção é baixa"
> *Anna Reis*

Oliveira cita, além disso, uma redução das incertezas esperada pelo Pine. Como exemplo, o economista observa que, em relação à condução da política monetária, há a percepção de que a transição no comando do Banco Central será suave. "Se será mesmo ou não o Gabriel Galípolo [o indicado para a presidência do BC], não sabemos, mas consideramos um nome adequado, que tem mostrado entender a importância da inflação no centro da meta", diz. Além disso, Oliveira acredita em uma redução da incerteza fiscal nos próximos meses.

"Excluindo o ruído, o que fica é o fundamento, que continua apontando para uma valorização do real, sendo que o câmbio está muito distante daquele que seria o nível justo", enfatiza Oliveira.

O comportamento do câmbio tem sido determinante, inclusive, para a condução da política monetária no curto prazo, na medida em que a possibilidade de elevação da taxa de juros começa a ser debatida com mais força entre os participantes do mercado. Na avaliação da economista-chefe da Gap Asset, Anna Reis, se o dólar ficar em R$ 5,70 ou R$ 5,80, "não vai ter jeito". Ela, porém, adota uma visão um pouco mais construtiva para o câmbio, ao projetar a moeda americana a R$ 5,40 no fim deste ano, o que deve reduzir a pressão sobre a autoridade monetária à frente.

Para a economista, o estresse recente que levou a moeda americana a R$ 5,86 na semana passada se deu por fatores que não devem se sustentar, como as preocupações em torno de uma recessão econômica nos EUA e uma política monetária mais apertada no Japão. Além disso, ela avalia que o diferencial de juros entre o Brasil e outras economias desenvolvidas já não é tão pequeno e deve aumentar com o provável início dos cortes de juros nos EUA e a continuidade dos ciclos de flexibilização em outras economias avançadas, como zona do euro, Reino Unido e Canadá.

Reis admite, contudo, que o segundo semestre deve apresentar uma volatilidade maior no câmbio global e, dessa forma, prefere não "cantar vitória" antes da hora. "Achamos que, no fim das contas, o dólar aponta para baixo, mas a convicção é baixa. Vivemos um trimestre muito complicado e 'sacodes' maiores podem acontecer", diz a economista, ao lembrar ainda que 2024 tem sido um ano de mudanças de cenário muito fortes.

Nesse sentido, as estrategistas Gisela Brant e Tania Escobedo Jacob, do J.P. Morgan, notam que os ruídos domésticos têm acentuado os efeitos de um sentimento global mais negativo nos mercados de câmbio, apesar do posicionamento técnico ser favorável a uma valorização do real no momento.

"O posicionamento técnico no real está mais limpo, mas a convicção por uma recuperação sustentável no curto prazo é baixa. O real já parece menos vulnerável do que estava no início do verão [no Hemisfério Norte]", dizem as profissionais do J.P. Morgan.

Leia mais na página C2

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Oliveira, do Pine, vê redução das incertezas como fator para apreciação do câmbio, com dólar a R$ 5 no fim deste ano

Juros altos e pouco alívio no câmbio

Projeções* para a taxa Selic (em% a.a.) e para a taxa de câmbio (R$/US$)

Instituições financeiras	Selic Dez/24 (%)	Dólar Dez/24 (R$)
BRP	10,00	5,25
Way Investimentos	10,25	5,30
UBS BB	10,25	5,50
Banco Pine	10,50	5,00
CM Capital Markets	10,50	5,00
Goldman Sachs	10,50	5,10
RB Investimentos	10,50	5,10
Troster & Associados	10,50	5,10
Warren Investimentos	10,50	5,10
Pezco	10,50	5,12
Banrisul	10,50	5,15
Inter	10,50	5,15
Acrefi	10,50	5,20
Banco do Brasil	10,50	5,20
Exploritas	10,50	5,20
J.P. Morgan	10,50	5,20
MCM Consultores	10,50	5,20
Neo Investimentos	10,50	5,20
Santander Asset Management	10,50	5,20
Siegen	10,50	5,20
Somma Investimentos	10,50	5,20
Bank of America	10,50	5,25
Daycoval	10,50	5,25
Galapagos Capital	10,50	5,25
Citi	10,50	5,29
ABBC	10,50	5,30
Análise Econômica	10,50	5,30
Ativa Investimentos	10,50	5,30
Banco Bmg	10,50	5,30
Banco BV	10,50	5,30
Bradesco	10,50	5,30
Capital Economics	10,50	5,30
G5 Partners	10,50	5,30
LCA Consultores	10,50	5,30
Santander	10,50	5,30
Sicredi Asset	10,50	5,30
Suno Research	10,50	5,30
ABC Brasil	10,50	5,32
Barclays	10,50	5,35
RPS Capital	10,50	5,35
Versa Asset	10,50	5,35
Ágora Investimentos	10,50	5,40
ARX Investimentos	10,50	5,40
AZ Quest	10,50	5,40
Banco Mercantil	10,50	5,40
BB Asset Management	10,50	5,40
BNP Paribas	10,50	5,40
Bradesco Asset Management	10,50	5,40
EQI Asset	10,50	5,40
Gap Asset	10,50	5,40
MB Associados	10,50	5,40
Medley Advisors	10,50	5,40
Nova Futura Investimentos	10,50	5,40
Parallaxis	10,50	5,40
PicPay	10,50	5,40

Instituições financeiras	Selic Dez/24 (%)	Dólar Dez/24 (R$)
Planner	10,50	5,40
Rio Bravo Investimentos	10,50	5,40
SulAmérica Investimentos	10,50	5,40
Travelex Bank	10,50	5,40
XP	10,50	5,40
Fator	10,50	5,45
Parcitas Investimentos	10,50	5,45
Apex Capital	10,50	5,50
Armor Capital	10,50	5,50
ASA Investments	10,50	5,50
Banco Master	10,50	5,50
BGC Liquidez	10,50	5,50
BlueLine Asset Management	10,50	5,50
BRCG	10,50	5,50
Buysidebrazil	10,50	5,50
C6 Bank	10,50	5,50
Citrino Gestão de Recursos	10,50	5,50
Constância Investimentos	10,50	5,50
FGV/Ibre	10,50	5,50
Itaú Unibanco	10,50	5,50
Jive Mauá	10,50	5,50
Kairós Capital	10,50	5,50
Kinea Investimentos	10,50	5,50
Meraki Capital	10,50	5,50
03 Capital	10,50	5,50
Oby Capital	10,50	5,50
Occam	10,50	5,50
Oriz Partners	10,50	5,50
Pantheon Macroeconomics	10,50	5,50
Petros	10,50	5,50
Porto Asset Management	10,50	5,50
SM Managed Futures	10,50	5,50
TAG Investimentos	10,50	5,50
Tendências Consultoria	10,50	5,50
Western Asset	10,50	5,50
JF Trust	10,50	5,53
Paraná Banco	10,50	5,60
Reach Capital	10,50	5,60
Wells Fargo	10,50	5,60
A.C. Pastore & Associados	10,50	N/D
Alphatree Capital	10,50	N/D
BOCOM BBM	10,50	N/D
Coface	10,50	N/D
Morgan Stanley	10,50	N/D
Natixis	10,50	N/D
Principal Claritas	10,50	N/D
Guide Investimentos	11,00	5,40
Itaú Asset Management	11,00	5,50
Terra Investimentos	11,00	5,60
Tenax Capital	11,25	5,50
XP Asset Management	11,25	5,50
Novus Capital	11,25	5,70
JGP	11,50	5,40
Panamby Capital	12,00	5,30

Fonte: Instituições financeiras e consultorias. Elaboração: Valor. N/D - não divulgado. * Projeções coletadas entre 7 e 9/ago/2024

Destaques

Política monetária nos EUA
O progresso em torno da desinflação nos EUA em maio e junho "é um desenvolvimento bem-vindo", mas a inflação segue "desconfortavelmente" acima da meta de 2%, o que deve levar o Federal Reserve (Fed, BC americano) a continuar a monitorar os indicadores até a reunião de setembro. A avaliação foi feita no sábado pela diretora do Fed Michelle Bowman em evento no Colorado. "Meu cenário base é de que a inflação irá cair ainda mais diante da atual postura da política monetária", disse ela. *(Victor Rezende)*

Bradesco compra John Deere
O Bradesco vai ficar com 50% do Banco John Deere, ao fazer um aporte na instituição. O valor do negócio não foi revelado. Mais do que a carteira de crédito da instituição, o Bradesco quer aproveitar os canais de distribuição, já que a fabricante da máquinas agrícolas tem uma rede de relacionamento muito forte com produtores em todo o Brasil. O John Deere tinha no primeiro trimestre um patrimônio líquido de R$ 2,644 bilhões. A carteira de crédito era de R$ 17,446 bilhões. *(Álvaro Campos)*

Pix do Banco Inter
O Pix Crédito, modalidade em que o banco oferece empréstimo para o cliente que não tem saldo para o pagamento instantâneo, está crescendo rapidamente, especialmente entre os bancos digitais. Segundo analistas do BTG e do UBS BB, a nova linha pode ser um fonte de lucro interessante para o banco Inter. O Inter afirmou que a carteira de crédito ao consumo (principalmente Pix Crédito, mas também cheque especial e "buy now, pay later") pode atingir R$ 1 bilhão até o fim do ano, do nível atual de R$ 330 milhões. *(Álvaro Campos)*

INÊS 249

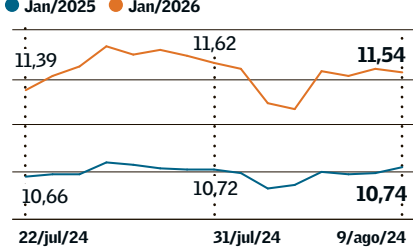
Ibovespa
Em pontos

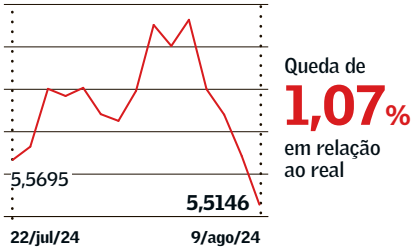
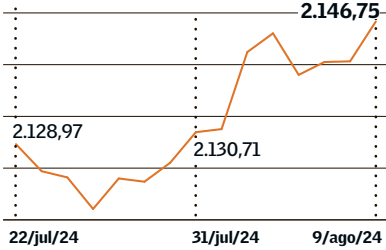
Alta de **1,52%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 9/ago24 - em %

Índice	Variação
Dow Jones	0,13
S&P 500	0,47
Euronext 100	0,22
DAX	0,24
CAC-40	0,31
Nikkei-225	0,56
SSE Composite	-0,27

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Queda de **1,07%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Política monetária Ata do Copom e sinais duros de Gabriel Galípolo deixam chance de aperto nos juros sobre a mesa; Itaú Asset e JGP esperam elevação na taxa em 2024

Risco de alta da Selic segue no radar

Gabriel Roca, Victor Rezende e Gabriel Caldeira
De São Paulo

A cobrança de parte do mercado por um tom mais duro e preocupado do Banco Central (BC) em relação às pressões inflacionárias foi atendida na semana passada, com menções explícitas da autoridade monetária a uma retomada, se necessário, de um processo de elevação da taxa básica de juros. A maior parte do mercado continua esperando pela manutenção da Selic em 10,5% por um longo tempo, mas há um viés de alta nas projeções para o juro básico no fim do próximo ano, ao mesmo tempo em que o debate sobre a necessidade de um novo ciclo de aperto monetário tem se fortificado.

Na pesquisa conduzida pelo **Valor** entre 7 e 9 de agosto com 109 instituições financeiras e consultorias, o ponto-médio das projeções ainda aponta para uma Selic de 10,5% no fim deste ano. No entanto, a mediana das estimativas para a taxa de juros no fim de 2025 ficou em 9,75% — um aumento de 0,25 ponto percentual em relação ao levantamento divulgado no fim de julho.

Se no fim de julho apenas três casas projetavam elevações na Selic até o fim deste ano — Novus Capital, Reag Investimentos e XP Asset Management —, outras instituições passaram a adotar essa visão em seus cenários, embora ela ainda seja minoritária. São os casos de Itaú Asset Management, JGP e Panamby Capital, entre outras instituições.

O mercado de juros, que já precificava elevações na Selic até o fim deste ano, consolidou as apostas em altas na taxa de juros nos próximos meses, mesmo com o alívio observado no câmbio. O tom duro adotado pelo Banco Central — em especial a preocupação com a inflação destacada

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Daniela Lima, da Kinea, projeta retomada da alta da Selic ao longo de 2025

pelo diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, em discurso na semana passada — ajudou a cristalizar as apostas em torno de uma Selic mais apertada à frente.

"Com o discurso de Galípolo, que reforçou a mensagem dura da ata, a chance de frustração e de não haver aumento dos juros em setembro é pequena, na nossa visão", diz a economista-chefe da Tenax Capital, Débora Nogueira. "E se o câmbio se valorizar? Bem, se a Selic não subir, parece mais provável que o câmbio volte a depreciar", defende a economista, que passou a esperar um aperto das condições monetárias ainda este ano, que leve a Selic a 11,25% em dezembro.

9,75%
é a mediana das projeções para a Selic em 2025

"Concordamos com o BC de que o risco para a inflação é altista. Afinal, estamos lidando com uma economia que cresce mais do que imaginávamos, com um mercado de trabalho aquecido e um crescimento significativo dos salários, e a inflação já está em 4,5% em 12 meses, ainda com risco de alta dos preços industriais devido ao câmbio mais desvalorizado", afirma a economista. Para a Tenax, a Selic deve chegar a 11,5% no começo do próximo ano, mas a convicção em relação ao ajuste total "não é grande". "Enquanto o modelo sugere um ajuste pequeno (até menor que 1 ponto), o balanço de riscos coloca o viés totalmente para cima."

No caso da Kinea Investimentos, a expectativa é de uma elevação da taxa de juros, mas que deve ocorrer somente no próximo ano, já no primeiro semestre, e que deve totalizar 1 ponto percentual, ainda que o momento da retomada do aperto monetário dependa da trajetória do real, de acordo com a economista Daniela Lima.

Ela, inclusive, nota que a comunicação do BC tem ficado gradualmente mais conservadora desde a decisão do Copom. "Parecia que o BC tinha escrito no comunicado que o balanço de riscos estava assimétrico. Na ata, aumentou o tom, dizendo que não hesitaria em voltar a subir os juros. E, depois, o Galípolo foi mais duro do que na ata, classificando o balanço de riscos como assimétrico e dizendo que, na sua avaliação, uma inflação de 3,2% está acima da meta", nota.

"Isso é importante, porque sempre existe dúvida do que seria uma inflação 'em torno da meta'. Para o Galípolo, 3,2% é acima da meta e ele se mostrou bastante desconfortável com o cenário de inflação", afirma Lima, cujo cenário base aponta para um IPCA de 4,2% neste ano e de 4,5% em 2025 em meio à piora nas estimativas de preços de bens industrializados e da pressão sobre a inflação de serviços.

"O qualitativo da inflação vai piorando ao longo do tempo. O BC está numa estratégia de comprar tempo. Se nós tivermos um rali de curto prazo no real, o Copom consegue comprar esse tempo e subir a Selic só em 2025. Mas temos uma inflação rodando perto do teto da meta neste ano e no teto da meta no ano que vem. Tem uma margem de quanto o BC, de fato, consegue segurar essa alta de juros", avalia.

O economista-chefe do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, mantém como cenário base uma Selic de 10,5% no fim deste ano, ao apontar que essa "ainda parece ser a vontade do BC, que mantém esse plano de voo como cenário de referência", afirma. Para ele, no entanto, há uma série de dificuldades para que a estratégia do Copom seja bem-sucedida. "A estratégia do 10,5% está condicionada a que coisas benignas aconteçam do lado da inflação", aponta.

Entre elas, de acordo com o economista, está uma apreciação cambial, que dê folga para a inflação de curto prazo; uma desaceleração da atividade econômica, que leve a uma abertura do hiato do produto; e uma melhora nas expectativas de inflação. Para evitar um aumento nos juros, os três eventos deveriam acontecer, mesmo que parcialmente, na visão de Cardoso.

"Achamos que ainda há uma apreciação do câmbio para acontecer e que, assim, os efeitos nos 'tradables' vão ser mais suaves. Temos alguma preocupação com as expectativas, já que o BC pode soar duro, mas, sem ajuda do fiscal, é difícil vencer essa batalha na totalidade. O mais provável é que voltemos ao equilíbrio anterior, onde, passada a maior tensão do ponto de vista fiscal, as expectativas parem de piorar", afirma.

A maior preocupação, no entanto, está relacionada à atividade econômica. "Não acreditamos que ela vai permitir que o BC leve a Selic abaixo da taxa neutra. Ainda assim, vemos que a estratégia de uma Selic parada em 10,5% até meados do ano que vem é vencedora", afirma Cardoso, ao projetar o juro básico em 9,5% em 2025.

Mercado Bitcoin cria crédito com garantia em criptomoeda

Toni Sciarretta
De São Paulo

Pouco mais de um ano após obter a licença do Banco Central de instituição de pagamento (IP), o Mercado Bitcoin (MB) vai ofertar um produto de crédito em que o cliente pode tomar reais emprestados e deixar como garantia criptomoedas que têm em custódia. Considerando os R$ 5 bilhões de custódia que os clientes possuem na plataforma, o produto tem potencial de concessão de crédito de mais de R$ 1 bilhão.

As taxas começam em 1,39% ao mês — abaixo do teto do consignado do INSS, considerado os juros mais baixos dos empréstimos para pessoa física com garantia — e o prazo vai até 12 meses. Inicialmente, o MB aceitará apenas bitcoin e ether, moedas consideradas mais maduras e de menor volatilidade, mas há planos de estender para os demais ativos digitais.

Trata-se de um produto polêmico no exterior que nos períodos de rali dos ativos digitais — o verão "cripto" de 2021, que se repete agora — permitiu uma alta alavancagem para os entusiastas do setor lucrarem com a valorização das criptomoedas. Clientes de plataformas como a americana BlockFi emprestavam recursos, compravam moedas digitais e com o ganho obtido quitavam os empréstimos e ainda ficavam com um ganho polpudo. No inverno "cripto" que veio em seguida, no entanto, as criptomoedas desabaram e as garantias não foram suficientes para cobrir empréstimos e prejuízos, ocasionando a quebra de investidores e plataformas como a própria BlockFi.

Para evitar casos como esses, o Mercado Bitcoin decidiu limitar os empréstimos a 30% do valor em custódia dos clientes. Dessa forma, disse André Gouvinhas, diretor financeiro (CFO), mesmo com a forte oscilação das criptomoedas — na semana passada, por exemplo, o bitcoin variou 22%, saindo de US$ 64.160 até a mínima de US$ 49.782, segundo o CoinGecko — dificilmente o usuário ficaria desenquadrado e teria suas garantias executadas.

Na hipótese de o empréstimo ficar "descoberto" pelo limite de 30%, o Mercado Bitcoin prevê negociar caso a caso antes de sair executando as garantias dos clientes. Gouvinhas disse que essa tolerância poderá chegar perto de 35% e que as execuções não serão automatizadas, como ocorre nos chamados "smart contracts" das aplicações de finanças descentralizadas (Defi), em que a plataforma liquida automaticamente os ativos dados em garantia a preço de mercado, geralmente desfavoráveis devido a estresses pontuais.

Para o executivo, o produto permite que os investidores não tenham que se desfazer de alocações estratégicas em ativos digitais, que normalmente têm rentabilidade acima dos investimentos tradicionais, para aproveitar oportunidades que surjam no caminho. O crédito é de utilização livre, podendo ser usado pelos clientes para compra de criptoativos na plataforma, além de saque em reais para outras necessidades.

"Com o empréstimo colateralizado em cripto, conseguimos oferecer maior eficiência e custos reduzidos para os clientes. Este produto permite que os clientes se alavanquem para aproveitar oportunidades de mercado sem precisar se desfazer de seus ativos", disse Gouvinhas.

Prazo da dívida pública volta a patamar pré-pandemia

Estevão Taiar
De Brasília

Influenciado por novas emissões, o prazo médio da Dívida Pública Federal (DPF) voltou recentemente ao patamar pré-pandemia. O movimento tende a facilitar a gestão de um passivo que supera os R$ 7 trilhões. Para a próxima década, no entanto, o Ministério da Fazenda planeja elevar ainda mais o indicador.

O prazo médio da DPF indica qual o tempo necessários para que os investidores resgatem todos os empréstimos, concedidos por meio de títulos, para o governo federal. Entram na conta tanto o principal da dívida quanto os juros.

Conforme divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no mês passado, o prazo médio da DPF terminou junho em 4,02 anos. Desde janeiro, o indicador vem oscilando pouco acima dos 4 anos — sequência que não era observada desde o segundo semestre de 2019.

A elevada incerteza global causada pela pandemia fez a STN, em um primeiro momento, diminuir bruscamente o prazo dos títulos emitidos. Entre janeiro e setembro de 2020, o prazo das novas emissões passou de 4,74 anos para apenas 2,09 anos. Com isso, o indicador referente ao estoque também caiu, recuando de 3,97 anos em dezembro de 2019 para 3,57 anos 12 meses depois.

Lentamente, o prazo das emissões voltou a subir. De acordo com levantamento do Bradesco, desde 2021 o prazo médio das emissões está em aproximadamente 4,7 anos. É uma maturidade "mais alta do que a observada entre 2015-2018 (média de 4,2 anos) e em linha com 2019 (média de 4,8 anos)", afirma o economista Marcos Muniz, em relatório.

Na avaliação de Nelson Rocha Augusto, economista e presidente do Banco Ribeirão Preto (BRP), embora as contas do governo federal tenham um problema "estrutural", a conjuntura econômica atual vem oferecendo as condições necessárias para "alongar um pouco mais" o prazo.

> "Aumento do prazo passa também pela grande atratividade que esses papéis têm neste momento"
> *Bruno Lavieri*

"O aumento do prazo passa também pela grande atratividade que esses papéis têm neste momento", afirma Bruno Lavieri, economista-chefe e sócio da 4intelligence.

Ele reconhece, no entanto, que parte dessa atratividade é fruto dos riscos fiscais, que abrem espaço para os investidores cobrarem juros mais altos. Papéis de prazos mais longos, por exemplo, têm remuneração anual superior a 6%, já descontada a inflação.

"Mas, para rolar a dívida e esticar o prazo, o Tesouro acaba vendendo títulos com esse rendimento mais alto mesmo", diz.

Para este ano, a STN estabeleceu em janeiro, no Plano Anual de Financiamento (PAF), que o prazo do estoque precisa ficar entre 3,8 anos e 4,2 anos. Na ocasião, afirmava que o indicador vinha "mostrando um comportamento estável", mas reconhecia que "uma evolução mais positiva" dos números era "desejável". A estratégia da STN dependia "da capacidade de se ampliar o uso de instrumentos com vencimentos mais longos", principalmente por meio de títulos com taxas flutuantes.

"Neste curto prazo, é melhor trabalhar com títulos flutuantes, que vão nos ajudar no prazo médio da dívida", disse o subsecretário de dívida pública, Otavio Ladeira, ainda em janeiro, na entrevista a jornalistas para comentar o PAF. "Estamos em um ano de consolidação do prazo médio."

Prazo médio da DPF
Em anos

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

Na ocasião, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, também disse que "não dá para melhorar a composição de médio prazo" da DPF sem "acompanhar a demanda do mercado".

Entrava ainda na estratégia da STN a adoção da Letra do Tesouro Nacional (LTN), um título com taxa prefixada, com vencimento de 72 meses. O papel foi anunciado pelo Ministério da Fazenda no começo do ano, mas ainda não foi regulamentado. Ceron disse em janeiro que havia "apetite por [títulos] prefixados um pouco mais longos".

Até 2035, no entanto, o Ministério da Fazenda quer levar o prazo da DPF para o intervalo entre 4,5 anos e 5,5 anos. O alongamento é, segundo a STN afirma no PAF, um dos fatores "essenciais para a redução" dos riscos de refinanciamento. Entre esses riscos, estão o aumento dos custos de emissão dos títulos.

Lavieri, da 4intelligence, destaca a importância de "romper com a dependência dos títulos muito curtos, cujos custo e aceitação oscilam muito ao sabor da conjuntura". Também destaca que prazos maiores trazem mais "previsibilidade" para a gestão da DPF, que fechou junho em R$ 7,067 trilhão.

Mas a STN reconhece que há desafios para alcançar a meta estabelecida para 2035. O principal é "o alongamento da carteira de prefixados, que deve alcançar 3 anos, partindo de níveis abaixo de 2 anos". No caso dos demais títulos, também será necessário aumentar os prazos, "mas de forma consistente com patamares históricos já alcançados para esses indicadores".

Rocha Augusto, do BRP, afirma que levar o prazo para um patamar superior a 5 anos já colocaria a DPF "em um nível bem mais satisfatório" na comparação com outros países emergentes. Mas diz que para isso é necessário "ter perspectivas fiscais de médio e longo prazo melhores", com uma trajetória mais sustentável para a dívida pública.

Pagamentos Antes de entrarem em vigor as regras do BC, empresas se preparam para oferecer recurso aos clientes; aceitação, no entanto, ainda não será ampla

Mercado se movimenta e antecipa lançamento do Pix por aproximação

Gabriel Shinohara e Mariana Ribeiro
De Brasília e São Paulo

A possibilidade de pagar com Pix apenas aproximando o celular de outro dispositivo deve chegar para algumas pessoas antes do esperado. Isso porque o mercado vem se movimentando para entregar a solução para seus clientes mesmo antes da data prevista pelo Banco Central (BC) para entrada em vigor da chamada Jornada Sem Redirecionamento (JSR) no "open finance", que abrirá as portas para a implementação do Pix por aproximação via carteiras digitais ("wallets") de forma ampla.

O BC prevê o lançamento da JSR em fevereiro de 2025, mas o Itaú, por exemplo, anunciou a oferta do Pix por aproximação a partir de outubro. Em um primeiro momento, ele só será aceito nas maquininhas da Rede, credenciadora do banco. Já o Google Pay anunciou a possibilidade de pagamento por Pix na sua carteira digital, mas via chave Pix ou QR Code, não por aproximação. Por ora, a opção está sendo disponibilizada de forma faseada para clientes C6 Bank e PicPay. Já o Banco do Brasil informou ao **Valor** que está trabalhando para disponibilizar o Pix por aproximação até o fim deste ano.

Essas antecipações dividiram a opinião de especialistas em pagamentos e participantes do setor. Parte acha que a iniciativa é positiva e parte acredita que pode causar alguma confusão no usuário, já que, ao menos no início, o recurso não terá aceitação ampla no mercado.

A ideia do BC com a JSR é simplificar a jornada de iniciação de pagamentos por meio da redução de etapas do processo. Por exemplo, será possível pagar uma compra no comércio eletrônico por Pix sem a necessidade de autorizar a transação no aplicativo da instituição financeira, mediante uma pré-autorização na plataforma do comércio. O Pix por aproximação seria outro caso de uso.

Para o Banco do Brasil (BB), por conta de uma base significativa de clientes que já utiliza o pagamento por aproximação pelas "wallets", a inclusão do Pix seria um passo natural. "O BB acredita que há espaço para a rápida adoção dessa solução".

Elisa Joia, chefe de operações de pagamentos do Google na América Latina, disse que foi um "movimento natural" levar o Pix para a carteira do Google e que a empresa está conversando com diversos bancos para fazer novas integrações. Sobre a possibilidade do Pix por aproximação, ela apontou que a jornada sem redirecionamento viabiliza diversos casos de uso e que "o Google está sempre atento aos movimentos de mercado".

Desde o anúncio das regras, em julho, o BC já cumpriu outra etapa do desenvolvimento ao publicar normas que detalham o funcionamento da JSR. Esses normativos estabelecem, entre outros pontos, limites mínimos adicionais para capital social e patrimônio líquido para as instituições que quiserem oferecer o serviço, além de delimitar as regras de participação e a responsabilidade das instituições.

Durante as discussões sobre a implementação da JSR, o mercado discutiu a adoção ou não de contratos bilaterais e, na regulamentação, o BC entendeu que não havia necessidade. "Optamos pelo formato aberto. Sempre é melhor", disse o diretor de regulação do BC, Otavio Damaso, em entrevista ao **Valor**, em julho.

O BC explicou que para possibilitar o Pix por aproximação em contratos bilaterais é necessário que a carteira digital e a instituição que presta serviço de conectividade ao lojista implementem mecanismos de NFC (tecnologia que viabiliza o pagamento por aproximação) e que já existem protocolos de mercado abertos que podem viabilizar essa comunicação. Nesse sentido, informou que trabalha para padronizar a implementação de protocolos. "Uma vez regulamentado, as instituições que eventualmente já tiverem implementado o modelo deverão providenciar os ajustes aplicáveis."

O Itaú informou que está desenhando a solução de Pix por aproximação há meses e que pensou em uma solução "que possa ser utilizada por todo o mercado". Questionado, na semana passada, sobre o lançamento do recurso com aceitação apenas nas maquininhas da Rede, o CEO do Itaú, Milton Maluhy, disse que o produto que está sendo construído pelo banco é muito aderente à regulação do BC e que ajustes podem ser feitos à frente. Ele acrescentou que o Pix por aproximação deve ter um "impacto brutal" na experiência do cliente, já que o uso do pagamento instantâneo em comércios ainda tem algumas fricções.

Fevereiro
é a data de lançamento do Pix por aproximação

Neste mês, o presidente da Cielo, Estanislau Bassols, disse preferir a oferta de soluções com aceitação ampla pelo mercado. "Vejo com bons olhos toda inovação da indústria, mas nosso caminho está sendo o de fazer aquilo que tem mais ubiquidade. Se o usuário tenta fazer o pagamento e ele funciona em uma maquininha e não funciona na outra, é algo um pouco complexo."

Para o presidente da Associação dos Iniciadores de Transação de Pagamentos (Init), Gustavo Lino, o potencial da solução é grande e, por isso, é esperado que mais empresas anunciem lançamentos antes de fevereiro. Apesar disso, ele destaca que o BC tem atuado justamente para padronizar os recursos que estão surgindo, até para facilitar o entendimento no usuário. "Esse é o espírito que a gente busca no open finance", afirma.

A sócia de bancos e serviços financeiros do Mattos Filho, Larissa Arruy, avalia que tanto o Pix por aproximação quanto a possibilidade de pagar sem redirecionamento no comércio digital têm muito potencial. Na avaliação de Arruy, a regulamentação do BC "vai ser uma fomentadora de modelos de negócios".

Ao melhorar a experiência de uso do cliente com o pagamento instantâneo, o Pix por aproximação deve ajudar o meio de pagamento a ganhar ainda mais tração e a concorrer de forma mais direta com os cartões, principalmente com os de débito. Questionado sobre o tema, o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Giancarlo Greco, que é também CEO da Elo, disse que o lançamento pode tirar "um pouco do negócio do débito", mas que o Pix traz benefícios para o setor de cartões em geral.

Victor Urano Braga, cofundador e CMO da Pluggy, avalia que a experiência do Pix por aproximação compete diretamente com a de pagar com cartão. "Quem não correr para estar dentro disso, vai começar a ver perda de relevância da sua conta para o cliente que está preferindo pagar com Pix por NFC".

O Santander informou avaliar positivamente qualquer medida que crie condições para uma jornada de pagamento ainda mais simplificada e que tem participado "ativamente das agendas promovidas pelo BC" e "contribuído para o desenho das regras e dos processos tecnológicos que colocarão o sistema em prática". A Caixa afirmou que a disponibilização do Pix por aproximação para seus clientes "ocorrerá até fevereiro de 2025", mas que está trabalhando em iniciativas como iniciadora de pagamentos que permitirão pagamentos e transferências por meio do aplicativo do banco usando valores de contas em outras instituições. O Bradesco não respondeu.

Já a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disse que a agenda de inovação do BC se tornou "notória" na atual gestão. A entidade acredita que o principal desafio para a JSR envolve garantir que a segurança transacional seja a mesma de uma transação iniciada no próprio canal das instituições. "A Febraban estará muito diligente em demandar do regulador essas salvaguardas".

DIVULGAÇÃO

"Google está sempre atento aos movimentos de mercado, dentre eles o Pix por aproximação"
Elisa Joia

Política monetária Integrante mais jovem do comitê volta atrás uma semana após aumento de juros

Banco do Japão e o histórico de ações prematuras

Megumi Fujikawa
Dow Jones Newswires, de Tóquio

O comitê de política monetária do Banco do Japão (BoJ) se movimentava para aumentar suas taxas de juros acima de zero, quando seu integrante mais jovem manifestou discordância. Ele estava preocupado com a possibilidade de o mercado de ações cair e comentou: "O custo de esperar não é tão alto".

Kazuo Ueda foi derrotado por 7 a 2 naquele dia de agosto de 2000, mas sua previsão acertada consolidou sua reputação. Logo depois, a bolha pontocom estourou e o BoJ teve que afrouxar novamente sua política.

Vinte a quatro anos depois, a história quase repetiu. Em 31 de julho, o BoJ decidiu elevar os juros, apesar de duas vozes discordantes. Desta vez, o líder da maioria era Ueda, agora, aos 72 anos e presidente do banco central. Ele disse que o Japão precisava aumentar os juros várias vezes, se pudesse.

Os mercados globais despencaram, o índice de ações do Japão teve seu pior dia desde 1987 e em menos de uma semana um dos adjuntos de Ueda voltou atrás. Shinichi Uchida disse que não haveria altas enquanto os mercados estivessem nervosos. Não havia necessidade de pressa com a inflação, quase que sob controle. E, caso alguém estivesse se perguntando, Uchida disse que não havia divergências entre ele e seu chefe.

A reviravolta tranquilizou os mercados e as ações recuperaram quase todo o terreno perdido em seu dia ruim. Mas isso mostra a corda bamba em que o Japão vem se equilibrando enquanto tenta levar as taxas de juros para o campo positivo. O Federal Reserve (Fed) e o Banco Central Europeu (BCE) chegaram lá anos atrás por necessidade, devido à inflação alta. O Japão, por seu lado, encerrou seus oito anos de política de juros negativos apenas em março. Mesmo após o aumento, taxa está em 0,25%.

Alguns economistas não se importam em manter as taxas próximas de zero de uma forma semipermanente e usar os gastos do governo para estimular a demanda fraca.

Mas isso não é um consenso. A maioria dos BCs e do governo querem restabelecer o que veem como normalidade, e Ueda tem enfrentado pressões para acelerar a transição. Uma pressão parecida levou aos dois aumentos de 2000 e outro em 2006, que logo foram revertidos em razão da crise das hipotecas subprime nos Estados Unidos.

AKIO KON/BLOOMBERG

Depois que deixou a academia para se tornar presidente, no ano passado, as preocupações políticas de Ueda passaram a pesar

Enquanto isso, os políticos têm preocupações de curto prazo: eleitores reclamam da inflação causada em parte pela fraqueza do iene, que elevou os preços dos alimentos importados e da energia. O BoJ deveria fazer algo para fortalecer o iene.

Como professor de economia mais jovem passando um período no comitê de política monetária décadas atrás, Ueda podia se dar ao luxo de bancar o rebelde. Depois que deixou a academia para se tornar presidente, no ano passado, as preocupações políticas passaram a pesar.

"Acredito piamente que o Banco do Japão não deveria agir desta vez", diz Nobuyasu Atago, economista do Rakuten Securities e ex-autoridade do BoJ. Com o crescimento fraco e os gastos do consumidor em queda, "a conclusão óbvia era esperar", afirma.

Atago diz que a afirmação de Ueda, de responder aos dados, carecia de credibilidade e os observadores "tiveram que fazer a interpretação desapontadora de que o BC agiu por questões políticas e pelas taxas de câmbio".

Antes da reunião de 30 e 31 de julho dos nove membros do comitê de política monetária, a cotação do iene girava em torno a seu menor nível em 37 anos em relação ao dólar.

Mas a moeda japonesa já começava a dar sinais de reação quando o comitê se reuniu. Além disso, as perspectivas de um corte nos juros nos EUA também já começavam a enfraquecer a estratégia de "carry trade" que depende de grande diferença entre as taxas.

Na reunião, um dos membros disse que o BC poderia continuar a subir os juros "de maneira oportuna e gradual", porque uma taxa de pelo menos 1% provavelmente seria neutra para a economia, nem expansionista nem contracionista. No entanto, outro integrante advertiu que a normalização não deveria "ser um fim por si só". As opiniões se tornaram públicas em uma ata que não identifica quem as expressou.

O próprio Ueda sugeriu cautela em relação ao aumento dos juros. Ele havia dito que não queria perder a oportunidade de alcançar uma inflação moderada e salários mais altos — sinalizando que um aumento prematuro poderia reduzir a inflação além do desejado e levar a uma desaceleração econômica.

Na entrevista após a decisão de 31 de julho, o que se viu foi um Ueda diferente. Ele disse que a economia estava bem encaminhada e que o BC precisava atuar para evitar aumentos de juros acentuados à frente. Na semana seguinte, seu vice, Uchida, manifestou outro ponto de vista.

"As explicações do Banco do Japão são tão voláteis que podem corroer a confiança no banco", disse Takahide Kiuchi, economista do Nomura Research e ex-membro do conselho do BoJ.

Ueda tem seus defensores, que dizem ele apenas tenta se afastar de uma taxa de juros expansionista demais. A economista Ayako Fujita, do J.P. Morgan Securities, destacou os dados positivos sobre os salários, que em julho tiveram aumento em termos reais pela primeira vez em mais de dois anos, e disse que o BoJ ruma a elevar os juros para 0,5% em dezembro.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 09/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.084,7511900	0,02	0,27	5,78
IRF-M	1+**	20.503,2106120	0,42	1,02	2,82
IRF-M	Total	18.600,8767800	0,29	0,77	3,67
IMA-B	5***	9.423,3336230	0,08	0,68	4,97
IMA-B	5+****	11.695,7829690	0,83	2,81	0,78
IMA-B	Total	10.180,5284510	0,47	1,77	2,76
IMA-S	Total	6.812,9378880	0,04	0,28	6,61
IMA-Geral	Total	8.319,6315530	0,22	0,81	4,65

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	26/07	25/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,50	32,49	31,58	29,38	32,07	34,25
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,63	24,74	25,96	24,27	26,42	25,14
Conta garantida pré - a.a.	48,69	46,80	44,61	47,85	42,81	48,03
Desconto de duplicata pré - a.a.	20,78	21,65	21,56	21,65	21,70	25,73
Vendor pré - a.a.	15,28	15,28	18,83	16,40	16,20	18,54
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,96	16,96	16,37	18,22	18,94	18,28
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,55	19,05	17,08	17,78	17,92	18,95
Conta garantida pós - a.a.	24,60	24,60	25,08	24,76	25,06	26,59
ACC pós - a.a.	8,30	8,31	8,09	8,34	8,51	9,04
Factoring - a.m.	3,25	3,28	3,22	3,27	3,27	3,48

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	09/08/24	08/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3500	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3535	5,3505	5,3512	5,3367	5,1725
3 meses	-	5,3643	5,3624	5,3612	5,3546	5,1238
6 meses	-	5,3919	5,3910	5,3905	5,3872	4,9622
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6650	3,6640	3,6530	3,6839	3,6490
1 mês	-	3,6682	3,6680	3,6681	3,6839	3,4610
3 meses	-	3,7731	3,7892	3,7943	3,8499	3,3131
6 meses	-	3,8673	3,8754	3,8781	3,9065	3,0114
1 ano	-	3,9123	3,9121	3,9106	3,8951	2,0327
Euribor ***						
1 mês	-	3,592	3,611	3,630	3,598	3,625
3 meses	-	3,577	3,623	3,647	3,704	3,759
6 meses	-	3,488	3,553	3,579	3,683	3,927
1 ano	-	3,202	3,320	3,390	3,602	4,053
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,36	5,33	5,35	5,37	5,33	5,36
T-Bill (3 meses)	5,22	5,21	5,17	5,27	5,37	5,45
T-Bill (6 meses)	4,98	4,97	4,83	5,09	5,29	5,51
T-Note (2 anos)	4,06	4,04	3,88	4,26	4,62	4,81
T-Note (5 anos)	3,80	3,83	3,62	3,91	4,24	4,14
T-Note (10 anos)	3,94	3,99	3,79	4,03	4,29	4,01
T-Bond (30 anos)	4,22	4,28	4,11	4,31	4,48	4,17

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24 (Mês)	mai/24	abr/24	mar/24	Ano* (Acumulado)	12 meses** (Acumulado)
Selic	0,28	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,46	11,50
CDI	0,28	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,46	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,77	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,67	8,37
IMA-B	1,77	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,76	4,38
IMA-S	0,28	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,61	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	2,32	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-2,66	4,68
Índice Small Cap	5,71	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-8,67	-13,36
IBrX 50	1,93	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	-1,29	6,82
ISE	4,97	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-2,99	-4,44
IMOB	6,70	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-6,99	-8,60
IDIV	1,21	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	-0,38	11,06
IFIX	-0,45	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,16	5,25
Dólar Ptax (BC)	-2,66	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	13,84	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-2,47	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	13,64	19,56
Euro (BC) (4)	-1,76	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	12,50	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,60	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	12,13	17,68
Ouro (BC)	-2,28	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	34,05	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 9/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 06/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.600.558,74					5.864,20	-99,42	256.735,15	266.476,31
RF Indexados (2)	143.971,28	-0,24	0,50	3,94	7,63	96,85	-223,75	-12.545,45	-15.993,60
RF Duração Baixa Soberano (2)	685.396,88	0,04	0,15	5,84	10,58	3.237,16	-64,99	39.636,82	43.414,09
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	877.042,03	0,04	0,16	6,66	12,08	2.941,83	4.443,28	71.314,39	77.727,51
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	186.868,99	0,04	0,05	6,73	12,14	520,02	1.180,58	78.540,56	83.577,42
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.054,84	-0,02	0,24	5,49	9,28	13,32	-91,20	-4.073,18	-5.159,33
RF Duração Livre Soberano (2)	217.543,90	-0,02	0,24	5,54	9,98	9,48	-1.549,32	-13.168,70	-28.834,25
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	647.854,58	0,00	0,24	6,03	10,83	-1.710,81	-3.464,08	-34.369,01	-42.685,08
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	382.582,05	-0,03	0,32	6,13	11,32	-18,35	-105,55	93.584,39	138.368,18
Ações	610.319,97					-181,11	-927,52	-3.739,47	38.378,26
Ações Indexados (2)	10.123,04	0,81	-0,96	-5,79	5,31	-15,64	109,93	229,07	-906,51
Ações Índice Ativo (2)	29.990,93	0,61	-0,73	-6,54	2,51	0,03	-241,82	-5.557,40	-5.203,42
Ações Livre	222.179,26	0,47	-1,06	-4,00	2,92	-144,61	-468,91	-280,17	-5.535,72
Fechados de Ações	122.848,54	0,50	-0,49	-5,24	-4,76	0,00	7,86	-1.916,87	29.632,96
Multimercados	1.657.946,59					143,68	-4.884,40	-107.179,53	-232.198,74
Multimercados Macro	140.206,26	-0,04	-0,13	2,03	5,84	-78,33	-1.863,50	-38.030,68	-59.740,08
Multimercados Livre	625.896,11	-0,02	0,12	4,35	8,80	563,63	-1.814,77	-16.892,64	-72.743,71
Multimercados Juros e Moedas	48.606,92	-0,01	0,21	5,83	10,91	-38,02	-95,73	-9.394,50	-15.580,57
Multimercados Invest. no Exterior (2)	761.820,55	-0,38	0,63	6,60	12,25	-290,54	-1.015,57	-43.843,96	-79.947,03
Cambial	6.738,47	-1,50	0,32	20,35	22,93	274,48	342,44	-338,61	-1.126,12
Previdência	1.457.957,53					159,47	1.401,37	24.474,90	41.924,21
ETF	42.204,61					-482,45	-118,29	-2.645,52	-3.573,54
Demais Tipos	2.053.796,67					900,21	747,57	67.058,40	74.189,19
Total Fundos de Investimentos	**7.375.725,90**					**5.778,26**	**-4.285,82**	**167.306,92**	**109.880,37**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.782.553,34**					**1.471,19**	**4.364,36**	**87.823,39**	**148.551,19**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.208.760,71**					**7.249,45**	**78,54**	**255.130,31**	**258.431,56**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	09/08/24	08/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,84
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9366
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,63
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9959
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,53	10,48	10,44	10,50	10,44	12,85
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,90	10,81	10,65	10,83	10,54	12,21
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,42	10,41	10,42	10,41	13,11
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,44	10,42	10,45	10,42	13,00
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,54	10,49	10,44	10,50	10,44	12,85
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,65	10,60	10,49	10,59	10,47	12,62
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,88	10,82	10,64	10,81	10,53	12,23
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,37	11,35	11,05	11,38	10,82	11,09

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 09/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.373,44	10,406	230.934	10,404	10,412	10,404
Vencimento em out/24	98.551,26	10,450	589.807	10,444	10,458	10,448
Vencimento em nov/24	97.648,66	10,510	16.565	10,486	10,530	10,486
Vencimento em dez/24	96.888,46	10,609	50.561	10,590	10,645	10,590
Vencimento em jan/25	96.031,95	10,742	1.083.216	10,720	10,790	10,740
Vencimento em fev/25	95.130,02	10,863	3.656	10,830	10,885	10,850
Vencimento em mar/25	94.290,88	10,996	1	10,980	10,980	10,980
Vencimento em abr/25	93.498,32	11,096	202.724	11,055	11,175	11,090
Vencimento em mai/25	92.676,41	11,170	3.029	11,130	11,240	11,185
Vencimento em jun/25	91.811,91	11,246	161	11,250	11,290	11,250
Vencimento em jul/25	90.984,58	11,321	435.898	11,260	11,430	11,300

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.520,83	-1,13	318.860	5.504,00	5.567,50	5.523,00
Vencimento em out/24	5.537,54	-1,12	9.275	5.525,50	5.542,50	5.535,00
Vencimento em nov/24	5.557,22	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.573,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.592,95	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.034,71	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.061,66	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.091,95	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	130.859	1,60	101.780	128.640	131.170	130.975
Vencimento em out/24	132.984	1,60	5.585	131.360	133.225	133.225
Vencimento em dez/24	135.137	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 09/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5109	5,5115	-1,88	-2,66	13,84	12,45
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5094	5,5146	-1,07	-2,47	13,64	12,44
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5425	5,7225	-1,24	-2,32	13,37	12,39
Euro (BC) - (R$/€)	6,0190	6,0208	-1,79	-1,76	12,50	11,91
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0194	6,0208	-1,06	-1,60	12,13	11,87
Euro Turismo (R$/€)	6,0842	6,2642	-1,19	-1,55	11,72	11,76
Euro (BC) - (US$/€)	1,0922	1,0924	0,09	0,92	-1,18	-0,47
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	430,8757	430,9226	-1,34	-2,28	34,05	42,69
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.430,64	0,25	-0,62	17,69	26,82
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.423,45	1,13	0,16	17,51	25,67

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	09/08/24	08/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	169.537,43	166.842,37	164.489,50	173.997,89	1,62	3,07	-2,56
Valor-Coppead Mínima Variância	102.133,35	101.255,92	101.224,36	93.533,91	0,87	0,90	9,19

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 09/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 09/08/24

Índice	09/08/24	08/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 09/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	179,96	178,74	185,23	165,54	157,38	0,68	-2,84	8,72	14,35
S&P BNY Emergentes	350,18	347,17	350,11	312,75	299,27	0,87	0,02	11,97	17,01
S&P BNY América Latina	192,38	188,89	189,19	225,28	201,90	1,85	1,69	-14,61	-4,72
S&P BNY Brasil	191,27	187,23	186,11	232,95	200,27	2,16	2,77	-17,89	-4,49
S&P BNY México	293,77	291,33	295,36	331,67	328,46	0,84	-0,54	-11,42	-10,56
S&P BNY Argentina	241,61	231,83	223,58	178,27	150,08	4,22	8,07	35,53	60,99
S&P BNY Chile	135,77	134,09	139,05	162,12	173,21	1,25	-2,36	-16,25	-21,61
S&P BNY Índia	3.050,02	3.034,10	3.096,48	2.923,01	2.839,12	0,52	-1,50	4,35	7,43
S&P BNY Ásia	210,13	208,63	218,49	189,60	180,25	0,72	-3,82	10,83	16,58
S&P BNY China	308,09	309,56	306,01	336,11	355,17	-0,47	0,68	-8,34	-13,26
S&P BNY África do Sul	201,94	200,81	221,65	199,87	202,26	0,56	-8,89	1,04	-0,16
S&P BNY Turquia	35,64	36,27	36,85	22,45	22,60	-1,74	-3,27	58,74	57,70

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 09/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	130.615	1,52	2,32	-2,66	10,31
IBrX	55.140	1,47	2,29	-2,32	10,65
IBrX 50	21.930	1,45	1,93	-1,29	12,18
IEE	91.340	1,24	2,42	-3,81	4,63
SMLL	2.149	2,19	5,71	-8,67	-7,47
ISE	3.651	1,95	4,97	-2,99	2,73
IMOB	940	3,07	6,70	-6,99	-4,36
IDIV	9.039	1,08	1,21	-0,38	15,60
IFIX	3.350	0,15	-0,45	1,16	4,29
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.699	3,47	5,12	-14,50	-1,90
IBrX	10.005	3,41	5,08	-14,20	-1,60
IBrX 50	3.979	3,40	4,72	-13,29	-0,23
IEE	16.573	3,18	5,21	-15,51	-6,95
SMLL	390	4,15	8,59	-19,77	-17,71
ISE	662	3,91	7,84	-14,79	-8,64
IMOB	171	5,05	9,61	-18,30	-14,94
IDIV	1.640	3,02	3,97	-12,50	2,80
IFIX	608	2,07	2,27	-11,14	-7,25

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	30/07/24	362.220
jan/24	353.563	31/07/24	363.282
fev/24	352.705	01/08/24	364.304
mar/24	355.008	02/08/24	366.356
abr/24	351.599	05/08/24	366.751
mai/24	355.560	06/08/24	365.776
jun/24	357.827	07/08/24	365.067
jul/24	363.282	08/08/24	365.211

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	09/08/24	08/08/24	07/08/24	06/08/24	05/08/24	02/08/24
Índice	2.146,75	2.140,98	2.140,88	2.139,02	2.145,04	2.142,32
Var. no dia	0,27%	0,00%	0,09%	-0,28%	0,13%	0,52%
Var. no mês	0,75%	0,48%	0,48%	0,39%	0,67%	0,54%
Var. no ano	3,95%	3,67%	3,66%	3,57%	3,87%	3,73%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 09/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	35,2300	35,2600	0,15630	0,15640
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5109	5,5115
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5910	36,6827	0,1502000	0,1506000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7873	0,8046
Colon (Costa Rica)	524,9700	534,0000	0,010320	0,010500
Coroa (Dinamarca)	6,8311	6,8317	0,8067	0,8068
Coroa (Islândia)	138,2400	138,4200	0,03981	0,03987
Coroa (Noruega)	10,8066	10,8101	0,5098	0,5100
Coroa (Rep. Tcheca)	23,1120	23,1200	0,2384	0,2385
Coroa (Suécia)	10,5083	10,5106	0,5243	0,5245
Dinar (Argélia)	134,1971	134,7500	0,04090	0,04107
Dinar (Kuwait)	0,3060	0,3061	18,0036	18,0114
Dinar (Líbia)	4,7940	4,8163	1,1442	1,1497
Direitos Especiais de Saque ***	1,3340	1,3340	7,3515	7,3523
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6734	1,5002	1,5007
Dirham (Marrocos)	9,8215	9,8265	0,5608	0,5612
Dólar (Austrália)***	0,6572	0,6577	3,6218	3,6249
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5109	5,5115
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7105	2,7582
Dólar (Canadá)	1,3727	1,3728	4,0144	4,0151
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5999	6,6806
Dólar (Cingapura)	1,3232	1,3234	4,1642	4,1653
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5109	5,5115
Dólar (Hong Kong)	7,7974	7,7978	0,7067	0,7068
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6010	0,6013	3,3121	3,3141
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7713	6,8260	0,8073	0,8140
Euro (Comunidade Européia)***	1,0922	1,0924	6,0190	6,0208
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0280	3,0885
Franco (Suíça)	0,8639	0,8640	6,3784	6,3798
Guarani (Paraguai)	7569,2100	7572,4400	0,0007278	0,0007281
Hryvnia (Ucrânia)	41,0000	41,3000	0,1334	0,1344
Iene (Japão)	146,4900	146,5000	0,03762	0,03762
Lev (Bulgária)	1,7903	1,7907	3,0775	3,0785
Libra (Egito)	49,2000	49,3000	0,1118	0,1120
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2763	1,2764	7,0336	7,0349
Naira (Nigéria)	1583,0300	1585,0300	0,00348	0,00348
Lira (Turquia)	33,5200	33,5360	0,1643	0,1644
Novo Dólar (Taiwan)	32,4120	32,4300	0,16990	0,17000
Novo Sol (Peru)	3,7245	3,7265	1,4788	1,4798
Peso (Argentina)	936,5000	937,5000	0,00588	0,00589
Peso (Chile)	931,9000	932,3000	0,005911	0,005914
Peso (Colômbia)	4071,8600	4073,3400	0,001353	0,001354
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2296	0,2296
Peso (Filipinas)	57,2600	57,3000	0,09618	0,09625
Peso (México)	18,8258	18,8363	0,2926	0,2928
Peso (Rep. Dominicana)	59,4800	59,8600	0,09206	0,09266
Peso (Uruguai)	40,3000	40,3300	0,13660	0,13680
Rande (África do Sul)	18,3141	18,3214	0,3008	0,3009
Rial (Arábia Saudita)	3,7533	3,7535	1,4682	1,4684
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001312	0,0001312
Ringgit (Malásia)	4,4150	4,4300	1,2440	1,2484
Rublo (Rússia)	88,6705	88,6795	0,06214	0,06216
Rúpia (Índia)	83,9190	83,9740	0,06563	0,06568
Rúpia (Indonésia)	15920,0000	15930,0000	0,0003459	0,0003462
Rúpia (Paquistão)	278,4000	278,6000	0,01978	0,01980
Shekel (Israel)	3,7308	3,7358	1,4752	1,4773
Won (Coréia do Sul)	1362,9900	1365,5000	0,004036	0,004044
Yuan Renminbi (China)	7,1660	7,1686	0,7688	0,7691
Zloty (Polônia)	3,9541	3,9552	1,3933	1,3939

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2431,29	0,01279	430,8757	430,9226

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	09/08/24	08/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.497,54	39.446,49	0,13	-3,29	4,80	12,45	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.513,10	18.413,82	0,54	-4,39	10,03	22,59	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.745,30	16.660,02	0,51	-4,85	11,55	22,03	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.344,16	5.319,31	0,47	-3,23	12,04	19,62	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.311,30	22.225,62	0,39	-3,46	6,45	10,04	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	53.051,54	52.876,55	0,33	-0,16	-7,55	-2,16	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.310,45	1.299,24	0,86	-2,62	9,64	12,38	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	91.648,25	93.213,69	-1,68	1,62	58,47	154,56	35.796,91	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.320,96	6.293,62	0,43	-1,86	1,99	-0,32	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.633,29	28.536,39	0,34	-3,06	10,30	20,29	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.583.894,88	1.530.365,70	3,50	5,05	70,37	243,37	461.280,80	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.433,76	1.430,58	0,22	-3,73	2,74	4,84	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.722,88	17.680,40	0,24	-4,25	5,80	11,80	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.269,71	7.247,45	0,31	-3,48	-3,63	-0,71	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	31.782,23	31.741,91	0,13	-5,87	4,71	12,27	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.059,75	4.002,34	1,43	-1,71	9,49	9,32	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.726,50	2.617,62	4,16	-0,91	19,40	25,46	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.638,50	10.558,00	0,76	-3,85	5,31	13,73	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.383,31	1.382,46	0,06	-6,42	6,97	5,02	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	883,37	884,49	-0,13	-4,05	12,27	14,69	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.028,77	71.925,82	0,14	-2,73	18,82	30,40	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	79.603,18	79.736,49	-0,17	-5,62	1,46	13,73	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.550,61	6.569,77	-0,29	-2,35	2,41	8,10	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.036,57	1.038,10	-0,15	-3,71	-4,33	3,17	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.458,59	2.450,39	0,33	-5,78	2,52	11,27	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.865,93	11.827,43	0,33	-3,67	6,54	7,08	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.907,38	10.098,50	-1,89	-6,87	32,63	30,35	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	1.996,01	-	-0,10	6,41	4,57	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	Feriado	80.739,31	-	-2,45	5,00	5,08	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	35.025,00	34.831,15	0,56	-10,43	4,66	8,76	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.990,70	7.886,50	1,32	-3,96	2,06	5,93	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.553,93	1.564,26	-0,66	-3,53	-15,45	-23,78	1.433,10	2.041,41
China	Xangai	SSE Composite	2.862,19	2.869,90	-0,27	-2,61	-3,79	-11,78	2.702,19	3.254,56
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.588,43	2.556,73	1,24	-6,58	-2,52	-0,64	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.090,23	16.891,83	1,17	-1,47	0,25	-11,20	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.705,91	78.886,22	1,04	-2,49	10,33	20,77	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.257,00	7.195,12	0,86	0,02	-0,22	5,55	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.297,07	1.296,25	0,06	-1,80	-8,39	-15,13	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.469,00	20.870,10	2,87	-3,29	19,73	27,25	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

LEILÃO DE 119 IMÓVEIS
Online
Data do Leilão: 30/08/2024 a partir das 11h00

bradesco | zuk

ACRE • ALAGOAS • AMAZONAS • BAHIA • CEARÁ • ESPÍRITO SANTO • GOIÁS • MARANHÃO
MATO GROSSO DO SUL • MINAS GERAIS • PARÁ • PARAÍBA • PERNAMBUCO • PIAUÍ
RIO DE JANEIRO • SANTA CATARINA • SÃO PAULO • SERGIPE • TOCANTINS

À VISTA 10% DE DESCONTO
APARTAMENTOS • ÁREA RURAL • CASAS • GALPÕES • IMÓVEIS COMERCIAIS • TERRENOS

LOTE 057 - DUQUE DE CAXIAS/RJ PARQUE MUÍSA
Rua Professor Vilmar Jardins Guimarães, nº 408. Casa (Lote 09 da Quadra J). Áreas Totais: Constr. estimada: 221,00m² e Ter.: 268,20m². Matr. 19.335 do 1º RI Local.
Lance Inicial: R$ 130.325,00
Mínimo à Vista: R$ 117.292,50

LOTE 060 - NOVA IGUAÇU/RJ VALVERDE
Rua Guilherme Sales de Oliveira, nº 210. Casa (Lote 01 da Quadra 14). Áreas totais: terreno: 172,60m² e construída estimada: 154,86m². Matr. 6.510 do 4º RI local.
Lance Inicial: R$ 34.274,34
Mínimo à Vista: R$ 30.846,90

LOTE 061 - NOVA IGUAÇU/RJ DANON
Rua José Augusto Lamera, nº 205. Casa (Lote 22 da Quadra D). Áreas totais: ter.: 120,00m² e constr. estimada: 177,22m². Matr. 9.296 do 4º RI Local.
Lance Inicial: R$ 67.722,07
Mínimo à Vista: R$ 60.949,86

LOTE 069 - NILÓPOLIS/RJ OLINDA
Rua Sargento Roberto Santos (antiga Rua Caruaru), nº 41. Casa. Áreas totais: terreno: 78,40m² e construída: 161,79m². Matr. 2.126 do 2º RI local.
Lance Inicial: R$ 148.750,00
Mínimo à Vista: R$ 133.875,00

LOTE 070 - NOVA IGUAÇU/RJ CABUÇU
Rua Jorge Cardoso Santana, nº 148. Casa (Lote 6 da Quadra F). Áreas totais: ter.: 165,00m² e constr. estimada: 111,00m². Matr. 56.618 do 5º RI local.
Lance Inicial: R$ 75.617,33
Mínimo à Vista: R$ 68.055,59

LOTE 071 - NILÓPOLIS/RJ CENTRO
Rua Antônio João Mendonça, nº 729. Casa 03 (Lote 71-B). Áreas totais: terreno: 129,20m² e construída estimada: 235,00m². Matr. 9.472 do 1º RI local.
Lance Inicial: R$ 143.376,16
Mínimo à Vista: R$ 129.038,54

Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 8º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob nº 1.582.134 em 31/07/2024 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco sob nº 232.073 em 02/08/2024. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

PODER JUDICIÁRIO

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ITAGUAI - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RUA GENERAL BOCAIÚVA, 424- ITAGUAI- RJ

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS COM O PRAZO DE DEZ (10) DIAS

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Bianca Paes Noto - Juiz em Exercício do Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de dez dias virem ou dele conhecimento tiverem e Interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Rua Gal. Bocaiuva, 424 - Centro - Itaguaí - RJ e-mail: itg02vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Desapropriação - Desapropriação / Intervenção do Estado na Propriedade, de nº **0000012-17.1975.8.19.0024 (1975.024.000012-0), movida por PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS em face de ESPOLIO DE JOSE MAIA DE OLIVEIRA,** tendo como objeto os Lotes 09 e 10 da Quadra 17 do loteamento denominado "Parque Chaperó", situados no Primeiro Distrito do Município de Itaguaí. E como queiram os expropriados promover o levantamento da importância que se encontra depositada à disposição deste Juízo, procede-se a expedição do presente edital com prazo de 10 (dez) dias para conhecimento de terceiros. E, para que chegue ao conhecimento de todos, vai o presente EDITAL regularmente publicado na imprensa oficial, de acordo com o art. 257 do CPC. Dado e passado nesta cidade de Itaguaí, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um. Eu, Marcella Batista Moraes de Souza - Estagiário - Matr. 120000031047, digitei. E eu, Marluza Gonçalves de Faria - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/19119, o subscrevo.

AGROGALAXY FORNECEDORES FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 52.286.115/0001-98 - **CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS** - Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2024. Prezado(a) Cotista, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **AGROGALAXY FORNECEDORES FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 52.286.115/0001-98 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("AGE"), a realizar-se por meio de consulta formal, conforme facultado em formato eletrônico, sendo admitida a manifestação de voto por escrito pelos Cotistas, em modelo disponibilizado pela Administradora, em consonância com a excepcionalidade prevista no item 21.3.5 do Regulamento, em primeira convocação, em **20 de agosto de 2024, às 17:00 horas**, e, em segunda convocação, em **27 de agosto de 2024, às 17:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (i)** a reforma do *Regulamento do Fundo* ("Regulamento"), no que se refere à alteração do item 11.3.5, para alterar o prazo da obrigatoriedade das Cotas Seniores da Primeira Série contarem com classificação de risco (*rating*) atribuída por agência classificadora de risco internacional para 31 de maio de 2025; **(ii)** a reforma do Regulamento, no que se refere à alteração do item 13.1.1, para ajustar a mecânica de valoração das Cotas Subordinadas Júnior; **(iii)** a reforma do Regulamento, no que se refere à alteração do item 15.1.1, para ajustar a forma de composição da Reserva de Despesas e Encargos; e **(iv)** autorizar a Administradora para que efetive todos e quaisquer procedimentos necessários para implementação do quanto deliberado nesta Assembleia Geral. A avaliação das matérias da ordem do dia deve ocorrer de forma integral, não sendo possível aprovação parcial das matérias. Sendo certa a facultatividade da participação via videoconferência, considerando a manifestação de voto supramencionada, disponibiliza-se acesso à Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, nos *links* que seguem abaixo: **AGROGALAXY FIAGRO DC - ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS - 1ª CONVOCAÇÃO (20.08.2024) OU 2ª CONVOCAÇÃO (27.08.2024)** - Terça-feira, 20 de agosto • 5:00 até 6:00pm - *Link* da videochamada: https://meet.google.com/svt-vwmw-wio - Ou disque: (BR) +55 21 4560-7327 PIN: 937 946 724#. Outros números de telefone: https://tel.meet/svt-vwmw-wio?pin=1858992044394. Na data da realização da AGE, será lavrada a respectiva ata, com a descrição da ordem do dia e os resultados das deliberações tomadas pelos Cotistas. Conforme o exposto acima, os Cotistas poderão expressar seu voto na AGE por escrito, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administradora, anteriormente ou durante a realização da AGE, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Cotista, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à AGE, de modo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida AGE. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** - Administradora.

Neoenergia
Cosern

Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN
CNPJ/MF nº 08.324.196/0001-81 - NIRE nº 24.300.000.502
COMPANHIA ABERTA - CVM nº 01813-9

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 11h00min, por escrito e sem sessão. **PRESENÇA**: Presentes os senhores (as) Conselheiros da Companhia: Ana Teresa Lafuente González, Fulvio da Silva Marcondes Machado, Solange Maria Pinto Ribeiro, Leonardo Pimenta Gadelha, Edison Antonio Costa Britto Garcia, Armando José Pereira de Barros e Pedro Damásio Costa Neto (Conselheiro Representante dos Empregados). **CONVOCAÇÃO**: Convocações endereçada aos senhores Conselheiros da Companhia por meio de correio eletrônico nos termos do Estatuto Social. **ORDEM DO DIA**: Informações e deliberações acerca dos seguintes assuntos: **(1)** Distribuição de Juros sobre Capital Próprio. **DELIBERAÇÕES**: Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ 15.047.000,00 (quinze milhões e quarenta e sete mil reais), correspondentes a R$ 0,0875299826 por ação ordinária, R$ 0,0962829809 por ação preferencial classe A, R$ 0,0962829809 por ação preferencial classe B, sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. Terão direito ao recebimento todos aqueles acionistas constantes da base acionária das Companhias em 25/06/2024, sendo que as ações serão negociadas "ex-proventos" na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a partir do dia 26/06/2024, inclusive, conforme aplicável. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Fica registrado que o material pertinente aos itens da **Ordem do Dia** encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Natal, 20 de junho de 2024. Confere com original lavrado em livro competente. **Marcela Veras** - Secretária. JUCERN. Certifico o registro em 19/07/2024 sob nº 20240571436. Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. Denys de Miranda Barreto - Secretário Geral.

BIASI leilões | Alienação Fiduciária | itaú

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10129586609, firmado em 29/04/2014, no qual figuram como Fiduciantes **FERDINANDO RIBEIRO NOBRE,** brasileiro, solteiro, advogado, identidade nº 132295-OAB/RJ, CPF nº 739.231.683-49, e **FRANCIMAR RIBEIRO DE SOUZA,** brasileira, solteira, maior, estudante, identidade nº 114259765-IFP/RJ, CPF nº 078.367.517-83, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 21 de agosto de 2024, às 14:00 horas,** à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 514.596,88 (Quinhentos e quatorze mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por uma **Sala 1.510, situada na Avenida Passos, nº 115 e sua correspondente fração ideal de 3310/1275.000 do respectivo terreno, que tem a forma de um polígono irregular mixtilíneo de 07 lados, que mede: 30,20m de frente em 3 segmentos, partindo da direita do prédio nº 111 da Avenida Passos, o 1º de 12,00m, o 2º de 6,00m, ambos em linha reta, e o 3º de 12,20m em curva subordinada a um raio de 12,00m, lado esquerdo com 19,10m, em 2 segmentos: o 1º de 17,30m em curva subordinada a um raio de 30,00m e o 2º com 1,80m em linha reta, confrontando com o alinhamento da Avenida Marechal Floriano; fundos com 28,30m, confrontando com o imóvel nº 113 da Avenida Marechal Floriano, 23,15m do lado direito, confrontando com o imóvel nº 111 da Avenida Passos. Matrícula nº 101.367 do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 30 de agosto de 2024, às 14:00 horas,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 271.152,94 (Duzentos e setenta e um mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Eletrobras

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. ELETROBRAS
NIRE 3330034676-7/CNPJ n.º 00.001.180/0001-26

CERTIDÃO
ATA DA MILÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

Certifica-se, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia" ou "Eletrobras") inaugurou, conforme convocação feita pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 25, §4º, do Estatuto Social da Companhia, sua 1024ª reunião no dia 27.06.2024, às 17h00min, com encerramento no dia 28.06.2024 às 15h38min, em circuito de deliberação eletrônica. Participaram os Conselheiros: VICENTE FALCONI CAMPOS (VFC), na qualidade de Presidente, ANA SILVIA CORSO MATTE (ASM), DANIEL ALVES FERREIRA (DAF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD), IVAN DE SOUZA MONTEIRO (ISM), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), MARCELO GASPARINO DA SILVA (MGS), MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA (MFP) e PEDRO BATISTA DE LIMA FILHO (PBL). Não houve registro de ausências. Participaram também da reunião o Governance Officer BRUNO KLAPPER LOPES (BKL) e o Secretário de Governança FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR (FKJ), o qual secretariou a reunião. QUÓRUNS DE INSTALAÇÃO E DE DELIBERAÇÃO: As deliberações desta reunião devem ocorrer na presença da maioria de seus membros, e suas deliberações devem ser tomadas, como regra geral, pela maioria dos presentes (art. 25, caput, Estatuto Social), excetuados os casos de quórum qualificado (art. 26, Estatuto Social). A reunião foi instalada com a presença de nove membros, em observância ao quórum mínimo de instalação de cinco membros, e com quórum mínimo para tomada de deliberações de cinco membros, exceto nos casos em que houver registro explícito de alteração do quórum de presentes à ocasião da deliberação. A declaração prévia de conflito de interesses por parte do Conselheiro e/ou sua ausência momentânea do conclave acarretam sua subtração para fins do cômputo do quórum mínimo de deliberação respectivo. **DEL 122, de 28.06.2024. Implemento e Verificação das Condições Suspensivas - Incorporação Eletrobras Furnas. RES 341, de 24.06.2024.** O Conselho de Administração decidiu, por unanimidade dos presentes, sem ressalvas e restrições: 1. Ratificar o cumprimento e implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação da Incorporação da Eletrobras Furnas à Eletrobras; 2. Homologar a implementação da Incorporação nos termos do Protocolo e Justificação e conforme aprovada na AGE de Incorporação, definindo-se a data de eficácia da incorporação da ELETROBRAS Furnas à Eletrobras em 01/07/2024; 3. Autorizar os administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação; e 4. Delegar poderes à Diretoria Executiva da Eletrobras para que proceda com os aditamentos de todos os contratos da ELETROBRAS Furnas que se fizerem necessários, com vistas à formalização da sucessão da Eletrobras, decorrentes da operação de incorporação, podendo a Diretoria Executiva realizar delegações específicas. Quórum de aprovação: Unanimidade dos participantes. Encerramento e lavratura: Fica registrado que o material pertinente aos itens deliberados na presente Reunião do Conselho de Administração encontra-se arquivado na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar sobre a DEL 122/2024, o Presidente VFC deu por encerrados os trabalhos correlatos e determinou ao Secretário de Governança FKJ a lavratura desta Certidão que, após lida e aprovada pelo colegiado, vai assinada pelo próprio. Os demais assuntos dessa reunião foram omitidos nesta certidão, por dizerem respeito a interesses meramente internos à Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante o "caput" do artigo 155 da Lei das Sociedades por Ações, situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no § 1º do artigo 142 da citada Lei. Presentes os Conselheiros: VICENTE FALCONI CAMPOS (VFC), ANA SILVIA CORSO MATTE (ASM), DANIEL ALVES FERREIRA (DAF), FELIPE VILLELA DIAS (FVD), IVAN DE SOUZA MONTEIRO (ISM), MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), MARCELO GASPARINO DA SILVA (MGS), MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA (MFP) e PEDRO BATISTA DE LIMA FILHO (PBL). Governance Officer: BRUNO KLAPPER LOPES; Secretário de Governança: FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR. A presente certidão é lavrada e assinada por mim, FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR, Secretário de Governança da Eletrobras. Rio de Janeiro, 02 de julho de 2024. FERNANDO KHOURY FRANCISCO JUNIOR - Secretário de Governança. Esta Ata foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 23/07/2024 sob o número 00006357186.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024/SAAF/SEFAZ
PROCESSO SEFAZ-PRO-2024/04402 (SIAG 0004402/2024)

A Secretaria de Estado de Fazenda vem a público informar a abertura da licitação em epígrafe, nos seguintes termos:
OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de módulos tipo container, inclusos instalação, mobilização e desmobilização, para atender as atividades operacionais do Posto Fiscal no município de Pontal do Araguaia da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso – SEFAZ/MT.
LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA (S) NO SIAG: Do dia 12/08/2024 até às 08:45h do dia 27/08/2024 (horário de Cuiabá-MT).
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/08/2024, às 09:00h (horário de Cuiabá-MT), 10:00h (horário de Brasília-DF) no Portal de Aquisições da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso - SEPLAG/MT, Link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/**
EDITAL DISPONIBILIZADO: no Portal de Aquisições da SEPLAG/MT, por meio do Link: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/edlicitacoes/PropostaFornecedorEDL-ConsultaPageList.jsp**
ESCLARECIMENTOS: **e-mail licita@sefaz.mt.gov.br**
TELEFONES PARA CONTATO: (65) 3617-2036
Cuiabá-MT, 09 de agosto de 2024.
ALEXANDRE EMANUEL DAS NEVES
Pregoeiro Oficial

Ecoriominas Concessionária de Rodovias S.A.
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 33.300.344.659
Ata de Reunião do Conselho de Administração

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 19/07/2024, às 09:00 horas, na sede social da Ecoriominas Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Rodovia Santos Dumont, s/nº, Km 133,5, Edificações, Vila Inhomirim, CEP 25930-530, na cidade de Magé, Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA**: Presidente: Marcello Guidotti; e Secretário: Júlio Cezar Moreira de Amorim. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a celebração do quarto termo aditivo ao Contrato de Concessão, a ser firmado pela Companhia com a União, por intermédio da ANTT, que tem por objeto a alteração do parâmetro técnico previsto no Programa de Exploração da Rodovia – PER, relativas aos elementos de proteção e segurança, com a redução da altura de 4 (quatro) postes de iluminação instalados na Praça de Pedágio PP7 ("Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão"). **DELIBERAÇÕES:** Com base no artigo 14, inciso II, alínea "i" do Estatuto Social da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer restrições, os conselheiros aprovaram a celebração do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Fica a diretoria da Companhia autorizada a praticar todo e qualquer ato para a formalização do ora deliberado, bem como a publicar a presenta ata na forma de extrato. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Magé, 19/07/2024. Presidente: Marcello Guidotti; e Secretário: Júlio Cezar Moreira de Amorim. Conselheiros: Marcello Guidotti; Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles e Roberto Borges Paiva. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Júlio Cezar Moreira de Amorim - **Secretário.** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Certifico o arquivamento em 09/08/2024 sob o número 00006388951 Protocolo: 2024/00626569-7, Data do protocolo: 08/08/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

BANCO IBM S.A.
CNPJ/ME: 34.270.520/0001-36 NIRE: 33.3.0016293-3

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/06/2024 para a Rerratificação da Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 24/04/2024. Data, Horário E Local: No dia 04/06/2024, às 09h, na sede do Banco IBM S.A. ("Companhia"), localizada na Av. República do Chile, nº 330, 12º andar, Bloco 2, Sala 1201, Parte 3, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-170. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Convocação:** Dispensada conforme o Art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/1976 ("LSA"). **Mesa:** Nos termos do art. 128 da LSA e do artigo 28 do Estatuto Social, foi designado para presidir a assembleia o Sr. **Luiz Enrique Zaragoza**, brasileiro, casado, administrador de empresas, CI RG nº 25.534.131-3 SSP/SP, CPF/ME nº 301.546.378-07, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, com endereço comercial na mesma cidade, na Rua Tutóia, nº 1.157, 17º andar, Vila Mariana, CEP 04007-900, que convidou a mim, **Paula Milani Pragmácio Telles**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB-RJ sob o nº 132.330, e CPF/ME nº 017.996.957-94, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, RJ, com endereço comercial Av. República do Chile, nº 330, 12º andar, Bloco 2, Sala 1201, Parte 3, Centro, CEP 20.031-170, para secretariar os trabalhos. **Ordem Do Dia: (i)** rerratificar a Ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 24/04/2024 ("Ata da AGO"); e **(ii)** ratificar os demais termos da Ata da AGO que não tenham sido expressamente alterados. **Deliberações:** O Presidente declarou aberta a sessão e, iniciando a leitura **(i)** da versão assinada e registrada da Ata da AGO da Companhia; **(ii)** das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; e **(iii)** da proposta para a destinação do resultado econômico da Companhia aprovada pela Diretoria. Após o exame e discussão da Ordem do Dia e dos documentos ora mencionados, os acionistas presentes, por unanimidade e sem ressalvas, decidiram: (a) rerratificar a Ata da AGO, especificamente em relação a seu item "(iii)", no qual constou equivocadamente, por um erro material, o valor incorreto do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2023, bem como os valores destinados à Reserva Legal e dos dividendos distribuídos aos acionistas da Companhia. Além disso, por um lapso, não constou a destinação de parte do valor apurado do lucro líquido para a conta de Lucros a Realizar da Companhia. Desta forma, os acionistas, decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, rerratificar o item "(iii)" da Ata, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"**(iii)** aprovar a proposta da Diretoria para a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2023, no valor total de R$ 40.628.621,68 (quarenta milhões, seiscentos e vinte e oito mil, seiscentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos), conforme segue: a. R$ 2.031.431,08 (dois milhões, trinta e um mil, quatrocentos e trinta e um reais e oito centavos), destinados à Reserva Legal, nos termos do art. 193 da LSA; b. R$ 9.649.297,65 (nove milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e sete reais e sessenta e cinco centavos) a serem distribuídos, a título de dividendos, aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um destes no capital social, observado o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; e c. R$ 28.947.892,95 (vinte e oito milhões, novecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos), a serem destinados à conta de Reserva de Lucros a Realizar da Companhia."* (b) ratificar os demais termos da Ata da AGO não expressamente alterados por meio da presente Assembleia Geral Extraordinária. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes, assinada. *Certifico e dou fé que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Os signatários afirmam e declaram que poderão assinar o presente instrumento eletronicamente, por meio de certificado digital nos padrões do ICP-Brasil, ou ainda por meio assinatura eletrônica realizada em plataforma digital, mesmo sem os padrões do ICP-Brasil, sendo as assinaturas consideradas válidas, vinculantes e executáveis, nos termos do Art. 10 § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, e do § 4º do Art. 784 da Lei nº 13.105/2015. Os signatários renunciam ao direito de recusar ou contestar a validade das assinaturas eletrônicas, na medida máxima permitida pela legislação aplicável. Rio de Janeiro/RJ, 04/06/2024. **Mesa: Luiz Enrique Zaragoza** - Presidente. **Paula Milani Pragmácio Telles** - Secretária. JUCERJA nº 6284492 em 11/06/2024.

Eletrobras
Furnas

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
ELETROBRAS Furnas
NIRE 33.3.0009092-4
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 07 de dezembro de 2023, às 14h, horário de Brasília-DF, sob a forma exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, §2º-A, ambos da Lei 6.404/1976. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação de edital de convocação, na medida que se encontram presentes na presente assembleia a totalidade dos acionistas representantes do capital social da Companhia. **3. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES:** Dispensados os atos de elaboração e publicação de edital de convocação e de proposta de administração, haja vista o disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976. **4. PRESENÇA:** Presente a CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS, na qualidade de Acionista Único, pelo procurador Sr. Aaron Esteves Debiasi, que participou por meio da plataforma digital. **5. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Estatuto Social, o Diretor Administrativo-Financeiro da ELETROBRAS Furnas, o Sr. Luiz Eduardo Marques Moreira, tendo sido convidada para atuar como secretária a Sra. Mariana Lago Garcia Bittencourt. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre os seguintes itens constantes no item 7 desta ata. **7. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia e, sendo dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado pelo Acionista Único que a ata seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas. **7.1.** Ratificar a nomeação da Impacto Consultores Associados como empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor do patrimônio líquido contábil de ELETROBRAS Furnas ("Laudo de Avaliação Contábil"); **7.2.** Aprovar o Laudo de Avaliação Contábil; **7.3.** Aprovar, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Sociedade, celebrado pelos administradores do Acionista Único e da ELETROBRAS Furnas, que estabelece os termos e condições da incorporação da ELETROBRAS Furnas pelo Acionista Único ("Incorporação" e "Protocolo e Justificação", respectivamente); **7.4.** Aprovar, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, a Incorporação, nos termos do Protocolo e Justificação; **7.5.** Autorizar, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação, os administradores do Acionista Único a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação. **8. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da mesa deu por encerrados os trabalhos e determinou a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos. Esta ata foi lavrada pela Secretária e assinada digitalmente pelos membros da mesa e pelo Acionista Único. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2023. **Luiz Eduardo Marques Moreira** - Diretor Administrativo-Financeiro da ELETROBRAS Furnas. **Aaron Esteves Debiasi** - Representante da ELETROBRAS. **Mariana Lago Garcia Bittencourt** - Secretária da Assembleia. *A ata desta AGE foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Jucerja sob nº 2024/00606218-4 em 05.08.2024. O inteiro teor da presente ata pode ser acessada no sítio da Eletrobras no seguinte endereço:* https://ri.eletrobras.com/governanca/assembleias-de-acionistas/.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

Investimentos Com origem na oferta para o varejo, gestora do Nubank quer diversificar passivo

Nu Asset agora vai buscar o bolso do institucional

Adriana Cotias
De São Paulo

A Nu Asset vai estrear na gestão para o trilionário universo dos fundos de pensão e regimes próprios de previdência social (RPPS). A gestora do Nubank, que nasceu voltada para o varejo, começa a se moldar para conquistar uma base mais ampla de investidores. Para cumprir tal objetivo, fechou uma parceria com a Itajubá Investimentos, tradicional assessoria especializada na distribuição de fundos para os institucionais.

O momento coincide com o vencimento gigante de Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) no dia 15, que entre principal e juros vai movimentar quase R$ 260 bilhões. Esses títulos são tradicionalmente encarteirados por entidades de previdência para cumprir metas atuariais, mas parte disso pode buscar alternativas de maior liquidez em meio à volatilidade dos mercados e eleições no radar, segundo Carlos Garcia, sócio fundador da Itajubá.

O primeiro fruto dessa parceria é um fundo de renda fixa referenciado ao CDI e que pode ter em sua composição até 50% em crédito privado. É um teste para uma ambição maior em que a Nu Asset pretende criar produtos aderentes à demanda e às regras das entidades de previdência, um segmento que reúne R$ 2,4 trilhões.

Essa conversa começou meses atrás com o intuito de atingir um público diferente ao que tinha como alvo até aqui e que tem necessidades distintas às do investidor pessoa física, diz Andrés Kikuchi, diretor-executivo da Nu Asset. "Desde que lançou o primeiro ETF [fundo de índice negociado em bolsa], a Nu foi a mercado com algumas soluções [para o institucional] e agora avança um pouco mais. A gente tem a convicção de que isso vai potencializar o espaço que pode ter no mercado de gestão no Brasil."

Com R$ 3,8 bilhões, a gestora de recursos do Nubank tem um fatia pequena em relação à sua própria base, de 100 milhões de clientes, e a do mercado de gestão de recursos, com R$ 8,9 trilhões. Agora, passa a disputar um pedaço maior de um segmento cativo das assets dos grandes bancos, que dominam as estratégias de renda fixa.

Só nesta classe, os fundos de pensão têm R$ 1,2 trilhão, "um volume significativo e que mostra haver espaço para criatividade da Nu Asset", diz Garcia. Com R$ 45 bilhões distribuídos a mais de 400 investidores institucionais, esta é a primeira aliança da casa que contempla um portfólio de renda fixa com crédito de melhor qualidade ("high grade").

"Os fundos de pensão têm 78% investidos em renda fixa, mas quando se olha o percentual em crédito privado é só 7%; poderia ser até 80% na composição no conjunto [em diferentes tipos de ativos]. Assim como nos RPPSs, que têm 79% em renda fixa, podem ter 5% em crédito, mas a parcela não chega a 1,5%", diz Garcia.

O executivo diz que é até difícil calcular quanto a Itajubá pode capturar para a Nu Asset com um fundo líquido na sua oferta, mas que qualquer 1% representaria mais de R$ 10 bilhões.

"Este é o primeiro produto que ficou pronto porque veio demanda específica do mercado de RPPS. Com um vencimento grande de títulos públicos [NTN-B] nesta semana, a ideia talvez seja manter alguma coisa mais líquida porque tem eleições à frente e ter concentração de papéis de longo prazo na carteira pode ter seus desafios", diz. "Um fundo líquido pode ocupar esse espaço."

Kikuchi reforça tratar-se de um produto de entrada, bem tradicional, e que ao longo do tempo pretende construir com a Itajubá outros veículos. "A gente espera um bom ciclo de expansão ao se posicionar na indústria de RPPS e fundações, também se colocando como um player, primeiro para renda fixa e crédito privado, e depois olhando para outras oportunidades", diz. "A visão é muito clara de que esse é o início de um processo importante da Nu Asset para ampliar e diversificar seu público, buscando assim um potencial de crescimento que não tinha antes."

Garcia diz que enquanto as fundações buscam soluções específicas, muitas vezes em mandatos para fundos exclusivos, a indústria de RPPS não pode se valer desse expediente e investe em carteiras abertas. "A gente acelerou para começar com um fundo líquido aberto num momento em que talvez tenha um aumento de caixa grande com esse vencimento [de títulos]. Não necessariamente, eles vão comprar os mesmos papéis. A ideia é construir uma grade de produtos abertos que podem se adequar tanto aos fundos de pensão quanto aos RPPS."

DIVULGAÇÃO

Kikuchi, da Nu Asset: "Convicção de que a parceria vai potencializar o espaço que pode ter no mercado de gestão"

Sócios do 'B2B' fazem acordo para deixar BTG

De São Paulo

Três sócios do BTG Pactual — Carlo Zanandrea, diretor de expansão; João Fonseca, de aceleração e performance; e Rafael Braga, do B2B — fecharam um acordo para deixar a instituição. Os executivos entraram para a sociedade quando o banco comprou a Network Partners (NTW), que foi a porta de entrada da plataforma digital que tinha sido construída para a distribuição de produtos e serviços pelo canal externo — via assessorias de investimentos (os antigos agentes autônomos), consultores, gestores de patrimônio e correspondentes bancários.

A intenção do trio é voltar a empreender, segundo fonte a par das conversas, num negócio que deve ter o próprio BTG como minoritário. Esse foi o arranjo para reconhecer a contribuição dos executivos na expansão da rede externa e liberá-los da cláusula de não competição que duraria mais um ano. Procurados, Zanandrea, Fonseca e Braga não responderam à reportagem. O BTG não comentou.

Quando a compra da NTW foi anunciada em 2017, a consultoria tinha cerca de 300 escritórios e recém-montado uma empresa de originação de câmbio para uma parceria com a Confidence (hoje da Travelex). A transação foi o primeiro atalho do BTG para fazer a transição da atividade de atacado, que abrangia banco de investimento, gestão de riqueza e asset, para o varejo, mas sem agências bancárias. Nos bastidores, os comentários são que os executivos poderiam se juntar à gestora de patrimônio Portofino. Procurada, a Portofino não confirmou se há negociação em curso. *(AC)*

Emissão ajuda a reconstruir agricultura familiar no RS

Rita Azevedo
De São Paulo

Em meio à reconstrução do Rio Grande do Sul, após as fortes chuvas que assolaram a região, uma emissão de dívida no mercado de capitais deve auxiliar na retomada das atividades de grupos que atuam com agricultura familiar. A securitizadora Gaia estruturou nos últimos meses uma oferta de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) para financiar três cooperativas agrícolas gaúchas. A operação deve movimentar cerca de R$ 10 milhões e tem entre os investidores o Greenpeace.

Parte dos recursos obtidos com a oferta já foram destinados à compra de produtos como máquinas, adubos e sementes para cooperativas. Segundo João Pacifico, fundador da Gaia, nas próximas três semanas cerca de 50% da oferta será integralizada.

A estimativa é que a operação impacte cerca de 1,2 mil pequenos produtores que necessitam reconstruir as plantações, diz Pacifico. Todos são ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Os CRAs são lastreados em três cédulas do produto rural (CPR) das cooperativas. O prazo é de dez anos e a remuneração é de 3% ao ano.

Na fase de estruturação do CRA, a Gaia fez uma consulta à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedindo que a oferta fosse registrada sob o rito automático, mas incluísse a possibilidade de venda para o público de varejo. Desde que a resolução 160 da CVM entrou em vigor, dois ritos de registro de oferta passaram a existir: o ordinário, cujo registro é precedido da análise prévia da CVM e leva mais tempo, e o automático, que prescinde de tal análise. No geral, quando os títulos são voltados ao varejo, o rito adotado é o ordinário.

O colegiado da autarquia aceitou os pedidos, desde que algumas condições fossem respeitadas. Na decisão, diz que considerou o fato de se tratar de uma situação excepcional, envolvendo um estado de calamidade pública, o pequeno volume da oferta e seu baixo impacto para o mercado.

Na busca de investidores, o plano da Gaia é focar os esforços em nomes maiores, sobretudo family offices, além de institutos, para acelerar a captação de recursos. "Estamos criando um modelo que possa ser replicado em outras situações como a tragédia no Rio Grande do Sul. Infelizmente, tivemos outras e eventualmente veremos mais casos."

O Greenpeace é um dos investidores do papel. A organização, que tem entre suas frentes o fomento à agroecologia, vai usar parte de suas reservas para a compra de uma parcela do CRA. Esses recursos costumam ser aplicados em títulos tradicionais, com maior liquidez, segundo Carolina Pasquali, diretora-executiva da organização.

"Há algum tempo, porém, começamos a pensar também na possibilidade de direcionar recursos para investir naquilo que acreditamos", diz ela. "Apesar de o CRA não ter a mesma liquidez ou rentabilidade de outros títulos, a decisão de investir está em linha com o desejo, com o pedido do Greenpeace, para que o sistema financeiro brasileiro deixe de financiar a destruição."

O instituto Pacto contra a Fome também atua na operação com investimento e no desenho da governança. "Sabemos que essa situação, pós-calamidade, vai aumentar o grau de insegurança alimentar das pessoas da região, incluindo os agricultores familiares", diz Rosana Blasio, diretora-presidente do instituto. "Atender os pequenos agricultores com recursos financeiros através da concessão de crédito com taxas de juros baixíssimas será muito importante."

O Grupo Gaia já fez outras emissões para financiamento da agricultura familiar. Em 2020, captou com um CRA R$ 1 milhão. A operação, mesmo pequena para os padrões do mercado, foi emblemática pois marcou a entrada de uma cooperativa associada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no mercado de capitais. Os recursos foram usados na Coopan, uma das maiores produtoras de arroz orgânico da América Latina, que fica no Rio Grande do Sul.

Em 2021, foi feita uma nova operação com um cheque maior, de R$ 17,5 milhões, para sete cooperativas responsáveis pela produção de leite, milho, soja, arroz, açúcar mascavo e suco de uva em estados do Sul e do Sudeste. Os recursos foram usados para capital de giro e aquisição de equipamentos.

NILANI GOETTEMS/VALOR

Pacifico, da Gaia, e Pasquali, do Greenpeace: recursos para reconstrução

Qual a diferença entre corretora e distribuidora de valores?

Consultório financeiro

Qual é a diferença entre as corretoras e as distribuidoras de valores mobiliários? E por que isso pode ser relevante?

Michel Borges Ferreira Pires, CPF, responde:

Tanto as distribuidoras (DTVM) quanto as corretoras (CTVM) são instituições financeiras que têm como objetivo intermediar as negociações envolvendo valores mobiliários entre investidores e tomadores de recursos. Sua constituição e funcionamento depende de autorização do Banco Central (BC), e sua atividade é supervisionada tanto pelo BC quanto pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em nosso dia a dia, vemos as corretoras e as distribuidoras como instituições que nos fornecem serviços de intermediação para a negociação de ativos mobiliários — por exemplo, via sistemas eletrônicos (home broker) —, serviços de consultoria e assessoramento, e administração de custódia de valores mobiliários, cobrando taxas e comissões. Mas suas atribuições e responsabilidades são bem mais extensas.

A criação dessas duas instituições foi estabelecida pela lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina o mercado de capitais, e pelas resoluções nº 1.120, de 4 de abril de 1986 (DTVM), e nº 1.655, de 26 de outubro de 1989 (CTVM), ambas do Banco Central do Brasil.

As resoluções trazem as atuações regulamentadas para as instituições, que são praticamente idênticas: intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; operar em contas correntes com seus clientes, não movimentáveis por cheques; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; realizar operações compromissadas; incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; conceder a seus clientes financiamento para a compra de valores mobiliários, bem como emprestar valores mobiliários para venda; operar em bolsas de futuros, por conta própria ou de terceiros; intermediar oferta pública de valores mobiliários; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica; entre outros serviços.

A grande diferença fica por conta do item I, Art. 2º da resolução 1.120 do BCB, que regulamenta as sociedades corretoras, e que traz o seguinte texto: "I - A sociedade corretora tem como objetivo operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores".

Ou seja, no momento de sua criação, as operações em ambiente de bolsa de valores era de competência exclusiva das sociedades corretoras.

Essa diferenciação entre distribuidoras e corretoras permaneceu vigente até 2 de março de 2009, quando houve a emissão da decisão conjunta nº 17 do BC e da CVM, que trouxe o seguinte texto em seu artigo 1º: "As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários ficam autorizadas a operar diretamente nos ambientes e sistemas de negociação dos mercados organizados de bolsa de valores".

Assim, desde 2009, não temos diferenças relevantes nas regras de atuação das distribuidoras e das corretoras. E, por isso, o mercado ainda adota ambos os termos, de acordo com sua estratégia comercial, e não mais por exigência legal.

Michel Borges Ferreira Pires é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro.
E-mail: michelpires@gmail.com

Civil Levantamento mostra decisões de primeira e segunda instâncias, nas esferas estadual e trabalhista, contra influenciadores digitais

Judiciário autoriza bloqueio de rede social e ganhos de devedor

Marcela Villar
De São Paulo

O Judiciário passou a permitir o bloqueio de perfis e a penhora de recursos obtidos com redes sociais e sites de devedores. Há decisões de primeira e segunda instâncias, nas esferas estadual e trabalhista, contra influenciadores digitais, pessoas que têm a internet como fonte de renda ou ostentam uma vida de luxo em suas publicações.

Essa saída é considerada uma das "medidas executivas atípicas", previstas no artigo 139 do Código de Processo Civil (CPC), inserido pela reforma de 2015. O tema será decidido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em recurso repetitivo (Tema 1137), ainda sem data para julgamento (leia mais abaixo).

É mais comum que a previsão legal seja aplicada para suspender o uso de passaporte, carteira nacional de habilitação (CNH) ou cartão de crédito e quando já esgotadas outras formas de busca ativa de bens, principalmente de ativos financeiros, por meio do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud).

Enquanto os ministros não dão uma palavra final, juízes e desembargadores têm dado decisões sobre o assunto, mesmo com a suspensão nacional dos processos, por determinação do STJ. Uma das mais recentes, segundo um levantamento feito a pedido do **Valor** pelas advogadas Natália Vital e Aline Barbosa, do escritório Goulart Penteado Advogados, é de março.

A decisão é do desembargador Fabrício Fontoura Bezerra, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Ele expediu ofício tanto ao Instagram quanto ao TikTok para que as plataformas informassem os valores recebidos pelo devedor nas contas digitais e determinou que a fixação do percentual a ser penhorado "deverá ser sopesado com os ganhos e a preservação da dignidade do devedor". A dívida é de R$ 8 mil, referente a inadimplemento no pagamento de aluguel.

O desembargador considerou que "o processo de execução se realiza no exclusivo interesse do credor". Como não foram localizados bens no nome do devedor capazes de quitar a dívida, ele permitiu o uso da medida coercitiva. Bezerra lembrou ainda do "interesse da Justiça conferir efetividade ao processo de execução", algo que está alinhado com as atuais diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ante as ações de cobrança (processo nº 0706141-85.2024.8.07.0000).

Segundo Leonardo de Miranda, sócio do escritório Santos, Beneli e Miranda Advogados Associados, que atuou pelo credor, é a primeira vez que ele adota essa estratégia em um processo, após identificar que o devedor tinha relevância nas redes. O juiz de 1ª instância não acatou o pedido de bloqueio, o que foi revertido no TJDFT.

> "Não é em todo caso que a medida pode ser aplicada. Nem sempre o devedor mexe com rede social"
> *Leonardo Miranda*

Não é em todo caso, acrescenta o advogado, que a medida pode ou deve ser aplicada. "Nem sempre o devedor mexe com rede social a ponto de se identificar uma possível monetização. Tem que ser solicitado em casos específicos, para não se fazer uma diligência à toa", afirma Miranda.

Em outro caso, de uma dívida quase 100 vezes maior, de mais de R$ 800 mil, o juiz Alberto Gentil de Almeida Pedroso, da 8ª Vara Cível de São Paulo, determinou o bloqueio do Instagram da influenciadora e ativista mulçumana e brasileira Carima Orra, por ser responsável solidária de uma dívida emitida por uma empresa em favor de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Segundo Pedroso, a devedora, que tem 221 mil seguidores na rede, demonstra no perfil um "padrão social e econômico desproporcional ao tamanho da dívida executada — mais de R$ 800 mil de débito que parecem não incomodar a executada, que ostenta luxo e estilo de vida de altíssimo padrão, zombando do seu credor e embaraçando a atividade jurisdicional". Nas postagens, a ativista fala das suas viagens ao redor do mundo, educação e moda.

Para o magistrado, o bloqueio da conta seria necessário para cessar a "propagação de riqueza e luxo sem cumprimento de suas obrigações". Ele também determinou o bloqueio de possíveis recursos no Paypal e Mercado Pago, justificando as medidas "para pressão e com o propósito de satisfação do crédito".

DIVULGAÇÃO
Advogada Natália Vital: "O bloqueio acaba por pressionar o devedor a cumprir a obrigação de forma mais célere"

No mesmo dia em que o perfil foi bloqueado, Carima entrou em contato com o FIDC para fazer um acordo, segundo o escritório que atuou pelo fundo, LG&P Escritório de Advocacia. O FIDC ainda tentou suspender o passaporte de Carima, sem sucesso. Meses depois, o acordo firmado entre as partes foi homologado pelo juiz e a ação de execução foi arquivada (processo nº 1010581-88.2016.8.26.0554).

Em outro caso, que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim (ES), foi pedido o bloqueio de possível renda no TikTok da influenciadora e empresária Priscila Santos, conhecida como "Rainha do Reboque". Priscila é dona da Rebocar, empresa de reboque e leilões de veículos, que registrou faturamento de mais de R$ 9 milhões em 2020. Em 2022, ela foi alvo de operação da Polícia Civil do Rio por suposta fraude em leilões — os veículos não teriam sido entregues aos vencedores.

De acordo com a advogada Viviane Lupim, do Oliveira & Lupim Advocacia, a empresa de Priscila não pagou funcionários e verbas trabalhistas quando deixou de operar em um pátio do Espírito Santo. Em um dos seis casos que atua em favor de credores contra a "Rainha do Reboque", o funcionário era vigia noturno e deixou de receber R$ 12 mil. "Ela ostenta na internet, mas não pagou os funcionários", diz a advogada.

Até foi tentado um acordo no valor de R$ 7 mil, divididos em parcelas, mas que não foi cumprido, o que motivou a execução. Nesse momento, Viviane tenta penhorar uma caução que a empresária teria usado para comprar uma mansão de R$ 5 milhões no Rio de Janeiro. A última movimentação no processo foi a determinação do juiz Jailson Duarte de unificar todas as execuções contra Priscila, para dar celeridade na cobrança das dívidas (processo nº 0000956-80.2021.5.17.0131).

Segundo a advogada Natália Vital, do Goulart e Penteado Advogados, essas decisões podem ser efetivas para quem trabalha e depende financeiramente das redes sociais. "O bloqueio acaba por pressionar o devedor a cumprir a obrigação de forma mais célere, porque depende da visibilidade para o negócio ou para sua atividade profissional. Então ele vai querer continuar usando a plataforma digital", afirma.

Ela diz que os pedidos normalmente são aceitos desde que comprovadas a inadimplência, proporcionalidade e a reversibilidade do bloqueio, e quando houver indícios de algum patrimônio oculto ou inacessível pelos meios comuns de penhora. Por isso, acrescenta, devem ser avaliados caso a caso. Porém, destaca, ao mesmo tempo que a estratégia serve como modo de coerção para o devedor pagar o débito, pode ser visto como uma restrição indevida da liberdade de expressão.

Todos os influenciadores citados foram procurados pelo **Valor**, mas não deram retorno até o fechamento da edição.

STJ definirá validade de medidas de cobrança atípicas

Marcela Villar
De São Paulo

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai definir, em recurso repetitivo, se é possível aplicar medidas atípicas em ações de cobrança, como suspensão de passaporte, bloqueio de cartão de crédito e de redes sociais. Enquanto credores dizem que essas saídas são eficientes para pressionar o pagamento de dívida, devedores entendem ser uma atitude que ultrapassa direitos fundamentais, como o da dignidade da pessoa humana, o de ir e vir e o da liberdade de expressão.

Os dois recursos escolhidos são do Banco Daycoval. Em um deles, a instituição questiona decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que negou o bloqueio do passaporte, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cartões de crédito de devedor com dívida superior a R$ 400 mil.

No acórdão, o relator, desembargador Alberto Gosson, cita o Código Civil Francês inspirado na Revolução Francesa de 1789, que vedou a pena de prisão civil por dívida. Para ele, o débito se consolidou no patrimônio do devedor, "não mais cabendo a penalização corporal ou a restrição da liberdade (escravidão) como modalidade de compensação pela não solução de dívidas".

Na visão de Gosson, as medidas atípicas não podem ultrapassar a penalização patrimonial. "O devedor deve dinheiro e, por não pagar, pode ter seu direito de ir e vir (e não se diga que não se trataria de ofensa ao direito de locomoção, ainda que em intensidade menor do que o cerceamento de locomoção física, como o caso da prisão) substancialmente cerceado", afirma (processo nº 2041664-45.2021.8.26.0000).

No outro caso, o Daycoval pede os mesmos bloqueios contra uma empresária do ramo de aço que deve cerca de R$ 300 mil por um financiamento cuja garantia não existe mais, o que motivou a execução. Tanto a sentença quanto o TJSP indeferiram o pedido (processo nº 2272477-42.2019.8.26.0000).

Vários partes interessadas acompanham as ações no STJ, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Segundo a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas do STJ, existem 76 acórdãos sobre o tema na Corte, além de 2.168 decisões monocráticas até o ano passado, quando o repetitivo foi afetado (Tema 1137).

De acordo com advogados, o tema é relevante por permitir o cumprimento de sentenças de forma mais célere. A suspensão nacional de processos determinada pela Corte, porém, tem feito muitos juízes negarem a medida, inserida no artigo 139 do Código de Processo Civil (CPC) em 2015.

Gabriel Orleans Bragança, sócio do SOB Advogados, diz que a previsão se aplica a qualquer processo. "O objetivo é fazer com que a contraparte cumpra a decisão. Não estamos indo além do patrimônio em si, trata-se de compelir o devedor a pagar", afirma. Ele lembra que o devedor é intimado a indicar bens a penhora — do contrário, pode ser multado por litigância de má-fé, por faltar com a verdade.

Esse tipo de estratégia, diz, só faz sentido quando há indícios de ocultação de patrimônio. Com a popularização da blindagem patrimonial, acrescenta, tem sido cada vez mais difícil localizar bens para que as dívidas sejam adimplidas. "Se o devedor não indica bens a penhora e o Sisbajud vem com uma resposta negativa ou infrutífera, é natural que se pense na possibilidade blindagem patrimonial", afirma. "É quase impossível identificar ativos quando do se vale desse expediente. É aí que cabe a medida coercitiva."

CLAUDIO BELLI/VALOR

> "O objetivo é fazer o devedor pagar e cumprir a decisão. Não estamos indo além do patrimônio"
> *Gabriel Bragança*

Já na visão do advogado Enio Expedito Franzoni, do Franzoni Advogados Associados, que defende a devedora em um dos casos no STJ, permitir os bloqueios é sinônimo de regressão, como no direito romano. "Se essas medidas forem avançando, vamos chegar à pré-história, em que a pessoa pagava com a própria vida. Se você deve ao banco, ele bloqueia o cartão de crédito e a pessoa não pode pagar farmácia, conta de telefone, luz, água e atividades elementares à dignidade da pessoa humana, que ficam tolhidas."

No caso de sua cliente, foi feito um financiamento para a compra de aço para a empresa dela, a Perfilados Vanzin, que acabou em recuperação judicial. Segundo Franzoni, a jurisprudência tem estado bem dividida, mas ainda há maioria favorável aos devedores. "Diria que está 60% pelo não bloqueio."

Para Cassio Scarpinella Bueno, presidente do IBDP e professor da PUC-SP, o tema no STJ não está bem representado pelos processos selecionados. "São casos muito corriqueiros, de coisas do dia a dia. A discussão é muito mais ampla", afirma ele, indicando que o julgamento ficou limitado a bancos, que têm regras próprias.

Segundo ele, a jurisprudência caminha para a legalidade da previsão das medidas atípicas, desde que esgotados outros meios de penhora de bens. Ele lembra que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já analisou o artigo do CPC, que foi declarado constitucional. A ação foi ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que queria reduzir o escopo das medidas coercitivas, afastando o bloqueio da CNH, passaporte, assim como a proibição de participação em concurso e licitação pública (ADI 5941).

O GMW Advogados Associados, que atua na defesa do Banco Daycoval, diz ter adotado a estratégia de pedir o bloqueio do passaporte e CNH por entender que "se o devedor tem condições de fazer viagem internacional, ele tem o recurso ou existe alguma fonte financiando, da mesma forma, se tem uma CNH, tem um carro, nem que seja alugado".

Advocacia predatória e seus reflexos criminais

Opinião Jurídica

Leonardo São Bento, Mônica Mendonça e Augusto de Abreu Rodrigues

Nos últimos tempos, o noticiário tem veiculado diversas matérias sobre uma prática que vem impactando sobremaneira o sistema de justiça: a distribuição de enxurradas de ações cíveis semelhantes, muitas vezes fraudulentas, conhecidas como "advocacia predatória".

Trata-se de prática ilegal, considerada uma verdadeira "aventura jurídica", na qual pessoas vulneráveis, muitas vezes com baixos níveis de instrução e escolaridade, são cooptadas por um mesmo escritório de advocacia ou por seus intermediários, com o intuito de ingressarem com demandas judiciais infundadas, principalmente contra bancos, em benefício de indivíduos que não seriam detentores dos alegados direitos violados por aquelas instituições.

Em muitos casos, os pretensos clientes são convencidos a assinarem procurações em branco e acabam nem tendo ciência de que as ações foram intentadas. Em alguns casos, foram identificados, inclusive, o uso de dados de pessoas já falecidas figurando como autoras de ações.

Importante esclarecer que tal prática em nada se assemelha com a prática jurídica regular, na qual escritórios de advocacia são contratados por clientes para realizar o processamento e gestão de carteiras de processos de volume. A diferença entre as práticas anteriormente mencionadas reside no fato de que, na advocacia predatória, são utilizados métodos espúrios para a captação de clientela — vedada pelo Estatuto da Advocacia —, bem como expedientes fraudulentos para propiciar o ingresso com as pretensões em juízo.

Dentre os inúmeros casos verificados, observou-se uma semelhança entre as providências adotadas pelos advogados, que podem ser exemplificadas pelo manejo de inúmeras ações contra uma mesma instituição financeira, petições genéricas, pedidos de dispensa de audiências, ausência de menção a um fato determinado relacionado com o autor respectivo da demanda, entre outros.

O abuso do poder postulatório pelos ofensores tem provocado uma série de prejuízos ao Poder Judiciário, sobrecarregando seus sistemas de processamento de dados, de modo a conseguir conferir tratamento às milhares de ações massivamente distribuídas. Isso resulta em um incremento artificial dos recursos humanos, já que os magistrados precisam dar vazão a um grande número de ações, provocando, reflexamente, um prejuízo aos demais jurisdicionados, que acabam sofrendo com uma demora ainda maior na apreciação das suas ações legitimamente ajuizadas.

Com relação aos bancos, protagonistas das inúmeras ações distribuídas pelos predadores, igualmente têm experimentado diversos prejuízos financeiros, já que precisam ingressar em juízo para se defender, incorrendo em despesas jurídicas artificialmente provocadas, além dos valores que precisam ser dispendidos em eventuais procedências dessas ações, em benefício dos autores, além de custas e honorários de sucumbência.

A litigância predatória, para além da questão ético-profissional envolvida, passa a exorbitar a esfera privada, adentrando na esfera criminal, a partir do momento em que são verificadas condutas executadas por advogados que, em tese, podem ser enquadradas como infrações penais.

Nos inúmeros casos que vieram à tona, constatou-se a prática de diversos crimes pelos ofensores: i. falsificação de assinaturas nas procurações outorgadas aos escritórios; ii. falsificação de comprovantes de residência; iii. uso desses documentos falsificados em juízo; iv. crimes de falsa identidade, por meio do uso de certificados digitais, que são ferramentas pessoais e intransferíveis, por centenas de milhares de indivíduos, que procediam com o protocolo de petições simultâneas ou com diferença de segundos, entre os protocolos, evidenciando que o titular do token não seria o único a ter acesso a tal dispositivo; v. associação criminosa; vi. e apropriação indébita, decorrente do levantamento de valores pelos advogados, em casos de procedências das ações e não repassados, posteriormente, aos autores beneficiados.

Os bancos são vítimas diretas do crime de estelionato, já que ao serem compelidos a proceder com desembolsos decorrentes de sentenças proferidas pela Justiça em erro, respaldando pretensões ilegítimas como pretensões legítimas, são obtidas vantagens indevidas pelos escritórios patrocinadores dessas ações ou seus autores, em detrimento das instituições financeiras.

Recentemente, têm surgido notícias de operações policiais deflagradas com a finalidade de coibir tais práticas, assim como de condenações de ofensores, o que, de certa forma acaba passando um recado para toda a sociedade de que práticas como essas não são toleradas, sendo certo que as devidas apurações serão desencadeadas na hipótese de serem constatadas situações análogas às ora retratadas.

Leonardo São Bento, Mônica Mendonça e Augusto de Abreu Rodrigues são, respectivamente, sócio de Penal Empresarial e Compliance do Villemor Amaral Advogados; sócia de Bancário e Crédito Consignado de Villemor Amaral Advogados; e gerente jurídico do Banco BMG e membro da Comissão de Direito Bancário da OAB-MG

DMCard Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 36.238.874/0001-29 – NIRE: 35.3.0.054.871-0

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas.

Data, Horário e Local: Em 30/07/2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, portanto, sido considerada como realizada na sede da **DMCard Securitizadora S.A.**, ("Emissora" ou "Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo-se em vista a presença dos debenturistas titulares da totalidade das debêntures. **Mesa:** Alexandre Mathews Sturm Coutinho – Presidente; Nathália Guedes Esteves – Secretária. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (i)** aprovar a inclusão da DM Cartões PL, na qualidade de Fiadora das Obrigações Garantidas, passando a integrar o conceito de "Fiador" e "Interveniente Garantidor" da Emissão, bem como de "Cedente" dos Direitos Creditórios Vinculados; **(ii)** autorizar a inclusão da **(ii.1)** DM Cartões PL, **(ii.2)** DM Financeira e **(ii.3)** DM SCD, na qualidade de Cedente de Direitos Creditórios, passando a integrar o conceito de "Cedente" para todos os fins e efeitos; e **(iii)** autorizar à Emissora e o Agente Fiduciário a praticar todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia, bem como a celebrar os aditamentos aos documentos da Emissão, **sendo certo que tais aditamentos deverão ser celebrados até o dia 15/08/2024**. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 30/07/2024. Alexandre Mathews Sturm Coutinho – Presidente; Nathalia Guedes Esteves – Secretária. **Planner Corretora de Valores S.A.** *Agente Fiduciário:* Nathalia Guedes Esteves – Procuradora; Rafael Ciro Pereira Covre – Procurador. **DMCard Securitizadora S.A.** *Emissora.* Tharik Moura – Diretor; Denis Cesar Correia – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 298.012/24-8 em 06/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Eucatex S/A - Indústria e Comércio

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 56.643.018/0001-66 - NIRE Nº 35.300.028.015

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 23 de Julho de 2024.

Data, Hora e Local: Dia 23 de julho de 2024, às 10:00 horas, a reunião foi realizada no Viveiro de Mudas da Companhia localizado no Município de Bofete - Estado de São Paulo. **Convocação e Quórum:** Convocação realizada através de correio eletrônico com prazo mínimo de envio de dois dias úteis, nos termos do Parágrafo 3º do Estatuto Social. Presentes seis conselheiros de um total de sete, a exceção do conselheiro Miguel João Jorge Filho. Presentes, ainda, na qualidade de convidados, Flavio Maluf - Diretor Presidente - Sérgio Henrique Ribeiro - Diretor de Controladoria, Genildo de Brito - Diretor Jurídico e Gabriel F. Barretti representante legal do Banco BTG PACTUAL. **Instalação e Mesa:** Instalados os trabalhos pelo Presidente do Conselho de Administração Otávio Maluf, convidou o Dr. Genildo de Brito como Secretário. Por unanimidade os membros do Conselho de Administração aprovam a lavratura da ata em forma sumária e a publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos §1° e §2° do art. 130 da Lei n° 6.404/76. **Ordem do Dia - Item (1):** Apresentação do andamento do planejamento estratégico elaborado pela Cambridge Family Enterprise Group. **Item (2):** Deliberação sobre a criação de Comitê de Estratégia. **Item (3) - Da Ordem do Dia:** Deliberar sobre o informe anual de governança corporativa. **Item (4) Da Ordem do Dia:** Atualização das cotações de seguro para as unidades fabris. **Item (5) - Da Ordem do Dia:** Apresentação da posição acionária da CIA com a participação dos principais acionistas. **Item (6) Da Ordem do Dia:** Avaliação de Medidas de Proteção da Companhia. **Item (7) - Da Ordem do Dia:** Visitação ao Viveiro de Mudas. **Item (8) - Da Ordem do Dia:** Visitação in loco do processo produtivo de corte de eucaliptos. **Item (9) - Da Ordem do Dia:** Outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações: Item (1) Da Ordem do Dia:** Sérgio Henrique Ribeiro Diretor de Controladoria, atualizou os membros do Conselho de Administração sobre o andamento do planejamento estratégico elaborado pela Cambridge Family Enterprise Group. **Item (2) Da Ordem do Dia:** Por unanimidade, os membros do Conselho de Administração aprovaram a criação do **Comitê de Estratégia,** tendo sido eleitos os Senhores Fabio Torres Maluf como coordenador e demais membros os Srs. José Antônio Goulart de Carvalho, Carlos Márcio Ferreira e Mauro Francisco de Andrade Filho. **Item (3) Da Ordem do Dia:** Os membros do Comitê de Pessoas e Governança Corporativa analisaram previamente o informe anual de governança corporativa, tendo recomendado a sua aprovação pelo Conselho de Administração, o qual foi aprovado por unanimidade. **Item (4) Da Ordem do Dia**: O Sr. José Antônio - Diretor Vice - Presidente Executivo, informou os conselheiros que até o momento não recebeu as cotações de seguro para as unidades fabris. **Item (5) Da Ordem do Dia:** Os conselheiros tomaram conhecimento da posição acionária da Companhia, contendo os principais acionistas (base junho/24). Os conselheiros deliberaram que a partir desta data a apresentação será trimestral. **Item (6) Da Ordem do Dia:** Os membros do conselho de administração analisam regularmente as medidas de proteção a ofertas hostis de aquisição de ações/empresa, dada a estrutura acionária atual não se julga necessária a adoção de nenhuma medida de proteção**. Item (7) Da Ordem do Dia:** Em seguida os membros do conselho de administração visitaram o Viveiro de Mudas da Companhia. **Item (8) Da Ordem do Dia:** Os conselheiros visitaram in loco o processo produtivo de corte de eucaliptos na Fazenda Santa Terezinha. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a qual lida, aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. (a.a) Otávio Maluf - Presidente da Mesa. Genildo de Brito Secretário da Mesa. José Antônio Goulart de Carvalho; Fabio Torres Maluf; Simone Carrera Maluf; Carlos Márcio Ferreira e Sandra Maria Guerra de Azevedo. **Convidados:** Flavio Maluf, Sérgio Henrique Ribeiro, Genildo de Brito e Gabriel F. Barretti. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. São Paulo, 23 de julho de 2024. **Otávio Maluf** - Presidente da Mesa. Genildo de Brito - Secretário. **JUCESP** nº 296.253/24-8 em 01/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Copersucar S.A.

CNPJ/MF n° 10.265.949/0001-77 - NIRE 35300360401

Extrato da Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas no dia 25/06/2024

Em 25/06/2024, às 09h00, de forma digital, por meio de sistema eletrônico devidamente disponibilizado, bem como de forma presencial, na sede. **Presença:** os trabalhos foram instalados com quórum legal exigido para tanto, mediante a presença de acionistas representando 75,7% do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Luis Roberto Pogetti; Secretária: Juliana Montanheiro Lara. **Deliberações Unânimes: Em AGO: (i)** Aprovados, sem ressalvas ou reservas, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/03/2024, acompanhados dos pareceres favoráveis do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes. **(ii)** Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/03/2024, no montante de R$ 280.633.199,06, conforme segue: **(a)** R$ 14.031.659,95 para a conta de reserva legal da Companhia; **(b)** distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R$ 2.666.015,39, que corresponde a 1% do lucro líquido ajustado, conforme Artigo 37, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia; e **(c)** distribuição de dividendos adicionais, no valor de R$ 263.935.523,71, nos termos do Artigo 37, alínea "c", do Estatuto Social da Companhia. **(iii)** Aprovada a eleição do Conselho Fiscal, com mandato até a AGO da Companhia a ser realizada no exercício social de 2025, composto de membros brasileiros, com endereço comercial na cidade de SP/SP, na Avenida das Nações Unidas, n° 14.261, ala A-1, 12° andar, sala 01, Vila Gertrudes, SP/SP, CEP 04794-000, sendo efetivos os Senhores: (1) **Eduardo Lambiasi,** RG n° 13.860.921-4 SSP/SP e CPF n° 034.293.678-67; (2) **Ailton Leite dos Santos,** RG n° 320969745 SSP/SP e CPF n° 285.549.598-92; (3) **Denise Araújo Francisco,** RG n° 07.015.740-9 e CPF n° 003.008.217-00; e como seus respectivos membros suplentes, nesta mesma ordem, foram eleitos os Senhores: (1) **Leandro José dos Santos,** RG n° 24.772.216-9 SSP/SP e CPF n° 255.264.478-39; (2) **Alexandre Pilon,** RG n° 20.157.190-0 SSP/SP e CPF n° 115.736.588-47; (3) **Carlos Rafael Ramirez,** RG n° 41.535.119-4 SSP/SP e CPF n° 341.886.608-56, os quais declaram, nos termos do disposto no §1° do artigo 147 da Lei 6.404/76, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Os conselheiros eleitos foram devidamente empossados em seus respectivos cargos mediante as respectivas assinaturas nos termos de posse lavrados no livro próprio. **Em AGE: (i)** Aprovada a fixação do valor de até R$ 43.150.000,00 para remuneração global anual dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, referente ao exercício social a findar-se em 31 de março de 2025. Nada mais. São Paulo, 25/06/2024. **Mesa: Luis Roberto Pogetti -** Presidente; **Juliana Montanheiro Lara -** Secretária. **JUCESP** n° 294.408/24-1 em 05/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

CA 2024012000002 - Serviços civis e complementares, englobando manutenção, operação assistida e demais serviços necessários às obras de ampliação da Unidade Registro. Abertura: 28/10/2024 às 11h00.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90115/2024,** referente ao processo nº **024.00100016/2024-10**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE CURATIVOS E OUTROS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 22/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 12/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DATAS: 1º LEILÃO: 26/AGOASTO/2024, ÀS 15:00h | 2º LEILÃO: 27/AGOSTO/2024, ÀS 15:00h – LEILÃO ONLINE

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **RESERVA RIVIERA REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS SPE LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº39.998.056/0001-12**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Bem Imóvel, com Parcelamento, Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia e Simultânea Anuência para Promessa de Cessão de Créditos do Loteamento Reserva Riviera, celebrado na cidade de Campinas/SP em 01 de abril de 2022, o seguinte **IMÓVEL**: **LOTE Nº 05 DA QUADRA G,** do loteamento **RESERVA RIVIERA**, no município de Campinas/SP**,** com a seguinte descrição: de quem do cento do lote olha a rua de frente, mede 7,50m de frente para a Rua 1; 19,00m do lado direito, confrontando com o Lote 6; nos fundos em 7,50m confronta com o imóvel registrado sob matricula de nº 138.467 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, 19,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 4 perfazendo uma área total de 142,50m2. Matrícula imobiliária nº 146.744 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP. CCM:3162.23.07.0254.00000. Consolidação da propriedade 26/07/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 247.468,98. 2º LEILÃO: R$ 263.661,33.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento da Comitente, desocupação à cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica a Fiduciante, **Thamires Aparecida Lopes, CPF:386.510.558-03,** comunicada das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90117/2024,** referente ao processo nº **024.00122279/2024-80,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE BANDAGENS ELÁSTICAS II, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 23/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 12/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 128ª E 129ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19K1145398 E 19K1145463) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 25 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **3 de setembro de 2024, às 11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do Resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 4.7 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto na Cláusula 6.1, item (i) da Escritura de Emissão de Debêntures, caracterizado pelo inadimplemento, pela Devedora de obrigação pecuniária, em decorrência do não pagamento dos Créditos Imobiliários, relativos ao mês de junho e julho de 2024. Sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores correspondentes ao pagamento dos Créditos Imobiliários referentes aos meses de junho e julho de 2024 serão incorporados nas demais parcelas de pagamento devidas a partir de agosto de 2024, alterando-se, portanto, o Cronograma de Pagamentos constante do Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures e do Fluxo de Pagamentos dos CRI constante do Anexo II do Termo de Securitização, que passará a vigorar, caso aprovada a presente Ordem do Dia, conforme Anexo II à Proposta da Administração que será disponibilizada pela Emissora, na mesma data de publicação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 128ª e 129ª Série da 4ª Emissão - IF 19K1145398 E 19K1145463), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de agosto de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 20/08/2024 às 11h00 | 2º Público Leilão 27/08/2024 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 11, DA QUADRA "I", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 215,82m²**. Medidas e confrontações: Frente para a Rua 09, medindo em curva 10,60m e segue em linha reta com 2,60m; do lado direito, confronta com o Lote nº 12, medindo 18,00m; nos fundos, confronta com os Lotes nºs 09 e 10, medindo 16,08m; do lado esquerdo, confronta com a Rua 05, medindo 13,48m. Matrícula nº 181.969 do 3º CRI de Campinas/SP. Cadastro Municipal nº 3362.41.64.0109.00000. Consolidação da propriedade: 19/07/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 251.317,90. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 466.105,78**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **BENEDITO GOMES DOS SANTOS –** CPF: 025.077.728-24 e **MARIA TEREZA DOS SANTOS –** CPF: 336.642.068-51, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90112/2024,** referente ao processo nº **024.00108297/2024-59,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHO ASPIRADOR DE SECREÇÕES, PARA ATENDIMENTO DOMICILIAR, EM CUMPRIMENTO À AÇÃO JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 12/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90114/2024,** referente ao processo nº **024.00095794/2024-80,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE FRALDAS INFANTIS E ROUPA ÍNTIMA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 22/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 12/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

ENAUTA ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 11.253.257/0001-71 - NIRE Nº 33.3.00.29159-8

Ata de AGE em 31/07/24. 1. Data, Hora e Local: Aos 31/07/24, às 09h, na sede social da Enauta Energia S.A., localizada na Av. Almirante Barroso, 52/601, 602, 1101, 1102, 1301 (parte) e 2401 (parte-A), Centro/RJ. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, conforme o disposto no § 4º do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), em virtude da presença da Enauta Participações S.A. ("Enauta Participações"), detentora de 100% do capital social da Cia., neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social. **3. Mesa**: Presidente: Sr. Décio Fabrício Oddone da Costa. Secretário: Sr. Fabrício Zaluski. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R$ 55.000.000,00, a título de lucros acumulados; e **(ii)** a autorização para que a Diretoria Executiva da Cia. tome todas as providências necessárias para destinação de valor adicional de resultado. **5. Deliberações Aprovadas**: A Enauta Participações aprovou que a ata desta Assembleia fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos da Lei 6.404/76. Passando às deliberações da ordem do dia, a Enauta Participações, em conformidade com aprovação feita pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada em 29/07/24: **(i)** aprova a distribuição de dividendos intermediários pela Cia. para a Enauta Participações, no valor de R$ 55.000.000,00, a título de lucros acumulados até o exercício findo em 31/12/23, nos termos do art. 19º, c, do Estatuto Social da Cia.; e **(ii)** autoriza a Diretoria Executiva da Cia. a executar todos e quaisquer atos necessários para o fiel cumprimento da deliberação ora aprovada no que diz respeito à distribuição de dividendos. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a AGE, da qual lavrou-se a presente ata, que lida e aprovada, segue assinada pela única acionista da Companhia, bem como pelo Presidente e pelo Secretário. RJ, 31/07/24. **Mesa: Décio Fabrício Oddone da Costa -** Presidente; **Fabrício Zaluski -** Secretário. **Acionista Presente: Enauta Participações S.A.: Décio Fabrício Oddone da Costa -** Diretor Presidente; **Pedro R. Galvão de Medeiros -** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. JUCERJA em 07/08/24 sob o nº 6384913. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

Imóvel Residencial
Bairro Indianópolis/SP

Imóvel assobradado com 300 m² de construção e terreno com área de 804 m². Localizado a 2 min. da Av. dos Bandeirantes e a 13 min. do Shopping Vila Olímpia.

Leilão 12/08 - 15:00hs

Avaliação R$ 4.600.000,00 | Lances a partir de R$ 2.300.000,00

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

Terreno Urbano
Bairro Vila Nova Galvão/SP

Terreno com área total de 20.988 m², localizado a 4 min. da Rod. Fernão Dias e a 16 min. do centro de Guarulhos.

1° Leilão 14/08 - 09:00hs
2° Leilão 04/09 - 09:00hs

Avaliação R$ 18.223.402,06 | Lances a partir de R$ 9.111.701,03

Juíza: Exma. Dra. Fernanda de Carvalho Queiroz
4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana/SP

Terreno Urbano
Caçapava/SP

Área de terras com 1.960 m², situada na Av. da Saudade, à 4 min. do centro da cidade.

1° Leilão 14/08 - 09:30hs
2° Leilão 04/09 - 09:30hs

Avaliação R$ 3.120.403,16 | Lances a partir de R$ 2.184.282,21

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

Prédio Comercial
Jaguaré, São Paulo - SP

Imóvel de 3 pavimentos com 487 m² de construção e terreno com área de 520 m². Composto por salão, copa, 2 depósitos, 11 salas e 4 banheiros. Localizado a 7 min. do Continental Shopping.

1° Leilão 14/08 - 14:00hs
2° Leilão 14/08 - 15:00hs

Avaliação R$ 2.098.490,91 | Lances a partir de R$ 1.049.245,45

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Galpão Comercial
Itapetininga/SP

Imóvel comercial com 600 m² de construção e terreno com área de 1.200 m². Composto por 2 banheiros, escritório e vão livre.

Leilão 14/08 - 14:00hs

Avaliação R$ 1.824.887,90 | Lances a partir de R$ 1.094.932,75

Juiz: Exmo. Dr. Aparecido Cesar Machado
2ª Vara Cível de Itapetininga/SP

Terreno Urbano
Cuiabá/MT

Terreno urbano com área de 15.840 m². Localizado a 3 min. da Av. Fernando Corrêa da Costa e a 13 min. do centro da cidade.

Leilão 15/08 - 15:00hs

Avaliação R$ 3.249.866,27 | Lances a partir de R$ 1.624.933,14

Juiz: Exmo. Dr. Raul de Aguiar Ribeiro Filho
3ª Vara Cível de Barueri/SP

Parque Fabril
Limeira/SP

Parque Fabril da Unigrês Cerâmica Ltda com área de 217.800 m². Localizado a 9 min. da Rod. Limeira-Piracicaba e a 18 min. do centro da cidade.

Leilão 15/08 - 15:00hs

Avaliação R$ 41.700.000,00 | Lances a partir de R$ 29.190.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Mário Sergio Menezes
3ª Vara Cível de Limeira/SP

Terreno Urbano
Eusébio/CE

Área com 20.000 m², composta por formação em vegetação nativa, localizada em frente a Rodovia BR-116. Não há edificações e o imóvel encontra-se cercado.

1° Leilão 21/08 - 14:00hs
2° Leilão 28/08 - 14:00hs

Avaliação R$ 3.232.566,34 | Lances a partir de R$ 1.616.283,17

Juíza: Exma. Dra. Cyntia Andraus Carretta
3ª Vara Cível de Rio Claro/SP

Imóvel Residencial
Porto Ferreira/SP

Imóvel com 474 m² de construção e terreno com área de 900 m². Localizado a 3 min. da Rod. Anhanguera e a 4 min. do centro da cidade.

Leilão 27/08 - 09:00hs

Avaliação R$ 2.713.908, 97 | Lances a partir de R$ 2.171.127,18

Juiz: Exmo. Dr. Leonardo Christiano Melo
2ª Vara Judicial de Porto Ferreira/SP

Imóvel Residencial
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel com 112 m² de construção e terreno com área de 250 m². Localizado a 5 min. do Golden Square Shopping e a 10 min. da Rodovia Anchieta.

Leilão 27/08 - 09:30hs

Avaliação R$ 1.760.089,88 | Lances a partir de R$ 1.613.298,37

Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

Chácara e Terreno
São Roque/SP

Chácara com 245 m² de construção e terreno com 8.899 m². Composta por piscina, casa sede de 165 m² e casa de caseiro com 56 m². Localizado a 5 min. da Rod. Bunjiro Nakao.

Leilão 27/08 - 10:00hs

Avaliação R$ 1.265.989,59 | Lances a partir de R$ 632.994,79

Juiz: Exmo. Dr. Ricardo Augusto Galvao de Souza
2ª Vara Cível de Franca/SP

Imóvel Residencial
Guarulhos/SP

Imóvel com área de 250 m², composto por 2 sobrados e edícula. Localizado a 5 min. do Parque Shopping Maia e a 9 min. da Rod. Fernão Dias.

Leilão 27/08 - 11:30hs

Avaliação R$ 1.268.789,56 | Lances a partir de R$ 634.394,78

Juiz: Exmo. Dr. Jaime Henriques da Costa
2ª Vara Cível de Guarulhos/SP

Imóvel Residencial
São Bernardo do Campo/SP

Imóvel com área de 432 m², localizado a 4 min. da Rodovia Anchieta e a 8 min. do Shopping Metrópole.

Leilão 27/08 - 14:00hs

Avaliação R$ 1.470.027,92 | Lances a partir de R$ 1.436.511,28

Juiz: Exmo. Dr. Og Cristian Mantuan
4ª Vara Cível de Diadema/SP

Prédio e Gapão
Manaus/AM

Imóvel comercial com área de 2.048 m², localizado às margens da Rod. Álvaro Maia e a 10 min. do centro da cidade.

1° Leilão 04/09 - 10:00hs
2° Leilão 19/09 - 10:00hs

Avaliação R$ 2.298.151,89 | Lances a partir de R$ 1.149.075,95

Juiz: Exmo. Dr. Leonardo Fernandes dos Santos
3ª Vara de Falências e R. J. do Foro Central de São Paulo/SP

Apartameto Duplex
São José dos Campos/SP

Imóvel no Condomínio Porto Seguro com 254 m², localizado a 8 min. do Centervale Shopping e a 12 min. do centro da cidade.

1° Leilão 04/09 - 10:00hs
2° Leilão 25/09 - 10:00hs

Avaliação R$ 1.277.973,63 | Lances a partir de R$ 1.022.378,90

Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 11 95577 1200 www.leje.com.br @lejeoficial Leilão Judicial Eletrônico

---

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 20/08/2024 às 11h15 | 2º Público Leilão 27/08/2024 às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GOLD CUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.** - CNPJ nº 09.498.143/0001-40, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 12, DA QUADRA "B", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL FLÁVIA"**, Campinas/SP. ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 126,00m². Medidas e confrontações: Frente para a Rua 02, medindo 7,00m; do lado direito, confronta com o Lote nº 13, medindo 18,00m; nos fundos, confronta com o Lote nº 34, medindo 7,00m; do lado esquerdo, confronta com o Lote nº 11, medindo 18,00m. Matrícula nº 181.784 do 3º CRI de Campinas/SP. Cadastro Municipal nº 3362.41.21.0098.00000. Consolidação da propriedade: 19/07/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 142.591,10. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 275.512,44**. **Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO DE SOUSA** – CPF: 393.350.078-89 e **MAIARA BORGES DOS SANTOS** – CPF: 110.028.566-04, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 220 LOTES - DIA: 13.08.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 13.08.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: WP1AB29Y6KDA81907 - 8AJDA8CB3R6057599 - 8AJDA8CBXR6057714 - 8AJDA8CB5R6058141 - 8AJDA8CB4R6058051 - 93YHSR6P5FJ548536 - 9BWAG45U1LT014050 - 935CHN6A87B522043 - 93YRBB006LJ292474 - 93Y5SRT5GRJ597773 - 93YRBB006PJ333613 - 94DFCAP15KB110893 - 9BGXM68809B157117 - 9BWDA05U9AT251812 - 9BHCP51AAMP106836 - 93Y5SRD04HJ419909 - 9BRB29BT1G2095559 - 9BD17201X73358030 - 9C2NC6110RR003833 - 9C2KF2700JR003966 - 9C6RG7710R0050934 - 9UK64ED5XE0083183 - 9BFZE55H698532460 - 9BFZH54S4L8493346 - 9BGKL48U0KB209263 - 9BFZH54J8J8144999 - 9BGKS48B0EG350765 - 9BHBG51DAFP352770 - 3GNALHEV4AS664088 - 9BWKA05Z084014908 - 9BWKB45U2NP027078 - 9C2KC2200NR261820 - SALRA2BKXK2408083 - 935SUNFN1JB522005 - 9BFZF55P7B8056732 - 8AJDA8CB9R6058126 - 9BRB33BE4P2166300 - 9BFZF10AX88304377 - 9BGJB7520LB134821 - 8AD2MKFWXCG041795 - 9BFZH55L6M8089375 - 93HGN2670RK108633 - 9362MKFWXAB004808 - 9362MKFW09B013196 - 9BGKT69V0KG224303 - 93HFA66308Z230185 - 93YBSR8VACJ950035 - JF1SH5LS59G061158 - 8AP372110E6070069 - 3C4PFABB5ET692445 - 8AD3DN6B49G022622 - 8AP196271F4119942 - 9BFZE12N558629825 - 8BCLCN6BYDG502119 - 93HFA65307Z206238 - WBAVL3104DVS21278 - 93Y5SRD04HJ470596 - 935FCKFVY9B526634 - 93YRBB001KJ796428 - 9BWAA05W4DP063622 - 9C6RG3850N0029543 - KMHDC81EBBU103651 - 9BGSU19F0CB167595 - 9BWDA05U9AT214789 - 9BD195163D0416104 - VF7UARFJWBJ510928 - 8AFDR12A7AJ262590 - 3N1AB6AD9DL605794 - 9BFZF55AXE8009243 - 9BGRJ69808G181528 - 9BWAA05Z6A4002361 - 93YLSR2TH9J130255 - 93YBSR7RHDJ511065 - 93Y5SRD04FJ757171 - 9BGXM19P09B234242 - 8BCLDRFJ48G554611 - 9362MKFWXBB047022 - 9BGKL48U0HB156169 - 9BD223153B2021847 - 935SUNFNYEB502244 - 9BWCA01J884002395 - 9BD195102E0553209 - 9BHBG51CADP019016 - 9BFZF55A2A8012356 - 9BHBG51CAEP134894 - 9BGRP48F0CG174288 - 9BGRZ0810AG231974 - KMHDC51EBAU195952 - 9BGXL80P0AC244036 - 93HFA65408Z214289 - 9BGXH19X05C129455 - 9BFFF25L81B066119 - 9BGSD1940YC123966 - 9BFZF26P088092798 - 9BGTU75C0AC190418 - 93Y5SRD04GJ978556 - 9BGRJ69807G271534 - 9BWAB49N79P017943 - WBAVM3107AVM75964 - 93YLM2M1H8J076456 - KMHSH81DP9U401837 - 9BGSA19E06B131524 - 93HGD17407Z105828 - 9C2KC2200NR267487 - 9C2JC4830LR054363 - 9BWDB05U4CT131707 - 9C2KC2200PR012188 - 93YRBB008JJ157610 - 9C2KF5220RR006519 - 9BFZE16P878870339 - 9C6KG0570J0016606 - 9BM694000AB711464 - 9BGEY69H0LG131607 - 9BGRG08F0CG275135 - 93Y5SRF84KJ363878 - 9BWDA45U0FT064327 - 9BGCA8030LB124779 - 9BGKS69L0EG296964 - KMHNU81CDBU157507 - JMYXTGA2WCZA11050 - 9BHPB81BBPP067633 - 3CZRE1830AG501375 - 3CZRE28708G502062 - 93YLSR7UHCJ256558 - 97NE04BF1KM952183 - 96PERSD15MFS00513 - 9C6RG3160P0051594 - 9C2KD0810PR010137 - 9C6DG25D0P0007985 - 9C2KC2210KR047072REM - 9BD13561362009970 - 93YRBB004NJ985272 - 9BGRZ08909G194313 - 9BFZF26PX78219538 - 9BGSU19F0CC221025 - LVVDB12BXFD011546 - 9BD118179A1078590 - 93YLSR7RHDJ474896 - 9BWAA05Z6C4012861 - KNAJE552287457574 - 8AGCN48X0BR104493REM - 9BWPB45Z0C4118558 - 9BWAB05U4CT011361 - 3N1CN7AD4EK390693 - 93Y5SRD04FJ703056 - 93YBSR86KDJ463772 - 93HGE87809Z107572 - KMHDC51EBAU246149 - 9BD197163E3161104 - 9BFZH55L7H8360093 - 8AGCN48X0ER154623 - 93HFA6540AZ219538 - 9BFZH55L4J8483503 - 9BWDB45U0HT071438 - 9BHBG51DAFP431384 - 9BWAB45Z4H4008156REM - 9BGJC75Z0EB231394 - 93Y5SRFHGKJ652971 - 9BFZD55P8HB552026 - 9BGKT69R0GG247990 - 9BGKT48V0HG210600REM - 9BWDH5BZ4MP015025 - 9350WNFNYNB509316 - 93HRV2870GZ100573 - 9BD358AGXRYN20847 - SALVA2BG3CH668625 - 98867512WJKH68382 - 95PJ2812GJB000904 - LGWEFUA58RH924875 - 93HRV2890JZ212253 - 9886751C6MKK71508 - 98861112XMK459998 - 93HRV2870MK208882 - 98867512TNKL68142REM - 8AJFZ29G2A6101033 - 8AJFZ22G875006050 - 93YMAF4MCEJ664960 - 8AJKA3CD9M3090273 - 94DFCAP15MB415456 - 9BWAB45Z3E4101388 - 3GNCJ8CZ3JL417563 - 3GNCJ8EW6FL235804REM - 8A1BB8215FL426154 - WV1DD42HXFA046136 - 97NE63DF9NMAU1970 - 9C6SEB520L0001157 - 9C2MC4400KR005560 - 9C6RG3850N0003613 - 9C2KC2210KR025527 - 9C2JF8500KR105253 - 96PEXHB11FFS00359 - 95V0A2101GZ690356 - 94DFDUK13FB107115 - 93HGD18608Z207213 - 8ADUWNFX2PG518818 - 935SUN6AYBB564447 - 93HGK5840JZ121599 - 935SUNFNWFB507324 - 8AFAR23S6PJ293564.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 316ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0457416) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 22 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **22 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 316ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0457416), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que aqui não estiverem definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90116/2024,** referente ao processo nº **024.00096739/2024-15**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPIAS MULTIDISCIPLINARES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 12/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SEAF - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2024/SEAF/MT
SEAF-PRO-2024/00860

O Pregoeiro Oficial da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar/SEAF-MT, designado pela Portaria nº. 0032 de 02/08/2024, publicada no Diário Oficial do Estado/MT nº 28.799 em 05/08/2024, TORNA PÚBLICA a abertura do **Pregão Eletrônico SRP nº 004/2024/SEAF/MT.**
OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP 100CV e VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP 130CV para atender as demandas da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF-MT), de acordo com as especificações do termo de referência, edital e seus anexos.
LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SIAG: entre os dias **14/08/2024 a 27/08/2024**, período integral. No dia **28/08/2024**, data de abertura da sessão, o horário máximo de aceitação será às **08h00min – horário local (Cuiabá/MT).**
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: Dia **28/08/2024 às 08h00min** – **horário local (Cuiabá/MT),** através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital está disponível na internet no Portal de Aquisições Governamentais. Link de acesso: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**
TODAS AS PUBLICAÇÕES REFERENTES A ESTE PREGÃO SERÃO DIVULGADAS NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO Link de acesso: **https://www.iomat.mt.gov.br/**
DÚVIDAS/ ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES: pregao@agriculturafamiliar.mt.gov.br.
TELEFONE PARA CONTATO: (65) 3613- 6251.

Cuiabá, 08 de agosto de 2024.
(ORIGINAL ASSINADO)
MAX PAULO MENDES
Pregoeiro Oficial da SEAF/MT